

Organizadores:
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega
Pedro Paulo Pinto Maia Filho

GEOGRAFIA 2015-2025

UMA DÉCADA DE DESAFIOS E AVANÇOS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

NOVA TERRA
Editora

Geografia (2015-2025): uma década de desafios e avanços no Semiárido brasileiro reúne reflexões produzidas por docentes do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, campus Senhor do Bonfim, ao longo de seus dez primeiros anos.

A obra articula pesquisa, extensão e ensino de forma indissociável ao fazer geográfico, tomando o semiárido brasileiro como campo empírico e categoria analítica.

Os capítulos abordam temas como produção social do espaço, conflitos no campo, envelhecimento, representações simbólicas, territorialidades culturais, cartografia, educação inclusiva e planejamento ambiental, com uma perspectiva atualizada e crítica.

Ao conjugar teoria rigorosa e compromisso social, o livro reafirma a Geografia como ciência fundamental para compreender as contradições territoriais contemporâneas e para pensar projetos emancipatórios no semiárido.

NOVA TERRA
Editora

novaterra_editora
novaterraedi@gmail.com
74 99920 2714

ISBN: 978-65-83892-14-0
CBL
9 786583 892140

O conteúdo dos textos publicados é de inteira responsabilidade dos autores e autoras.
A obra está sob a Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional

Diagramação: Ivânia Paula Freitas de Souza Sena
Revisão: Ianarah Quise F. Sena
Capa: Ivânia Paula Freitas de Souza Sena
Fotografia da capa: Ivânia Paula Freitas de Souza Sena
Editor: Américo Junior Nunes da Silva
Assessora de Marketing: Ianarah Quise F. Sena

10.62987/novaterraeditora.livroe202536

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geografia da Univasf (2015-2025): [livro eletrônico] : uma década de desafios e avanços no semiárido brasileiro / organizadores Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega, Pedro Paulo Pinto Maia Filho. -- Senhor do Bonfim, BA : Nova Terra Editora, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-83892-14-0

1. Artigos - Coletâneas 2. Educação 3. Geografia 4. Geografia humana 5. Regiões semiáridas - Brasil I. Nóbrega, Pedro Ricardo da Cunha. II. Maia Filho, Pedro Paulo Pinto.

25-324919.0 CDD-910

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia 910

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

NOVA TERRA
Editora

Geografia da Univasf (2015–2025): uma década de desafios e avanços no Semiárido brasileiro

Organizadores:
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega
Pedro Paulo Pinto Maia Filho

2025

Geografia da Univasf (2015–2025): uma década de desafios e avanços no Semiárido brasileiro

CONSELHO EDITORIAL

Drª. Ana Maria Vergne de Morais Oliveira (UFAL)
Dr. Adson dos Santos Bastos (UNEB)
Dr. Álamo Pimentel (UFSB)
Dr. Adelson Dias de Oliveira (UNIVASF)
Drª. Arlete Ramos dos Santos (UESB)
Dr.a Cleide Carvalho de Matos (UFPA)
Dr. Fábio Dantas de Souza Silva (UEFS)
Drª. Edonilce da Rocha Barros (UNEB)
Dr. Elmo de Souza Lima (UFPI)
Dr. João César Abreu de Oliveira Filho (IFCE)
Drª. Jussimária Almeida dos Santos (UniAraguaia)
Dr. José Aurimar dos Santos Angelim (IF-BAIANO)
Dr. Luciélio Marinho da Costa (UFPB)
Dra. Mariana Esteves de Oliveira (UFMS)
Drª. Marilene Santos (UFS)
Dr. Rafael Alberto González González (UPEL e Universidad de Carabobo - UC, Venezuela)
Dra. Rita Gomes do Nascimento (Flacso-Brasil)
Dr. Roberto Marques (UFRJ)
Drª. Salete Valesan Camba (Flacso-Brasil)
Dr. Salomão Mufarrej Hage (UFPA)
Drª. Terciana Vidal Moura (UFRB)

Sumário

Apresentação 11

Linha do tempo: trajetória do curso (2015 – 2025) 16

O sertão que nossos olhares habitam 27

Manoel Fernandes de Sousa Neto

CAPÍTULO 1

Geografia do envelhecimento e a produção social do espaço em Senhor do Bonfim – BA 35

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

CAPÍTULO 2

Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo da CPT e a JURA como propostas de formação e de práxis: reflexões sobre o TIPNI no centro-norte da Bahia de 2017-2025. 71

Átila de Menezes Lima

Ivânia Paula Freitas de Souza Sena

Elba Amaral Oliveira

CAPÍTULO 3

Formas simbólicas espaciais na Capital Baiana do Forró: a estátua de Luiz Gonzaga e a maior sanfona do mundo em Senhor do Bonfim 113

Pedro Paulo Pinto Maia Filho

Ester Claudino Gomes da Silva

CAPÍTULO 4

Mapeando horizontes: experiências da cartografia do relevo no planejamento dos municípios do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru – BA 140

Sirius Oliveira Souza

CAPÍTULO 5

Universidade cidadã - a "pegada" do GEMA e da UNIVASF Senhor do Bonfim nos Territórios do Centro-norte da Bahia:reflexões sobre 10 anos de atuação. 168

Gustavo Hees de Negreiros

Claudine Gonçalves de Oliveira

CAPÍTULO 6

A territorialidade quilombola e o ensino de Geografia em Senhor do Bonfim/BA: a comunidade de Tijuaçu como ponto de partida. 194

Lorena Ferreira de Souza Almeida

Raiane Santana dos Santos

Nívia Jandira Rodrigues da Silva

CAPÍTULO 7 224

Dinâmicas socioespaciais da agricultura familiar no contexto das feiras livres do município de Senhor do Bonfim, Bahia 224

Marco Aurélio Rodrigues

CAPÍTULO 8

Curso de capacitação em Geoconservação para professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental do município de Senhor Do Bonfim-BA 242

Natália Micheli Tavares do Nascimento Silva Mendes

Erotilde Damasceno Salvador Neta

Mônica Custódio Dias

CAPÍTULO 9

Ensino de Geografia para alunos com Síndrome de Down 259

Juliana Custódia de Carvalho Lemos

CAPÍTULO 10

Ensino de Geografia contextualizada na UNIVASF: o Semiárido brasileiro em sala de aula 274

Fredson Rodrigues de Araujo

Marcos Antônio Vanderlei Silva

D E P O I M E N T O S

Uma década de desafios e avanços no Semiárido brasileiro 286

Raquel Silva Leal

Minha jornada na Geografia: entre o aprendizado, a luta e o afeto 288

Erica Saane Miranda Alves

O despertar da educadora: quando a Geografia se torna vida 292

Mônica Custódio Dias

A importância do Campus da UNIVASF em Senhor do Bonfim, bem como a importância do curso de Geografia na respectiva cidade 294

Letícia Castro dos Santos

O ensino como espaço de construção humana 295

Jamille Timoteo de Oliveira Serqueira

Entre a pesquisa e a sala de aula: aprendizados da UNIVASF e do NEPST 296

Felipe de Souza Reis

Entre mapas e memórias: uma trajetória com o NEPST e o Professor Sirius 298

Márcio Venicius da Silva

Do olhar ecológico ao olhar Geográfico: caminhos de uma mesma formação 300

Madian Maria de Carvalho

Entre o Semiárido e a Ciência: aprendizados no Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais 301

Antonio Felipe Rodrigues Santos

Vivência no minicurso: Ensino de Geografia contextualizada com o Semiárido brasileiro 303

Juliana Alves da Silva

Apresentação

É com grande satisfação que celebramos uma década de trajetória. Esta obra configura-se como um compêndio de textos produzidos por docentes vinculados ao Colegiado de Geografia da Universidade do Vale do São Francisco, sediada em Senhor do Bonfim – Bahia, tendo como propósito maior celebrar, por meio de uma contribuição científica, a trajetória decenal do curso. Este volume reúne reflexões geográficas, pedagógicas e socioculturais, fundamentadas sobretudo nas experiências de pesquisa e extensão realizadas no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), articuladas a partir da posição estratégica de Senhor do Bonfim nesse contexto territorial baiano.

O eixo temático da obra: "Geografia da Univasf (2015–2025): uma década de desafios e avanços no semiárido brasileiro" propõe uma análise crítica acerca do papel da Geografia frente às transformações territoriais, sociais e ambientais observadas na última década, com especial atenção às singularidades e potencialidades do semiárido.

O livro conjuga teoria crítica e práxis transformadora, abordando desde as dinâmicas ambientais e a gestão territorial até questões de identidade, exclusão social e educação inclusiva. O conjunto dos capítulos reafirma a centralidade da ciência geográfica como instrumento indispensável para a compreensão das contradições e riquezas do semiárido brasileiro, revelando o sertão para além dos estereótipos.

A obra inicia-se com a apresentação de uma linha do tempo que destaca os principais marcos da relação do curso de Geografia com o território, e os capítulos, elaborados pelos

docentes, são entremeados por depoimentos da assistente administrativa do colegiado e de estudantes, proporcionando ao leitor uma visão abrangente do fazer acadêmico e do cotidiano vivenciado por aqueles que se dedicam aos temas geográficos em sua essência.

O ensaio de abertura, de Manoel Fernandes de Sousa Neto, oferece uma crítica à visão hegemônica e estereotipada do sertão, frequentemente interpretado como um "outro geográfico" a ser dominado e explorado. O texto resgata a influência de intelectuais, como Humboldt, em "Os Sertões", de Euclides da Cunha, e a subsequente devastação dos sertões por projetos vinculados à expansão do capital. O capítulo conclui que a Geografia deve se vincular às lutas de resistência para constituir um olhar que busque a práxis e a transformação da realidade.

No primeiro capítulo, Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega, discute a Geografia do Envelhecimento como um campo emergente que impõe desafios à reprodução social do espaço urbano. As análises empíricas em Senhor do Bonfim (BA) revelam que a velhice não é homogênea, manifestando-se em condições desiguais, fortemente marcadas por classe social, gênero, território e pertencimento étnico. O estudo conclui que a Geografia do Envelhecimento é crucial para fundamentar políticas públicas que garantam o direito à cidade aos sujeitos velhos.

Átila de Menezes Lima, Ivânia Paula Freitas de Souza Sena e Elba Amaral Oliveira enfocam, no segundo capítulo, a importância da articulação entre a universidade e os movimentos sociais para a denúncia dos conflitos no campo. Os autores detalham o histórico de nove anos do Seminário de Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a realização da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular (JURA) no

TIPNI. O estudo pretende integrar a academia às lutas pela terra, promovendo a consciência de classe e a transformação social.

Visando analisar as formas simbólicas espaciais que materializam a identidade de "Capital Baiana do Forró", em Senhor do Bonfim, Pedro Paulo Pinto Maia Filho e Ester Claudino Gomes da Silva recorrem à Geografia Cultural para compreender de que modo monumentos articulam a memória coletiva e as estratégias político-turísticas locais. O estudo apresentado no terceiro capítulo evidencia as contradições entre a espetacularização institucional e a sazonalidade das práticas culturais efetivas do forró na cidade.

O quarto capítulo traz as contribuições de Sirius Oliveira Souza que discute a aplicação da Cartografia Geomorfológica para o planejamento territorial sustentável. A pesquisa visa identificar os processos morfodinâmicos que estruturam o relevo semiárido tropical, fornecendo diretrizes para o uso e ocupação dos terrenos.

No quinto capítulo, Gustavo Hees de Negreiros e Claudine Gonçalves de Oliveira refletem sobre a atuação do grupo de professores GEMA (Geografia, Ecologia Espacial e Modelagem Ambiental) na UNIVASF em Senhor do Bonfim, destacando o conceito de "Universidade Cidadã". O texto detalha a participação do grupo em comitês, na administração de conflitos hídricos, na proposição de Áreas de Proteção e na criação/gestão de unidades de conservação municipais.

O sexto capítulo, construído por Lorena Ferreira de Souza Almeida, Raiane Santana dos Santos e Nívia Jandira Rodrigues da Silva, apresenta a territorialidade quilombola e a importância do Ensino de Geografia para o fortalecimento da identidade dessas comunidades. As autoras discutem a ressemantização do conceito de quilombo e a importância de um currículo contextualizado que valorize os saberes e práticas espaciais.

Marco Aurélio Rodrigues avalia a contribuição da agricultura familiar para o abastecimento das feiras livres de Senhor do Bonfim. O sétimo capítulo mapeia a cadeia produtiva da feira, confirmando que o abastecimento é assegurado por pequenos produtores, assentados e quilombolas. O estudo apontou as dificuldades que afetam o lucro e a permanência dos agricultores.

Apresentando a experiência de um curso de capacitação em Geoeducação, Natália Micheli Tavares do Nascimento Silva Mendes, Erotilde Damasceno Salvador Neta e Mônica Custódio Dias apresentam, no oitavo capítulo, que a formação continuada em Geociências é essencial para os professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental. Observam que estes docentes enfrentam dificuldades com a sobrecarga laboral e a falta de políticas institucionais estáveis que garantam a continuidade dos projetos pedagógicos nas escolas.

Juliana Custódia de Carvalho Lemos traz, no nono capítulo, os desafios e as estratégias pedagógicas para o ensino de Geografia em contextos de educação inclusiva para alunos com Síndrome de Down. O texto defende o Modelo Social da Deficiência e utiliza as contribuições da neurociência cognitiva, ressaltando que a memória visual se desenvolve mais rapidamente nesses estudantes.

Por fim, Fredson Rodrigues de Araujo e Marcos Antônio Vanderlei Silva descrevem ao longo do décimo capítulo a experiência de um minicurso focado no Ensino de Geografia contextualizada com o semiárido brasileiro. O trabalho valida a abordagem pedagógica contextualizada como essencial para formar cidadãos críticos e sensíveis à realidade do território.

Esperamos que desfrutem a obra e possam ampliar as reflexões junto com todos os que compuseram esse livro, que já se apresenta como um marco da Geografia da Univasf no

contexto do semiárido baiano, do território de identidade norte do Itapicuru e da cidade de Senhor do Bonfim. Boa leitura!

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega
Pedro Paulo Pinto Maia Filho

CURSO DE GEOGRAFIA - UNIVASF

CAMPUS SENHOR DO BONFIM

LINHA DO TEMPO

2015

Segundo semestre

Início do curso de Licenciatura em Geografia na UNIVASF, Campus Senhor do Bonfim (REUNI).

S.D

Contratação dos primeiros servidores do curso de Geografia

2015

2016

Março

Criação do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço - GEPPSE

Abril

Criação do grupo de pesquisa: A Geografia histórica da espacialização das forças produtivas no Nordeste brasileiro de meados do século XX ao início do século XXI e seus rebatimentos sócioespaciais.

2016

2016

S.D

Criação do CGEO (Colegiado de Geografia), evoluindo do CECOGEO (Colegiado de Ecologia e Geografia).

S.D

Professor do CGEO da UNIVASF inicia participação nas Câmaras Técnicas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru (CBHI).

2016

2016

Maio

Participação do professor Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto – USP, nas discussões do Núcleo Docente Estruturante do Colegiado de Geografia – NDE, no ponto sobre o Plano Pedagógico de Curso – PPC

Junho

Palestra "A invenção da sustentabilidade? o nome, as vivências e as possibilidades de vida como práticas espaciais contemporâneas" ministrada por Dr. Manoel Martins de Santana Filho

2016

2016

Junho

Início do Projeto de extensão Prosa Geográfica em parceria com o IFBAIANO – O projeto contou com o total de 14 palestras com professores e pesquisadores locais, regionais e nacionais.

2016

Dezembro

Criação do grupo de pesquisa - Geografia, trabalho e ontologia do ser social: estudos sobre a essência da relação sociedade-natureza - GTOSS

Desde

Professor do CGEO da UNIVASF se torna Membro Titular do CBHI.

2016

2017

S.D

UNIVASF é indicada pelo CBHI para participar da Comissão de Alocação do Açude de Andorinha II.

Maio

Realização do 1º Seminário de Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo da CPT (dados de 2016), marcando a parceria com o Colegiado de Geografia.

2017

2017

Novembro

Aprovação de projeto de extensão PIBEX - Elaboração de cartilhas sobre a conservação da água em ambientes semiáridos.

Desde

2018

Início de uma série de pesquisas sobre Geografia do Envelhecimento desenvolvidas no âmbito do CGEO/UNIVASF.

Desde

2018

Início do desenvolvimento de pesquisas sobre compartimentação do relevo pelo NEPST (Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais) no TIPNI.

Desde

2018

Início dos primeiros cursos de Formação de Condutores Ambientais (junto ao PESP em Miguel Calmon).

Desde

2018

Inclusão do PIBID (Subprojeto e Institucional) na formação docente.

S.D

2018

CBHI (sob presidência da UNIVASF) determina a situação da Barragem de Ponto Novo como Conflito Hídrico.

Maio

2018

Criação do Grupo de estudo e pesquisa Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais - NEPST

Desde

2018

Inclusão do PIBID (Subprojeto e Institucional) na formação docente.

Novembro

2018

Participação de docente e de estudantes do CGEO no XIV Encontro Baiano dos Estudantes de Geografia - na UNEB - Santo Antônio.

Dezembro

2018

GTOSS e Laboratório de Geografia Humana realizam o Lançamento do Dicionário Crítico da Mineração e o I Seminário reflexões socioambientais das atividades mineradoras na Bacia do Itapicuru e Brasil: Desafios e perspectivas – Construir a Soberania Popular na Mineração, um debate urgente e necessário.

2019

1º semestre

Primeira defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Darlei).

Fevereiro

2019

Professores do CGEO participam da criação da Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública - REDAP de abrangência nacional, constituída de docentes e discentes de 56 instituições de Ensino Superior de todas as regiões do país e docentes do ensino básico.

2019

Fevereiro

Realização do seminário "Moça, é preciso força! Mulheres modernas, vidas reais e violências sofridas" promovido pela Comissão Organizadora de Eventos Estudantis do Colegiado de Geografia

Fevereiro

2019

Oferta de minicurso "Introdução ao QGIS" promovido pelo Grupo de pesquisa Geografia, Ecologia Espacial e Modelagem Ambiental (GEMA) e pelo Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais (NEPST)

2019

Março

GTOSS e Laboratório de Geografia Humana realizam o Seminário – Dinâmicas populacionais e Políticas Públicas: o papel do Programa Bolsa Família para a economia do município de Senhor do Bonfim- BA

Abril

2019

Execução do projeto de extensão “Cine GEO – Cultura Visual, Meio Ambiente e Educação.”

2019

Maio

Execução do projeto de extensão "Cine GEO – Cultura Visual, Meio Ambiente e Educação."

Agosto

Colegiado de Geografia promove três cursos de capacitação no Campus Senhor do Bonfim- "Construção e Utilização do Currículo Lates", "Tópicos sobre Normas ABNT" e "Introdução ao QGIS"

2019

2019

Setembro

Professor do CGEO da UNIVASF participou de Mesa redonda no VI Encontro Internacional de Jovens Pesquisadores - JOIN e com Publicação de artigo no livro do evento em 2020.

Setembro

CGEO promove Minicurso "Mudanças Climáticas: Fatores Naturais e Antropogênicos" com participação de Prof. Dr. Raul Reis Amorim do IG - UNICAMP

2019

2019

Novembro

O CGEO realiza ciclo de palestras com a palestra: Espacialidades e dinâmicas recentes do comércio varejista em cidades brasileiras. Palestrantes: Prof. Dr. Cláudio Smalley Soares Pereira – (Professor da UPE; Campus Petrolina)

Novembro

Realização de aulão de Geografia para o ENEM

2019

2020

Desde

Inclusão da Residência Pedagógica (Subprojeto e Institucional) na formação docente.

Março

O NEPST promove o projeto de extensão "Webinars Nepst" com a realização de 14 eventos remotos com pesquisadores de diversas instituições do Brasil.

2020

2020

Julho

O Laboratório de Geografia Humana do CGEO UNIVASF realizam o projeto de extensão Diálogos em Rede, com a realização de 15 palestras com participação de professores de vários estados e instituições do Brasil.

Agosto

Lançamento do livro do docente do CGEO sobre Geografia do Envelhecimento

2020

2020

Outubro

4ª edição do Caderno de Conflitos (dados de 2019), realizada de maneira virtual devido à pandemia.

S.D

Início do trabalho de Mapeamento de Nascentes (Águas da Serra) junto à Prefeitura de Jaguarari.

2020

2020

Novembro

Docente do CGEO é convidado para integrar a Câmara Basica de Assessoramento e Avaliação Cientifico -Tecnologica, na area de Ciencias Humanas e Educação

Agosto

5ª edição do Caderno de Conflitos (dados de 2020), realizada presencialmente no auditório da UNIVASF.

2021

2021

Setembro

Participação de Professor do CGEO em publicação de livro coletivo de pesquisadores do país, vinculado ao GT-Geografia e Educação - ANPEGE

Outubro

Professor do CGEO da UNIVASF participou de Mesa redonda no XIV Encontro Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ENANPEGE com Publicação de artigo no livro da ANPEGE em 2022

2021

S.D

2022

GEMA auxiliou na criação de duas unidades de conservação em Saúde (MONA Cachoeira do Paulista e APA do Paulista).

Janeiro

2022

Docente do CGEO aprova o projeto intitulado "Mudanças climáticas, desertificação e suas implicações na redução da biodiversidade de áreas produtivas: Análise de cenários sustentáveis no semiárido baiano" no Edital UNIVERSAL do CNPq.

Maio

Docente do CGEO participa da comissão de Avaliação Quadrienal da área de Geografia - CAPES.

2022

Outubro

2022

6ª edição do Caderno de Conflitos (dados de 2021).

Outubro

Docente do CGEO participa da comissão da área de Geografia do Programa Nacional de Livro Didático - PNLD - MEC.

2022

Outubro

2022

Docentes do CGEO atuam na reestruturação do PPC do curso de Geologia - UNIVASF.

Novembro

Docentes do CGEO UNIVASF participam de Projeto de Pesquisa Nacional em Rede denominado - A BNCC no controle da educação pública: mecanismos neoliberais para conter as perspectivas educacionais emancipatórias - realizado pela REDE DIVERSIDADE E AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA-REDAP

2022

2022

S.D

Estado da Bahia implementa a gestão por alocação para as Barragens de Ponto Novo e Pindobaçu, com participação da UNIVASF na Comissão.

Dezembro

2022

Participação de Professor do CGEO UNIVASF em pesquisa em Rede Nacional - A Reforma do Ensino Médio e seus desdobramentos no Ensino da Geografia e na Formação Continuada de Professores

2023

Desde

Professor do GEMA assume como Membro Titular do CEPRAM (Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia).

Abril a outubro

Realização da I Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular (JURA) do TIPNI.

2023

2023

Março

Docente do CGEO atua na comissão de Avaliação Propostas APCN da área de Geografia - CAPES

Maio

7ª edição do Caderno de Conflitos (dados de 2022), agregada à programação da I JURA.

2023

2023

Julho

Realização do 1º Seminário "Vivências LGBTQIA+", organizado pelo Colegiado de Geografia em parceria com o Núcleo GENI do IFBAIANO - campus Senhor do Bonfim.

S.D

Programa Águas da Serra (Mapeamento de Nascentes) ganha patrocínio.

2023

2023

S.D

Publicação de estudos sobre Ponto Novo (barragem), Antônio Gonçalves (geomorfologia), e relatórios sobre Geografia do Envelhecimento.

Outubro

2023

Docente do CGEO participa da comissão de seleção do prêmio Aziz Nacib Ab´Sáber, referente à(s) melhor(es) tese(s) e dissertação(ões) em Geografia na área de Geografia Física, no biênio 2021-2022. O concurso é referendado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE.

2023

Novembro

Professor do CGEO participou como palestrante em Mesa Redonda no V Congresso Internacional / VI Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação / do Seminário 10 Anos do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB, com posterior publicação em livro.

S.D

2024

GEMA apoiou a criação de três unidades de conservação em Pindobaçu (MONAs Águas das Neves e Poço Pelado, e APA das Serras de Pindobaçu).

2024

Maio

Participação de Docentes do CGEO UNIVASF na Organização e em mesas do IX Encontro Baiano de Geografia

Agosto

2024

GTOSS e CGEO realizam a palestra Crise estrutural do capital e Fraturas Metabólicas com o Professor José Gilberto de Souza da UNESP-SP

2024

Setembro

8ª edição do Caderno de Conflitos (dados de 2023).

2024

Setembro

8ª edição do Caderno de Conflitos (dados de 2023).

S.D

Projeto Resiliências Climáticas (GAMBÁ/UNIVASF) recebe prêmio de destaque estadual.

2024

2024

Fim

Professor do CGEO da UNIVASF convidado para coordenar o PROADES (programa do MMA/SUDENE).

Fim

Professora do CGEO como coordenadora financeira do Programa Escola da Terra no TIPINI

2024

2024

Fim

Plano de Manejo do MONA da Cachoeira do Paulista (elaborado pelo GEMA) é aprovado.

S.D

O curso de Licenciatura em Geografia completa 10 anos de funcionamento.

2025

2025

Abril a setembro

Desenvolvimento da II Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular (JURA).

Maio

9ª edição do Caderno de Conflitos (dados de 2024), como parte da II JURA.

2025


2025
Julho
Participação de Docentes do CGEO UNIVASF na Organização e em mesas do X Encontro Baiano de Geografia
Julho
Docente do CGEO é selecionado no Edital de Bolsista de Produtividade - CNPq na área de Geografia Física.
2025
2025
Outubro
Participação de professor do CGEO em reportagem no programa Fantástico da rede globo sobre desertificação
Outubro
Docente do CGEO é convidado a integrar a Câmara de Assessoramento e Avaliação de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes - FACEPE.
2025
2025
Outubro
Participação de professor e estudantes do CGEO na Jornada de Extensão na La Red BIOCULTURA de la FCA/UNA
Outubro
3ª Semana de Geografia da Univasf com a mesa de abertura de Manoel Fernandes de Sousa Neto
2025

ENSAIO DE ABERTURA

O sertão que nossos olhares habitam

Manoel Fernandes de Sousa Neto[1]

O olhar é uma questão de método; olhar por detrás do mundo formal que se apresenta e busca a todo o momento nos seduzir. Um olhar além-fenômeno, além-imediato, além-abstrato. Um olhar que atravessa o mundo dos sentidos. É por isso que costumamos dizer que as paisagens narram, e nelas podemos perceber o que muda, o que permanece, a presença das diversas transições e inumeráveis testemunhos.

O crítico literário Luiz Costa Lima, em seu belíssimo Terra Ignota, publicado pela editora Bertrand, em 2007, fez uma leitura, a nosso ver, original, sobre o clássico Os Sertões, de Euclides da Cunha. Ingenuamente, ou talvez induzidos por leituras outras, como a de Walnice Nogueira Galvão sobre a fortuna crítica do engenheiro-jornalista-militar, nos fazia pensar em influências muito mais ratzelianas que a de qualquer outro intelectual na obra.

O problema é o surgimento, pelas investigações de Costa Lima, de uma personagem muito influente naquele Brasil, que transitava entre a Monarquia e a República. E quem seria? Humbolt, Alexander von Humboldt, que descobrimos, em

[1] Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. O texto foi escrito para Conferência de Abertura da 3ª Semana de Geografia da UNIVASF, realizada em 14 de Outubro de 2025, como parte das Comemorações dos 10 anos de fundação do Curso de Geografia da UNIVASF Campus Senhor do Bomfim.

outras leituras, ter sido colega de figuras como José Bonifácio de Andrada, tutor de D. Pedro II, quando ambos estudaram assuntos ligados à metalurgia e mineração em Freiberg (Padua, 2002).

A existência de Humboldt no "Os Sertões", de Euclides da Cunha, revela uma leitura preciosa para imaginar o que eram terra, homem e luta, em um dos mais bárbaros episódios históricos do Estado, representante dos latifundiários, escravocratas e grileiros, contra Canudos e aqueles que viviam em regime comunal a propriedade da terra.

As imagens dos sertões, sejam lá que sertões forem, sempre baralham, como já tão bem nos ensinou Lilian Galetti (2000), ao tratar dos sertões de Mato Grosso à época da exploração aurífera. Uma hora se os classifica como inabitáveis, incivilizados, indevassáveis, longínquos e, logo depois, se os nomeia de ubérrimos, ricos, maravilhosos, fantásticos, basta que haja ouro, seja lá qual for a forma social do ouro. Mas é preciso, já aqui pontuar, em uma pausa para pensar coisas depois, como a devastação dos sertões se dá por projetos vinculados àquilo que Ilmar de Mattos (2005) classifica com uma expansão para dentro. Essa expansão para dentro alterna exploração mineral escravocrata com agro-hidro-mineral, negócio associado, atualmente, à sojicultura, mineração de todos os tipos, envenenamento e destruição da diversidade sócio-ambiental.

A excelente chave de interpretação desse olhar, além de Humboldt, Ratzel ou Cunha, vem de Antonio Carlos Robert Moraes, em um primoroso ensaio: "Os Sertões: um outro geográfico" (2003). Evidentemente, não queremos ser anacrônicos, já que esses autores distam séculos, mas Robert Moraes, quem sabe sob uma não declarada influência de Edward Said e seu livro "Orientalismos" (2003), assinala que o sertão é sempre um outro, apreendido a partir de olhares e interpretações

que dele se faz à certa distância e como aquele lugar por ocupar, dominar, explorar, civilizar. Como se não houvesse um sertão-em-si, nomeável na sua imensa e profunda complexidade, e, de maneira plural, a partir de suas ancestrais e históricas ocupações, usos e compreensões.

A palavra Sertão já teve inúmeras associações etnológicas, sendo uma delas aquela realizada a partir do historiador francês Jacques Le Goff (1983), para dizer da concepção de deserto, lugar ermo e sem ocupação humana, como algumas florestas medievais europeias, que povoavam o imaginário com seus monstros, seres perigosos e desconhecidos.

Nos mapas diversos sobre o hoje, ainda denominado território do Brasil, há, desde o período colonial e em variadas representações, os sertões associados à topônimos indígenas, revelando uma longa história de extermínio étnico e racial no Brasil, à medida que a lógica colonial capitalista avança em direção ao sentido Oeste. Em verdade, as gentes dos sertões nunca se entregaram sem que houvesse resistência e luta daqueles e daquelas que habitavam, muitas vezes de maneira a fluir com a sazonalidade climática e constituindo sofisticadas civilizações, capazes de semear Pantanais, Amazonas e Caatingas.

A natureza, dissociada da humanidade para realização metabólica do capital, como bem assinala Neil Smith (1988), em seu livro ***Desenvolvimento Desigual***, elege a natureza como o estranho, perigoso, desconhecido, enfeitiçado, feminino, apontado para sua dominação, controle e destruição, diante de uma razão que constitui a natureza como inimiga.

A desumanização da natureza, como processo social, é parte decisiva da construção do fetiche do capital e, por isso, se vende aos desastres, classificando-os de naturais, como se fossem naturais, quando, na verdade, são construções sociais e

históricas próprias da realização da forma social valor (Smith, 2022). Considerando essa lógica, os Sertões devem dar lucro, mesmo quando a imagem que deles se tem é de fome e morte. Os sertões do semiárido brasileiro sempre foram, contraditoriamente, desde sua colonização, esse lugar onde impera a barbárie dos diversos projetos de civilização e, logo, lugar de produção de miséria no atacado, para enriquecimento de pouquíssimos à varejo.

Um desses diversos projetos de civilização foi muito bem explorado pelo historiador inglês, Mike Davis. Mike Davis (2002), ao iniciar a pesquisa do que viria a ser seu livro *Holocaustos Coloniais: Clima, Fome e Imperialismo na Formação do Terceiro Mundo*, que inicia com uma investigação sobre o clima e, ao final, demonstra como as teorias acerca do clima, como a do El Niño, serviram para justificar a barbárie do fenômeno da seca em diversos lugares do mundo sob domínio do Império Britânico.

Holocaustos Coloniais demonstra que o fenômeno da seca ocorreu em diversos lugares do mundo no mesmo momento histórico de fins do Século XIX e princípios do Século XX: *Índia, China, Egito, Brasil*. Todos esses lugares tinham em comum a mesma coisa, que era o direto ou indireto domínio Britânico, naquele período histórico em que se consolidou um mercado mundial de alimentos, já que se mobilizaram toneladas de alimentos desses lugares para a Europa e, pior, o acesso a comida passou a ser realizado pela mediação do mercado e com forte interferência de um câmbio baseado na libra esterlina.

Em outras palavras, a seca, como fenômeno climático, não era algo novo em fins dos Oitocentos, o que houve, de novo, foi a fome em larga escala. Para tomarmos um exemplo, apenas em Fortaleza, capital do Ceará, em um único dia, morreram 1200 famélicos (Lira Neto, 1999).

A investigação de Mike Davis, ao compulsar as cifras oficiais, revela que em fins do século XIX, morreram nas colônias britânicas, cerca de 50 milhões de famintos. Outros tantos foram mobilizados para vários lugares para realizar trabalhos forçados e as terras de cultivo foram esvaziadas, naquilo que se pode compreender como um imenso capítulo de acumulação primitiva fora da Europa.

A barbárie da seca nos sertões semiáridos viu, muito antes do *Holocausto Judeu* na Europa, a criação de campos de concentração, como aqueles diversos que foram criados no Ceará, segundo demonstram as investigações de Kenya Rios, ***Condenados da Terra: o confinamento dos pobres em campos de concentração no Ceará, Nordeste do Brasi***l (2020), em princípios do século XX. Um pouco para nos lembrar, o que já afirmara Aimé Cesaire, em seu *Discurso Sobre o Colonialismo (2023)*, quando diz ter havido campos de concentração na África, muito antes que eles tenham ocorridos na Europa. Campos de concentração foram montados e administrados pelos impérios europeus para genocídios, como aqueles perpetrados por Leopoldo II no Congo Belga (Milani, 2011).

O aparentemente fenômeno natural da seca, vendido como desastre natural, em verdade, um fenômeno social e histórico, foi apropriado pelo capitalismo por intermédio de políticas baseadas em discursos técnicos e de engenharia, políticas como aquelas levadas a cabo pelo DNOCS e denunciadas tão bem por intelectuais como Francisco de Oliveira em seu *Elegia para uma Religião (1987)*. Ali, Francisco de Oliveira demonstrou o processo de desenvolvimento desigual e combinado, onde uma divisão regional do trabalho no Brasil, fazia do semiárido uma região de onde se mobilizava trabalhadores para outras regiões para serem soldados da borracha no Norte ou assalariados da industrialização da região Centro-sul.

Muitas são as interpretações discursivas que venderam os sertões semiáridos do Nordeste "lato sensu" como lugar pouco habitado, com um bioma problema, com atividades laborais pouco complexas e homogêneo em suas paisagens sócio-naturais. A todas essas diatribes, Aziz Ab'Saber responde com um artigo intitulado: "Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida" (1999), para propor como nenhuma dessas ideologias do semiárido se sustentam.

Aziz Ab'Saber principia por propor que o semiárido nordestino é o mais habitado do mundo, com cerca de 10 milhões de habitantes (dados dos fins de 1990). Classifica o bioma Caatinga como um dentre os muito existentes e como aquele que é extremamente bem adaptado, complexo e sofisticado. Afiança a existência de diversas tecnologias de pequena escala que são ancestrais (embora não use a palavra ancestralidade) e acaba com o mito do domínio dos chapadões para falar, por exemplo, das muitas áreas úmidas de brejo e onde havia e ainda hoje há, como testemunhas, espécimes das florestas de Mata Atlântica.

Por outro lado, os sertões semiáridos sempre foram esse lugar de resistência e luta: Canudos, Caldeirões, Palmares, … e agora MAB (Movimento dos Atingidos pelas Barragens), MAN (Movimento pela Soberania Popular na Mineração), MST (Movimento Sem-Terra) …

A Geografia, que é uma disciplina no panteão das ciências, criada pela classe que sempre prometeu progresso e só entregou barbárie, não sendo uma ilha-disciplinar, parece ser atravessada pelas condições de classe que se expressam como teoria e método em suas investigações, aplicações e processos. As questões teóricas e de método, não sendo meramente técnicas, mas próprias da economia política, vão expor as contradições que fazem alguma e alguns se vincularem a mineradoras, bigtechs, agro-hidro-negócios e aqueles/aquelas que estão brigando pela

manutenção das terras comuns, os fundos de pasto, às águas das culturas agroecológicas, às tecnologias de pequena escala, como as sementes crioulas.

A história logo dirá que uso fizemos da Geografia para constituir o mundo que herdamos todo dia. Para dizer do olhar que lançamos sobre as paisagens dos Sertões e dizer, nessa paisagem, a história que escolhemos realizar.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.
CÉSAIRE, Aimé. Discurso Sobre o Colonialismo. Feira de Santana, Editorial Adandé, 2023.

DAVIS, Mike. Holocaustos Coloniais: Clima, Fome e Imperialismo na Formação do Terceiro Mundo. São Paulo, Editora Record, 2002.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GALVÃO, W. N. Fortuna crítica. In: CUNHA, E. da. Os sertões. Edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ubu Editora; Edições Sesc São Paulo, 2016.

LE GOFF, Jacques. "O Deserto-Floresta no Ocidente Medieval" in: O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval. Lisboa, 1983, edições 70.

LIMA, Luiz Costa. Terra Ignota: a construção de Os Sertões. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack Braziliense, n.1, São Paulo, USP, Maio de 2005 (pp. 08-26)

MILANI, Martinho Camargo. Estado Livre do Congo: imperialismo, a roedura
geopolítica (1885-1908). Dissertação de Mestrado, Programa de História Econômica, USP, São Paulo, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um "outro" geográfico. Revista Terra Brasilis, n.4/5, Janeiro de 2003. (pp. 4-11)

NETO, Lira. O Poder e a Peste: a vida de Rodolfo Teófilo. Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PADUA, José Augusto. Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

RIOS, Kenya. Condenados da Terra: o confinamento dos pobres em campos de concentração no Ceará, Nordeste do Brasil. Mester, 49, 2020.

SAID, Edward. Orientalismos: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia de Bolso, 2003.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988
_____ . Não Existe Desastre Natural. In: https://diplomatique.org.br/nao-existe-desastre-natural/ (2022)

CAPÍTULO 1

Geografia do envelhecimento e a produção social do espaço em Senhor do Bonfim – BA[2]

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega[3]

Introdução

O envelhecimento humano constitui um dos fenômenos mais relevantes do século XXI, tanto pela velocidade com que se impõe nas sociedades contemporâneas, quanto pelos seus efeitos diretos sobre a produção e reprodução do espaço social.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008; 2022) estima que, em 2050, a população com idade igual ou superior a 60 anos corresponderia a aproximadamente 22% da população

---

[2] Texto elaborado para o livro de comemoração aos 10 anos do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Univasf – Campus Senhor do Bonfim – BA. As pesquisas citadas neste documento correspondem a projetos de Iniciação Científica construídos entre 2018 e 2025. Como agradecimento, gostaria de registrar as contribuições de Lucas da Silva Rodrigues, Raiane Dias Cruz, Jamille de Oliveira Serqueira, Valéria Cunha Rodrigues, Jessica Auanne Farias Silva, Lucas dos Santos Silva. Elizandra Barreto da Silva Lacerda.

[3] Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francico; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Vale do São Francisco; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE/CNPq-Univasf.

mundial e que o período compreendido entre 2015 e 2050 revelará uma aceleração ainda mais marcada no perfil do envelhecimento populacional mundial, indicando que 22% do total da população mundial será construído por pessoas acima dos 60 anos de idade.

O aumento da concentração de pessoas acima de 60 anos no mundo é acompanhado pela ampliação da expectativa média de vida das pessoas ao nascer. Em estudos da OMS (2024), em 2023 é possível constatar que a expectativa de vida média da população mundial era de 73,3 anos, o que superava em 8,4 anos a expectativa de vida daqueles que nasceram em meados da década de 1990 do século passado. Em 30 anos, houve o acréscimo de quase uma década na esperança de vida média; esse incremento é algo inédito na história da dinâmica populacional mundial e impõe uma agenda temática importante sobre a vida da velhice no mundo todo em múltiplos contextos.

Associada à noção de ampliação da participação da pessoa idosa na população mundial, os estudos da OMS apontam para um dado ainda mais alarmante: estima-se que 80% da população de pessoas acima dos 60 anos viverá em países classificados com renda baixa e média. Essa constatação exige construção de políticas públicas emergenciais para lidar com a temática do envelhecimento, aliada a questões sociais básicas.

No Brasil, projeções do IBGE (2018) indicam que, nas próximas décadas, o país deixará de ser considerado "jovem", registrando um aumento significativo no contingente de pessoas idosas. Esse processo, que já é consolidado em países do chamado Norte Global, assume, nas sociedades em desenvolvimento, contornos específicos: ocorre em ritmo acelerado, sem que as estruturas urbanas e as políticas públicas acompanhem adequadamente as novas demandas sociais.

Ao analisar os dados históricos, os relatórios e as projeções apresentadas sobre o crescimento populacional brasileiro, é possível perceber que a mudança da taxa de crescimento populacional gera um impacto muito forte para a totalidade do grupo populacional: enquanto que em 1960 a taxa de crescimento populacional era de 3,04% ao ano, atualmente essa taxa é de 1,44% ao ano[4], com redução na velocidade de crescimento, o que altera as taxas de reposição populacional. Vivenciamos um cenário de transição demográfica[5], que tem implicações muito importantes para a dinâmica populacional.

A transição demográfica é a principal característica da alteração do perfil populacional brasileiro. Observa-se uma redução das taxas de mortalidade e de natalidade/fecundidade, em geral, as mulheres em idade fértil passaram dos seis filhos, em média, para aproximadamente dois. Essa condição é associada com a longevidade, ou seja, a ampliação da expectativa de vida levou o país para uma nova configuração populacional, em que a tendência é que o crescimento se estabilize nas próximas décadas e, em um período maior, a taxa de crescimento comece a ser negativa.

Além de alterar as taxas de crescimento da população, dependendo da velocidade da queda de cada componente e da sincronicidade entre elas, a transição demográfica acarreta uma alteração da estrutura etária da população, em termos da modificação da participação percentual de indivíduos com

---

[4] Cf. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm, e, http://countrymeters.info/pt/Brazil.

[5] "O processo de transição demográfica ou transição vital é uma das principais transformações pelas quais vem passando a sociedade moderna. Ele caracteriza-se pela passagem de um regime com altas taxas de mortalidade e fecundidade/ natalidade para outro regime, em que ambas as taxas se situam em níveis relativamente mais baixos" (Borges; Campos; Silva, 2015, p. 139).

diferentes idades, ou seja: há uma redistribuição na proporção de crianças, adultos e idosos na população. O fenômeno tem sido vivenciado há mais de um século em quase todas as regiões do planeta; por isso, é amplamente estudado e debatido pelos estudiosos da população (Borges; Campos; Silva, 2015, p. 140).

Os relatórios e estimativas populacionais elaborados pelo IBGE tomam como base que, sob esse ritmo de crescimento e se as circunstâncias gerais não sofrerem grandes alterações, até o ano de 2050, a taxa de crescimento populacional será negativa, isso implica revelar um descompasso na transição demográfica, acarretando em uma diminuição substancial no número de crianças e jovens e um aumento progressivo no total de adultos, principalmente no número de idosos, levando o Brasil a uma condição demográfica semelhante, ou mais forte, que a da Inglaterra, por exemplo, em que o número de idosos corresponderá ao maior grupo populacional. Essas estimativas apontam para uma taxa de crescimento de -0,291% no ano de 2050.

As projeções são aproximações da realidade que só têm sentido quando se tornam realidade, há uma série de fatores que alteram o curso da história. Para tomarmos como exemplo o próprio caso brasileiro, nunca é reincidente apontar que, pelas projeções feitas entre as décadas de 1950 e 1960, hoje, a população brasileira deveria estar crescendo em um ritmo de 3% ao ano[6].

[6] "Desde os anos 1960 que a taxa de crescimento da população brasileira vem experimentando paulatinos declínios, intensificando-se juntamente com as quedas mais pronunciadas da fecundidade. No período 1950-1960, a taxa de crescimento da população recuou de 3,04% ao ano para 1,05% em 2008. Mas, em 2050, a taxa de crescimento cairá para –0,291%, que representa uma população de 215,3 milhões de habitantes. Segundo as projeções, o país apresentará um potencial de crescimento populacional até 2039, quando se espera que a população atinja o chamado "crescimento zero". A partir desse ano serão registradas taxas de crescimento negativas, que correspondem à

O cenário dos países de industrialização tardia, e entre eles está o Brasil, aponta para um processo de transição já realizado ou em curso (de extrema velocidade), enquanto os países da Europa ocidental levaram anos para que as taxas de envelhecimento populacional chegassem aos níveis do presente. O Brasil, está experimentando esse mesmo processo em questão de algumas décadas, o que acarreta, necessariamente, em desequilíbrios do ponto de vista da gestão e da governança.

Cabe ressaltar que, nos países do oeste da Europa, os primeiros a experimentarem o fenômeno, as taxas de mortalidade e de fecundidade caíram lentamente, fazendo com que a transição demográfica durasse mais de um século para ocorrer. Por outro lado, em alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, esse processo se deu de forma bastante rápida, com as populações sofrendo mudanças bruscas em curtos períodos (Borges; Campos; Silva, 2015, p. 140).

No município de Senhor do Bonfim, localizado no Piemonte Norte do Itapicuru (Bahia), esse cenário se manifesta de modo particular. Embora os indicadores estatísticos não apontem, ainda, para um processo de envelhecimento tão acentuado quanto em regiões metropolitanas, as pesquisas realizadas pelo Colegiado de Geografia (CGEO/Univasf) evidenciam que a velhice já se inscreve como categoria central para compreender as dinâmicas socioespaciais locais. As investigações do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço (GEPPSE) têm revelado que as pessoas velhas enfrentam múltiplos desafios: barreiras de acessibilidade

queda no número da população. Vale ressaltar que se o ritmo de crescimento populacional se mantivesse no mesmo nível observado na década de 1950 (aproximadamente 3% ao ano), a população brasileira teria chegado, em 2008, a 295 milhões de pessoas e não nos 189,6 milhões divulgados à época" Fonte: *http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1272*.

urbana, condições precárias de moradia, insuficiência da aposentadoria, inserção desigual no mercado de trabalho e perda de referências culturais em comunidades tradicionais.

A Geografia do Envelhecimento, nesse contexto, emerge como um campo analítico capaz de articular os processos globais de reestruturação demográfica às práticas e experiências cotidianas dos sujeitos velhos. Mais do que um enfoque descritivo, trata-se de compreender a velhice como dimensão da vida social que envolve contradições e desigualdades. Como apontam Corrêa (1989) e Carlos (2011a, b), o espaço é simultaneamente produto, condição e meio da vida social. Assim, compreender o envelhecimento em Senhor do Bonfim exige analisar as formas como o espaço urbano acolhe — ou nega — as necessidades dessa população.

Além disso, é importante destacar que a velhice não se apresenta de forma homogênea. Fatores como gênero, classe social, território e pertencimento étnico geram experiências diferenciadas do envelhecer. Nas comunidades quilombolas de São Tomé (Campo Formoso – BA) e Tijuaçu (Senhor do Bonfim – BA), por exemplo, os sujeitos velhos desempenham papel central na preservação de tradições culturais, mas enfrentam dificuldades na transmissão intergeracional desses saberes, diante de um contexto marcado por transformações econômicas, pressões externas e desinteresse das gerações mais jovens. Já no espaço urbano central, os sujeitos velhos relatam dificuldades de circulação e uso dos espaços públicos, o que evidencia uma dimensão de exclusão cotidiana que limita o exercício do direito à cidade.

Este capítulo, portanto, tem como objetivo discutir os resultados de uma série de pesquisas desenvolvidas entre 2018 e 2025 no âmbito do CGEO/UNIVASF, organizadas no marco do projeto “Geografia do Envelhecimento e Produção do Espaço”.

A proposta é articular empiricamente os resultados de campo (entrevistas, questionários, observações) com uma fundamentação teórica robusta, destacando como a Geografia pode contribuir para a compreensão das contradições sociais inscritas na velhice.

Este escrito, debruça-se, assim, sobre três eixos fundamentais: (i) o envelhecimento como processo global que reconfigura as estruturas demográficas e impõe novas demandas sociais; (ii) as especificidades do envelhecimento em Senhor do Bonfim, reveladas pelas pesquisas acadêmicas e pelos relatos dos sujeitos velhos; e (iii) a Geografia do Envelhecimento como campo emergente, que permite analisar as relações entre velhice, espaço e sociedade a partir de uma perspectiva crítica.

Produção do espaço e envelhecimento

A compreensão do espaço, antes das contribuições de Henri Lefebvre, esteve fortemente vinculada a concepções abstratas e externas à vida social. Tratava-se de um espaço concebido como vazio, regido por critérios geométricos e matemáticos — euclidiano, cartesiano, newtoniano —, reduzido à distância mensurável entre pontos hipotéticos, e, portanto, desprovido de densidade histórica e social. No plano da prática espacial, entretanto, esse mesmo espaço era preenchido por intencionalidades ligadas à planificação e à urbanização, orientadas pela lógica da acumulação e da circulação mais eficiente dos produtos. Essa discrepância evidencia a contradição fundamental entre teorias do espaço e práticas espaciais, frequentemente encoberta por ideologias difusas que confundiam níveis de análise — do cosmológico ao humano, do macro ao micro —, sem a devida clareza conceitual ou metodológica. Lefebvre (2006, p. 4) destaca que essa "ideologia

da espacialidade", ao misturar racionalidade técnica, planificação autoritária e representações triviais, sufocava o debate crítico acerca da produção do espaço.

A reflexão sobre o sentido do espaço, que inevitavelmente se entrelaça com o modo de produção capitalista, revela um campo de forças produtivo capaz de gerar determinações que moldam um projeto (ou contraprojeto) de homem, de sociedade e de mundo, impondo características muito particulares a tudo e a todos. O espaço da modernidade se reduz e se amplia em um movimento dialético, onde, como definiu Lefebvre (2006), percebe-se a existência de um espaço abstrato que tenta se impor como verdade e um espaço social (concreto) que revela o movimento e as trajetórias da vida.

Daí o esforço em entender o espaço (social) e o tempo (social), não mais como fatos da "natureza" mais ou menos modificados, nem como simples fato de "cultura", mas como produtos sociais, históricos e políticos. A produção do espaço (e do tempo) não os considerava como "objetos" e "coisas" quaisquer, saindo de mãos ou de máquinas, mas como os aspectos principais da natureza segunda, efeito da ação de sociedades sobre a "natureza primeira"; sobre os dados sensíveis, sobre a matéria e as energias. Produtos? Sim, num sentido específico, notadamente por um caráter de globalidade (não de "totalidade") que os produtos não têm na acepção ordinária e trivial, objetos e coisas, mercadorias (ainda que o espaço e o tempo produzidos, loteados, sejam trocados, sejam vendidos, sejam comprados como "coisas" e objetos"!) (Lefebvre, 2006, p. 4).

O espaço, resultado da construção social, se torna uma síntese de processos complexos: descoberta-produção-criação[7],

[7] "O conceito de espaço religa o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos,

que tem como característica fundamental a simultaneidade, ou seja, o espaço não é isso ou aquilo, mas a reunião do isso e do aquilo, compreendidos por um conjunto complexo de inter-relações que compreendem as abstrações e as materialidades. Entretanto, ao se entender que o espaço muda de acordo com o modo de produção, isso não significa afirmar que há uma ligação direta e transparente entre o modo de produção e o espaço; é preciso investigar as conexões, é preciso vasculhar as contradições e revelar as determinações que irão possibilitar as aproximações com o espaço.

É importante destacar que a modernidade cria um espaço falsificado, um espaço expressão do signo moderno, ou seja, a busca pelo novo e belo como artifícios da sociedade do espetáculo e do consumo. Esse espaço da modernidade, segundo Lefebvre (2006, p. 6), "tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hirarquização[8].

De um lado, há um espaço mental; espaço de representação que tenta, através de discursos ideológicos de várias ordens, esconder as simplificações e reduções a que a vida está encarcerada, ou seja, que é constituído pela forma e pela

desconhecidos, de continentes ou dos cosmos) – produção (da organização espacial própria a cada sociedade) – criação (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o décor). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade, pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição, na inteligência e sobre a reunião material, de elementos dos quais se produz a simultaneidade..." (Lefebvre, 2006, p. 6).

[8] "Ele tende ao homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais – exigências análogas dos intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos "conjuntos", de fato isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em migalhas! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc." (Lefebvre, 2006, p.7).

tentativa de borrar a compreensão da totalidade do mundo; que se apresenta como um campo abstrato que cinde o trabalho e retira dele a possibilidade de criação da vida e o preenche de impossibilidades, condenando à classe trabalhadora a uma morte em vida; um espaço capturado por abstrações e que forja, com a legitimação do Estado, um plano de reprodução da vida baseado em princípios que retiram a possibilidade de realização da vida coletiva e aprisiona a capacidade criadora do homem em uma espécie de script que leva a uma homogeneização redutora, ou seja, sugere (impõe) um programa roteirizado para o cotidiano social que se materializa através de pilares postos através da cotidianidade.

E, do outro lado, o espaço social que surge como reflexo necessário do mundo vivido como realidade, como experiência completa, que tem determinações, mas que estas determinações precisam ser investigadas para revelar os sentidos da contradição posta por esses roteiros falsificados, disneyficados, que aprisionam a vida; o espaço social, entendido como o campo do possível, que tenta superar os constrangimentos impostos, revelando as verdadeiras intencionalidades escondidas nos roteiros, fazendo aparecer os conflitos de classe, os conflitos de gênero, de sexualidade, de idade etc. Como aponta Ana Fani Alessandri Carlos (2015, p. 14),

> [...] o espaço surge como localização das atividades do homem, de um grupo humano, para em seguida compreender que a atividade do homem, além de localizar-se, é capaz de organizar um espaço. Numa abordagem diferenciada, a partir dessa materialidade incontestável da produção do espaço, busca-se os seus conteúdos mais profundos, descobrindo os sujeitos e suas obras, através de sua produção em suas determinações gerais e específicas. A materialização do processo dada pela concretização das relações sociais

> produtoras dos lugares é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida.

O que está em questão é que a produção da sociedade, do espaço e da vida na modernidade, está capturada por uma lógica, que cada vez mais se reinventa e se metamorfoseia na tentativa de se manter hegemônica, que impossibilita que a produção do espaço se dê sob parâmetros mais justos, uma vez que não há justiça nos esquemas postos. O que, no limite, impõem racionalidades que reproduzem as inequidades e injustiças do modo de produção de forma naturalizada.

Essa condição de vida moderna, que é, ao mesmo tempo, condição social e condição espacial, nega a condição humana; nega a possibilidade de realização da vida como uma totalidade capaz de produzir estruturas sociais menos desiguais. Essas negações, que também são constrangimentos e interdições, são formadas, em uma das possibilidades e das estancias de análise, como reflexo da tentativa de construção de homogeneidades do pensamento e da organização da vida.

Nessa definição sintética, é preciso ter o cuidado de não converter o espaço em uma cristalização, ou seja, entender que o sentido do espaço, acionado pelo seu processo de produção, seja a construção de um arranjo emaranhado de centros e periferias, ou seja reduzindo a análise apenas às condições momentâneas da centralidade[9]. Essa leitura levaria a uma revisão da lógica

[9] "As enormes favelas da América Latina (favelas, "bairros", "ranchos", etc.) contêm uma vida social muito mais intensa que as partes emburguesadas das cidades. Esta vida social se traduz na morfologia, mais só persiste se defendendo e atacando através de lutas (formas modernas de luta de classes). Apesar da miséria, a disposição do espaço – casas, muros, praças – desperta uma admiração inquieta. A apropriação atinge aí um nível extraordinário" (Lefebvre, 2006, p. 122).

formal e faria emergir uma máxima de que o processo de produção do espaço se resumiria a uma sequência evolutiva de produção, revelando uma hierarquia vazia de sentido, o que conduziria a reduções ainda mais perversas.

Em verdade, de acordo com Lefebvre (2006), o movimento da lógica formal que cria a noção de espaços da racionalidade induzida, ou seja, o espaço abstrato como forma de construção de sociabilidade, faz com que o sentido da "produção" do espaço seja a busca por uma homogeneização, sendo as divergências e as diferenças entendidas como condições periféricas que só conseguem se realizar às margens, numa espécie de exterioridade que aglutina todos aqueles fatores que reduzem o processo de produção capitalista do espaço.

As diferenças se mantêm, ou começam, à margem da homogeneização, seja como resistências, seja como exterioridades (o lateral, o heterotópico, o heterológico). O diferente é, primeiro, o excluído: os periféricos, as favelas, os espaços dos jogos proibidos, os da guerrilha e das guerras. Cedo ou tarde, entretanto, a centralidade existente e as potências homogeneizantes absorvem as diferenças, se elas permanecem na defensiva e não passam ao contra-ataque. Então, a centralidade e a normalidade mostram os limites de sua capacidade de integração, de recuperação ou de eliminação daquilo que transgride (Lefebvre, 2006, p. 122).

A verdade do espaço consiste em revelar esses processos contraditórios, nela reside a possibilidade de extrapolar as definições impostas por racionalidades distantes que não compreendem os processos de tessitura coletiva das espacialidades; a verdade do espaço passa por uma construção e um entendimento da vida, vivida como possibilidade, e irrompe até a compreensão do mundo em que a vida está inserida,

negando, sem excluir, a possibilidade de entender a verdade sem vida.

A filosofia, antes de ser negada, aparece subsumida no processo de revelar a verdade do espaço, uma vez que a verdade do espaço só pode revelada a partir de uma compreensão dialética que aponta para a construção das formas-conteúdo, ou seja, não há possibilidade de o espaço existir como algo dado a priori, ou seja, antes da prática social, nem que ele se restrinja a um chapado vazio em que apenas a aparência e a sua mobilidade (redes e fluxos) o dotem de sentido. A verdade do espaço é sempre uma construção referencial que tem como ponto de partida e ponto de chegada a materialidade da prática social, que também é uma prática espacial. Existe, ao mesmo tempo, um cotidiano que nega a construção filosófica do mundo, e a Filosofia que nega o cotidiano nas suas reflexões.

O espaço se apresenta como um produto que caminha desde o concebido até o vivido, mas é no vivido que se revela a possibilidade de compreensão da vida. É no sentido da realização da vida que a centralidade surge como uma ferramenta fundamental para entender a verdade do espaço, pois, se a realização da vida é o que alimenta o processo de construção do espaço, somente através das centralidades construídas é que se enxerga o movimento do real, capturado na construção da vida cotidiana. A totalidade, guia da ação e do pensamento, é ressignificada e a centralidade a substitui.

A noção de centralidade substitui àquela de totalidade. Ela a desloca, a relativiza, a dialetiza. Toda centralidade se constitui, depois se dispersa, se dissolve, estoura: saturação, perda, agressões etc. O que impede a fixação do "real" e o mobiliza sem tréguas. O que introduz uma figura geral (o centro e o descentramento) que dá lugar ao repetitivo, ao diferencial, ao tempo e a justaposição (Lefebvre, 2006, p. 129). A démarche da

produção do espaço como uma inevitabilidade histórica e, por isso, como resultado de um processo que traz consigo a emergência do espaço como produto.

A chave de compreensão para entender os processos desiguais que mantêm o capitalismo como um elemento hegemônico, sem que para isso ele tivesse que resolver seus conflitos internos, estava na ocupação, mais especificamente na produção do espaço a partir das relações sociais próprias a sua existência, emerge uma prática social, que, mais tarde, irá dar possibilidade a emergência de uma prática social urbana[10].

Na discussão do espaço como produto social e histórico, se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento (Carlos, 2008, p. 34).

Carlos (2008, p. 36) chama atenção para o fato de que "a produção do espaço aparece como produção da existência humana", por isso, nos parece evidente que cada vez mais a construção desse mundo necessário para a reprodução da vida compreende as dimensões econômicas e os circuitos da produção (produção, circulação, troca, consumo), mas também como manifestação das condições sociais, dos conflitos postos, das superações, dos desejos e dos sonhos. A materialidade do mundo moderno é cada vez mais determinada pelos termos impostos

[10] "Sabe-se que Henri Lefebvre refletiu profundamente sobre estas questões e dedicou-lhes, inclusive, mais de uma obra. Movia seu interesse saber por quais meios o capitalismo, como uma formação social em processo, conseguiu atenuar sem resolver, durante um século, as suas contradições internas. Como desenvolvimento das forças produtivas seguiu seu curso. Qual o preço disso? Por quais meios? Foi então que sem hesitar respondeu: "isso sabemo-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço". O espaço integra as relações sociais e vai propiciando unidade teórica e prática ao conjunto social" (Seabra, 2003, p. 15).

pela sociedade do lucro[11], mas também compreende – ainda que seja nos resíduos destas relações, a periferia não captura completamente, as resistências – a solidariedade como uma dimensão possível da condição humana.

Como apontam Corrêa (1989) e Carlos (2011a, b), o espaço é simultaneamente produto, condição e meio das relações sociais. A produção social do espaço, portanto, não pode ser compreendida sem considerar os sujeitos que o habitam em diferentes fases do ciclo da vida. O envelhecimento, nesse sentido, revela contradições fundamentais da urbanização contemporânea: de um lado, o crescimento acelerado da população idosa; de outro, a ausência de planejamento urbano real, capaz de responder às suas necessidades.

As pesquisas sobre acessibilidade urbana em Senhor do Bonfim mostram com clareza esse descompasso: calçadas irregulares, tempo insuficiente de travessia nos semáforos e ocupação do espaço público pelo comércio forçam os sujeitos velhos a se expor a riscos ou a abandonar a circulação no espaço urbano. Esses obstáculos não são meramente técnicos: são a expressão de um espaço produzido sob a lógica da velocidade e do consumo, que nega a temporalidade mais lenta e as demandas específicas da velhice.

A teoria da produção do espaço, desenvolvida por Henri Lefebvre (2001), fornece um arcabouço fundamental para pensar o envelhecimento. O espaço urbano não é apenas um cenário onde a vida acontece, mas uma construção social permeada por disputas. Nesse sentido, os sujeitos velhos, ao circularem ou serem impedidos de circular pela cidade, revelam as

[11] "No ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como princípio organizador básico da vida econômica" (Harvey, 2000, p. 117).

contradições de uma urbanização que privilegia a lógica do capital em detrimento do direito à cidade.

Milton Santos (1996) amplia essa discussão ao analisar a natureza do espaço como resultado da interação entre técnica, tempo e norma. Para ele, o espaço deve ser entendido como um híbrido de fixos e fluxos, o que nos ajuda a compreender as dificuldades enfrentadas pelos idosos diante de calçadas irregulares, semáforos rápidos e ausência de rampas. A cidade, produzida para fluxos rápidos e consumo, nega o tempo lento do envelhecimento. David Harvey (2012) acrescenta que o capitalismo contemporâneo, ao reestruturar as cidades, acentua as desigualdades socioespaciais. Nesse contexto, os sujeitos velhos vivenciam de forma aguda a exclusão: aposentadorias insuficientes, habitações precárias e pouca participação em processos decisórios sobre o espaço urbano.

O envelhecimento populacional, tornado visível pela transição demográfica, faz emergir a velhice como categoria analítica incontornável, que não pode ser pensada dissociada dos pressupostos econômicos, sociais e históricos que estruturam a sociedade. As cidades contemporâneas, concebidas para sustentar a velocidade da circulação e a reprodução ampliada do capital, demonstram-se incapazes de abarcar esse contingente crescente, o que gera uma contradição evidente: de um lado, a promessa da modernidade de prolongar a vida humana por meio dos avanços da medicina, do saneamento, da urbanização; de outro, a incapacidade estrutural de incorporar socialmente os sujeitos velhos, que acabam relegados à invisibilidade, à exclusão espacial e a condições subalternizadas de existência.

A vida urbana se revela, nesse sentido, como um texto de alta complexidade, que exige múltiplos ajustes de escala para ser apreendido: o macro e o micro, a totalidade e a vida cotidiana. É no cotidiano que as barreiras se materializam, seja na calçada

inacessível, no transporte público hostil, na moradia precária ou no isolamento residencial. A velhice, vivida no espaço urbano contemporâneo, é, portanto, simultaneamente, uma experiência de prolongamento da vida e de intensificação das desigualdades. Não há neutralidade: o envelhecer, tal como o espaço, é produzido sob as condições de uma sociedade que privilegia o lucro em detrimento da solidariedade, a eficiência em detrimento da dignidade, a mercadoria em detrimento do humano.

A crítica de Simone de Beauvoir (1990) é eloquente: em um mundo regido pelo capital, o ser humano só interessa enquanto força produtiva ou consumidor; depois, é descartado como refugo. Nesse cenário, emerge a figura de uma "velhice aceitável", restrita àqueles que dispõem de recursos para consumir serviços, produtos e estilos de vida estetizados, espetacularizados pela indústria cultural. Para a maioria, entretanto, resta a invisibilidade e a condenação a uma velhice precarizada, marcada pela pobreza, pelo trabalho doméstico eternizado e pela marginalização social. Essa mercantilização da velhice evidencia que o envelhecer, longe de ser apenas condição biológica, é também campo de disputa econômica e simbólica.

O Welfare State chegou a sinalizar, em alguns países, a possibilidade de uma velhice diferente, amparada por conquistas da classe trabalhadora no pós-guerra. Mas o desmantelamento desse modelo, associado à reestruturação produtiva, recolocou os sujeitos velhos no olho da tormenta do capitalismo global. A dependência prolongada das gerações mais jovens, o desemprego estrutural e a precarização dos direitos converteram o envelhecimento em fator de pressão sobre os arranjos familiares, ao mesmo tempo em que o mercado incorporou o velho como nicho de consumo, seja pela via da medicalização, da saúde transformada em moeda, seja pela

estetização da "terceira idade" como tempo de lazer, condicionada, porém, à capacidade de pagamento.

A velhice, portanto, é multipolar: não há uma única experiência de envelhecer, mas múltiplas velhices, atravessadas por classe, gênero, etnia e território. No capitalismo periférico, sobretudo, a velhice da classe trabalhadora é radicalmente distinta da velhice consumida como espetáculo nos estratos médios e altos. A chamada "classe trabalhadora velha" carrega os ônus de uma vida de exploração e, ao atingir a velhice, encontra um espaço urbano hostil, uma previdência social enfraquecida e uma sociabilidade que os associa à improdutividade.

É nesse ponto que a Geografia do Envelhecimento se mostra fundamental: ao articular produção do espaço e envelhecimento, ela ilumina os modos como o capitalismo produz tanto a cidade quanto a velhice como territórios de exclusão e resistência. Trata-se de compreender que envelhecer não é apenas prolongar o tempo de vida, mas viver em condições concretas, em espaços desiguais, sob ideologias que hierarquizam e descartam sujeitos. A análise geográfica, ao inscrever o envelhecimento no debate sobre a produção do espaço, recoloca a velhice como questão política e não apenas biológica, como questão social e não apenas individual, como questão espacial e não apenas existencial.

Metodologia

As pesquisas conduzidas no âmbito do Grupo de Estudos sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE/Univasf partem parte do reconhecimento de que o envelhecimento humano, a reprodução do espaço urbano e o cotidiano constituem

categorias centrais para a análise geográfica. O método é orientado pela perspectiva dialética, entendida não como procedimento linear, mas como movimento regressivo-progressivo, capaz de articular os dilemas concretos da vida cotidiana com suas mediações abstratas e históricas. Assim, temos a compreensão de que o espaço é produto, meio e condição das relações sociais, sendo continuamente produzido e reproduzido pelos diferentes agentes.

O percurso metodológico assumido é fruto de uma trajetória investigativa não linear, marcada por experiências de campo, inquietações teóricas e reelaborações conceituais. O urbano é tomado não apenas em sua forma, mas como expressão de conteúdos sociais e históricos que revelam conflitos, contradições e possibilidades de reprodução da vida, especialmente dos sujeitos velhos. Essa opção metodológica se ancora na crítica lefebvriana ao espaço: concebido, percebido e vivido, se articulam como dimensões indissociáveis, cujo exame exige romper com a lógica formal e abrir-se ao exame das negatividades e contradições subsumidas na realidade

Analisar o envelhecimento em Senhor do Bonfim significa compreender como a cidade expressa, em sua materialidade e em suas práticas cotidianas, as contradições sociais que envolvem a velhice. As pesquisas privilegiaram a vida cotidiana como chave analítica, considerando-a lugar da reprodução ampliada do capital, mas também espaço da resistência e da revolução possível. O método não busca apenas descrever fenômenos, mas problematizar as práticas sociais, revelar as contradições entre discurso e materialidade, entre o plano idealizado das políticas e a experiência real dos velhos nos fragmentos da cidade. Essa perspectiva se materializa em hipóteses que colocam em evidência:

- a contradição entre as representações institucionais do envelhecimento e as necessidades concretas dos sujeitos;
- a realização da vida cotidiana em meio a obstáculos, constrangimentos e barreiras urbanas;
- a guetificação e a imobilidade impostas aos velhos pobres;
- e as representações produzidas pelos próprios velhos como resíduos capazes de tensionar estereótipos e abrir caminhos de resistência

O método é, ao mesmo tempo, teórico e empírico, articulando categorias críticas (espaço, cotidiano, envelhecimento) com dados produzidos em campo. A abordagem metodológica se ancora na indissociabilidade entre forma e conteúdo, teoria e prática, história e presente, permitindo compreender o envelhecimento como processo social e espacial, inscrito nas contradições da produção capitalista do espaço.

A abordagem qualitativa permitiu captar dimensões que os números sozinhos não revelam: sentimentos de pertencimento, experiências de exclusão, memórias de vida e percepções subjetivas em relação ao espaço urbano e comunitário. Esses dados foram triangulados com bases do IBGE, INSS e OMS, dentre outras fontes de dados primárias.

As pesquisas foram realizadas em diferentes contextos empíricos: (i) centro urbano de Senhor do Bonfim, com entrevistas e observações sobre acessibilidade, mobilidade e uso de espaços públicos; (ii) bairros periféricos, com questionários sobre condições de moradia e redes de apoio; (iii) comunidades quilombolas de São Tomé e Tijuaçu, com entrevistas em profundidade sobre memória, cultura e transmissão intergeracional; e (iv) espaços de convivência social (praças,

comércio, unidades de saúde), para discutir aposentadoria, trabalho e renda. Os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas, questionários estruturados, observação direta com diário de campo e histórias de vida.

Os participantes foram selecionados por conveniência, considerando disponibilidade e diversidade de perfis (homens, mulheres, moradores urbanos, quilombolas, aposentados e em atividade). Foram priorizados sujeitos com idade igual ou superior a 60 anos, conforme o Estatuto do Idoso (2003). Houve esclarecimento prévio sobre os objetivos das entrevistas, garantia de anonimato e respeito à recusa em responder questões, preservando a dignidade dos participantes.

As entrevistas foram gravadas (com autorização) e transcritas. O material foi analisado com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), o que permitiu identificar categorias emergentes como acessibilidade, isolamento, renda, identidade e cultura. Os questionários foram tabulados e cruzados com dados censitários do IBGE e informações do INSS, contextualizando os relatos em uma dimensão mais ampla. A combinação de técnicas garantiu abordagem densa, capaz de interpretar a velhice como fenômeno social, cultural e espacial.

Entrecruzamentos de pesquisas: direto à cidade e múltiplas velhices no contexto geográfico de Senhor do Bonfim – BA.

A caracterização do envelhecimento humano em Senhor do Bonfim revela a complexidade de um processo que não pode ser reduzido a estatísticas demográficas ou projeções etárias. O que se desvela é um campo de tensões, contradições e experiências que mostram a velhice como parte da produção social do espaço, inscrita no cotidiano de sujeitos que, apesar de

portarem consigo um acúmulo de trajetórias, permanecem relegados à condição de *exis* social, tal como descreveu Beauvoir (1990), quando afirmou que o velho é aquele que, salvo exceções, "não faz mais nada", vivendo como uma espécie estranha dentro de uma sociedade que o define pela improdutividade.

No caso bonfinense, a pesquisa de campo com 67 sujeitos com idade igual ou superior a 60 anos permite constatar que a velhice é majoritariamente feminina, refletindo uma tendência nacional. Esse dado não é neutro: as mulheres velhas acumulam não apenas os efeitos da desigualdade de gênero vivida ao longo de suas vidas, mas também a sobrecarga do envelhecer em contextos nos quais o cuidado, a manutenção do lar e, muitas vezes, a chefia da família recaem sobre seus ombros. Ao mesmo tempo, há um quadro de relativa estabilidade no que diz respeito à sobrevivência material: a maioria reside em casas próprias, com acesso a serviços básicos como água, energia e coleta de lixo, além de receber benefícios previdenciários, ainda que quase sempre restritos a um salário-mínimo.

Essa aparente segurança, contudo, não deve ser confundida com autonomia plena. A renda dos velhos, embora garanta a subsistência familiar, muitas vezes é capturada como fonte primária de sustento de múltiplas gerações, confirmando o diagnóstico já presente na literatura de que "os mais velhos sustentam a vida dos mais moços" (Bacelar, 2002). Tal situação reconfigura a posição do velho na economia doméstica, mas não altera substancialmente sua marginalidade no espaço urbano, no qual os constrangimentos de acessibilidade e mobilidade os colocam em situação de vulnerabilidade.

Os depoimentos coletados escancaram essa realidade. Ao relatarem que "as ruas são tudo esburacada, não tem sinalização, as calçadas são irregulares" ou que "a cidade deveria ter mais ônibus", os sujeitos velhos evidenciam a precariedade estrutural

de Senhor do Bonfim e, ao mesmo tempo, apontam para o caráter excludente do espaço urbano. A cidade, nesse sentido, apresenta-se como território hostil à velhice, em que os direitos mais básicos, como o de transitar com segurança e usufruir do espaço público, encontram-se constantemente comprometidos.

A pesquisa revela ainda que a vida social dos velhos é marcada pelo isolamento relativo. A "praça nova" surge nos relatos como praticamente o único espaço de sociabilidade, reduzindo a experiência urbana a um fragmento restrito. Esse dado sugere que a cidade não se organiza para incluir seus velhos, mas, ao contrário, os restringe a espaços residuais. O envelhecimento, aqui, manifesta-se como um processo de guetificação espacial e simbólica (Bacelar, 2002; González, 2011), em que os sujeitos são gradativamente deslocados para margens invisíveis da vida coletiva.

A análise das histórias de vida coletadas confirma que o envelhecimento em Senhor do Bonfim é atravessado por múltiplas contradições. Se, por um lado, há condições mínimas de sobrevivência, por outro, a precariedade de políticas públicas específicas, a deficiência estrutural dos espaços urbanos e o preconceito persistente produzem um cotidiano marcado pela dificuldade. A velhice bonfinense não é miserável, mas é marcada pela ausência de redes institucionais sólidas de apoio, participação e justiça social.

Portanto, ao observarmos o envelhecimento em Senhor do Bonfim sob o prisma da geografia crítica, evidencia-se que o processo de envelhecer é também uma expressão da luta de classes. Ele não é homogêneo: assume múltiplas formas, variando de acordo com gênero, classe, etnia e território. Como ressalta González (2011), trata-se de compreender a velhice como parte da totalidade da vida social, e não como uma etapa isolada. Essa chave de leitura permite inscrever a velhice bonfinense no

interior da produção e reprodução do espaço urbano, em que a materialidade das ruas, praças, transportes e moradias se entrelaça com as representações simbólicas e sociais que definem o lugar do velho na coletividade.

Acessibilidade urbana, condições de moradia e uso do espaço público

A discussão sobre o direito à cidade (Lefebvre, 2001) é central para a Geografia do Envelhecimento. Envelhecer em uma cidade excludente significa não apenas enfrentar barreiras físicas, mas também sofrer com a negação simbólica e política do direito de participar da vida urbana. Em cidades como Senhor do Bonfim, muitos idosos optam por permanecer em casa devido à falta de espaços públicos acessíveis e seguros.

Elias (1998), em *A solidão dos moribundos*, já havia chamado atenção para o isolamento social da velhice nas sociedades modernas. Esse isolamento não é apenas resultado de uma escolha individual, mas de uma estrutura urbana e social que não valoriza a presença do sujeito velho na esfera pública. Ao mesmo tempo, Bourdieu (1996) nos lembra que o *habitus*, conjunto de disposições incorporadas ao longo da vida, influencia a forma como os velhos se relacionam com o espaço, reforçando desigualdades baseadas em classe, gênero e etnia.

O processo de envelhecimento em Senhor do Bonfim, quando analisado a partir da interface entre acessibilidade urbana, condições de moradia e uso do espaço público, revela a coexistência de avanços pontuais e de uma precariedade estrutural que reforça a exclusão dos sujeitos velhos. As investigações apontam que o espaço urbano local não tem sido produzido com vistas à inclusão plena da população idosa, o que repercute diretamente no exercício do direito à cidade.

A análise das condições de acessibilidade urbana, realizada a partir da norma NBR 9050 da ABNT, mostrou que as praças e calçadas centrais não atendem plenamente aos padrões mínimos de circulação, seja pela largura inadequada dos rebaixamentos, ausência de corrimãos em rampas ou banheiros públicos sem estrutura para cadeirantes.

Esses elementos produzem uma cidade hostil ao envelhecimento, na qual obstáculos aparentemente banais, como degraus, buracos e calçadas irregulares, tornam-se barreiras intransponíveis, negando ao velho o direito elementar de ir e vir. A literatura confirma essa realidade, ao indicar que o espaço urbano, ao ser pensado sob a lógica da acumulação capitalista, tende a negligenciar sujeitos improdutivos ou considerados marginais ao processo de valorização do capital (Corrêa, 1989; Lefebvre, 2006).

Os estudos também evidenciam que a moradia assume centralidade na vida dos velhos bonfinenses, funcionando como espaço de identidade e resistência. Os entrevistados nas pesquisas realizadas estabelecem uma forte ligação entre a casa e o sentimento de pertencimento, sendo esse espaço frequentemente percebido como refúgio diante de uma cidade que não os acolhe.

Essa relação conecta-se à análise de Narciso (2009), ao afirmar que a moradia molda as práticas sociais e constitui um espaço simbólico fundamental. Entretanto, a casa, embora seja lugar de proteção, também pode se transformar em espaço de isolamento, na medida em que a falta de acessibilidade urbana e a ausência de políticas públicas eficazes reduzem as possibilidades de sociabilidade extramuros.

Do ponto de vista das interações sociais, observa-se uma tendência de deslocamento dos sujeitos velhos para o espaço privado, em razão da ausência de infraestrutura pública que

permita a reprodução cotidiana da vida. As entrevistas revelam que muitos idosos deixam de frequentar praças e espaços de lazer por não se identificarem com ambientes dominados por grupos mais jovens, inseguros ou pouco acessíveis. Como ressaltou Beauvoir (2018), a sociedade contemporânea tende a rechaçar o velho ao relegá-lo a um "passado ultrapassado", retirando-lhe o direito de usufruir plenamente do presente.

Observa-se que os espaços públicos centrais não são pensados para as necessidades da população envelhecida. Faltam bancos, áreas verdes seguras e infraestrutura de lazer, o que restringe a participação social dos velhos ao cumprimento de obrigações funcionais, como ir a bancos ou ao comércio. Essa constatação dialoga com o Guia Global da OMS (2008), que aponta a importância de praças, transportes acessíveis e equipamentos públicos adequados como condições básicas para uma cidade amiga do idoso.

Outro aspecto relevante diz respeito à rede de apoio. Os dados de campo mostram que vizinhos e familiares desempenham papel crucial no combate ao isolamento e na assistência cotidiana aos sujeitos velhos. Santos (2010) já indicava que, historicamente, os sistemas informais de apoio funcionaram como referência comunitária maior, ainda que hoje apresentem sinais de fragilidade. Essa rede, entretanto, não substitui a necessidade de políticas públicas robustas, como salientado por Paschoal (2002), uma vez que a sociabilidade restrita à vizinhança não garante plena inclusão social.

O recorte analítico que assume como tema central a aposentadoria indica que a renda previdenciária é frequentemente insuficiente para garantir qualidade de vida. Muitos relatam que o benefício cobre apenas necessidades básicas, obrigando a complementar a renda com trabalho informal. Outros permanecem trabalhando para manter a mente

ativa e o sentimento de utilidade. A lógica do capital se prolonga após a aposentadoria, convertendo a velhice em momento de precarização e insegurança econômica.

As pesquisas realizadas até o presente momento revelam uma contradição central: enquanto o envelhecimento demográfico se intensifica, a cidade de Senhor do Bonfim mantém estruturas urbanas e políticas que invisibilizam o velho. A produção do espaço urbano, subordinada aos interesses do capital, não tem integrado a velhice como categoria de planejamento, o que aprofunda desigualdades e gera situações de exclusão social e espacial.

Envelhecimento, território quilombola e transmissão cultural

Os resultados obtidos nas pesquisas em Tijuaçu (Senhor do Bonfim) e São Tomé (Campo Formoso) permitem compreender a velhice como dimensão estruturante da vida comunitária, mas também como espaço de contradições, marcado pela permanência e pela perda cultural. O envelhecimento, nesses territórios quilombolas, não se restringe ao processo biológico de alongamento da vida; ele se inscreve na própria produção social do espaço, tornando-se chave de leitura para entender como memória, identidade e território se articulam.

No caso de **Tijuaçu**, o relatório final destaca que a família é concebida como "célula-mãe da permanência", sustentando a reprodução do território e a continuidade da memória coletiva. Esse dado revela que os velhos ocupam posição central na rede comunitária, uma vez que suas trajetórias de vida simbolizam a resistência diante das adversidades históricas e das pressões externas.

Para muitos entrevistados, a permanência em Tijuaçu não é apenas questão de moradia, mas de pertencimento identitário, no qual o idoso se coloca como guardião da tradição. Nesse sentido, confirma-se a formulação de Bosi (1994, p. 87), ao indicar que o velho "cumpre a função social de lembrar e aconselhar", reafirmando a memória como prática social.

As atividades comunitárias, como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, aparecem nos relatos como espaços de reafirmação dos idosos, em que laços de solidariedade são reforçados e a convivência intergeracional é estimulada. Essa presença institucional, ainda que limitada, cumpre papel importante na redução do isolamento e fortalece o idoso como ator social ativo, não apenas como receptor de cuidados.Lefebvre (2006) lembra que o espaço é produzido de forma histórica e social, e aqui se observa como práticas coletivas – rodas de conversa, reuniões comunitárias e serviços sociais – configuram um espaço de resistência cultural frente à lógica excludente da modernidade.

Entretanto, em São Tomé, o quadro é distinto. Foi possível evidenciar a fragilidade da transmissão intergeracional das práticas culturais. Uma entrevistada de 62 anos sintetiza essa percepção ao afirmar: *"hoje em dia as pessoas se ocupam muito com a TV, com a tecnologia que chegou fia e globalizou o mundo todo, aí as pessoas perderam os interesses por essas coisas e naquela época era alegria"*.

Essa fala denuncia o deslocamento simbólico provocado pela penetração das tecnologias modernas, que tendem a reduzir a centralidade dos velhos como transmissores do saber oral. Otoni (2018) já havia observado que a difusão tecnológica fragiliza a posição social do sujeito velho ao esvaziar os espaços de sociabilidade tradicionais, como a porta de casa, as festas populares e as rodas de brincadeiras.

Esse cenário sugere que, enquanto em Tijuaçu, a velhice é reconhecida como pilar da continuidade cultural, em São Tomé ela se apresenta como testemunha da dissolução progressiva da tradição. Essa diferença não pode ser lida apenas como particularidade local, mas como expressão das contradições próprias da modernidade periférica. Hall (2006) argumenta que a identidade cultural, na modernidade tardia, é marcada por deslocamentos e fragmentações. É precisamente o que se observa em São Tomé: a juventude se conecta a fluxos globais de cultura e informação, desvalorizando práticas locais e, consequentemente, deslegitimando o sujeito velho como referência cultural.

A leitura de Beauvoir (1990) acrescenta densidade a esse diagnóstico. Para a autora, o velho é frequentemente relegado à condição de *exis* social, como já pontuado, de não lugar, quando perde seu papel produtivo. Em São Tomé, o esvaziamento das práticas tradicionais reforça essa marginalização, tornando os sujeitos velhos visíveis apenas como figuras residuais de um passado que já não interessa às novas gerações. Em contraste, em Tijuaçu, os velhos resistem a esse processo ao reafirmarem sua centralidade simbólica, ocupando o lugar de guardiões da memória coletiva.

É importante observar que essa divergência não elimina as dificuldades comuns enfrentadas por ambas as comunidades, sobretudo em termos de acesso a políticas públicas e infraestrutura. As pesquisam indicam que as carências materiais são profundas, afetando a mobilidade, a saúde e a educação. Contudo, o que diferencia os dois territórios é a forma como os velhos são incorporados (ou não) como referência simbólica no processo de reprodução social. Essa diferença reforça o argumento de Nóbrega (2017), segundo o qual o envelhecimento deve ser compreendido em sua relação com a produção do

espaço, revelando tanto as desigualdades estruturais quanto as possibilidades de resistência cultural.

Portanto, a análise dos dois casos confirma que o envelhecimento em comunidades quilombolas não podem ser reduzidas a indicadores de pobreza ou carência, mas deve ser entendido como categoria que articula espaço, memória e identidade. A velhice emerge como lugar de contradições: em Tijuaçu, fonte de resistência e pertencimento; em São Tomé, expressão da fragilidade cultural diante da modernidade globalizada. A Geografia do Envelhecimento, ao inscrever essas experiências no debate sobre a produção do espaço, revela como os velhos são, simultaneamente, guardiões da tradição e vítimas do esquecimento social.

É necessário ressaltar que não há uma única velhice, mas múltiplas velhices. Envelhecer como mulher, trabalhador rural, quilombola ou morador do centro urbano, implica condições diferentes de vida. As mulheres idosas acumulam funções de cuidado intergeracional, ampliando sua vulnerabilidade social e econômica. Os quilombolas velhos, por sua vez, enfrentam a dupla luta de manter vivas suas tradições e resistir à exclusão espacial e cultural. Esse olhar interseccional, inspirado em Crenshaw (1991), reforça a necessidade de compreender a Geografia do Envelhecimento como campo que incorpora simultaneamente classe, gênero, raça e território.

Considerações finais

O conjunto das pesquisas realizadas em Senhor do Bonfim – BA e em comunidades quilombolas nos arredores, evidencia que o envelhecimento humano é um processo socialmente desigual e espacialmente marcado. Longe de constituir uma etapa homogênea da vida, a velhice assume múltiplas formas,

que variam conforme a classe social, o gênero, o pertencimento étnico e a territorialidade dos sujeitos.

As análises sobre acessibilidade urbana mostraram que o espaço público, ao ser produzido segundo a lógica da velocidade e do consumo, nega as temporalidades mais lentas do envelhecer. As condições de moradia, embora representem abrigo, identidade e memória, frequentemente se convertem em confinamento diante da falta de alternativas de sociabilidade.

A dimensão do trabalho e da aposentadoria revelou que muitos idosos permanecem inseridos em atividades produtivas por necessidade econômica, desmentindo a ideia de que a aposentadoria garante autonomia financeira.

Nas comunidades quilombolas, a centralidade dos velhos na transmissão cultural mostrou tanto a riqueza da memória coletiva quanto a fragilidade da continuidade dessas tradições, ameaçadas pela modernização e pela ausência de políticas de valorização. O recorte de gênero destacou desigualdades sobrepostas enfrentadas pelas mulheres idosas, que acumulam funções de cuidado sem reconhecimento social ou suporte institucional.

Constatou-se que os marcos normativos existentes — Estatuto do Idoso (2003) e Guia Global da OMS (2008) — encontram grandes obstáculos de implementação em cidades pequenas e médias do semiárido brasileiro. A ausência de integração entre saúde, assistência social, cultura e planejamento urbano compromete a efetividade das políticas públicas e reforça a exclusão cotidiana.

Frente a esse quadro, a Geografia do Envelhecimento se apresenta como um campo emergente e necessário, capaz de revelar as contradições inscritas no espaço e de fundamentar propostas de intervenção. É preciso avançar em três direções: (i) consolidar pesquisas em diferentes contextos regionais; (ii)

fortalecer políticas de acessibilidade, moradia digna, inclusão produtiva, lazer e cultura; e (iii) promover educação e extensão que valorizem a velhice como etapa da vida que produz sentidos, memórias e geografias.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BACELAR, J. **A velhice como construção social**. Salvador: EDUFBA, 2002.

BACELAR, J. **Envelhecimento e produtividade: processos de subjetivação**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, G. M.; CAMPOS, M. B.; SILVA, L. G. C. Transição da estrutura etária do Brasil: Oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. (orgs.). **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Estudos e Análises – informação demográfica e socioeconômica, número 3).

BOSI, E. **Memória e sociedade***: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. **Estatuto do Idoso.** Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. 2003.

CARLOS, A. F. A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2011b.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011a.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **O espaço:** produto e condição da sociedade. São Paulo: Ática, 1989.

CRENSHAW, K. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.** Stanford Law Review, v. 43, n. 6, 1991.

CRUZ, R. D. **Geografia do Envelhecimento e Produção do Espaço:** estudos de acessibilidade urbana no centro de Senhor do Bonfim – BA. Relatório de Iniciação Científica – FAPESB. Senhor do Bonfim: UNIVASF/CGEO, 2023.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EdUSP, 1999.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GOLDENBERG, M. **Corpo, envelhecimento e felicidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GONZÁLEZ, A. **Geografía del envejecimiento**. Madrid: CSIC, 2011.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

IBGE. **Censo demográfico 2010:** resultados gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação:** 2010-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** São Paulo: EdUSP, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Ageing**. Nova Iorque: United Nations, 2024. Disponível em: https://www.un.org/en/global-issues/ageing. Acesso em: 18 set. 2025.

NARCISO, M. **Espaço público, sociedade e cultura**. Lisboa: ICS, 2009.

NÓBREGA, P. R. C. (org.). **Estudo da Geografia do Envelhecimento: aproximações a partir da produção do espaço de Senhor do Bonfim – BA.** Projeto de pesquisa. Senhor do Bonfim: UNIVASF/CGEO, s.d.

NÓBREGA, P. R. C.; RODRIGUES, Valéria C. **Culturas tradicionais, Geografia do Envelhecimento e a perda das tradições na comunidade quilombola de São Tomé – BA.** Artigo acadêmico, s.l., s.d.

NÓBREGA, P. R. C.; SILVA, L. dos S.; RODRIGUES, V. C.; ALVES, É. S. M. **Caracterização preliminar sobre o envelhecimento humano na cidade de Senhor do Bonfim – BA:** um olhar geográfico. Relatório/Capítulo acadêmico. Senhor do Bonfim: UNIVASF/CGEO, s.d.

NÓBREGA, P. R. da C. **Geografia do cotidiano e envelhecimento: apontamentos preliminares.** Manuscrito, 2015.

NOBREGA, P. R. da C. **Revisão e aportes sobre a Geografia do Envelhecimento.** FORMAÇÃO (PRESIDENTE PRUDENTE), v. 1, p. 34-62, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Ageing and health**. Genebra: World Health Organization, 2022. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health. Acesso em: 18 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Population ageing**. Genebra: World Health Organization, 2023. Disponível em: https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/population-ageing. Acesso em: 18 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Guia global: cidades amigas do idoso**. Genebra: OMS, 2008.

OTONI, A. **A transmissão cultural na era tecnológica:** desafios e transformações. In: DIAS, J. (org.). *Tecnologia e cultura na contemporaneidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 15-28.

OUR WORLD IN DATA. **By 2060, the number of people aged 65 and older will be more than four times what it was in 2000**. Oxford: Our World in Data, 2024. Disponível em: https://ourworldindata.org/data-insights/by-2060-the-number-of-people-aged-65-and-older-will-be-more-than-four-times-what-it-was-in-2000. Acesso em: 18 set. 2025.

PAIVA, J. **Política social e envelhecimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PASCHOAL, S. M. **Qualidade de vida do idoso: avaliação subjetiva e clínica**. In: FREITAS, E. V. (org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

RODRIGUES, L. da S. **Geografia do Envelhecimento e Produção do Espaço:** estudos sobre as condições de habitação dos sujeitos velhos em Senhor do Bonfim – BA. Relatório PIBIC CNPq. Senhor do Bonfim: UNIVASF/CGEO, 2023.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. O. **A comunidade quilombola de Tijuaçu:** *território, cultura e identidade*. In: Quilombos da Bahia: resistência e identidade. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 65-96.

SERQUEIRA, J. T. de O. **Geografia do Envelhecimento e Produção do Espaço**: estudos sobre as condições da aposentadoria e do trabalho na velhice em Senhor do Bonfim – BA. Relatório PIBIC (voluntária). Senhor do Bonfim: UNIVASF/CGEO, 2023.

SILVA, J. A. F.; NÓBREGA, P. R. C. **Acessibilidade urbana em parte da cidade de Senhor do Bonfim – BA:** um olhar da geografia a partir da condição dos velhos da cidade. Trabalho acadêmico. Senhor do Bonfim: UNIVASF/CGEO, 2019.

UNIVASF. **Estudo da Geografia do Envelhecimento:** *aproximações a partir da produção do espaço de Senhor do Bonfim – BA*. Relatório técnico final PIBIC/CNPq. Senhor do Bonfim: UNIVASF, 2024

VALÉRIA, C. R.; NÓBREGA, P. R. C. **Culturas tradicionais, geografia do envelhecimento e a perda das tradições na comunidade quilombola de São Tomé – BA.** [s.l.]: [s.n.], 2024.

CAPÍTULO 2

Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo da CPT e a JURA como propostas de formação e de práxis: reflexões sobre o TIPNI no centro-norte da Bahia de 2017-2025.

Átila de Menezes Lima[12]
Ivânia Paula Freitas de Souza Sena[13]
Elba Amaral Oliveira[14]

[12] Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco; Membro da Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública - REDAP. Líder dos Grupos de pesquisas do Cnpq Geografia, trabalho e ontologia do ser social: estudos sobre a essência da relação sociedade-natureza - GTOSS e do grupo- A Geografia histórica da espacialização das forças produtivas no Nordeste brasileiro de meados do século XX ao início do século XXI e seus rebatimentos sócioespaciais.

[13] Pós-doutora em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (UPE); Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora Adjunta no Campus VII- Senhor do Bonfim da Universidade do Estado da Bahia; Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial PPGADT - UNEB/UNIVASF/UFRPE e do Programa de Educação, Cultura e Territórios Semiáridos PPGESA (UNEB); Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias - GEC/UFBA; Membro fundadora e articuladora da Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública- REDAP; Membro do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire - CAECDT/UNEB; Membro da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação- ANFOPE.

[14] Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); Especializanda em Ciência de Dados Geográficos (Anhanguera,

Introdução

A realidade agrária no Brasil é extremamente contraditória e conflituosa. Tais contradições se explicitam em questões como a renda da terra, na estrutura fundiária constituída de grandes latifúndios sob a posse da minoria da população, ao tempo em que pequenos e médios produtores vivem com uma pequena e muitas vezes insuficiente parcela de terras, como bem sinaliza Oliveira (1994, 2003,2007) e Cosme (2020).

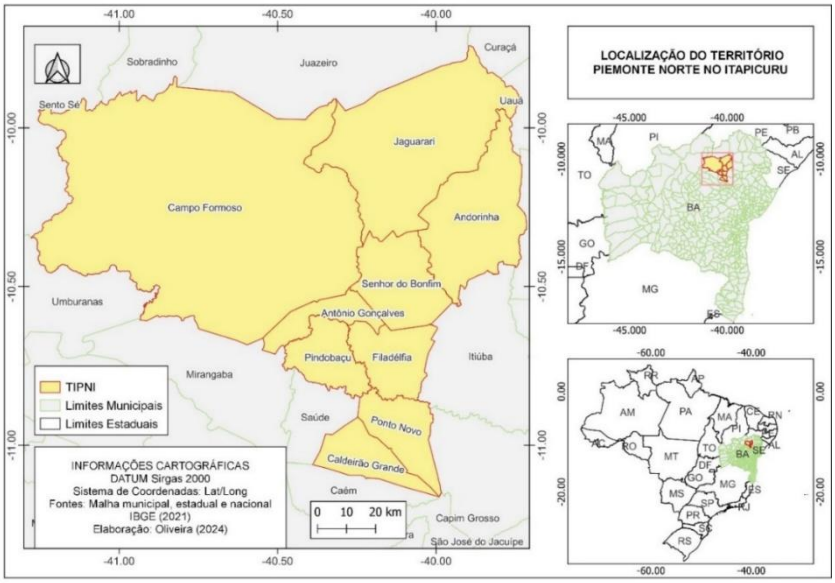
Somado a isso, a ausência de um processo de reforma agrária e da má distribuição de recursos para a produção no campo, assim como a expansão do processo de expropriação dos camponeses e comunidades tradicionais - pelo processo inacabado da "assim chamada acumulação primitiva de capital", com a chegada e ampliação de atividades como agronegócio, agrohidronegócio, garimpos, mineração, grilagem de terras, implementação de parques eólicos, atividades madeireiras, agropecuária - vêm ampliando significativamente conflitos de todos os tipos no campo brasileiro e com papel preponderante do Estado, demonstrando todo um projeto político do capital para o campo, em detrimento dos povos do campo que vem sendo expropriados, assassinados e perdendo suas bases materiais de existência.

Como parte dessa realidade, o Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI, localizado no Centro Norte Baiano - composto pelos municípios de Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim (Figura 1) - é marcado por diversos conflitos envolvendo, de um

2025); Professora da Rede Municipal de Ensino de Cansanção/BA; Membro da Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (REDAP).

lado, os sujeitos ligados as atividades supracitadas, e do outro, comunidades tradicionais de fundo de pasto, fundo e fecho de pasto, quilombolas, camponeses acampados e assentados da reforma agrária, entre outros.

Figura 1 – Localização do Território Piemonte Norte do Itapicuru/BA, 2024



Fonte: Oliveira (2024)

Grande parte desses conflitos pode ser encontrada na sistematização feita pelo Caderno de Conflitos no Campo elaborada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, assim como no trabalho de conclusão de curso de Oliveira (2024), que focou seu estudo nessa temática, com foco no TIPNI e pelo viés da expansão da expropriação dos camponeses, mediante espacialização da "assim chamada acumulação primitiva de capital".

Compreender essas contradições, denunciar e dar visibilidade a esses conflitos, faz parte do processo de formação humana ampla, para que não fiquemos somente na contemplação da realidade, ou, como sinalizou Marx (2007, 613), na crítica que faz nas teses sobre de Feuerbach, especificamente da décima primeira tese, onde diz que os filósofos se limitaram a interpretar a realidade e que, a nós, cabe também transformá-la. Partindo dessa perspectiva de formação ampla, de junção teoria e prática para uma práxis transformadora, este artigo foca suas reflexões em dois projetos extensionistas que muito contribuíram para o processo de formação de estudantes e da comunidade de uma forma geral. A primeira atividade é o Seminário de Lançamento do Caderno de Conflitos do Campo e a segunda é a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular – JURA.

Para a elaboração deste artigo, lançamos mão da memória registrada nos nove seminários de Lançamento do Cadernos de Conflitos do Campo, realizados entre os anos de 2017 e 2025 e duas JURAS realizadas no TIPNI, uma realizada no ano de 2023 e outra no ano de 2025. Além disso, nos apoiamos na análise documental do Caderno de Conflitos, no TCC de conclusão de curso de Oliveira (2024), que é considerado como um resultado destes projetos e também uma contribuição para a formação e práxis, assim como em relatos de participantes e integrantes dos projetos. As duas atividades formativas tiveram significativa participação de estudantes e comunidades, assim como foram fundamentais para um processo de formação ampla na relação ensino-aprendizagem e para a práxis.

O Seminário de Lançamento de Caderno de Conflitos e a JURA como propostas de ensino-aprendizagem e práxis para a formação humana

Em sua obra Filosofia da práxis, Vásquez (2007) faz ampla investigação acerca da categoria da práxis. Na primeira parte desta obra clássica, o autor nos apresenta as fontes filosóficas fundamentais para o estudo desta categoria, perpassando pela concepção da práxis em Hegel, Feuerbach, Marx e Lênin, para, em seguida, em sua segunda parte, nos apresentar alguns problemas em torno da práxis, quais sejam: o que é práxis, unidade da teoria e da prática; práxis criadora e práxis reiterativa; práxis espontânea e práxis reflexiva; consciência de classe, organização e práxis; práxis, razão e história e práxis e violência.

Essa obra é uma contribuição valorosa para a compreensão da práxis de forma ampla e para a concepção marxista. No campo do marxismo, várias são as contribuições sobre a questão da práxis, além do próprio Marx, Vásquez, Lênin, Lukács, Kosik etc. O próprio marxismo deve ser compreendido como uma prática revolucionária da realidade histórica e não como um mero campo do conhecimento científico e gnosiológico.

O ato da práxis permeia uma dimensão intelectual, com uma finalidade teleológica, mas possui também uma dimensão não intencional, pois entra em contato com outras práxis que produzirão resultados que vão além de nossa consciência e vontade. Lukács (2013) por exemplo, contribui bastante para este entendimento ao desenvolver ampla reflexão do movimento teleologia e casualidade, onde toda prática e práxis, de certa forma, perpassam.

Uma noção fundamental da práxis, sinalizada por Vásquez (2007, 219), é de que "toda práxis é atividade, mas nem toda

atividade é práxis". Esta compreensão é fundamental para a crítica ao pragmatismo voluntarista da moda, baseado num praticismo acrítico. Podemos evidenciar isso na concepção empirista da prática, que "desvincula" a concepção "teórica com a própria atividade prática", como assinala Vásquez.

Essa concepção também é importante para a crítica daqueles que negam a prática como critério de validade ou de verdade e, em cima disso, se limitam na busca desta somente pela atividade teórica. Segundo Vásquez (2007, p.220), negar a prática como validade do real e buscá-la exclusivamente pela atividade teórica, "ainda que esta seja chamada de práxis teórica ou científica, é abandonar uma tese fundamental do marxismo para substituí-la pela velha tese idealista com a que Marx – desde suas "Teses sobre Feuerbach" – rompeu radicalmente".

Em Vásquez (2007, p.225), toda atividade prática possui um caráter de finalidade teleológica, com certa atividade cognoscitiva, mas, sobretudo, sua característica essencial é seu "caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre o qual se atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação e de seu resultado ou produto". Segundo esse autor, "a matéria-prima da atividade prática pode mudar, dando lugar a diversas formas de práxis", destacando a práxis produtiva, a práxis artística, a práxis experimental e a práxis política. Um ponto fundamental é que a práxis necessita transformar a realidade objetiva.

É partindo desses pressupostos que compreendemos a relação ensino-aprendizagem e a educação de forma mais ampla como "instrumento" de transformação social, ou seja, como uma práxis experimental, que, diferente da atividade científica, está voltada para uma atividade prática correspondente (no caso a educação), vinculada a uma práxis política e na elaboração filosófica vinculada a transformação da realidade, uma teoria vinculada a uma prática transformadora da realidade.

Quando no ano de 2016, a Comissão Pastoral da Terra – CPT Centro Norte, nos procurou nas pessoas de Maria Aparecida de J. Silva (Cidinha) e Antonio Celio de Castro, com demandas de lutas das comunidades e da CPT, para estabelecermos reflexões críticas com possível curso de formação política, visitas a comunidades em conflitos, participação de manifestações e posteriormente o lançamento do Caderno de Conflitos no Campo (importante trabalho de mapeamento e denúncia dos conflitos no campo no Brasil), iniciamos ali uma parceria frutífera e, de certa forma, criamos uma agenda política acerca dos conflitos e demais problemáticas no entorno do TIPNI e região.

Esse diálogo se transformou numa prática política e nos permitiu vincular uma perspectiva de educação crítica radical e transformadora com um projeto de militância política crítica a sociabilidade do capital, que se materializou na forma de um projeto de extensão denominado Seminário de Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo, ligado a apresentação nacional e estadual do Caderno de Conflitos no Campo da CPT, que organizam desde o ano de 1985 e são apresentados a sociedade. Este projeto, desenvolvemos até o presente momento, e debateremos a seguir.

Somando forças ao seminário de Lançamento do Caderno de conflitos, no ano de 202,3 uma articulação institucional entre a UNEB, UNIVASF e IFBAIANO de Senhor do Bonfim, em conjunto com CPT, Movimentos Sociais, sindicatos, associações e Escolas Família Agrícolas, desenvolveram a primeira Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular do TIPNI, também transformada em projeto de extensão e que desenvolveu 15 atividades entre os meses de abril e outubro de 2023. A segunda JURA foi desenvolvida entre os meses de abril e setembro de 2025. Nos subtópicos, apresentamos essas

atividades e discutiremos as suas contribuições para um processo de ensino-aprendizagem crítico, formação humana ampla e para a práxis.

O Seminário de Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo e suas contribuições para a práxis

Como sinalizamos inicialmente acima, a aproximação com a Comissão Pastoral da Terra - CPT resultou em uma série de atividades conjuntas, desde 2016, culminando, no ano de 2017, com a realização do Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo, referente ao ano de 2016. Antes de adentramos no histórico dos lançamentos, cabe uma breve digressão para explicar o que é o Caderno de Conflitos organizado pela CPT e mesmo situar a origem da CPT e seu papel.

Fundada no ano de 1975, em meio a ditadura civil-militar e todo o processo de violência ocorrido no campo, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, desde seu início, se posicionou a favor dos trabalhadores e povos do campo e, segundo CEDOC (2022) coletou e documentou informações sobre as lutas de resistência em prol da terra, na defesa e busca de direitos, e denunciou a violência sofrida pelos povos e comunidades. Oliveira (2024) nos proporciona uma boa síntese do histórico de documentação da CPT. Segundo essa autora,

> Inicialmente estes dados eram publicados nos Boletim da CPT e em 1985 criou-se um Setor de Documentação, que desde 2013 passou a ser chamado de Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno[15] (CEDOC), com

[15] Segundo Pereira (2013), Dom Tomás Balduíno (1922-2014), foi um bispo, teólogo e antropólogo que dedicou sua vida a luta pelas pessoas injustiçadas, humilhadas, perseguidas, excluídas e expropriadas de sua dignidade humana, atuando fortemente questão fundiária e na luta pela reforma agrária, sempre

> o objetivo de coletar e sistematizar as informações sobre as violações dos direitos humanos no campo. Desde então, estes dados são publicados anualmente em um relatório intitulado Conflitos no Campo Brasil, também conhecidos como Cadernos de Conflitos. Até 1988 os registros eram realizados em fichas manuais, depois foram informatizados em um sistema de banco de dados (Ribeiro et al. 2020; Oliveira, 2024, p.25)

Esta autora sinaliza ainda, baseada nos estudos dos cadernos, que a partir do ano de 2008, iniciou-se um processo de digitalização dos cadernos e que podem ser acessados no site da CPT. A atuação da CPT na publicização desse material é fundamental para a catalogação-mapeamento dos conflitos no campo, assim como importante instrumento de denúncia, para dar visibilidade aos mesmos no espaço agrário brasileiro. Ou seja, a publicação dos cadernos é fundamental para desvendar as relações em torno da aparência e essência do que ocorre no campo em nosso país.

Feito essa breve digressão, voltamos para refletir sobre a primeira atividade de lançamento do caderno de conflitos em parceria CPT e colegiado de Geografia da UNIVASF. Esta primeira atividade ainda não estava institucionalizada enquanto projeto de extensão vinculada ao colegiado em si, mas seu caráter, para além da institucionalização acadêmica, carregava em si os critérios extensionistas e de uma prática coletiva de militância política.

O lançamento ocorreu no dia 10 de maio de 2017, conforme cartaz de divulgação (Figura 2) e sites da UNIVASF

---

tendo consciência dos interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Ele também acreditava na capacidade de organização e no potencial transformador dos camponeses, tanto que contribuiu significativa na fundação da Comissão Pastoral da Terra – CPT em 1975, da qual foi presidente de 1999 a 2005.

https://portais.univasf.edu.br/noticias/campus-senhor-do-bonfim-da-univasf-sedia-lancamento-do-caderno-de-conflitos-no-campo-2016 e no site da CPT Nacional https://cptnacional.org.br/2017/05/09/conflitos-no-campo-2016-sera-lancado-em-senhor-do-bonfim-e-jacobina-ba/

A JURA foi promovida pelo Colegiado de Geografia da UNIVASF, em parceria com a CPT, a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR), o Instituto Federal Baiano (IF Baiano) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus IV).

Figura 2 – Convite para o Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo



Fonte: Arquivo CPT

Nessa atividade, tivemos a participação, além da CPT, da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR), de integrantes da Associação da Comunidade Borda da

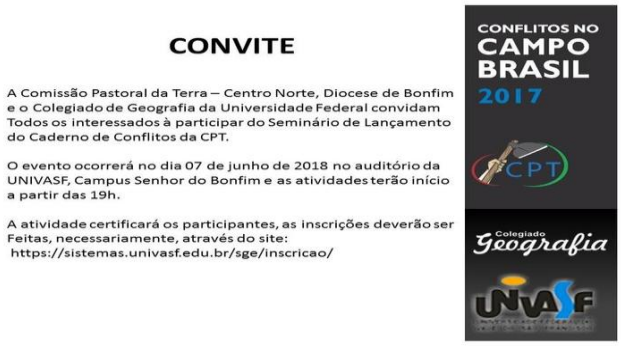
Mata, de Campo Formoso (BA); da Associação da Comunidade de Salinas, localizada em Senhor do Bonfim (BA); e da Associação dos Pescadores do Açude Andorinha II, do município de Andorinha (BA). Fizeram parte dos debates na mesa, Celio e Cidinha, que apresentaram os dados gerais dos conflitos no Brasil e Bahia, além de pontuarem reflexões sobre a grilagem e latifúndio, conflitos ambientais e sociais, assassinatos etc.

Tomé, da Associação da comunidade de Salinas, pontuou os problemas da comunidade em relação ao aterro e os conflitos, assim como Rubens de Farias da Comunidade Borda da Mata que, além de enumerar as 75 nascentes no rio Itapicuru, sinalizou os conflitos com as eólicas e com empresas minerais que exploram na região, que, segundo ele, eram as mesmas que atuaram em Mariano-MG. Rubens também denunciou os conflitos com as eólicas e mineradoras, além de presença de grandes bancos e apoio do Estado nos investimentos do capital.

Por fim, Carlos Eduardo – Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR, historicizou a relação da grilagem e a criação da associação dos trabalhadores rurais que nasceu em 1982 enquanto associação. Apresentou a publicação no rastro da grilagem com 9 casos ocorridos na Bahia. Posteriormente, foi aberto para debates e finalização da atividade.

Essa primeira edição dos cadernos contou com um contingente numérico tímido de participantes, um pouco mais de 30 pessoas, mas essa realidade se transformaria radicalmente nas edições posteriores. O segundo Lançamento ainda não estava institucionalizado enquanto atividade de extensão (fato que só ocorreria no terceiro ano, em 2019), e ocorreu no dia no dia 07 de junho de 2018, conforme convite abaixo.

Figura 3 - Convite Lançamento Caderno de Conflitos



Fonte: Acervo colegiado de geografia UNIVASF

O evento aconteceu no auditório da UNIVASF, no campus de Senhor do Bonfim (BA) e contou com a participação das comunidades atingidas por conflitos, movimentos sociais, integrantes da sociedade em geral e estudantes e professores da universidade e Institutos de Ensino Superior da região (Figura 4).

Figura 4 – Público presente no lançamento do caderno de conflitos



Fonte: Átila Lima (2018)

O lançamento teve como objetivo principal evidenciar e denunciar os conflitos e a violência no campo a partir de um mapeamento e diagnóstico geral que trouxe dados sobre o aumento dos assassinatos no campo, dos conflitos pela disputa por terras e uso da água, desapropriação de terras, desterritorialização, problemas socioambientais, questões sobre o trabalho escravo, o endividamento dos pequenos agricultores com o crédito (capital financeiro), a grilagem etc., o que evidencia claramente uma questão agrária no Brasil.

Além disso, tivemos como objetivos secundários, criar, a longo prazo, uma cultura de reflexões e debates críticos sobre as problemáticas no campo na região de entorno de TIPNI e em escala de Brasil, além de aproximar a universidade dessa temática, contribuir nas reflexões e práticas com os expropriados pelo capital no campo. A apresentação do Caderno foi ainda mais representativa e emblemática para a região, visto o aumento no número de assassinatos no campo de pessoas ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, João Pereira de Oliveira, conhecido como João Bigode e de José Raimundo Mota de Souza Júnior, ambos do mesmo território e de povos quilombolas. Tivemos ainda, conflitos das comunidades com as mineradoras, parques eólicos, agrohidronegócio, a grande propriedade fundiária, assim como em escala nacional, o aumento de chacinas para com os povos do campo.

O lançamento aconteceu na forma de um seminário, onde membros das comunidades atingidas por conflitos, no caso Socorro do MST, expôs algumas problemáticas da região, seguido da exposição dos dados dos cadernos por parte de Antonio Celio, representante da CPT, e depois, aberto para

debates e reflexões do público presente. Estiveram presentes 140 pessoas.

Figura 5 – Fala de Socorro do MST



Fonte: Lima (2018)

A participação do público no diálogo levantou questões, como a ausência de uma reforma agrária, relatos de violências e conflitos no campo etc. Uma das falas que nos chamou atenção foi de um estudante de geografia que agradeceu as contribuições e afirmou que, quando viu os integrantes das comunidades entrarem na universidade, ficou receoso por causa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas que o evento ajudou a se libertar do medo e a perceber que a luta do campo é justa.

Este segundo evento abriu possibilidades para a criação de uma agenda de pesquisas, reflexões e de militância para a região. Nesse contexto, evidencia-se o papel da Universidade de pensar a contradição e tentar contribuir com os expropriados no campo que vêm sofrendo ataques das mineradoras, da expansão dos parques eólicos, da grilagem, da manutenção da estrutura da grande propriedade fundiária, ataques do agrohidronegócio, entre outros. É válido destacar o apoio e participação do professor Dr. Gustavo Hees de Negreiros, do curso de Geografia, nessas atividades.

Em 2019, institucionalizamos o Lançamento do Cadernos de Conflitos como projeto de extensão da UNIVASF e fizemos o evento para apresentar os dados dos conflitos do ano de 2018, junto das comemorações do dia do(a) Geógrafo(a), em 29 de maio.

Figura 6 – Convite do evento



Fonte: Acervo do colegiado de Geografia

Estiveram presentes na mesa deste evento, membros do colegiado de Geografia: professor Dr. Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega (que também colaborou na organização desse lançamento) e Dr. Átila de Menezes Lima, Rubens Farias, representando as comunidades rurais, Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA) e Assentamento Serra Verde, representado na pessoa de seu Jorge e Movimento dos Pequenos Agricultores MPA. Além disso, outros movimentos participaram dos debates, como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, professores e estudantes das IES situadas no município.

Figura 7 - Lançamento do caderno de Conflitos 2018



Fonte: Lima (2019)

Nesta atividade, tivemos 149 inscrições, e destas, 114 pessoas estiveram presentes. Os debates foram muito frutíferos e ampliaram os laços de envolvimento entre a comunidade acadêmica e movimentos sociais.

Em 2020, mediante a pandemia da Covid-19, que assolou o mundo, e em decorrência das medidas de segurança, a quarta edição de lançamento do Caderno de Conflitos no Campo se incorporou a programação organizada pela CPT Centro-Norte de apresentação dos conflitos no Centro-Norte baiano e foi realizada de maneira virtual, na data de 27 de outubro daquele ano, onde colaboramos como debatedores, conforme Figura 8.

Figura 8 - Lançamento do Caderno de Conflitos 2019



Fonte: CPT

Tivemos, inicialmente, uma apresentação cultural-mística com Roberto Malvezzi, seguido de depoimentos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, para, posteriormente, fazermos reflexões sobre os conflitos na região Centro-Norte envolvendo as Dioceses de Juazeiro, Senhor do Bonfim e Ruy Barbosa. Os debatedores da atividade foram Tatiana Gomes, Assessora Jurídica Popular e professora de direito Agrário da UFBA e o professor Átila de Menezes Lima, do curso de Geografia da Universidade Federal do vale do São Francisco – UNIVASF, com mediação de Juliana Magalhães, da CPT Diocese de Juazeiro. A apresentação e debate podem ser vistos no site do YouTube da CPT, com 340 visualizações e do Laboratório de Geografia Humana da UNIVASF, com 242 visualizações respectivamente: https://www.youtube.com/watch?v=-

huy8J8wZFg,
https://www.youtube.com/watch?v=07tjqFcvHWs.

A quinta edição ocorreu no dia 16 de agosto de 2021, no auditório da UNIVASF, apresentando os dados de 2020, e contou com a participação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, do Movimento pela soberania Popular na Mineração – MAM, representantes da UNEB, além de estudantes dos cursos de Geografia, Ciências da Natureza e Ecologia. Tivemos ainda, apoio do Núcleo de Estudos das Paisagens semiáridas Tropicais - NEPST para a organização deste lançamento, na pessoa do Professor Dr. Sirius Oliveira Souza.

O projeto de extensão já estava consolidado e fazia parte do calendário acadêmico do curso. O projeto ganhou reconhecimento na sociedade, o que se evidenciou, inclusive, pela nossa participação em programas de rádio, tanto da cidade de Senhor do Bonfim, na Caraíba FM, quanto na cidade de Campo Formoso, na 98 FM, rádio Nupuranga, com a sempre simpática pessoa de Leandro Daniel, convidando a sociedade em geral para participarem do evento e discutindo dados, sinalizando problemáticas da questão agrária. Abaixo, alguns links de reportagens e entrevistas concedidas na Rádio Nupurunga 98FM, entre os anos de 2017 e 2023: https://98fmcampoformoso.com.br/entidade-vai-divulgar-numeros-da-violencia-no-campo-na-regiao-de-bonfim/,
https://98fmcampoformoso.com.br/cpt-vai-lancar-caderno-de-conflitos-no-campo-com-registros-de-violencia-em-campo-formoso-e-antonio-goncalves/,
https://98fmcampoformoso.com.br/prof-atila-menezes-lancamento-do-caderno-de-conflitos/,
https://98fmcampoformoso.com.br/cpt-vai-lancar-caderno-de-conflitos-no-campo-com-registros-de-violencia-em-campo-formoso-e-antonio-goncalves/ .

A sexta edição ocorreu no auditório da UNIVASF de Senhor do Bonfim, dia 5 de outubro de 2022, apresentando os dados de 2021, com a participação de 111 pessoas.

Figura 9 - Sexta edição do seminário do Lançamento do Caderno de conflitos.





Fonte: Lima (2022)

A sétima edição, no ano de 2023, teve a particularidade de a atividade estar agregada a programação geral da I Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular do Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru - TIPNI e ocorreu no dia 10 de maio de 2023, no auditório da UNIVASF de Senhor do Bonfim, com apresentação dos dados do ano

anterior. Tivemos 200 inscrições, com a presença de um público de 134 pessoas.

Figura 10 - Seminário do Lançamento do Caderno de conflitos 2022.





Fonte: Lima (2023)

O evento teve uma participação diversificada, como a presença de movimentos sociais como MPA, MST, comunidades, estudantes da UNEB e UNIVASF etc. Compuseram a mesa, a Cidinha e Celio, pela CPT, além de Marli Souza Fagundes, do MPA. Os dois primeiros apresentaram dados dos conflitos no Brasil e Bahia e Marli trouxe os conflitos enfrentados pelo MPA no território. Posteriormente, tivemos debates envolvendo comunidades, estudantes e docentes.

O Caderno de conflitos de 2024 (oitava edição), com os dados do ano 2023, ocorreu na data de 2 de setembro de 2024, na UNIVASF, e teve a mesa composta por Elba Amaral de Oliveira, egressa do curso de Geografia da UNIVASF, Paulo Ferreira da Silva do MPA e Cleriston Oliveira Santos, da CPT.

Figura11 - Registros do Caderno de conflitos de 2023



Fonte: Lima (2024)

O evento contou com 165 inscrições e com a presença de 135 pessoas. Paulo, do MPA, trouxe o contexto das lutas e conflitos enfrentados pelo Movimento, seguido de Elba, que apresentou parte do seu TCC e os conflitos do TIPNI. Cleriston fez a apresentação dos dados dos conflitos no Brasil e Bahia e, logo depois, seguiu-se debate com os participantes.

O lançamento do Caderno de Conflitos de 2025 (nona edição) ocorreu como parte da organização da II JURA e foi

realizado no dia 13 de maio do corrente ano. O evento teve 176 inscrições, estando presente 145 dos inscritos e contou com agentes da CPT, integrantes dos movimentos sociais, o Grupo de Pesquisa Geografia, trabalho e ontologia do ser social: estudos sobre a essência da relação sociedade-natureza – GTOSS, o Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais – NEPST, na pessoa do professor Dr. Sirius Oliveira Sousa e a coordenação do Laboratório de Ensino de Geografia do colegiado de Geografia da UNIVASF, na pessoa da professora Drª. Lorena Ferreira de Souza Almeida, integrantes da UNEB, na pessoa da professora Drª. Ivânia Paula Freitas de Souza Sena, entre outras organizações.

Foram apresentados os dados dos conflitos e analisados os contextos da violência no campo em níveis nacional e estadual. O lançamento também contou com a presença e com depoimentos de integrantes do MPA das comunidades de Fundo de Pasto, MAM, representação da UNEB, Campus Senhor do Bonfim e demais alunos de Geografia, História, Ciências da Natureza, Ecologia e Geologia.

Figura 12 - Lançamento do Caderno de Conflitos e atividade da II JURA



Fonte: Lima (2025)

A mesa de apresentação foi composta por Celio, que apresentou os dados dos conflitos em escala nacional e na Bahia. A representante do MPA, Eulália dos Santos Oliveira, destacou as lutas travadas pelo Movimento desde que ocuparam parte das terras do perímetro irrigado em Ponto Novo. Eulália sinalizou a respeito dos conflitos ocorridos no ano passado, com a derrubada de casas de moradores e ressaltou a importância de estarmos mobilizados e organizados para a luta. Larissa Soares, integrante do MAM e estudante de Ecologia da UNIVASF, colaborou com as reflexões, sinalizando os motivos que a levaram a militância, ressaltando que é integrante de comunidade de Fundo de Pasto.

Apontou questões críticas em torno das atividades de mineração na região e ressaltou a importância do MAM para se pensar uma outra forma de modelo mineral. Finalizou destacando a necessidade e importância da organização das/dos atingidos pela mineração. Vilobaldo fez a última fala trazendo um histórico dos 35 anos de lutas das comunidades do Mucambo, Lagoa Grande, Brejão da Grota e Angico, ligadas ao Fundo de Pasto. Ressaltou as várias manifestações do passado, lutas recentes e trabalhos de mapeamento das áreas de proteção e de nascentes de água. Trouxe denúncias sobre os impactos ambientais que a mineração está causando nas nascentes e ressaltou a importância da juventude e da universidade participarem dessas lutas.

Um ponto de relevância para a formação crítica na relação ensino-aprendizagem, no despertar de consciências transformadoras para a práxis e que podemos sinalizar como um dos resultados desse projeto, pode ser evidenciado no depoimento comovente, potente e transformador da estudante Naara Melo, do curso de Geografia, ao fim da nona edição do lançamento dos cadernos. Nas palavras da estudante:

> "Esse evento foi um marco na minha vida. Não apenas como estudante, mas como ser humano. Estar ali, ouvindo e sentindo cada palavra dita, foi como levar um choque de realidade e, ao mesmo tempo, ser abraçada por uma força ancestral que pulsa neste país desde sempre: a força da luta coletiva. Foi lindo. Foi duro. Triste. Foi um soco e um colo ao mesmo tempo. Ver que a união comunitária e o cuidado entre os seus nascem de algo tão trivial: da urgência de existir — de permanecer, de viver com dignidade em sua própria terra — é algo que me atravessou de um jeito que eu nunca mais vou esquecer. Os palestrantes não estavam ali apenas por si. Eles levantaram a voz por todo um povo, por memórias, por histórias, por direitos que insistem em ser negados. E fazem isso com coragem, mesmo sendo ameaçados, mesmo sabendo dos riscos. Isso é bravura. Amor em forma de luta. O Brasil foi feito e continua sendo feito de lutas — lutas que gritam para serem ouvidas, para que os direitos básicos de pessoas sejam finalmente atendidos. E estar ali, diante dessas pessoas que transformam dor em resistência, palavra em ação, me inspirou profundamente. Me reconheci na força delas e senti nascer ainda mais forte em mim a vontade de lutar pelos meus e por todos também. Vou carregar comigo, pra sempre, a força de suas palavras, o impacto de suas ações e o exemplo de coragem que nos deixa a mensagem clara: resistir é existir".

O depoimento da estudante não é um resultado isolado que vem sendo alcançado por estes dois projetos de extensão. Percebemos avanços na apreensão dos estudantes sobre a temática, sobretudo na disciplina de Geografia Agrária, contribuindo para a formação crítica, evidenciada nas apresentações de seminários, aulas de campo etc.

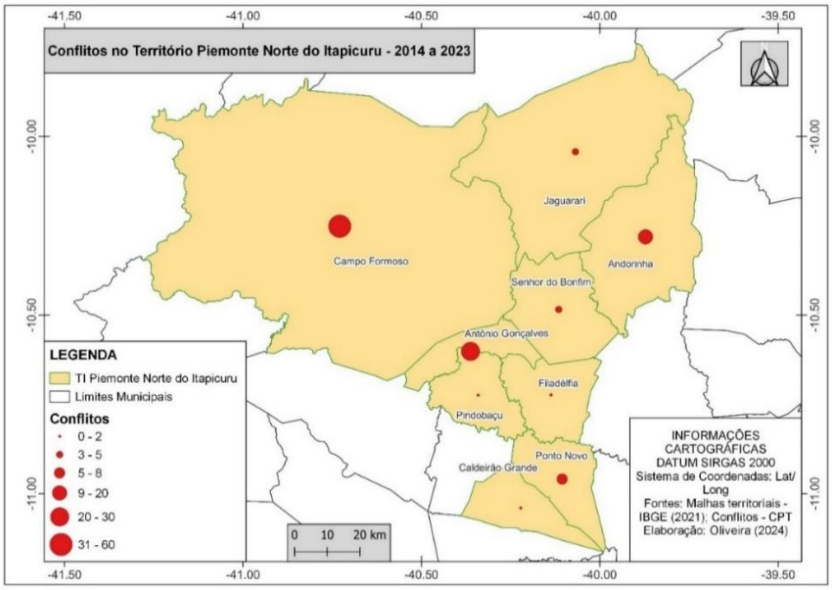
Podemos elencar como um outro resultado importante da materialização desse senso crítico, o trabalho de conclusão de curso da estudante Elba Amaral Oliveira, denominado - *Os conflitos no campo, no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, entre 2014 e 2023: reflexões a partir dos cadernos de conflitos no campo da CPT*. A autora traz valiosa contribuição crítica para a leitura dos conflitos no campo no recorte espacial do TIPNI, com uma leitura a partir do materialismo histórico e dialético, sob a perspectiva da "assim chamada acumulação primitiva de capital", apresentando uma síntese dos conflitos em nosso entorno, bem como a espacialização e cartografia própria e do grupo de pesquisas Geografar da UFBA, sobre estes conflitos.

As investigações feitas por Oliveira (2024), baseadas nos Caderno de Conflitos, apontam que, nesse recorte temporal, no TIPNI, ocorrem 93 conflitos por terra envolvendo 1.916 famílias e 22 conflitos por água envolvendo 1.249 famílias, totalizando um número de 115 conflitos, atingindo 3.165 famílias. Segundo Oliveira (2024),

> Os dados dispostos nos cadernos de conflitos da CPT revelaram que dos municípios que compõe o TIPNI, dentro da série histórica deste estudo, Campo Formoso lidera os casos de conflitos somando os por terra e água, com 57 ocorrências, seguido de Antônio Gonçalves com 30, Andorinha com 10, Ponto Novo com 08, Senhor do Bonfim com 05, Jaguarari com 03 e Pindobaçu com 02, conforme disposto na Figura 8. (Oliveira, 2024, p.53).

A síntese desses conflitos pode ser apresentada na cartografia a seguir, de elaboração da autora.

Figura 13 - Espacialização dos Conflitos no Campo no Território Piemonte Norte do Itapicuru - 2014 a 2023



Fonte: elaborado por Elba Amaral Oliveira (2024).

Oliveira (2024) identificou, conforme leitura dos cadernos, que os conflitos estavam relacionados as atividades de mineração, fazendeiros, agronegócio e eólicas, atingindo camponeses, quilombolas, comunidades de fundo de pasto etc. Buscando entender sobre a contribuição desse projeto de parceria com a CPT para a práxis e luta política, fizemos duas perguntas endereçadas a um integrante da CPT (Celio) e uma a Cidinha - que se desligou da CPT no ano de 2024 -, para termos um feedback. As perguntas foram as seguintes: 1) Qual a importância da parceria entre a CPT e o curso de Geografia da UNIVASF no lançamento do Caderno de Conflitos no campo para a formação crítica de estudantes e sociedade, assim como para a denúncia e viabilidade desses conflitos? 2) Qual a

contribuição dos nove anos do seminário de Lançamento do caderno de conflitos no campo para as lutas e formação política dos estudantes, movimentos sociais e sociedade em geral?

> *Esta experiência tem sido fundamental para fortalecer a luta e a formação política para os estudantes, movimentos sociais e da sociedade em geral que participam também, além de viabilizar a denúncia desses conflitos. Os dados de oferece gritos de violência no campo, permitindo que os mesmos tomem conhecimento da realidade e se mobilize contra ela. Acredito que conscientização sobre os conflitos e suas causas é um passo importante para a construção de um projeto de sociedade mais justo, humano e igualitário. Evento estratégico que serve para mostrar, fortalecer a atuação da CPT na luta e defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, através do mundo acadêmico, que por sinal tem despertado alguns estudantes a fazerem trabalhos depois do seminário.*
> *O seminário serve como espaço de discussão, análise e articulação entre aqueles que sentem a violência, os movimentos e organizações sociais envolvidos na questão agrária. As informações e dados apresentados no Caderno de Conflitos no Campo fornecem subsídios para a elaboração de estratégias de resistência e enfrentamento da violência no campo. Não sabemos ainda medir os passos gerados depois do seminário. (Celio)*

> *No território da Diocese de Bonfim, o Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo brasileiro, passou a ser realizado todos os anos, de forma sistemática a partir da parceria entre a CPT e o curso de Geografia da UNIVASF, isto possibilitou seguir uma espécie de linha do tempo na análise dos conflitos ocorridos na região e com aprofundamento teórico importante para subsidiar as comunidades tanto para a formalização de denúncias, quanto para a construção de novas estratégias de resistência, sobretudo na disputa de narrativas com o modelo de desenvolvimento hegemônico, onde a opinião pública é objeto de manipulação e, os aparelhos do Estado, são*

instrumentalizados em prol da propriedade privada. Em seus nove anos consecutivos, o Lançamento do Caderno na UNIVASF, em Senhor do Bonfim, tem sido um ato político potencializador das vozes dos povos e das comunidades camponesas que, querendo ou não, o fato de existirem e estarem lutando para continuarem existindo, os coloca nas trincheiras da luta contra o avanço do capital no campo, este que se materializa através da indústria extrativa mineral, do agrohidronegócio, dos parques energéticos (eólicos e solares), empreendimentos de infraestrutura e outras faces do latifúndio que como modus operandi, produz a violência e mata impunemente. Neste sentido, o debate na universidade, ao dar visibilidade aos conflitos, expondo as estruturas de opressão e violência, tem contribuído para a formação da consciência crítica, motivando estudantes para pesquisar o tema e favorecendo um engajamento na realização de ações de resistência pautadas pelas comunidades, a partir de projetos de extensão. Em várias edições do Lançamento do Caderno, das quais tive a oportunidade de participar, percebi que muitos estudantes ficavam perplexos(as), não só pelos altos índices de violência crescente revelados através dos dados, mas sobretudo, com os relatos das comunidades. As falas dos trabalhadores e trabalhadoras, além de indignação, causam comoção diante da crueldade com que são tratadas tanto por agentes privados, quanto por agentes públicos.

Os depoimentos, são graves denúncias que, mesmo com as tentativas de intimidação e ameaças, às comunidades não se calam, usando espaços como o Lançamento do Caderno de Conflitos para fazerem ecoar pedidos de socorro, diante da política de morte que lhes é imposta, ao mesmo tempo em que, apontam caminhos de transformação social, reafirmam a urgência de unificar as lutas populares do campo e da cidade pela proteção e garantia dos seus territórios, pela promoção da agroecologia e implementação da Reforma Agrária sem a qual o país nunca deixará de ser "uma cova rasa" para os pobres. (Cidinha)

As respostas fornecidas tanto por Celio, quanto por Cidinha, assim como os relatos dos estudantes e o TCC de Elba Amaral Oliveira, demonstram a importância deste projeto para uma maior inter-relação da universidade com as lutas populares,

para a formação política e para a formação crítica radical, potencializadora de lutas no processo de ensino-aprendizagem. Este último deve ser compreendido de forma mais ampla, não se limitando somente a conteúdos em sala de aula, mas também na prática, junto com a comunidade externa a universidade, assim como se apropriando dos problemas sociais e se colocando para a transformação destes.

É válido lembrar que as discussões do Lançamento do Caderno de Conflitos permeavam debates sobre o processo de acumulação do capital, debatidos por Marx (2013), se materializando na expansão de atividades que geram conflitos e demonstrando que não há processo de acumulação sem expropriação e violência.

Dessa forma, como assinala Vázquéz (2007, p262), a práxis é, na verdade, atividade teórico-prático, visando a transformação da realidade. A questão da práxis no marxismo perpassa a questão da transformação de uma realidade injusta, ou seja, transformar o real e, para tanto, baseia-se numa crítica apoiada num conhecimento científico da realidade. A práxis criadora, para este autor, envolve uma unidade entre objetividade e subjetividade, pensamento e realidade, reflexão e ação, numa realidade histórica concreta.

É partindo de tais concepções, que sinalizamos que o Seminário de lançamento dos cadernos de conflitos no campo nos proporciona elementos para uma formação humana ampla, um ensino-aprendizagem para além da aparência, buscando a essência da realidade e o movimento da totalidade, fato fundamental para formarmos educadores pautados na crítica e autocrítica da realidade para transformá-la, ou seja, na práxis. Partimos de uma realidade posta que buscamos conhecer, para assim alcançar uma nova objetividade: o devir.

Assinalamos ainda, conforme reflexões de Vázquez, para a necessidade de uma práxis transformadora, e os resultados deste projeto de extensão nos dão bons subsídios para não só desvendar a realidade, mas também para transformar, como assinala Marx. Uma síntese quantitativa do número de participantes nessas nove edições, nos deixa animados. No total de participações, tivemos 939 pessoas nas atividades presenciais e 582 na edição online, via canal do *YoTube* da CPT, com retransmissão no canal do *YouTube* do Laboratório de Geografia Humana, que, somados, alcançaram um público de 1.521 participantes.

Fazendo uma média somente dos oito lançamentos presenciais, temos uma quantidade de 117 participantes por edição. Se levarmos em consideração a soma com o contingente da edição online, teríamos uma média de 169 participações por evento.

A Jornada Universitária Em Defesa da Reforma Agrária Popular do TIPNI: elementos para a práxis

A realização da Jornada no TIPNI tem como objetivo desenvolver atividades integradas no Território. Ela mobiliza as Instituições de Ensino Superior - IES públicas, organizações, movimentos sociais de luta pela terra e a Educação Básica. Visa integrar estudantes da graduação e da pós-graduação nas discussões da luta pela terra, ampliar as formas de participação dos movimentos nas IES, fortalecer a Educação do Campo na sua perspectiva contra-hegemônica, além de estimular pesquisas e trabalhos de conclusão de curso que envolvam as temáticas agrárias na relação com a educação para a superação das relações socais capitalistas.

A I JURA do Território do Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI, ocorreu como parte da 11ª JURA nacional, no ano de 2023, com o Tema *Reforma Agrária Popular em Defesa da Natureza e de Alimentos Saudáveis*, promovida em parceria com a UNEB (Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire – CAECDT; Departamento de Educação – Campus VII, representado sobretudo nas pessoas da(o)s professores Ivânia Paula Freitas de Souza Sena e Ozelito Souza Cruz); Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (curso de Geografia representado pelos professores Átila de Menezes Lima, Gustavo Hess de Negreiros e professora Lorena Ferreira de Souza Almeida); IFBaiano (representado pelo do professor Alaécio Santos Ribeiro), Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas - CETA, Comissão Pastoral da Terra - CPT, a Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares - CACTUS, Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, Centro de Economia Solidária Piemonte da Diamantina e Municípios – CESOL, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Campo Formoso (BA) – SINTRAF; Associação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Estado da Bahia – ADESBA; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Central das Associações da Agricultura Familiar do TIPNI– CAAF.

Essa primeira JURA foi institucionalizada enquanto projeto de extensão pela UNIVASF, com o processo de nº 23402.013640/2023-57 e aprovado no parecer nº 460/2023 CAMEX-PROEX, em 27 de abril de 2023, e pela UNEB, registrada no Sistema de Planejamento Universitário – SPJU – Nº17.2023.137. A realização da Jura contou com ampla divulgação em redes sociais no TIPNI e com engajamento tanto

das IES, assim como dos movimentos sociais, sindicatos, associações, CPT etc., sendo feito convite para participação ampla da sociedade.

Figura 14 - Convite JURA 2023



Fonte: arquivo dos autores

A Programação da I JURA do TIPNI envolveu as seguintes atividades, desenvolvidas no período de abril a outubro de 2023. No dia 17 de abril ocorreu a Atividade Nacional: Mesa de abertura da JURA 2023 via TV UNB; dia 19 de abril a abertura da Jura Estadual, presencialmente, na UFRB, com transmissão pelo canal da UFRB e abertura da Jura territorial do TIPNI que foi assistida no auditório da UNIVASF campus Senhor do Bonfim-BA, além da abertura do Curso de Extensão – Educação do Campo e Reforma Agrária Popular – IF baiano/campus Senhor do Bonfim que se estendeu até julho, de forma online. Nesta última atividade, só não foi realizado o seminário final de encerramento com as palestras presenciais esperada para o dia

21 de julho, o restante do curso ocorreu todas as quintas-feiras, de abril a julho.

Finalizando o mês de abril, tivemos a Mostra de Cinema e literatura, ocorrida na UNEB, com a exibição do documentário sobre o Massacre de Eldorados dos Carajás, com mediação do professor Dr. Gustavo Hess de Negreiros. Nessa atividade, tivemos um público de cerca 150 pessoas, contando com estudantes da UNIVASF, UNEB, IFbaiano e de estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA da rede municipal de Senhor do Bonfim.

No mês de maio, uma série de atividades foram desenvolvidas, dentre as quais a Semana de Comunicação em Combate ao Trabalho Escravo, ocorrida entre os dias 8 a 13 de maio, no SINTRAF de Campo Formoso, por parte da CPT; no dia 10 de maio, o Lançamento do Cadernos de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra – CPT (que contou com 200 inscrições e 134 presenças), conforme descrito anteriormente; no dia 11 deste mês, entrevista nas rádios da região sobre a mobilização contra o trabalho escravo por parte de integrantes da CPT; dia 12 de maio, oficina de prevenção e combate ao trabalho escravo com comunidades rurais de Campo Formoso, parceria com o SINTRAF e CPT, e, nos dias 12 e 13 do mesmo mês, abordagem sobre Trabalho Escravo no Curso de Formação de Lideranças em Monte Santo, também com integrantes da CPT. No dia 17, Aula de Campo na Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves – EFAG (106 inscrições e 45 presentes); dia 23 de maio, Aula de Campo nos assentamentos do MPA e MST, em Ponto Novo (108 inscritos com 49 participantes presentes). Vale lembrar que só foram contados participantes das IES, não contabilizamos o número de pessoas das comunidades que participaram da atividade.

No mês de junho, no dia 7, tivemos Roda de Conversa com grupos produtivos da Agricultura Familiar do TIPNI, na Barroca do Faleiro, em Senhor do Bonfim (36 inscrições e 29 presentes). E, finalizando a JURA, no dia 31 de outubro, fizemos a visita de campo ao assentamento Nova Canaã, do movimento CETA, em Pindobaçu, sob a coordenação da integrante Marivânea de Jesus, onde tivemos 24 inscrições e 24 presenças.

A primeira JURA previu 18 atividades, sendo realizadas 15 no total. As atividades somaram 624 inscritos, com 302 presenças, sendo estudantes das três Instituições de Ensino Superior Públicas do Território, além de membros dos movimentos e organizações populares.

Figura 15 - Aula de Campo na EFAG e MPA



Fonte: arquivo dos autores

A II JURA teve como pauta a questão climática e ambiental, na perspectiva de denunciar a lógica destrutiva do capital por meio do agrominerio-hidro-negócio no Brasil e no mundo, focando a defesa da vida e o combate ao agronegócio.

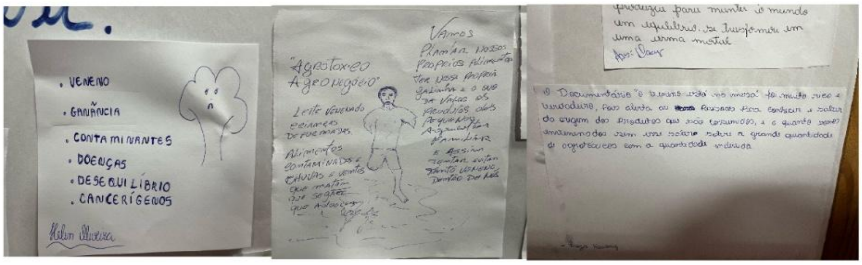
Figura 16 - Programação da II Jura



Fonte: arquivo dos autores

A programação da II JURA teve início com o Lançamento Nacional no dia 11/04, via canal no YouTube, com João Pedro Stedile, na Universidade Federal Fronteira Sul (Laranjeiras do Sul-PR). A primeira atividade territorial foi o Cinema em Debate, realizado na UNEB, que pautou os agrotóxicos a partir do documentário "O veneno está na Mesa," envolvendo 82 estudantes, tendo como produção um mural de impressões que foi exposto nos corredores da Universidade para divulgar as informações evidenciadas no documentário.

Figura 17 - Painel de impressões sobre o documentário "O Veneno está na Mesa"



Fonte: Acervo dos autores (2025).

Como desdobramento dessa atividade, foi desenvolvida uma mesa de diálogo sobre dados atuais do uso de agroquímicos no Brasil e o papel da agroecologia. O debate aconteceu no Centro Diocesano de Senhor do Bonfim, articulado com o primeiro módulo do Programa de aperfeiçoamento de professores do campo, Escola da Terra, desenvolvido na parceria pela UNIVASF-UNEB, envolvendo 8 municípios do Território. A mesa teve como convidados José Moacir dos Santos do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA e Leila Santana do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, contando com a participação de 120 professores cursistas e 67 estudantes.

Figura 18 - Roda de conversa com o MPA e IRPAA



Fonte: Acervo Programa Escola da Terra TIPNI

Compôs também a programação, a atividade denominada "A luta pela terra em obra literária", que realizou um painel online com o tema "Canudos: a história, a guerra e o legado",

com a participação do historiador José Gonçalves. A atividade aconteceu de modo remoto, envolvendo 67 estudantes.

A quarta atividade foi uma mostra de cinema com o tema "Território Camponês Semiárido- Arte em cena", com a exibição do Filme Eu Sou o Outro, de Áquila Emanuelle, que apontou os modos de vida, as lutas e conquistas das comunidades tradicionais de fundo de pasto no Sertão de Uauá-BA para manterem seus territórios. A atividade aconteceu no Centro Diocesano, com 120 participantes.

A quinta atividade foi o I Colóquio de Mulheres Camponesas, também realizado no Centro Diocesano, com a participação de mulheres representando a agricultura familiar no território, bem como os movimentos de luta pela terra – MPA e CETA. A atividade envolveu 120 professores de 8 municípios.

Figura 19 - Card de divulgação



Fonte: elaboração dos autores

A última atividade, ocorrida em setembro, foi a Aula de Campo na Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves – EFAG, que envolveu 77 estudantes da UNEB. Nas duas

programações (I e II Jornadas), o lançamento dos Cadernos de Conflitos no Campo fez parte da programação.

Figura 20 - Aula de Campo na EFAG



Fonte: Acervo colegiado de Pedagogia da UNEB

A JURA tem sido um importante espaço de diálogo dos movimentos e pautas camponesas com a sociedade, tendo como canal o espaço universitário, envolvendo estudantes e professores da Educação Básica e Superior, que, além de ampliarem suas visões de mundo, são incentivados a incluírem as pautas da luta social em suas práxis. Obviamente, não temos instrumentos para medir o alcance dessas ações, uma vez que elas são pensadas como *locus* formativo, vivências para construção de consciência de classe, cujos desdobramentos se integram ao próprio movimento de ampliação dessa consciência. Abaixo, uma imagem de uma cena teatral desenvolvida na disciplina Educação do Campo da UNEB, em diálogo com as atividades e pautas da JURA.

Figura 21 - Cena sobre a Guerra de Canudos por estudantes de Teatro e Pedagogia da UNEB na disciplina de Educação do Campo



Fonte: Acervo do Colegiado de Pedagogia da UNEB

As atividades da JURA, articuladas às atividades de ensino e extensão, têm transformado a práxis universitária, abrindo diálogos cada vez mais amplos com as comunidades, com as organizações, movimentos sociais, escolas, constituindo-se um espaço potencial de formação de crítica de estudantes e professores da Educação Básica. O contato direto dos estudantes e professores com os movimentos sociais, com as pautas que envolvem a luta pela terra, por exemplo, os tem levado a novas formas de compreensão dos problemas sociais, mobilizando uma práxis social criadora, que aponta avanço na consciência de classe.

Conhecer os assentamentos, envolver-se com as místicas, ouvir dos próprios sujeitos do campo suas pautas, tem levado os participantes a um confronto com suas próprias concepções. É na realidade concreta que as contradições se explicitam e, ao envolverem-se com as atividades da JURA, lhe são dadas as possibilidades de ultrapassarem o que conhecem, o que pensam,

o que fazem, permitindo que possam compreender a realidade para além do que vêem, do que sabem, avançando para enxergá-la como um "todo integrado, complexo e dinâmico", em permanente contradição, como lembra Kosik (2010).

Para não concluirmos

A realidade concreta do campo brasileiro é contraditória e violenta, fruto da renda da terra e da concentração de terras. O processo de acumulação de capital não existe sem expropriação e violência. Neste sentindo, o registro dos dados de violência no campo no Brasil por parte da CPT é fundamental para a denunciar e dar visibilidade aos conflitos. Lutar contra a concentração de terras e estrutura fundiária desigual, assim como a propriedade privada dos meios de produção, é tarefa urgente e necessária.

A necessidade da práxis, da junção teoria e prática para a transformação da realidade objetiva, para a crítica e autocrítica da realidade, é um movimento necessário para não ficarmos somente na contemplação da realidade. Seguindo o princípio marxiano de que necessitamos transformar a realidade, nos propomos a desenvolver projetos de extensão que se vinculam as práticas e necessidades dos movimentos sociais.

Foi atendendo as demandas sociais das lutas e denúncias dos conflitos no campo, via diálogos com a CPT e movimentos sociais, que tivemos institucionalização na forma de extensão do Seminário de Lançamento do Caderno de Conflitos no Campo e posteriormente a JURA TIPNI.

Os dois projetos apontam para uma dimensão relevante da extensão universitária como um componente curricular importante na formação profissional, numa perspectiva de

ensino-aprendizagem de humanização e emancipação, que são fundamentais para a práxis transformadora, visando um projeto de educação, como assinala Mészáros (2008), para além do capital. Os dois projetos vêm demonstrando importância na formação crítica, humana para estudantes e comunidades e movimentos sociais no TIPNI. Trazer pautas sociais complexas, que expõem as lutas de classe e confrontam a realidade social, expande o processo formativo da Universidade para além de seus muros, implicando-a de forma direta com os processos de transformação social.

Referências

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO – CEDOC. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT nacional, 2021. 279 p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO – CEDOC. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT nacional, 2022. 269 p.

COSME, Claudemir Martins. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censoagropecuário 2017. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho,** v. 21, n. 1, p.84-109, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de
Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LUKÁCS, GYORGY. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, KARL. A assim chamada acumulação primitiva. *In:* MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. cap. 24. p. 959-1014.

MARX, Karl, FRIEDRICH, Engels. **A ideologia Alemã.** Rio de Janeiro.Ed. Civilização brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. As Relações De Produção Na Agricultura Sob O Capitalismo. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. cap. 5, p. 36-42.

OLIVEIRA, Elba Amaral. **Os conflitos no campo, no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, entre 2014 a 2023**: reflexões a partir dos cadernos de conflitos no campo da CPT. Senhor do Bonfim-BA, 2024.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 1 ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLASCO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

CAPÍTULO 3

Formas simbólicas espaciais na Capital Baiana do Forró: a estátua de Luiz Gonzaga e a maior sanfona do mundo em Senhor do Bonfim

Pedro Paulo Pinto Maia Filho[16]
Ester Claudino Gomes da Silva[17]

Introdução

As expressões culturais do Nordeste brasileiro, notadamente sua riqueza musical e festiva, configuram um campo profícuo para a investigação de formas simbólicas espaciais. Tais formas, conforme define Corrêa (2010, p. 7), são representações materiais ou imateriais que carregam significados políticos, identitários e históricos, articulando-se a práticas socioespaciais. No contexto das celebrações juninas no município de Senhor do Bonfim, no estado da Bahia, esses símbolos ganham materialidade por meio de monumentos, intervenções urbanas e performances culturais que reconfiguram a paisagem e a experiência do lugar.

[16] Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Vale do São Francisco; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE/CNPq-Univasf.
[17] Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco; Membro do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política - LECgeo.

O município de Senhor do Bonfim localiza-se no norte da Bahia, em uma região de forte tradição agropecuária e cultural (Barbosa, 2013, p. 49). Conhecida como "Capital Baiana do Forró", a cidade investe há décadas na festa de São João como principal evento turístico e identitário. A escolha de Luiz Gonzaga e do seu icônico instrumento como figura central desse projeto não é casual: o "Rei do Baião" é um ícone nacional da cultura nordestina, cuja obra sintetiza valores regionais como resistência, fé e alegria.

Este artigo examina dois monumentos que são símbolos da cultura do forró e das festas de São João. A primeira, a estátua de Luiz Gonzaga, inaugurada em 2012, está localizada na via de acesso ao Parque da Cidade, onde funciona o Espaço Gonzagão – palco central das comemorações juninas. Já o monumento da "Maior Sanfona do Mundo", inaugurado em 2024, foi instalado na rotatória da BR-407, principal entrada da cidade, saudando os visitantes com um ícone representativo do ritmo que define a região.

Propomos uma análise que articula a geografia cultural – com ênfase nos estudos sobre monumentos e paisagem – e a filosofia das formas simbólicas (Cassirer[18] *apud* Orengo; Gil Filho, 2023.), visando decifrar as camadas de significado imbricadas nesses artefatos espaciais. Questiona–se, portanto, de que forma a cultura do forró é materializada simbolicamente no espaço urbano, notadamente através da presença de estátuas que homenageiam ícones dessa tradição musical.

Partimos da hipótese de que tais intervenções não são meras homenagens, mas também estratégias de poder que visam à projeção turística, à legitimação política e à reinvenção de

[18] CASSIRER, E. **A Filosofia das Formas Simbólicas**. Vol. I, II e III. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 2004, 2011.

tradições. Ao mesmo tempo, reconhecemos sua polissemia, ou seja, a capacidade de serem ressignificadas por diferentes grupos sociais.

Adotamos uma abordagem qualitativa e interdisciplinar que articula diferentes procedimentos metodológicos para compreender as formas simbólicas espaciais em análise. Inicialmente, realizamos uma análise documental de matérias jornalísticas, releases oficiais e registros de inaugurações, o que permitiu reconstituir o contexto histórico e político das intervenções monumentais.

Nesse contexto, documentos não se restringem ao formato escrito, mas compreendem qualquer objeto que contribua para a investigação de determinado fato ou fenômeno (Gil, 2008, p. 147). Em seguida, com base no método iconográfico proposto por Panofsky[19] (2004 *apud* Corrêa, 2010), examinamos a forma, a composição e o contexto simbólico das estátuas de Luiz Gonzaga e da sanfona monumental, interpretando seus significados em três níveis: primário (forma), convencional (iconografia) e intrínseco (iconologia). Complementarmente, quando possível, realizamos observação simples (Gil, 2008, p. 104) durante as festividades juninas de 2025, com o intuito de capturar as dinâmicas de apropriação e ressignificação dos monumentos pela comunidade e pelos visitantes.

Paralelamente, conduzimos uma revisão bibliográfica integrada, dialogando com aportes teóricos da geografia cultural, da filosofia das formas simbólicas e dos estudos de cultura popular, de modo a situar o estudo em um quadro teórico consistente. A articulação entre esses métodos visa

---

[19] PANOFSKY, E. 2004. **Iconografia e Iconologia**: uma Introdução ao Estudo da Arte na Renascença. *In*: Significados das Artes Visuais. São Paulo: Perspectiva.

compreender os monumentos não como objetos isolados, mas como nodos em redes simbólicas mais amplas, nos quais se entrelaçam dimensões materiais, culturais e políticas, conformando o que Cassirer (1977) denomina de "espaço de ação" e Corrêa (2005) identifica como geo-símbolos. Dessa forma, a análise busca capturar a complexidade e a polissemia inerentes a essas intervenções espaciais, considerando tanto a intencionalidade de seus idealizadores quanto as leituras plurais que suscitam no tecido social.

O texto está organizado em cinco seções, além desta introdução: referencial teórico-metodológico; contextualização histórica e cultural de Senhor do Bonfim; análise da estátua de Luiz Gonzaga e do monumento da sanfona; discussão sobre políticas culturais e tensões simbólicas; e considerações finais.

Formas simbólicas espaciais

A análise das formas simbólicas espaciais, conforme proposta por Corrêa (2010), entende esses elementos como representações da realidade. Com base em Hall (1997), o autor argumenta que tais formas resultam de um processo dinâmico no qual os significados são produzidos, compartilhados e comunicados entre membros de uma mesma cultura.

Antes dessa aplicação do conceito na Geografia, no entanto, é essencial recorrer à obra fundadora de Ernst Cassirer, "Filosofia das Formas Simbólicas" (1923-1929). Cassirer é o pensador basilar para esse estudo, pois defende que a vida humana é inteiramente mediada por símbolos. Para ele, uma forma simbólica é uma energia do espírito humano que atribui significado a um objeto concreto, ou seja, a algo que podemos perceber com os sentidos. Isso significa que não enxergamos as

coisas de forma neutra, mas sim as interpretamos e expressamos por meio de símbolos.

Segundo Orengo e Gil Filho (2023), a filosofia de Cassirer fornece a base para compreender como os seres humanos constroem e vivenciam o mundo por meio de sistemas simbólicos. Cassirer define o homem como um *animal symbolicum* (animal simbólico), cuja relação com a realidade é sempre filtrada por formas como a linguagem, o mito, a arte, a religião e a ciência. Essas formas não são simples cópias do real, mas são meios ativos de constituí-lo.

Cassirer (1977) ainda explica que cada forma simbólica tem uma lógica e uma função única na organização da nossa experiência. O mito, por exemplo, opera no modo da expressão pura, onde o símbolo e o que ele significa se fundem. A linguagem introduz a representação, e a ciência trabalha com a significação pura. Juntas, expressão, representação e significação formam o "trinômio pregnante" de Cassirer: um processo contínuo e dialético de dar sentido ao mundo.

No contexto deste artigo, a estátua de Luiz Gonzaga e o monumento da sanfona podem ser lidas como formas simbólicas que articulam dimensões expressivas (mito, afeto), representativas (linguagem, identidade) e significativas (discurso político, projeto turístico). Elas atuam no que Cassirer denomina “espaço de ação” – um campo dinâmico onde se constroem espacialidades, isto é, modos simbolicamente mediados de habitar e significar o espaço (Orengo e Gil Filho, 2023, p. 201).

A Geografia Cultural, em sua vertente crítica, compreende os monumentos como artefatos espaciais, intencionalmente carregados de política. De acordo com Corrêa (2010), os monumentos são definidos como “formas simbólicas grandiosas” que materializam visões de mundo, disputas de

poder e projetos identitários. Eles não são neutros: sua localização, escala e iconografia seguem uma "política locacional" destinada a maximizar sua visibilidade e impacto simbólico.

Essa ideia dialoga com a proposta de Duncan (1990), que entende a paisagem urbana como um "texto" passível de múltiplas interpretações. Sob essa perspectiva, os monumentos funcionam como narrativas espaciais que podem ser celebradas, contestadas ou ressignificadas por diferentes grupos. A noção de "polivocalidade" (Duncan, 1990) é central para compreender como um mesmo monumento pode ser apropriado de maneiras distintas, tornando-se palco de conflitos simbólicos.

Para fundamentar esta análise, adota-se a abordagem de Corrêa (2010), que amplia o pensamento de Cassirer ao argumentar que as formas simbólicas ganham expressão concreta no espaço geográfico. Desse modo, elas se tornam representações simbólicas materializadas, ativas na produção e comunicação de sentidos.

Segundo o autor, as formas simbólicas tornam-se formas simbólicas espaciais quando se constituem por meio de fixos e fluxos – ou seja, localizações e itinerários-, apresentando assim, os atributos fundamentais da espacialidade. Corrêa (2010, p. 8-9) lista como exemplos: palácios, templos, cemitérios, memoriais, obeliscos, estátuas, shopping centers, nomes de logradouros públicos, cidades, elementos da natureza, procissões, desfiles e paradas.

Ao detalhar os atributos dessas formas, Corrêa (2010, p. 9) as analisa através da política locacional. Este conceito refere-se à escolha estratégica dos locais onde elas serão inseridas, com o objetivo de que sua presença no espaço adquira valor simbólico e cumpra a função desejada pelos grupos ou instituições que as conceberam. Para isso, estão envolvidas três dimensões

fundamentais do espaço: a dimensão absoluta; a dimensão relativa; e a dimensão relacional.

A dimensão absoluta diz respeito ao ponto fixo e concreto – uma estrutura com localização definida – que ancora a forma simbólica espacial. Este local, permanente e vinculado a um evento fundador, carrega em si um significado histórico, religioso ou político. Mesmo que a forma simbólica seja replicada, cada instância possuirá uma localização única e intransferível.

A dimensão relativa, por sua vez, refere-se à posição estratégica da forma simbólica em relação aos fluxos urbanos, considerando especialmente sua visibilidade e acessibilidade. Esta é uma dimensão dinâmica, que pode se transformar junto com o entorno. Sua capacidade de transmitir mensagens e significados está diretamente ligada a esses fatores: quanto maior a visibilidade e facilidade de acesso, maior seu impacto. Ela se define pela conexão com vias de circulação e pela proximidade de outros pontos relevantes da cidade.

Por fim, a dimensão relacional evidencia o conflito quando formas simbólicas de significados e valores divergentes ocupam um mesmo território. Esta relação antagônica torna visível a disputa pela afirmação de uma identidade sobre outra.

Corrêa (2010) ressalta ainda que as formas simbólicas espaciais são intencionalmente dotadas de um sentido político, concebidas para cumprirem funções específicas. São elas: 1 - Glorificar o passado, destacando aspectos considerados relevantes para o presente e o futuro; 2 - Reconstruir o passado, atribuindo-lhe novos significados – processo que, como nos casos anterior e seguinte, pode envolver a "invenção de

tradições" (Hobsbawm; Ranger, 2002)[20]; 3 - Transmitir valores de um grupo como se fossem universais, o que envolve fortes relações de poder; 4 - Afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social, sendo a identidade nacional um tema frequente; 5 - Sugerir que o futuro já chegou, portando características julgadas positivas; e 6 - Criar "lugares de memória" (Nora 1989) [21] com a função de estabelecer ou manter a coesão social em torno de um passado comum (Corrêa, 2010, p. 10).

Desse modo, a análise não deve se restringir à descrição da forma, mas deve buscar desvendar os processos sociais e os projetos de poder que nela se materializam. O instrumento de análise é, em última instância, o conceito de forma simbólica espacial (Corrêa, 2010), que permite compreender como a "energia do espírito humano", teorizada por Cassirer, ganha corpo no espaço geográfico, tornando-se uma representação material, politicamente intencionada e socialmente disputada. Nesse contexto, este será o eixo condutor da investigação empírica que se segue.

Contexto histórico e cultural: Senhor do Bonfim e a sanfona

O município de Senhor do Bonfim, inserido no território do sertão baiano, consolidou-se como um dos polos mais significativos da Bahia para a realização dos tradicionais festejos juninos (Santos, 2024). Nessas celebrações, que constituem uma

[20] HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.) 2002. A Invenção das Tradições.. São Paulo: Paz e Terra.

[21] NORA, P. 1989. Between Memory and History: "Les Lieux de Memoire". Representations, 26(1), pp. 7-25.

expressão cultural profundamente enraizada na região, o forró – impulsionado pelo som da sanfona – ocupa um lugar de destaque. Esta seção tem como propósito analisar o contexto histórico e cultural de Senhor do Bonfim, com foco na trajetória de suas festas juninas e no processo pelo qual a figura do sanfoneiro e o gênero musical do forró se tornaram pilares identitários da localidade.

A tradição de celebrar os santos juninos (Santo Antônio, São João e São Pedro) em Senhor do Bonfim é antiga. Segundo Souza (2012), a festa originou-se das práticas religiosas dos colonizadores portugueses, que aos poucos se amalgamaram aos costumes locais. Inicialmente, as comemorações caracterizavam-se pela intimidade e pelo caráter comunitário, manifestando-se principalmente no ritual de visitação "de casa em casa". Nessas ocasiões, os moradores preparavam quitutes e bebidas típicas, recebendo amigos e familiares em um ambiente de confraternização. Souza (2012, p. 32) descreve que "nessas ruas, os moradores se preparavam para receber as pessoas com bebidas e comidas, quitutes, considerados juninos", sendo animados por "rodas e cantadeiras" que se apresentavam com muita alegria, muitas vezes no meio da rua.

A transição desse formato mais familiar e disperso para a "festa de largo", centralizada em um espaço público, ocorreu de forma decisiva a partir da década de 1970. Segundo depoimento de Tito Rocha[22], citado por Souza (2012, p. 33), a administração municipal, influenciada pelo modelo já adotado em outras cidades do Nordeste e visando acomodar o crescente número de pessoas – incluindo jovens que retornavam a Bonfim durante as férias de meio de ano –, optou por realizar o São João na Praça

[22] Francisco Alberto da Silva Rocha (1947-2022), jornalista e radialista era reconhecido como um dos maiores incentivadores do São João em Senhor do Bonfim.

Nova do Congresso. Esse movimento representou uma significativa reconfiguração da festa, inserindo-a em uma lógica mais espetacular e mercadológica, sem, contudo, extinguir completamente a prática tradicional das visitas domiciliares, que persiste até os dias atuais, ainda que de forma mais restrita.

A consolidação dos festejos juninos como a principal manifestação cultural e turística de Senhor do Bonfim foi um processo contínuo. A gestão pública passou a investir cada vez mais na estruturação do evento, que ganhou programação extensa, palcos fixos e atrações de renome nacional. Em 2007, outro marco importante foi a transferência do arraial para o Parque da Cidade, um espaço amplo e especialmente arquitetado para sediar as festividades, que passou a abrigar o "Espaço Gonzagão" (Souza, 2012, p. 35). Essas mudanças físicas e logísticas refletiam a crescente importância econômica e simbólica do São João para o município, transformando-o em um produto cultural capaz de atrair turistas e movimentar o comércio local.

No coração dessa tradição festiva bonfinense está a figura do sanfoneiro. A pesquisa de Souza (2012) demonstra que, mesmo antes da institucionalização da festa, os sanfoneiros já eram elementos indispensáveis. Nomes como Eliziário Antônio de Oliveira emergem como pioneiros, ícones locais que, inspirados pela performance e estética de Luiz Gonzaga, forjaram uma identidade visual e sonora para o forró na região. Souza (2012, p. 81) relata que Eliziário "passou a se caracterizar como vaqueiro, usando chapéu de couro, mas assumindo também outros elementos característicos do sertão, como a cabaça e o facão na bainha de couro", apropriando-se de símbolos que remetiam a uma ideia de autenticidade nordestina.

A sonoridade característica do forró "pé-de-serra" – tradicionalmente executada pelo trio sanfona, zabumba e

triângulo – tornou-se a trilha sonora oficial do São João bonfinense. No entanto, como destaca Souza (2012), essa prática cultural não é estática. Os sanfoneiros locais, sujeitos de identidades não fixas, negociam constantemente com as inovações. Muitos grupos incorporaram instrumentos como teclado e baixo em suas formações, adaptando-se às novas demandas sonoras e ao crescimento da festa.

A justificativa para a incorporação de novos instrumentos é elucidada na fala do sanfoneiro Josa do Acordeom: "A gente antigamente tocava somente com o triângulo, a zabumba e a sanfona. Mas agora, com essa sonorização grande, se a gente subir no palco só com isso, fica aquele vazio; então a gente coloca um baixo, um teclado, que, daí, dá mais peso, mas a gente continua com o estilo pé de serra" (Souza, 2012, p. 105).

Esse relato ilustra o processo de hibridação cultural, onde tradição e contemporaneidade coexistem e se remodelam mutuamente, o que ilustra concretamente o processo de hibridação cultural em ação. Contudo, essa negociação entre tradição e inovação não é isenta de tensionamentos. O próprio Tito Rocha, em 2012, ao relatar a organização da festa, critica a contradição de bandas que tocam outros gêneros durante o ano, mas são contratadas para se apresentar no Espaço Gonzagão, propondo que a prefeitura deveria promover uma melhor integração entre "o velho e o novo".

Essa tensão revela-se ainda mais profunda quando se examina a efetividade da identidade simbólica construída em torno do forró. A monumentalização contrasta radicalmente com a realidade apontada por Jailson Jaula (2025), ex-organizador do Encontro de Sanfoneiros: apesar do título oficial e das homenagens materiais, o forró ocupa um lugar periférico na vida cultural bonfinense fora do período junino. O fato de não ter sido realizada uma única festa dedicada ao gênero, entre julho de

2024 e abril de 2025, enquanto outros ritmos mantinham regularidade, expõe uma fratura significativa entre a paisagem simbólica monumentalizada e as práticas culturais efetivas na cidade.

Materializando a memória: as estátuas e a simbologia do forró

Um aspecto singular na paisagem cultural de Senhor do Bonfim é a materialização da memória afetiva e histórica do forró através de monumentos públicos (
Figura ***1***). As estátuas erguidas na cidade funcionam como marcos simbólicos que eternizam personagens centrais dessa narrativa, conferindo-lhes um caráter de permanência e legitimidade.

Figura 1 – Formas Simbólicas Espaciais: Luiz Gonzaga e a Maior Sanfona do Mundo – Senhor do Bonfim/BA



Fonte: Elaboração Ester Claudino (2025).

Inaugurada em junho de 2012, a estátua de Luiz Gonzaga foi esculpida em pedra xisto biotita pelo artista plástico baiano, Florinaldo Souza dos Santos, conhecido como “Galego”. Com aproximadamente dois metros de altura, foi encomendada pelo então prefeito Paulo Machado com urgência, para que estivesse pronta a tempo das festividades juninas. A inauguração em comemorações do centenário do Rei do Baião representa mais do que uma simples homenagem.

Conforme registra Souza (2012, p. 64), Bonfim foi a primeira cidade baiana a prestar uma homenagem nesse formato a Gonzaga. A estátua serve como uma âncora material para a identidade junina que a cidade pretende projetar. Ela situa o município dentro de uma tradição cultural nordestina mais ampla, da qual Luiz Gonzaga é o principal ícone.

Segundo Lima (2020), Luiz Gonzaga utilizou elementos culturais fundamentais — como as narrativas de suas canções e o visual distintivo de sua indumentária de vaqueiro — para forjar uma representação específica do Nordeste brasileiro. Portanto, Gonzaga não é apenas um artista, mas um símbolo espacial que condensa e divulga os valores e a estética dessa região

Além da homenagem nacional, a cultura local também encontra seu lugar no espaço público através de outras representações. A existência de um "Encontro dos Sanfoneiros", uma barraca que se tornou espaço de resistência e convívio para esses artistas durante o São João (Souza, 2012, p. 109), sugere um ambiente propício para que a memória dos pioneiros, como Eliziário, seja perpetuada de forma semelhante. A materialização em estátuas ou outros monumentos funciona como uma estratégia de visibilização e reconhecimento público, saindo do campo da memória oral e entrando para o imaginário urbano da cidade.

Sob uma perspectiva teórica mais ampla, esses monumentos não são adornos passivos; eles performatizam a cultura do forró. A estátua de Gonzaga, por exemplo, pode ser analisada através da ótica de Cassirer, operando simultaneamente nas esferas do mito e da arte. Como mito, concretiza uma narrativa fundadora que associa o artista à identidade local. Como arte, condensa em forma sensível valores afetivos e estéticos.

A identidade histórico-cultural de Senhor do Bonfim mostra-se intrinsecamente ligada à trajetória de seus festejos juninos e à centralidade da figura do sanfoneiro e do forró nessa celebração. A festa, que migrou do âmbito doméstico e das ruas para os largos e, posteriormente, para um parque especialmente projetado, tornou-se o principal evento identitário do município, gerador de renda, turismo e um forte senso de pertencimento.

Por fim, a materialização dessa cultura nas estátuas, como a de Luiz Gonzaga, evidencia um esforço consciente de eternizar, no espaço público, a memória e o valor simbólico do forró, transformando Senhor do Bonfim não apenas em um palco temporário para a festa, mas em um museu a céu aberto, dedicado à sua mais cara tradição.

Conforme registra o jornalista Walterley Kuhin (2012), Luiz Gonzaga esteve na cidade em pelo menos três ocasiões, sendo a última em 1988, um ano antes de seu falecimento. Sua apresentação em cima de um caminhão, conforme relatos locais, tornou-se parte do imaginário popular, reforçando a ideia de uma conexão íntima entre o artista e a cidade.

Iconograficamente, a estátua segue uma convenção clássica de monumentos heroicos, apresentando figura vertical, olhar altivo e atributos iconográficos reconhecíveis - sanfona e indumentária de couro. Esse tratamento confere ao artista um estatuto quase sagrado, alinhado à noção de "glorificação do passado" conforme à tipologia de Coreia (2010). A inauguração

da estátua pode ser interpretada como um ritual de consagração que atualiza a memória de Gonzaga e a vincula ao presente.

Figura 2 -Estátua de Luiz Gonzaga



Fonte: Autores (2025)

No entanto, como alerta Hobsbawm e Ranger (2002 *apud* Coreia (2010), a "invenção da tradição" é sempre seletiva. A ênfase nas três visitas de Gonzaga omite, por exemplo, contradições ou resistências locais, construindo uma narrativa linear e harmoniosa. Nesse sentido, a simplificação do passado facilita sua instrumentalização no presente, um fenômeno que encontra eco no estudo de Lima (2020) sobre o uso da figura do artista: "[...] não poucos agentes políticos da região [nordeste] e de outras regiões do país se apropriaram das marcas de Gonzaga com finalidades eleitorais ou de granjear simpatias políticas" (Lima, 2020, p. 27).

A "Maior Sanfona do Mundo", inaugurada em maio de 2024, foi construída pelos artistas Salvador Nunes e Poeta João

Dias, de Dom Inocêncio (PI). Diferentemente da estátua de Gonzaga, localizada na via que dá acesso ao Parque da Cidade, este monumento foi instalado na rotatória da BR-407, principal via de acesso à cidade, integrando-se a um conjunto de marcos urbanos que inclui o portal da cidade com dois obeliscos, um painel da bandeira municipal e uma estátua maçônica.

A sanfona é um símbolo central do forró, associado ao som, ao movimento e à festa. Diferente da estátua, que homenageia uma pessoa, a sanfona monumental celebra um instrumento e, por extensão, uma prática cultural coletiva. O monumento é acompanhado de um letreiro "Eu Amo (com o símbolo gráfico de um coração) Senhor do Bonfim". O letreiro é um marco visual recorrente em vários municípios brasileiros, um símbolo fotogênico de custo relativamente baixo e de alto impacto visual. Dessa forma, a sanfona monumental introduz uma dimensão lúdica e interativa, convidando ao toque, à fotografia e ao compartilhamento em redes sociais.

Figura 3 - A maior Sanfona do Mundo



Fonte: Autores (2025)

Evocando Cassirer (2001), podemos compreender a sanfona como um fenômeno que atua no registro da

expressividade pura: seu significado está imanente à sua forma e à experiência sensorial que provoca. Ao mesmo tempo, consolida-se como um signo de identidade regional, funcionando na paisagem do município como uma metonímia da cultura nordestina.

Nesse contexto, a metonímia paisagística aqui evocada, pode ser entendida, segundo Maciel (2009) como um recurso cognitivo e retórico por meio do qual as pessoas constroem e comunicam sua compreensão do espaço, utilizando elementos concretos da paisagem — como a própria sanfona — para representar realidades geográficas e identitárias mais amplas.

A localização estratégica na entrada da cidade, longe de ser casual, cumpriu seu objetivo de maximizar a visibilidade e o impacto simbólico do monumento, ecoando os apontamentos de Corrêa (2010). A sanfona consagrou-se como um marco na paisagem, visível e reconhecível à distância, reforçando com sucesso a identidade de Senhor do Bonfim como "Capital Baiana do Forró". Este sucesso é comprovado pelo poder de atração da obra, divulgada como a maior do mundo, que tem incentivado cidadãos a caminharem em seu perímetro e a vivenciarem esse símbolo.

Entretanto, o próprio sucesso do monumento expôs uma contradição, já diagnosticada no documento do Plano Diretor[23] do município. A mesma localização que garante sua visibilidade – uma rotatória no encontro de duas rodovias – tornou-se uma barreira física perigosa. A ausência de travessias de pedestres seguras força as pessoas a atravessarem as pistas de forma arriscada, desafiando a segurança de quem busca visitar o local.

[23] PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano –** PDDU de Senhor do Bonfim/BA: Diagnóstico Técnico-Participativo. Volume 1.4. Senhor do Bonfim, BA: ProGesTech, 2024.

Esse problema, agravado pela falta de acessibilidade adequada e de estacionamentos, cria um paradoxo: um ponto turístico concebido para ser um símbolo de acolhimento e identidade cultural transformou-se em um desafio significativo para a segurança e o conforto dos visitantes (tanto dos turistas como dos moradores).

O poder do lugar pôde ser visto na inauguração: ao som de mais de 100 sanfoneiros, o espaço tornou-se um palco de celebração coletiva, onde a música e o corpo dos presentes fortaleceram a conexão entre o monumento e a comunidade. Essa vocação foi reafirmada em maio de 2025, quando o local sediou as comemorações do 140º aniversário do município, marcando também o início dos festejos de São João. Tais escolhas deixam clara a vontade política de transformar a maior sanfona do mundo em um elemento central das tradições e festividades locais.

A estátua de Luiz Gonzaga e o monumento da sanfona emergem, portanto, como os objetos empíricos centrais que corporificam este arcabouço teórico. Elas são a expressão concreta de formas simbólicas que, ao se fixarem no espaço geográfico, tornam-se narrativas espaciais carregadas de intencionalidade política e identitária, tal como definido por Corrêa (2005) e Duncan (1990). Elas representam a tentativa de transformar uma prática cultural efêmera – a música e a festa – em algo duradouro e concreto, criando uma geografia simbólica que define a identidade do lugar.

Nesse contexto, podemos considerar que a estátua de Gonzaga opera predominantemente na dimensão absoluta do espaço: um ponto fixo e permanente, vinculado a uma narrativa fundadora que glorifica o passado e afirma uma identidade cultural específica. Sua localização próxima ao "Espaço Gonzagão" a torna um "lugar de memória" (Nora, 1989 *apud*

Corrêa, 2010), um marco de coesão social em torno da figura heroica do Rei do Baião. Já a sanfona monumental, instalada na principal via de acesso (BR-407), exemplifica de modo paradigmático a dimensão relativa. Sua política locacional é estratégica, visando máxima visibilidade e acessibilidade para comunicar, à cidade e aos visitantes, a identidade de "Capital Baiana do Forró".

Essa dupla materialização simbólica também evidencia a dimensão relacional, pois ambos os monumentos, em suas localizações distintas (o parque festivo e o portal da cidade), compõem uma rede simbólica que reforça mutuamente a mesma mensagem identitária, sem conflito aparente, mas com funções complementares.

A abordagem cassireriana, mediada por Corrêa (2010), ilumina as funções desses monumentos. Eles transcendem a mera representação para se tornarem modos de constituição do real bonfinense, atuando simultaneamente nas esferas do mito (ao criarem uma narrativa de origem e autenticidade) e da arte (ao condensarem valores estéticos e afetivos em formas sensíveis). O ritual de inauguração de cada um, com a presença de sanfoneiros, funciona como um momento de consagração que atualiza e vivifica esses símbolos, integrando-os à experiência coletiva.

Dessa forma, a análise conclui que a paisagem de Senhor do Bonfim é intencionalmente configurada por essas formas simbólicas espaciais, que cumprem as funções políticas elencadas por Corrêa (2010): glorificar e reconstruir o passado (associando-o a Gonzaga); transmitir valores de um grupo como se fossem de todos (a cultura do forró como identidade municipal); afirmar uma identidade perante o mundo; e, sobretudo, criar lugares de memória que fixam no espaço uma narrativa hegemônica sobre quem é a cidade. A metodologia

aqui empregada, ao tomar os monumentos como chave de leitura e o conceito de forma simbólica espacial como instrumento de análise, demonstra como o espaço geográfico é um produto social ativo, um artefato cultural onde a identidade é permanentemente escrita, lida e celebrada.

Política cultural e tensões simbólicas

É necessário considerar que a construção de uma geografia simbólica não é isenta de conflitos. A rápida execução de das obras foram atreladas ao calendário festivo do São João, sugerindo uma estratégia de "espetacularização" da cultura, na qual monumentos vinculam a gestão municipal ao sucesso das festas. Identificam-se tensões significativas: um descompasso entre a celebração oficial e as práticas culturais espontâneas; um contraste entre investimentos em monumentos de impacto visual e a carência de políticas culturais estruturais e democratizantes.

Nesse contexto, a recente criação da Escola de Sanfoneiros[24] apresenta-se como uma iniciativa ambivalente. Se, por um lado, representa um investimento em formação que transcende a mera lógica do monumento físico, fomentando a transmissão de saberes e a aparente sustentabilidade da tradição, por outro, não está imune às dinâmicas de espetacularização. Ao focar em um símbolo central da marca "Gonzagão", a escola corre o risco de ser instrumentalizada pelo mesmo projeto de homogenização identitária, onde o forró é promovido apenas como ícone padronizado para consumo externo. O verdadeiro

[24] Conforme decreto da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim, disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

desafio desta política será integrar a escola a uma prática cultural genuína e não apenas um palco para a reprodução de um estereótipo que serve à lógica do evento e do calendário festivo.

Essas tensões refletem a "polivocalidade" inerente às formas simbólicas (Duncan, 1990), uma vez que, enquanto o poder público busca fixar um significado hegemônico, os grupos locais podem ressignificar os monumentos por meio de apropriações imprevistas. Dessa forma, os monumentos em Senhor do Bonfim representam não apenas a tentativa de transformar uma prática cultural efêmera em algo duradouro, mas também um palco onde se desenham as complexas dinâmicas entre memória, poder e identidade.

Retomando a ideia de "espetacularização", observa-se que a rápida execução da estátua de Gonzaga em 2012[25] — concluída em menos de dois meses — sugere uma estratégia de valorização midiática da cultura, na qual os monumentos são utilizados para associar a gestão municipal ao sucesso das festividades. Azaryahu[26] (1996 *apud* Corrêa, 2010) lembra que a toponímia e a monumentalidade são formas de apropriação simbólica do espaço, servindo a interesses políticos e econômicos.

Já a monumentalização de Luiz Gonzaga dialoga diretamente com sua trajetória, permeada por mediações imagéticas e políticas, marcada por processos de visibilidade e ostracismo (Lima, 2020). Os monumentos materializam um capital simbólico em constante negociação, apropriado por agentes políticos e ressignificado pela comunidade. Dessa forma, a estátua e a sanfona não congelam a imagem do artista, mas a

---

[25] Conforme Walterley Kuhin, *no blog:* https://blogdowalterley.com.br/2012/07/15/sr-do-bonfim-municipiotem-a-primeira-estatua-de-luiz-gonzaga-na-bahia/. Acesso em: 23 ago. 2025..

[26] AZARYAHU, M. 1996. The Power of Commemorative Street Names. **Environment and Planning**, D -Society and Space, 14, pp. 3 11-330.

reinscrevem em um campo de tensões entre o afeto popular e os projetos hegemônicos de poder.

No caso de Senhor do Bonfim, o discurso oficial consistentemente enfatiza o forró como motor do turismo e desenvolvimento regional, promovendo uma narrativa de unidade cultural em torno da figura de Luiz Gonzaga e dos festejos juninos. No entanto, é possível identificar tensões significativas que permeiam essa construção simbólica.

Em primeiro lugar, como já mencionada, observa-se um claro descompasso entre a celebração oficial, ritualizada e espetacularizada através dos monumentos e eventos patrocinados pelo poder público, e as práticas culturais espontâneas e orgânicas da comunidade, que nem sempre se alinham com a versão padronizada e comercial da cultura local.

Nesse contexto, surge uma segunda tensão, relacionada à alocação de recursos: o investimento em monumentos de grande impacto visual contrasta com a carência de políticas culturais estruturais, duradouras e democratizantes, que atendam às necessidades diversificadas dos fazedores de cultura e garantam a sustentabilidade das manifestações para além da lógica do evento.

Como consequência dessas duas dinâmicas, instala-se uma terceira tensão, e talvez a mais significativa: a projeção de uma identidade homogenizada, voltada para o consumo turístico e facilmente comunicável, frequentemente apaga a diversidade real e as contradições inerentes à cultura local, simplificando um panorama cultural complexo e multifacetado em uma marca unívoca.

Essas tensões, longe de serem meras disfunções, são constitutivas do processo de patrimonialização e mercantilização da cultura, revelando a polivocalidade inerente às formas simbólicas espaciais, que, como assinala Duncan (1990), estão

sempre sujeitas a disputas de significado e apropriações contraditórias.

A eficácia destes monumentos como símbolos de uma identidade forrozeira é constantemente posta em cheque pela realidade cotidiana. A crítica de Tito Rocha, que aponta a contradição de bandas que tocam outros gêneros durante o ano e são contratadas para se apresentar no Espaço Gonzagão, questiona a própria coerência da curadoria artística oficial. Sua indagação - "que mal faz organizar a festa para agregar o velho e o novo?" - encontra eco no depoimento do ex-Secretário de Cultura, Ivomar Gitano, que, já em 2011, defendia a integração da tecnologia e do novo sem abandonar as tradições fundadoras.

Essas tensões, longe de constituírem meras disfunções, revelam-se elementos constitutivos do processo de patrimonialização e mercantilização da cultura contemporânea. Elas materializam a intrínseca "polivocalidade" como característica fundamental das formas simbólicas espaciais (Duncan, 1990). Dessa forma, se o poder público busca fixar um significado hegemônico no espaço urbano, a ausência do forró como prática cultural constante no cotidiano da cidade, associada às apropriações e críticas locais, configura-se como uma forma de resistência simbólica.

Assim, os monumentos em Senhor do Bonfim, muito mais que transformar uma prática cultural efêmera em algo duradouro, eles constituem uma arena privilegiada onde se desenham complexas relações de poder, memória e identidade. Como bem demonstra a perspectiva de Cassirer, através de Orengo e Gil Filho (2023), essas formas simbólicas, ao atuarem simultaneamente como mito e arte, constituem-se em espaços de ação nos quais diferentes projetos de cidade se confrontam e negociam.

O desafio que se apresenta para Senhor do Bonfim transcende, portanto, a mera construção de marcos físicos. Exige a criação de políticas culturais efetivas que integrem esses símbolos a um ecossistema cultural dinâmico e verdadeiramente representativo, onde o forró seja fomentado como prática viva e não apenas como representação monumental.

Considerações finais

Este artigo analisou como a cultura do forró é materializada simbolicamente no espaço urbano de Senhor do Bonfim, Bahia, tomando como objeto a estátua de Luiz Gonzaga e o monumento da "Maior Sanfona do Mundo". A pergunta central que orientou a investigação – de que forma essas formas simbólicas espaciais articulam a identidade regional, a memória coletiva e as estratégias político-turísticas – encontrou resposta na análise realizada.

Conclui-se que os monumentos funcionam como geo-símbolos fundamentais para a construção e projeção da identidade de Senhor do Bonfim como "Capital Baiana do Forró". Através da lente teórica de Cassirer, mediada por Corrêa, demonstrou-se que eles transcendem a função de meras homenagens, atuando como ativos dispositivos de produção de espacialidade.

A estátua de Gonzaga, ancorada na dimensão absoluta nas proximidades do Espaço Gonzagão, glorifica o passado e institui um "lugar de memória". Já a sanfona monumental, aproveitando-se da dimensão relativa na principal via de acesso, performatiza a identidade forrozeira para visitantes e moradores, que, com o letreiro colorido “Eu amo Senhor do Bonfim”, cumpre uma clara função comunicativa e turística.

A aplicação empírica do conceito de formas simbólicas espaciais para a interpretação da paisagem de uma cidade do interior nordestino contribui para o avanço dos estudos em Geografia Cultural, além de fomentar pesquisas sobre a cultura popular. A análise demonstrou como o referencial teórico, articulando Cassirer, Corrêa e Duncan, fornece um instrumental fértil para desvendar as camadas de significado – políticas, identitárias e econômicas – imbricadas na materialidade dos monumentos.

Contudo, a pesquisa também evidenciou que essa geografia simbolicamente construída é tensionada pela polissemia inerente a tais formas. A narrativa hegemônica de celebração do forró, materializada no concreto, coexiste de forma contraditória com a realidade de uma prática cultural que permanece sazonal e com a carência de políticas culturais estruturais. O abismo entre a marca turística e as práticas culturais cotidianas revela os limites da monumentalização como estratégia isolada de sustentação identitária.

Portanto, os monumentos em Senhor do Bonfim representam não o ponto final, mas um capítulo significativo na contínua negociação sobre o significado do forró e da identidade local. Eles fixam no espaço uma narrativa poderosa, mas que permanece em diálogo – e por vezes em conflito – com outras vozes e práticas sociais.

Referências

BARBOSA, A. C. da S. **Riqueza que mexe com os sentidos**: feira livre de Senhor do Bonfim. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12935. Acesso em: 20 set. 2025.

CASSIRER, E. **Antropologia filosófica**: ensaio sobre o homem. São Paulo: Mestre Jou, 1977. 379 p.

CORRÊA, R. L. **Formas simbólicas e espaço**: algumas considerações. GEOgraphia, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010.

CORRÊA, R. L. **Monumentos, política e espaço**. Scripta Nova, Vol. IX, nº 183, 2005.

DUNCAN, J. **The City as Text**: The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom. Cambridge University Press, 1990.
HALL, S. **Representations**: Cultural Representations and Signifying Pratices. Londres: Sage Publications. 1997.

JAULA, J. **Bonfim gosta de forró ou só de festa?** Blog do Eloilton Cajuhy, Bonfim, 25 out. 2025. Disponível em: https://blogdoeloiltoncajuhy.com.br/site/bonfim-gosta-de-forro-ou-so-de-festa/. Acesso em: 20 set. 2025.

KUHIN, W. L. **Sr do Bonfim**: Município tem a primeira estátua de Luiz Gonzaga na Bahia. Blog do Walterley, 15 jul. 2012. Disponível em: https://blogdowalterley.com.br/2012/07/15/sr-do-bonfim-municipiotem-a-primeira-estatua-de-luiz-gonzaga-na-bahia/. Acesso em: 23 ago. 2025..

LIMA, J. C.. **O retorno do rei**: as representações política e cultural de Luiz Gonzaga, traços de uma trajetória. 2020. 297 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2020.

MACIEL, C. A. A.. **A retórica da paisagem**: um instrumento de interpretação geográfica. Espaço e Cultura, (26), 2009 p.32-48.

ORENGO, A. A. S. **Fenomenologia e Religião:** Aproximações e reflexões sobre este espaço através do espaço. Revista Relegens Thréskeia, 2021.

ORENGO, A. A. de S.; FILHO, Sylvio Fausto Gil. A **Filosofia das Formas Simbólicas**: Contornos e Perspectivas Epistemológicas.

Phenomenology, Humanities and Sciences, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 191–204, 2023. DOI: 10.62506/phs.v3i3.183. Disponível em: https://phenomenology.com.br/index.php/phe/article/view/183. Acesso em: 22 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM. **Diário Oficial do Município de Senhor do Bonfim**, Senhor do Bonfim, BA, ano 13, edição 5.313, 09 de junho de 2025. Disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br. Acesso em: 18 de agosto de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU de Senhor do Bonfim/BA**: Diagnóstico Técnico-Participativo. Volume 1.4. Senhor do Bonfim, BA: ProGesTech, 2024.

SANTOS, D. dos. **O desenvolvimento socioeconômico do Nordeste a partir das festividades juninas**. 2024. 61 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, Santana do Ipanema, 2024.

SOUZA, L. F. de. **Representação Cultural dos Sanfoneiros de Senhor do Bonfim – BA**: relatos, vivências e perspectivas. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CAPÍTULO 4

Mapeando horizontes: experiências da cartografia do relevo no planejamento dos municípios do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru – BA

Sirius Oliveira Souza[27]

Introdução

A funcionalidade dos ambientes naturais é modificada pelas ações humanas em um ritmo mais ativo que aquele normalmente produzido pela própria natureza. Quando não planejadas, tais alterações proporcionam uma série de desequilíbrios funcionais que, muitas vezes, acarretam consequências drásticas à vida humana e à própria natureza (Ross, 2006).

Exemplos desses desequilíbrios ambientais podem ser visualizados na maioria dos municípios situados no semiárido brasileiro. Estes, nas últimas décadas, sofreram com a implantação imprópria de novas formas de uso e ocupação da terra. O desmatamento, as queimadas, o aterramento e a

[27] Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2017). Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Rio Claro (2018). Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET), Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais (NEPST).

construção em planícies aluviais efêmeras denunciam a falta de preocupação com o ordenamento do território.

Dessa forma, o planejamento e a gestão dos recursos naturais constituem-se, na contemporaneidade, uma necessidade para se evitar o comprometimento desses recursos e a potencialização ou o desencadeamento de processos morfogenéticos negativos. Nos ambientes semiáridos tropicais, esta situação torna-se preocupante, haja visto que tais ambientes apresentam uma litologia e relevo cuja natureza e evolução favorecem a atuação intensa de processos complexos e dinâmicos (Jatobá, 1994).

Para que o planejamento dos ambientes semiáridos tropicais seja possível, faz-se necessário um levantamento do substrato físico-natural da área a ser gerenciada. Considerando-se que o relevo é um componente deste substrato, organizado em formas, as quais oferecem sustentáculo para arranjos espaciais de produção humana (Ross, 2006), o levantamento e a análise das características do relevo têm relevância para os processos de planejamento e ordenamento ambiental.

Nesse contexto, a cartografia das feições de relevo é um recurso importante por possibilitar identificar o quadro espacial em que tais feições se estruturam e se desenvolvem. Griffits e Abraham (2008) afirmam que os mapas geomorfológicos têm especial importância para os estudos de planejamento e ordenamento ambiental, pois possibilitam compreender a distribuição espacial dos processos geomorfológicos anteriores e atuais que são responsáveis pelas atuais formas de relevo. Assim, a representação cartográfica do relevo pode fornecer dados sobre as condições locais para o uso e a ocupação ou, ainda, em caso de uso e ocupação já efetivos, pode auxiliar na identificação de áreas potencialmente problemáticas (Cunha, 2001).

Tendo em vista a potencialidade deste campo de estudo para análise das alterações do meio físico, associadas às ações antrópicas e sua pungente ocupação das áreas naturais, Saadi (1997) afirma que a contribuição da Cartografia Geomorfológica aplicada ao planejamento se destaca ao fundamentar planejamentos e propor soluções aos problemas ocasionados pelo uso incorreto da terra, sobretudo no que diz respeito ao trato das questões de controle, avaliação e monitoramento de riscos ambientais (Mendes, 2015; Santos, 2020).

Enquanto alternativa ao diagnóstico, o estudo do relevo semiárido tem contribuído também para a investigação de ambientes extraterrestes. Norini et al., (2016) discutem as proeminentes feições geomorfológicas deposicionais na superfície de Marte. Tsibulskaya et al., (2020) complementam esses estudos ao abordarem as feições geomorfológicas da cratera Greg e diagnosticarem formas de relevo relacionadas a paleoprocessos fluviais em ambientes semiáridos. Vijayan et al. (2020) também identificaram feições geomorfológicas semiáridas na cratera Reuyl, com destaque para a existência de leques aluviais que fornecem evidências abrangentes de atividade fluvial de longa duração.

Na perspectiva internacional de estudos do relevo semiárido terrestre, cabe destacar a contribuição de autores como Bocco, Mendoza e Velázquez (2001), que evidenciaram no estado de Michoacan, centro-oeste do México, as principais formas de relevo e auxiliaram propostas de planejamento. Ao passo que Wang et al. (2008) estudaram a região semiárida da China e sul da Mongólia e constataram a existência de leques aluviais adjacentes ao deserto de Gobi e a necessidade de planejamento destes ambientes. Já no norte da Etiópia, Frankl et al., (2012) mapearam o relevo semiárido e discutiram as características destes ambientes, com destaque para a intensidade dos

processos erosivos associados a degradação da paisagem e o nível de exposição dos solos.

No contexto do semiárido brasileiro, Diniz et al., (2017) realizaram o mapeamento geomorfológico do estado do Rio Grande do Norte, em escala 1:250.00, o que permitiu a identificação de três táxons de relevo, com predomínio das feições semiáridas. Já no semiárido baiano, Lima, Cunha e Perez Filho (2013) discutem as potencialidades e possibilidades da cartografia geomorfológica no semiárido baiano, a partir do estudo da bacia hidrográfica do rio Bom Sucesso.

Em recente estudo, Lima e Lupinacci (2019) contribuem ao discutirem as definições e empregabilidade dos termos geomorfológicos internacionais voltados ao estudo e mapeamento de feições hidrológicas do semiárido, indicando a premente necessidade de maiores estudos no semiárido baiano.

Nesse sentido, no cenário do semiárido baiano, opta-se por estudar o Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, localizado no centro norte do estado da Bahia, composto por nove municípios: Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim. Juntos, estes municípios englobam uma área de 14.123,03 km² com população aproximada de 270 mil hab (IBGE, 2022).

A escolha da área em estudo se justifica inicialmente por ser a área de abrangência direta do campus Senhor do Bonfim da UNIVASF. Tal escolha se complementa diante dos inúmeros usos e impactos alarmantes presentes na região, associados a implantação de energias renováveis, exploração mineral, atividade agrícola e expansão urbana, que fortalecem a necessidade premente de diagnósticos e planejamentos.

Nessa perspectiva, o objetivo geral deste capítulo é discutir algumas compartimentações geomorfológicas para municípios

do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, a partir da concepção metodológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), tendo em vista suas contribuições para o planejamento e ordenamento ambiental.

Este trabalho se justifica primeiramente pelo caráter inovador frente ao reduzido número de estudos que abordam o relevo em ambientes semiáridos baianos. Também se legitima em termos de relevância social, frente aos instrumentos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecida pela Lei Federal 12.608 (Brasil, 2012), que contempla, entre seus princípios fundamentais, as ações de prevenção e mapeamento de áreas serranas, bem como sua integração às demais políticas setoriais, como as de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano e meio ambiente.

Além disso, a compreensão da dinâmica geomorfológica do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru poderá contribuir e/ou justificar a tomada de decisões implícitas ao planejamento e ordenamento ambiental de importantes unidades de conservação, tais como o a proposta da Área de Proteção Ambiental nas nascentes da Serra de Jacobina (SEMA, 2019), o Parque Natural Municipal do Monte Tabor e a Área de Proteção Ambiental da Serra da Maravilha, Serra de Santana e Serra da Varzinha (Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim, 2020).

Materiais e métodos

Este capítulo se refere a uma revisão bibliográfica e sistematização das experiências acumuladas pelo Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais (NEPST), vinculado ao Colegiado de Geografia da UNIVASF – campus Senhor do

Bonfim. Desde 2018, o grupo vem desenvolvendo pesquisas relacionadas à compartimentação do relevo no Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru - TIPNI (Figura 1), por meio de iniciações científicas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e pesquisas de pós-graduação em andamento.

Figura 1 - Localização do Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI).



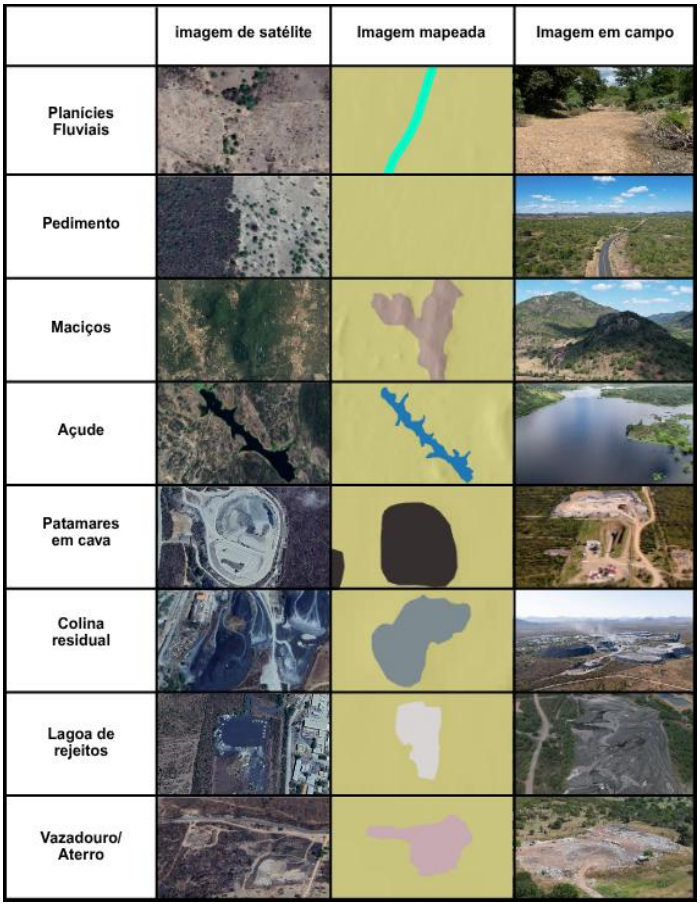
Fonte: SEI, 2011.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia consistiu em três etapas principais: (i) levantamento e revisão

bibliográfica dos trabalhos desenvolvidos pelo NEPST relacionados à geomorfologia do TIPNI; (ii) organização dos resultados já obtidos, destacando os diferentes recortes municipais investigados; e (iii) análise crítica e síntese das contribuições, de modo a evidenciar avanços, lacunas e perspectivas para futuras pesquisas.

Ao longo da revisão, foram considerados estudos que adotaram diferentes metodologias de mapeamento geomorfológico, bem como análises integradas de relevo, solo, drenagem e uso da terra. Nesse sentido, a Figura 2 ilustra a confecção de uma chave interpretativa de feições do relevo, enquanto uma parte dos resultados alcançados pelo grupo serviram como indicativos da diversidade de abordagens e da consolidação de um acervo cartográfico em escala local e regional.

Figura 2 – Chave interpretativa aplicada ao município de Andorinha (BA).



Fonte: Almeida (2025).

A organização deste material permitiu não apenas reunir o conhecimento já produzido, mas também evidenciar o papel do NEPST na consolidação de uma base científica voltada ao planejamento territorial e à gestão ambiental no semiárido baiano. Dessa forma, a presente metodologia se caracteriza como um esforço de síntese crítica e avaliativa, capaz de orientar os

novos rumos do grupo, incluindo a realização de pesquisas em áreas suscetíveis à desertificação, o monitoramento de processos erosivos, a análise de impactos socioambientais e o desenvolvimento de ferramentas cartográficas e educativas voltadas à preservação ambiental e à sustentabilidade territorial.

O relevo do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru – experiências e desafios

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), localizado no semiárido baiano, apresenta uma diversidade de processos geológicos ocorridos (dobras, falhas, fraturas, intrusões etc.) que resultaram em uma ampla diversidade de formas de relevo que influenciam diretamente o uso e ocupação dessas áreas (RADAMBRASIL, 1983).

Pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais (NEPST – UNIVASF) tem contribuído significativamente para a compreensão dessas dinâmicas, aplicando a cartografia geomorfológica como ferramenta essencial para o planejamento territorial.

De forma geral, predominam no TIPNI as superfícies rebaixadas (anteriormente denominadas depressões), correspondentes a extensas áreas de aplainamento, formadas pela longa atuação de processos erosivos sobre as rochas do embasamento cristalino. Essas superfícies, no entanto, são intercaladas por elevações residuais, que se destacam na paisagem devido à sua maior resistência à erosão e à herança geológica das cadeias pré-cambrianas.

Dentro desse contexto, destacam-se os Planaltos Residuais da Serra da Jacobina, que compreendem áreas constituídas por antigas cadeias estabilizadas durante o Pré-cambriano. Essas áreas foram moldadas por ciclos de erosão que esvaziaram os

complexos de rochas metamórficas e ígneas, com maior destaque para os setores submetidos a processos de metamorfismo menos intenso (RADAMBRASIL, 1983).

Destacam-se também a ocorrência de intrusões residuais resistentes, como inselbergues e maciços rochosos, que se evidenciam na paisagem devido à sua resistência diferencial à erosão (RADAMBRASIL, 1983). Essas formações interrompem as superfícies de aplainamento, criando um relevo acidentado e contrastante. Além disso, existem vales estruturais interplanálticos que acumulam sedimentos aluviais provenientes da erosão das áreas mais elevadas, originando solos férteis amplamente utilizados pela agricultura regional.

A complexidade do relevo do TIPNI, marcada por extensas superfícies de aplainamento, inselbergues, maciços residuais e vales estruturais interplanálticos, serve como base para compreender as particularidades geomorfológicas de cada município do território. Essa diversidade de formas de relevo determina padrões de drenagem, distribuição de solos e áreas de ocupação, permitindo que se identifiquem características locais únicas, que serão detalhadas a seguir, município por município, evidenciando como as condições geomorfológicas influenciam diretamente o uso e planejamento do território.

Cumpre ressaltar, entretanto, que não serão apresentados, neste momento, resultados referentes aos municípios de Caldeirão Grande e Filadélfia. Ambos se configuram como as próximas áreas de investigação do grupo de pesquisa, que desde 2018 vem se dedicando ao estudo sistemático do TIPNI. A inclusão futura desses municípios ampliará a compreensão regional e permitirá consolidar um quadro geomorfológico mais abrangente e integrado para todo o território.

A análise geomorfológica do município de Andorinha (BA), elaborada por Almeida (2025), permitiu identificar e

mapear os principais compartimentos do relevo, representados no Mapa Geomorfológico local e em sua respectiva legenda. Observou-se a predominância do modelado de aplainamento, associado ao Pediplano Andorinhense, que ocupa cerca de 75,70% do território municipal, caracterizando-se por colinas suaves e baixos gradientes topográficos. Complementam a paisagem os maciços dissecados (15,60%) e as planícies aluviais (8,70%), responsáveis por áreas de acumulação sedimentar, evidenciando a diversidade morfodinâmica que molda o território.

O estudo também revelou impactos antrópicos significativos, sobretudo decorrentes da expansão urbana e da atividade minerária. Vazadouros a céu aberto e reservatórios artificiais modificaram parcialmente a configuração natural do relevo, enquanto patamares em cava e colinas residuais criaram microformas artificiais que alteram a drenagem e a estabilidade das encostas.

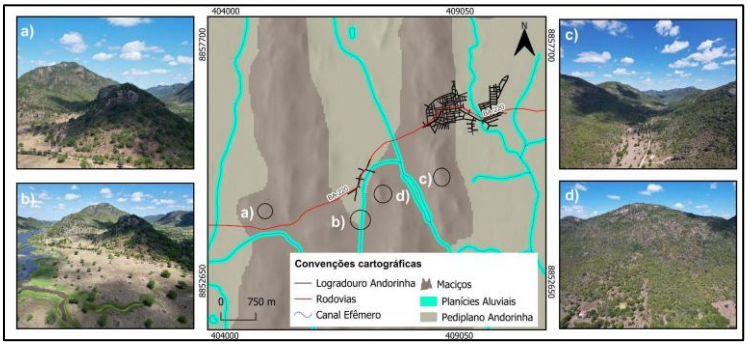
Tais transformações evidenciam a necessidade de planejamento territorial fundamentado na legislação ambiental, incluindo o manejo de resíduos e a regularização de atividades minerárias, conforme preconizado pelas políticas nacionais de gestão ambiental e mineração (Brasil, 1979; 1981; 2010).

No modelado de dissecação (Figura 3), os maciços se destacam por topografia acidentada, com vales encaixados e graus variados de fragmentação, demonstrando áreas de maior vulnerabilidade à erosão, especialmente na porção norte do município, onde o Índice de Dissecação do Relevo (IDR) alcançou 3,4.

Já as planícies aluviais da faixa leste apresentam relevância hidrogeomorfológica, concentrando canais efêmeros e zonas suscetíveis a inundação. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas urbanas e ambientais que considerem a fragilidade

geomorfológica e os riscos naturais, orientando a ocupação do solo e a preservação de recursos hídricos, em consonância com o Estatuto da Cidade e a legislação ambiental vigente (Brasil, 2001; 2012).

Figura 3 - Modelado de Dissecação e Ocorrência dos Maciços de Andorinha (BA)



Fonte: Almeida (2025).

Essa mesma lógica de análise, que associa fragilidades geomorfológicas a implicações diretas para o uso e a gestão do território, também se verifica em outros municípios do TIPNI. No caso de Antônio Gonçalves, a pesquisa de Reis e Souza (2023) identificou compartimentos de relevo dominados pelo modelado de dissecação, correspondendo à Serra da Jacobina, cristas assimétricas e vales estruturais, que cobrem 47% do território.

Essa região é caracterizada por relevo acidentado, intenso entalhe fluvial e falhamentos complexos, com elevado potencial erosivo e minerário, sendo rica em manganês e ouro. Os vales estruturais apresentam alto índice de dissecação e declividades acima de 30%, demandando planejamento geotécnico específico e preservação ambiental, especialmente em áreas próximas à

Falha de Pindobaçu e localidades como Brejão da Grota e Novo Maranhão.

O modelado de aplainamento é representado pelo Pedimento Antônio Gonçalves, ocupando 41% do território municipal. Trata-se de superfícies suaves e erosivamente ativas, situadas ao sopé das vertentes da Serra da Jacobina, apresentando escoamento superficial predominante e deposição de materiais em direção às planícies aluviais.

Esta unidade possui relativa ocupação urbana e rural, sem restrições legais significativas, mas sujeita a inundações e erosão laminar em períodos de precipitação intensa, sendo fundamental para o manejo adequado do solo e planejamento do uso da terra (Reis e Souza, 2023).

Por fim, o modelado de acumulação abrange as planícies aluviais, com 13% do território, localizadas majoritariamente à margem do pedimento. Estas áreas planas acumulam sedimentos transportados por cursos fluviais efêmeros, apresentando baixo grau de ocupação e risco erosivo reduzido, mas com potencial para inundações sazonais.

Recomenda-se monitoramento hídrico e preservação ambiental, com adoção de áreas de preservação permanente, conforme o Código Florestal, visando garantir a estabilidade geológica, a proteção da biodiversidade e a segurança das populações. O estudo fornece base para futuros levantamentos cartográficos e pesquisas em ambientes semiáridos tropicais (Reis e Souza, 2023).

Nesse contexto, o mapeamento geomorfológico do município de Campo Formoso (BA) complementa essa compreensão ao evidenciar o predomínio do modelado de aplainamento, representado pelo Pediplano Campo Formosense, que abrange 4.437,35 km², correspondendo a 61,96% do território.

Esta unidade apresenta superfícies suaves cobertas por material detrítico descontínuo sobre rochas, resultantes de processos erosivos no sopé das vertentes mais íngremes e em contato com planícies aluviais. O Pediplano possui elevada taxa de ocupação, incluindo a sede municipal e povoados como Tiquara, Lage dos Negros e Brejão da Caatinga, sendo suscetível a inundações periódicas, o que exige monitoramento e planejamento da administração local.

No que se refere ao modelado de dissecação, destacam-se os Planaltos Setentrionais e os Planaltos Residuais da Serra da Jacobina, ocupando, juntos, cerca de 27,3% do município. Estas unidades apresentam índices variados de dissecação, com declividades que podem intensificar processos erosivos e movimentos de massa, especialmente em áreas ocupadas como Lage dos Negros, Garimpo Socotó e Limoeiro.

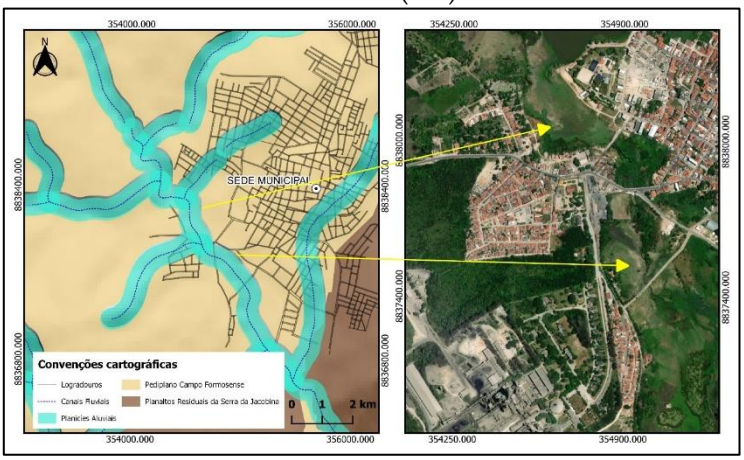
Além disso, foram identificados inselbergues e dolinas, indicadores de relevo cársico e suscetíveis à degradação, reforçando a necessidade de preservação ambiental e de monitoramento geotécnico, assim como regulamentação das atividades de ocupação e exploração local.

O modelado de acumulação (Figura 4), representado pelas planícies aluviais e terraços fluviais, ocupa 646,8 km² (9,03% do território) e está associado a rios intermitentes, como o Rio Salitre e o Rio Itapicuru. Essas áreas planas acumulam sedimentos transportados por enchentes sazonais e apresentam risco de inundação, sobretudo na sede municipal e nas localidades adjacentes.

Para mitigar impactos ambientais e garantir a segurança das populações, recomenda-se monitoramento hídrico, preservação das planícies e criação de Áreas de Preservação Permanente, conforme o Código Florestal Brasileiro,

assegurando proteção da biodiversidade, estabilidade geológica e prevenção de desastres naturais.

Figura 4 – Ocorrência do modelado de acumulação em Campo Formoso (BA).



Fonte: Almeida e Souza (2025).

Ainda no contexto do relevo do TIPNI, cabe ressaltar a existência do relevo cárstico em grande parte do município de Campo Formoso, que abriga sumidouros, dolinas e cerca de 33 cavernas, a maioria de litologia calcária, apresentando a ocorrência de estalactites, estalagmites, abismos, lapas, tocas, dentre outros tipos de formações.

Auler et al., (2002) destacam essa região por seu potencial espeleológico e hidrogeológico, abrigando uma diversidade de cavernas e um sistema aquático subterrâneo complexo que desempenha papel crucial no abastecimento local de água. Dessa forma, o estudo das formações cársticas no TIPNI é vital para o entendimento dos processos geológicos que moldam a paisagem do semiárido nordestino e para a gestão dos recursos hídricos da região.

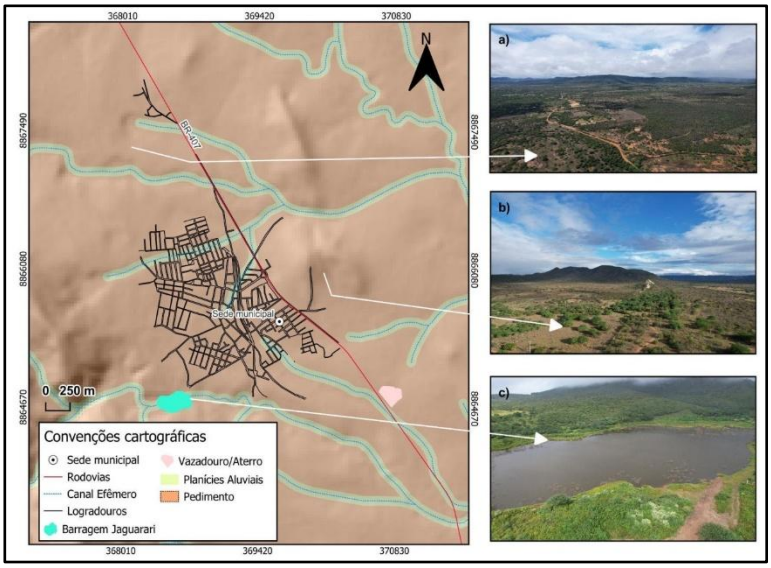
A partir do detalhamento dos compartimentos geomorfológicos supracitados, Silva e Souza (2025) desenvolveram um Atlas Escolar digital voltado para o município de Campo Formoso. O material permite explorar de forma interativa as particularidades da região, compreender os processos naturais e antrópicos que moldam o território e fortalecer a identidade local, oferecendo uma ferramenta educativa significativa e contextualizada.

Essa abordagem aplicada ao ensino e à valorização territorial encontra paralelo nas análises desenvolvidas para o município de Jaguarari (BA), cujo mapeamento geomorfológico evidenciou a predominância do modelado de aplainamento (Figura 5), representado pelos pedimentos, que ocupam 88,95% do território e apresentam inclinação suave sobre rochas cristalinas com camadas de aluvião.

Essas áreas, amplamente ocupadas pela sede municipal e distritos como Pilar, Gameleira e Juacema, são vulneráveis a inundações periódicas e processos erosivos, exigindo monitoramento constante. Complementam o relevo os maciços residuais ocidentais e orientais, planícies aluviais e inselbergues, cada um com características específicas que influenciam a dinâmica hídrica, erosiva e de ocupação do território.

A atuação antrópica, especialmente a mineração na faixa leste municipal, tem transformado significativamente o relevo natural, dando origem a patamares em cava, colinas residuais e lagoas de rejeitos. Essas alterações impactam o escoamento superficial, aumentam a erosão do solo, geram focos de alagamento e ameaçam a qualidade da água e a biodiversidade local. A proximidade entre zonas urbanas e áreas de mineração potencializa conflitos de uso da terra e intensifica a necessidade de planejamento ambiental integrado para prevenir danos à população e ao ecossistema.

Figura 5 –Ocorrência do modelado de aplainamento em Jaguarari – BA.



Fonte: Almeida e Souza (2025).

Diante desse cenário, é essencial implementar políticas de gestão territorial que considerem a complexidade geomorfológica, como monitoramento de áreas de risco, preservação das planícies aluviais e APPs, e controle da expansão urbana. O estudo evidencia a importância de medidas preventivas e do planejamento sustentável, garantindo a ocupação segura do território e a preservação ambiental, com base em legislações vigentes e práticas de conservação do solo, da água e da biodiversidade.

Na mesma perspectiva, o estudo geomorfológico do município de Pindobaçu, Bahia, elaborado por Reis, Sampaio e Souza (2024), identificou e mapeou os principais compartimentos do relevo, destacando os modelados de aplainamento, dissecação e acumulação. O modelado de

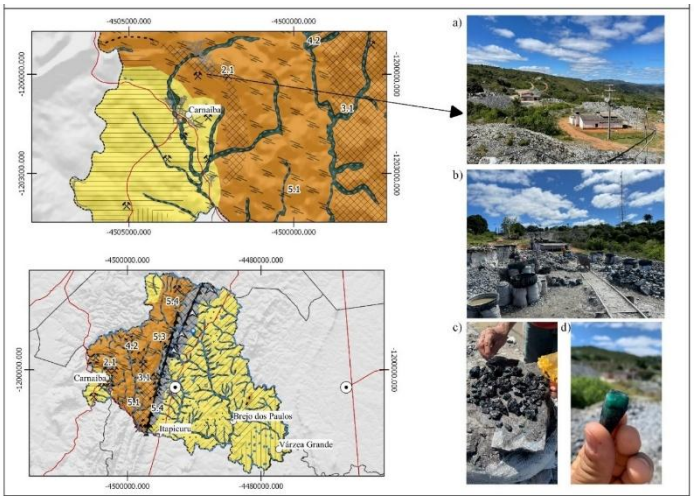
aplainamento, representado pelos pediplanos, ocupa a maior parte do território municipal, com 304,05 km², correspondendo a 57,58% da área.

Em seguida, o modelado de dissecação, incluindo planaltos residuais do Itapicuru, inselbergs e cristas assimétricas, abrange 141,60 km², ou 26,82% do município, enquanto o modelado de acumulação, representado pelas planícies aluviais, ocupa 34,44 km², equivalente a 6,52% do território. Tais informações permitem compreender a distribuição espacial das formas de relevo, oferecendo subsídios para análises ambientais e para o planejamento territorial.

O modelado de aplainamento, com predominância dos pediplanos, apresenta superfícies com declividade suave, resultantes do recuo paralelo das vertentes e da ação de processos erosivos sobre as formações detríticas. Essas áreas, localizadas principalmente próximas aos rios da Fumaça e Itapicuru-açu, não apresentam restrições legais para ocupação, mas estão sujeitas a riscos de inundações periódicas devido à dinâmica pluvial semiárida (Reis, Sampaio e Souza, 2024).

Já o modelado de dissecação, predominante no norte e oeste do município, inclui o Planalto Residual Itapicuru, inselbergs e cristas assimétricas, caracterizados por litologias graníticas complexas, falhamentos estruturais e alto potencial mineralógico, especialmente na Serra da Carnaíba, conhecida pela relevância mineralógica devido à extração histórica de esmeraldas (Figura 6), mas que também enfrenta impactos ambientais significativos, como alteração da qualidade da água, contaminação do solo e riscos de acidentes. Nessas áreas, a elevada declividade e a complexidade geotécnica demandam planejamento, monitoramento e preservação ambiental (Reis, Sampaio e Souza, 2024).

Figura 6 – Registros do garimpo de esmeraldas em Pindobaçu – BA.



Fonte: Reis, Sampaio e Souza (2024).

O modelado de acumulação, mais restrito em extensão, consiste nas planícies aluviais, distribuídas em 6,52% do território municipal e formadas por deposição de sedimentos fluviais e materiais provenientes dos pediplanos. Apesar da baixa declividade e amplitudes altimétricas reduzidas, essas áreas estão sujeitas a inundações periódicas, especialmente em função de eventos pluviométricos intensos.

Para todos os modelados, recomenda-se planejamento territorial atento à suscetibilidade erosiva, monitoramento hídrico e preservação ambiental, incluindo a criação de áreas de proteção permanente, visando reduzir os riscos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do uso inadequado do solo.

Dando continuidade à análise territorial do semiárido baiano, discutida anteriormente com o estudo geomorfológico de Pindobaçu, é importante destacar que, até o momento, ainda

não foi realizado pelo nosso grupo de pesquisa um mapeamento geomorfológico do município de Ponto Novo. Entretanto, Sampaio, Silva e Souza (2023) realizaram uma análise detalhada dos impactos de infraestrutura hídrica sobre áreas vulneráveis nesse município.

Segundo esses autores, a barragem de Ponto Novo, localizada no rio Itapicuru-Açu, possui 25,50 metros de altura e capacidade total de 48,28 milhões de metros cúbicos, cobrindo 662,73 hectares. Gerida pela CERB e fiscalizada pelo INEMA, a barragem é classificada com risco baixo, mas com Dano Potencial Associado (DPA) alto, reforçando sua função de armazenamento para o semiárido e a necessidade de monitoramento constante (Sampaio, Silva e Souza, 2023).

O estudo da mancha de DPA da barragem evidencia que os perfis transversais à jusante apresentam variação significativa de altura de escoamento e velocidade da onda, com algumas áreas próximas à barragem apresentando velocidades mais altas, configurando locais críticos com pouco tempo disponível para autossalvamento. Conforme os resultados de Sampaio, Silva e Souza (2023), a mancha de DPA, exposta na Figura 7, com 13,2 km², engloba tanto áreas rurais quanto urbanas, incluindo plantações, ruas e loteamentos próximos aos cursos d'água.

Áreas de baixa altitude, localizadas no extremo leste da DPA, apresentam maior risco de ramificação de inundação, enquanto regiões de planícies aluviais favorecem o escoamento rápido da água, aumentando a vulnerabilidade das comunidades. Esse cenário reforça a necessidade de delimitação de zonas de risco e regulamentação do uso do solo para proteger a população e reduzir possíveis impactos econômicos e ambientais.

Figura 7 – Zonas de autossalvamento da mancha de Dano Potencial Associado à barragem de Ponto Novo – BA.



Fonte: Sampaio, Silva e Souza (2023).

Para mitigar os impactos sobre a população e o meio ambiente, Sampaio, Silva e Souza (2023) destacam a delimitação de zonas de autossalvamento (ZAS), situadas fora da DPA, com rotas de fuga planejadas considerando tempo de chegada da onda e topografia local. Essas zonas têm função de orientar a evacuação da população em caso de rompimento, garantindo segurança e minimizando perdas humanas, econômicas e ambientais.

A criação das ZAS também reforça a responsabilidade do empreendimento e da gestão municipal na implementação de testes periódicos, educação da população sobre riscos e manutenção de planos emergenciais integrados, como o PAE, garantindo medidas de prevenção, mitigação, resposta e recuperação frente a eventos extremos.

Dando continuidade à análise do relevo nos municípios do Território Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), após as discussões sobre os riscos associados às barragens em Ponto Novo, destacam-se os resultados obtidos por Reis e Souza (2021) sobre a compartimentação geomorfológica da área urbana de Senhor do Bonfim. Esse estudo identificou três modelados principais: aplainamento, acumulação e dissecação, cada um com características próprias que influenciam diretamente o uso e a ocupação do solo urbano.

Os resultados apontam a predominância do modelado de aplainamento, que ocupa 91,1% da área urbana e corresponde aos pedimentos. Essas feições, de relevo plano e suave, são amplamente utilizadas pela expansão habitacional e urbana, mas apresentam vulnerabilidades a alagamentos e inundações, especialmente em função das chuvas torrenciais típicas do semiárido e das deficiências de drenagem urbana.

Já as planícies fluviais, que representam 7,9% do território, estão associadas a canais efêmeros e, embora ainda relativamente preservadas, configuram áreas de risco devido à instabilidade natural dos processos de acumulação fluvial (Reis e Souza, 2021).

Por fim, o modelado de dissecação, representado por um inselbergue urbano (1% da área), mostra tanto valor paisagístico quanto riscos à ocupação irregular. Apesar do grau de preservação da vegetação, a presença de moradias em áreas de elevada declividade e sujeitas a fraturamentos expõe os moradores a riscos ambientais. Assim, os achados de Reis e Souza (2021) reforçam a importância da integração entre planejamento urbano, preservação ambiental e segurança da população, visando um ordenamento territorial mais sustentável e resiliente.

Tendo em vista o exposto, os estudos realizados sobre o relevo no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI) evidenciam a importância do mapeamento geomorfológico como subsídio essencial para o planejamento territorial e a gestão ambiental.

Mais do que a caracterização das formas do relevo, essas pesquisas têm contribuído para identificar áreas suscetíveis a riscos, orientar políticas de uso e ocupação do solo e fortalecer a integração entre ciência e gestão pública, fornecendo bases sólidas para estratégias de desenvolvimento sustentável na região semiárida baiana.

Considerações finais

As experiências de pesquisa nos municípios do TIPNI revelam a complexidade do relevo regional e sua influência no uso e ocupação da terra, evidenciando que a cartografia geomorfológica constitui ferramenta eficaz para subsidiar o planejamento territorial. Os estudos desenvolvidos pelo NEPST (CGEO-UNIVASF) no semiárido baiano mostram a diversidade de modelados — aplainamento, dissecação e acumulação — e sua relevância para o manejo de recursos hídricos, ocupação urbana e atividades produtivas, destacando áreas de vulnerabilidade e potencialidades regionais.

Ao mesmo tempo, persistem desafios, como a escassez de dados atualizados, a limitação na disponibilidade de imagens aéreas em escalas mais detalhadas e a necessidade de integração entre diferentes esferas de governo. Esses entraves reforçam a importância de investimentos em aquisição de dados de maior qualidade, incluindo imagens de satélite de alta resolução e

levantamentos aéreos contemporâneos, bem como a atualização temporal dos registros disponíveis.

Superar essas limitações permitirá aprimorar a precisão cartográfica, identificar com maior detalhamento áreas suscetíveis à erosão, inundações ou impactos antrópicos e, consequentemente, subsidiar políticas públicas mais eficazes e ações de preservação ambiental. Nesse contexto, o papel do NEPST como produtor de conhecimento aplicado torna-se estratégico para consolidar a integração entre ciência, gestão territorial e planejamento ambiental.

Para os próximos estudos, o NEPST pretende ampliar a atuação em áreas suscetíveis à desertificação, aprofundar o monitoramento de processos erosivos e geomorfológicos críticos e consolidar instrumentos de apoio ao planejamento urbano e rural, como atlas digitais interativos e ferramentas SIG aplicadas ao semiárido.

A combinação de dados históricos e contemporâneos, associada à análise crítica dos impactos antrópicos, permitirá desenvolver estratégias de gestão territorial mais eficazes, promovendo maior resiliência ambiental e sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Dessa forma, os trabalhos futuros não apenas ampliarão o conhecimento científico sobre o TIPNI, mas também fornecerão subsídios práticos para a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Referências

ALMEIDA, M. A. **A cartografia do relevo e suas contribuições ao planejamento de ambientes semiáridos: estudo do município de Andorinha (BA).** Universidade Federal do Vale do São Francisco, Curso de Licenciatura em Geografia – Trabalho de Conclusão de Curso, Senhor do Bonfim - BA, 2025.

ALMEIDA, M. A.; SOUZA, S. O. **Cartografia geomorfológica e planejamento ambiental: desafios e potencialidades no município de Jaguarari (BA).** Relatório de Iniciação Científica, não publicado. FAPESB, 2025.

ALMEIDA, M. A.; SOUZA, S. O. Compartimentação geomorfológica aplicada ao uso e ocupação da terra do município de Campo Formoso (BA). Geografia em Atos (Online), Presidente Prudente, 2025. no prelo.

AULER, A. S.; SMART, P.L. Toca da Boa Vista (Campo Formoso), BA. A maior caverna do Hemisfério Sul. In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A.; Winge, M.;Berbert-Born, M.. (Org.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM/CPRM, p.443-451. 2002.

BOCCO, G.; MENDOZA, M.; VELÁZQUEZ, A. Remote sensing and GIS-based regional geomorphological mapping—a tool for land use planning in developing countries. **Geomorphology,** v. 39, n. 3-4, p. 211-219, 2001.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

BRASIL. Lei nº 6.993, de 15 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a mineração e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 1981.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade: Lei de diretrizes gerais da política urbana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 abr. 2012.

CUNHA, C.M.L. **A Cartografia do Relevo no Contexto da Gestão Ambiental**. 2001. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) –Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp, 2001.

DINIZ, M. T. M.; OLIVEIRA, G. P.; MAIA, R. P.; FERREIRA, B. Mapeamento geomorfológico do estado do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, São Paulo, v.18, n.4, (Out-Dez) p.689-701, 2017.

FRANKL, A.; POESEN, J. ; DECKERS, J.; HAILE, M.; NYSSEN, J. Gully head retreat rates in the semi-arid highlands of Northern Ethiopia. **Geomorphology,** 173: 185-195. 2012. https://doi.org/10.1016/j.geomorph.2012.06.011.

GRIFFITHS, J. S.; ABRAHAM, J. K. Factors affecting the use of applied geomorphology maps to communicate with different end-user. **Journal of maps**, p. 201-210, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Manual técnico de Geomorfologia. Manuais técnicos em geociências, v. 1, 2ª ed. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Brasília – DF. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 21 set. 2025.

JATOBÁ, L. **A Geomorfologia do Semi-árido**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

LIMA, K. C.; LUPINACCI, C. M.. Morfologias fluviais em ambiente semiárido: questões teóricas aplicadas a um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geomorfologia,** v. 20, n. 3, 2019.

LIMA, K. C.; CUNHA, C. M.; PEREZ FILHO, A.. Dificuldades e possibilidades da cartografia geomorfológica no semiá rido brasileiro. **Revista Brasileira de Cartografia,** v. 65, n. 6, 2013.

MENDES, B. C. **Mapeamento geomorfológico aplicado ao estudo do uso e cobertura da terra no Planalto Central**. 2015.vii, 74 f., il. Dissertação (Mestrado em Geociências Aplicadas)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NORINI, G.; ZULUAGA, M. C.; ORTIZ, I. J.; AQUINO, D. T.; LAGMAY, A. M. F. Delineation of alluvial fans from Digital Elevation Models with a GIS algorithm for the geomorphological mapping of the Earth and Mars. **Geomorphology**. 273: 134-149. 2016.

RADAMBRASIL. **Levantamento de Recursos Naturais** - Folha SC.24/25 Aracaju/Recife; Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação, Uso potencial da Terra. Edição Facsimilar. Volume 34, Rio de Janeiro. IBGE, 1983.

REIS, F. S.; SOUZA, S. O. Compartimentação geomorfológica da área urbana do município de Senhor do Bonfim – BA enquanto subsídio ao planejamento do uso e ocupação. **Geografia Ensino & Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 25, p. e35, 2022. DOI: 10.5902/2236499463075. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/63075. Acesso em: 21 set. 2025.

REIS, F. S.; SOUZA, S. O. Compartimentação geomorfológica da área urbana do município de Senhor do Bonfim – BA enquanto subsídio ao planejamento do uso e ocupação. **Geografia Ensino & Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 25, p. e35, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/63075. Acesso em: 21 set. 2025.

REIS, F. S. ; SAMPAIO, S. A. ; SOUZA, S. O.. Contribuições da Cartografia Geomorfológica ao planejamento do uso e ocupação das terras: aplicações no município de Pindobaçu, Estado da Bahia, Brasil. **Boletim Campineiro de Geografia**, *[S. l.]*, v. 14, n. 2, p. 345–367, 2024. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3570. Acesso em: 21 set. 2025.

ROSS, J. L.S. **Ecogeografia do Brasil**: Subsídios para planejamento ambiental. 1ª ed. Editora Oficina de Textos, São Paulo 2006.

SAADI, A. A Geomorfologia como ciência de apoio ao planejamento urbano em Minas Gerais. **Geonomos**, v. 5, n.2. UFMG – Belo Horizonte, 1997.

SAMPAIO, S. A. ; SILVA, J. S.; SOUZA, S. O. Delimitação das zonas de autossalvamento da mancha de dano potencial associado à barragem hídrica no município de Ponto Novo, estado da Bahia,

região nordeste do Brasil. **Ciência Geográfica** - *Bauru*, v. XXVII, n. 2, jan./dez. 2023.

SANTOS, J. P. A. **Mapeamento geomorfológico e análise do uso e cobertura da terra em áreas do maciço de Água Branca e seu entorno.** 2020. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM. Decreto nº 2.923, de 13 de novembro de 2020. Institui o Mosaico de Unidades de Conservação Recanto de Serras dos Polinizadores no Município de Senhor do Bonfim (BA) e dá outras providências. Senhor do Bonfim - BA, 2020.

SILVA, V. P.; SOUZA, S. O. Proposta de Atlas escolar digital enquanto estratégia ao ensino de Geografia: Estudo no município de Campo Formoso - BA. **Geografia Ensino & Pesquisa**, *[S. l.]*, v. 29, p. e88283, 2025. DOI: 10.5902/2236499488283. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/88283. Acesso em: 21 set. 2025.

TSIBULSKAYA, V., et al. Surficial geology and geomorphology of Greg crater, Promethei Terra, Mars. **Journal of Maps** 16.2: 524-533. 2020.

VIJAYAN, S.; SINHA, R. K.; ANILKUMAR, R.. Evidence for Multiple Superposed Fluvial Deposits Within Reuyl Crater, Mars. **Journal of Geophysical Research**: Planets 125.3. 2020.

WANG, X.; XIA, D.; WANG, T.; XUE, X.; LI, J. Dust sources in arid and semiarid China and southern Mongolia: Impacts of geomorphological setting and surface materials. **Geomorphology** 97.3-4: 583-600. 2008. https://doi.org/10.1016/j.geomorph.2007.09.006.

CAPÍTULO 5

Universidade cidadã - a "pegada" do GEMA e da UNIVASF Senhor do Bonfim nos Territórios do Centro-norte da Bahia:reflexões sobre 10 anos de atuação.

Gustavo Hees de Negreiros[28]
Claudine Gonçalves de Oliveira[29]

Introdução

O curso de licenciatura em Geografia, em Senhor do Bonfim, Bahia, teve início no segundo semestre de 2015, junto com o curso de Bacharelado em Ecologia, ambos como resultado do programa de interiorização do ensino superior (REUNI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Logo após a consolidação dos cursos, alguns de seus professores se reuniram para formar o Grupo de Pesquisa em Geografia, Ecologia Espacial e Modelagem Ambiental (GEMA). Durante a

[28] Doutor em Ciências Florestais pela Universidade de Washington; Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco; Líder do Grupo de Estudos em Geografia, Ecologia Espacial e Modelagem Ambiental (GEMA); Coordena o Programa Águas da Serra (patrocinado pela Jacobina Mineração e Comércio) no mapeamento e caracterização de nascentes, o PROADES - Programa de Ação contra a Desertificação, Efeitos da Seca e Revisão dos Planos Estaduais; Membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru desde 2016; Membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia.

[29] Doutora em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Professora do Colegiado de Ecologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

pandemia (2020/21), o grupo acabou tendo seu registro suspenso em função da falta de atualização, e até hoje (2025), não foi oficialmente reestruturado na plataforma do CNPQ. Apesar da falta de registro formal, o grupo continuou suas atividades de pesquisa, e principalmente de extensão, com uma perspectiva um pouco diferenciada, de uma atividade de ensino e pesquisa pautadas em atuação cidadã e socialmente participativa da universidade, de seus professores e de seus cursos formadores.

Os objetivos do REUNI ao instalar a UNIVASF em Senhor do Bonfim, foram, além de democratizar o acesso ao ensino e gerar empregos diretos (servidores e professores), os de expandir o acesso à educação superior, pensando a educação como bem público e não como mercadoria, promover o desenvolvimento regional com a formação de profissionais qualificados e o fomento a vida comunitária; educação como ferramenta social para transformar o espaço e as relações de poder, no território onde a universidade se instala.

Nestes 10 anos de funcionamento em que ambos os cursos completam em 2025, foram dezenas de discentes formados, muitos destes hoje atuando na rede pública e privada de ensino e em órgãos e empresas públicas e privadas da região. O impacto transformador do desenvolvimento social ou da "pegada" destes cursos e da Universidade no território do centro-norte da Bahia, onde Senhor do Bonfim se insere, porém, não fica restrito aos profissionais sendo formados, é fruto também da forma de atuação dos professores e profissionais que conduzem o processo de formação junto a sociedade e o território onde a universidade se insere.

O texto a seguir, assim, reflete sobre a forma de atuação do GEMA, descrevendo e refletindo sobre a contribuição de seus projetos e o envolvimento de seus professores no cotidiano do território, nestes 10 anos de atuação dos cursos de Licenciatura

em Geografia e Bacharelado em Ecologia. Com isso, refletindo como uma universidade, principalmente pública, com os objetivos alinhados pelo REUNI, não pode e não deve se enclausurar em seus muros, e não pode ter sua "produção acadêmica" medida apenas (ou principalmente) pelas publicações científicas/acadêmicas que gera.

Quadro 01 – Conselhos, comitês e coletivos que professores do GEMA se envolveram nos últimos 10 anos de atuação.

Conselho / Comitê / Conferências / Movimentos	**Âmbito / Escopo**	**Professor Envolvido**	**Forma / Período**
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru	Regional / Estadual (55 municípios). Fundamentado na Lei 9.433/97 faz a gestão de recursos hídricos ao nível da Bacia Hidrográfica.	Gustavo H. Negreiros	Câmaras Técnicas desde 2016, Membro Titular desde 2017, Presidência (2018 a 2022).
Colegiado Territorial de Desenvolvimento Territorial do Piemonte Norte do Itapicuru	Regional / Territorial (9 municípios). Discute políticas públicas para o território.	Gustavo H. Negreiros	Ouvinte esporádico desde 2016, participação em Câmara Técnica ambiental 2017.

Colegiado Territorial de Desenvolvimento Territorial do Piemonte da Diamantina	Regional / Territorial (9 municípios). Discute políticas públicas para o território.	Gustavo H. Negreiros	Ouvinte esporádico desde 2019, participação em Câmara Técnica ambiental 2022.
Conselho Municipal de Meio Ambiente de Senhor do Bonfim (TIPINI)	Municipal. Gestão da política pública ambiental nível municipal.	Claudine G. de Oliveira (2020 e novamente 2024-) Gustavo H. Negreiros (2017 e novamente em 2020).	Membros titulares.
Conselho Municipal de Meio Ambiente de Saúde. (TIPD)	Municipal. Gestão da política pública ambiental nível municipal.	Gustavo H. Negreiros.	Membro titular desde 2021.
Conselho Municipal de Turismo de Saúde. (TIPD)	Municipal. Gestão da política pública sobre turismo nível municipal.	Gustavo H. Negreiros.	Membro titular desde 2021.
5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.	Etapas municipal, estadual, regional e nacional. Revisão da política pública sobre ciência e tecnologia.	Gustavo H. Negreiros	2024 – Delegado eleito em todas as etapas.

5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente.	Etapas municipal, estadual, nacional, e na COE (Comissão de Organização Estadual). Revisão da política pública sobre meio ambiente.	Gustavo H. Negreiros	2024 – Delegado eleito em todas as etapas e representando o CEPRAM na COE.
Conselho Gestor do Parque Estadual das Sete Passagens (PESP)	Estadual / INEMA. Conselho consultivo na gestão do Parque.	Gustavo H. Negreiros, Daniel V. de Sousa, Claudine G. de Oliveira.	Membro titular e suplente desde 2020.
CEPRAM	Estadual – Bahia. Gestão da política pública ambiental nível do Estado da Bahia.	Gustavo H. Negreiros	Membro titular desde 2023 representando a sociedade civil pelo GAMBÁ.
Fórum Baiano de Comitês de Bacia	Estadual – Bahia. Colegiado de Comitês de Bacia ao nível de Estado da Bahia.	Gustavo H. Negreiros	Membro desde 2020 representando o CBHI.
Fórum Baiano de Convivência com o Semiárido	Estadual – Bahia. Políticas públicas de convivência com o semiárido.	Gustavo H. Negreiros	Membro titular desde 2023 representando o CEPRAM.
Movimento pela Soberania na Mineração (MAM)	Nacional. Movimento social nacional que discute a atividade minerária e seus impactos.	Gustavo H. Negreiros	Contribui nas discussões como pesquisador desde 2018.

Movimento Salve as Serras (SAS)	Regional – Nordeste. Movimento social que discute a conservação dos ambientes de montanhas (serras) no sertão.	Gustavo H. Negreiros	Contribuiu na fundação e como pesquisador desde 2022.

Fonte: Os autores (2025).

Algumas destas participações merecem destaques específicos em função de seus impactos, desdobramentos e "produtos" gerados para e com a sociedade.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru (CBHI)

A participação do representante da UNIVASF foi como membro de Câmara Técnica (desde 2016), ocupando vaga de titularidade (desde 2017) e presidindo o Comitê por dois mandatos consecutivos (2018-2020 e 2020-2022). A participação no CBHI pelo docente responsável pela disciplina de hidrogeografia (disciplina do curso de Licenciatura em Geografia) permitiu o entendimento e envolvimento direto da Universidade nas discussões práticas e cotidianas relativas aos problemas de gestão de recursos hídricos da região, além da construção de um relacionamento com diferentes entes e organizações da sociedade civil, do estado, municípios e territórios inseridos na bacia. Uma experiência exitosa potente na discussão e execução de políticas públicas ambientais e de gestão de bacias hidrográficas que permitiu a participação ativa na construção de soluções para alguns problemas que merecem ser citados.

Comissão de alocação do açude de Andorinha II

A UNIVASF foi indicada pelo CBHI em 2017 para participar da Comissão de Alocação do Açude de Andorinha II, município de aproximadamente 15.000 habitantes (IBGE 2025) do Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, vizinho à Senhor do Bonfim. O Município, no entorno de uma grande empresa de exploração mineral, a Companhia de Ferro e Ligas da Bahia (FERBASA), viveu em 2013 uma crise de abastecimento de água em função do conflito de uso da água pela mineração, pela área urbana e pelas comunidades de pescadores e agricultores do entorno do Açude (Bonfim *et al.* 2024).

O modelo de gestão por alocação foi instalado pela Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela gestão do Açude, que incluiu a formação de um Acordo e uma Comissão de Alocação, como instrumento de gestão participativa de recursos hídricos (previstos na Lei 9433/1997). O conhecimento acadêmico (técnico e teórico) discutido na disciplina de hidrogeografia foi posto em prática na gestão dos recursos hídricos, na construção do acordo, no atendimento as demandas sociais e econômicas dos diferentes atores envolvidos, públicos e privados e na discussão do uso e demandas do Açude até os dias de hoje.

Conflito de gestão da barragem de Ponto Novo

A Barragem, localizada entre os municípios de Ponto Novo e Filadélfia, no TIPNI, foi construída em 1999 para abastecer o projeto agrícola do Perímetro Irrigado de Ponto Novo e os municípios diretamente vizinhos, Filadélfia e Caldeirão Grande. Com a seca de 2013, a Barragem foi transformada na principal fonte de abastecimento regional, recebendo adutoras

emergenciais para extração de sua água e a ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água ali instalada.

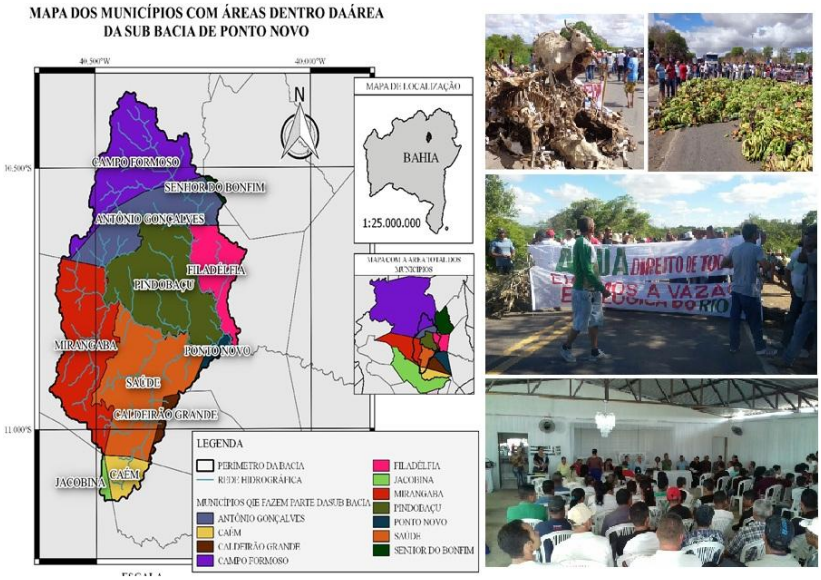
Na época, houve fortes protestos da população local contra a retirada da água da Barragem para outros municípios. Já na seca de 2017, a maior demanda hídrica da Barragem levou a interrupção por completo do abastecimento do Perímetro Irrigado de Ponto Novo, causando o fechamento de empresas, o abandono de áreas agrícolas, perda de milhares de postos de trabalho e uma forte crise econômica e social no município de Ponto Novo.

A crise de gestão da Barragem levou o CBHI, já sobre a presidência do representante da UNIVASF, a determinar, em 2018, a situação como Conflito Hídrico, intercedendo como primeira instância recursal, como previsto na Lei 9.433/1997. Muitas reuniões foram feitas (Figura 01), com os diferentes atores da sociedade civil, do governo do estado e dos municípios, que resultou na opção pelo Estado da Bahia, em 2022, da implementação da gestão por alocação para o sistema de Barragens de Ponto Novo e Pindobaçu, com a Comissão de Alocação instituída e atualmente em funcionamento com a presença da UNIVASF entre seus membros.

O papel de instituição acadêmica cidadã foi, mais uma vez, fundamental na construção coletiva da solução para o conflito hídrico da gestão da Barragem de Ponto Novo, na aplicação do conhecimento técnico científico, gerando experiências de gestão de recursos hídricos e de bacias que reverberaram no conteúdo e experiências de ensino e pesquisa em seus cursos, contribuindo de forma direta para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social da região. Do lado acadêmico, um projeto de pesquisa sobre a modelagem do reservatório da Barragem de Ponto Novo e um Trabalho de Conclusão de Curso sobre a bacia

de drenagem da Barragem foram desenvolvidos e apresentados em Conferência Internacional.

Figura 01 – À esquerda mapa da bacia hidrográfica que abastece a Barragem de Ponto Novo. À direita, imagens dos protestos de 2013 (acima), de 2017 (meio), e de uma das reuniões de discussão da comunidade com o CBHI.



Fonte: Acervo pessoal[30].

Outros conflitos hídricos foram discutidos, admitidos e administrados pelo CBHI, sob presidência do representante da UNIVASF: o conflito de Serra dos Morgados, no Município de Jaguarari, onde o Estado da Bahia, com dinheiro do Banco Mundial, ampliou a extração de água de aquíferos, prejudicando comunidades daquela localidade para beneficiar outras, e o

[30] Mapa de disciplina elaborado por D.P. Silva - produzido por um discente do curso de Geografia. As Imagens são do GI 05/04/2013 e 17/02/2017;

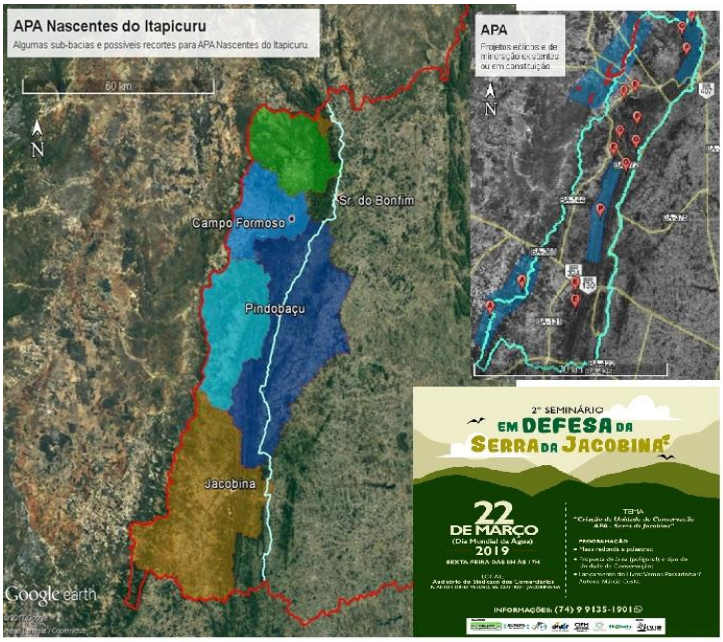
conflito da instalação das eólicas na porção sul das Serras da Jacobina, cortando grandes áreas de mananciais hídricos que abastecem a população regional, são exemplos.

Em todos, a participação ativa da universidade com o conhecimento técnico aplicado, foi essencial nos encaminhamentos e solução dos problemas apresentados, e as experiências geradas foram fundamentais para a compreensão do contexto regional discutido dentro de sala da aula na UNIVASF.

Proposição da APA nascentes do Itapicuru

Ainda dentro da participação no CBHI, a UNIVASF auxiliou o Comitê na estruturação da proposta à Secretaria do Estado de Meio Ambiente da Bahia (SEMA), de uma Área de Proteção Ambiental (APA), para o planejamento territorial ambiental participativo das Serras da Jacobina. A estruturação do documento, a argumentação ambiental e socioambiental, o desenho do traçado proposto, as reuniões públicas de discussão, e a apresentação oficial da proposta para o Estado, foram coordenadas pela UNIVASF, Senhor do Bonfim (Figura 02) em conjunto com organizações não governamentais e entidades da região. A proposta da APA, ainda em análise pela SEMA/BA, atende a uma demanda de décadas, de diferentes entidades da sociedade civil, já elencadas como demanda pelo Ministério Público do Estado.

Figura 02 – Mapa das proposições de Áreas de Proteção Ambiental (APAS) e cartaz de chamada pública.



Fonte: Elaboração própria (mapas), estando, o segundo em Negreiros 2021.

À esquerda na fugura acima, temos a imagem da área proposta para a Área de Proteção Ambiental (APA) das Nascentes do Itapicuru com as principais bacias ressaltadas, Itapicuru (ao norte, em verde), Itapicuru Açu (diferentes tons de azul ao centro), e Itapicuru Mirim (ao sul em laranja). À direita discussão sobre os usos sobre a área proposta para a APA que acabou publicada, e abaixo uma chamada para uma das reuniões públicas de discussão da proposta.

Criação e gestão de unidades de conservação e apoio às secretarias municipais de meio ambiente da região

Um dos envolvimentos do GEMA que mais contribuíram para a região foi, com certeza - e ainda é -, o auxílio aos municípios da região na criação e gestão de unidades de conservação. O GEMA participou na criação de 11 unidades de conservação municipais na região (Figura 03) e na elaboração de dois planos de manejo (um deles de uma Reserva de Patrimônio Particular, RPPN).

A primeira experiência de tentativa de constituir uma unidade de conservação foi com o Município de Sento Sé, em 2017, onde se discutia a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) municipal, porém, antes de sua consolidação, a área foi transformada, pelo governo federal, na APA federal do Boqueirão da Onça. A segunda tentativa foi em 2018 e 2019, com o Município de Entre Rios, no litoral norte da Bahia, onde todo o trabalho para a criação de um Monumento Natural (MONA) foi interrompido já em sua fase final de implantação por interesses privados e políticos, e se encontra suspenso desde 2020.

Posteriormente, já em 2021, iniciamos o trabalho com o Município de Saúde, no TIPD, onde levou a criação de duas unidades de conservação: o Monumento Natural (MONA) da Cachoeira do Paulista e a Área de Proteção Ambiental (APA) do Paulista, ambas criadas em 2022. O GEMA também elaborou o Plano de Manejo do MONA da Cachoeira do Paulista, aprovado no fim de 2024.

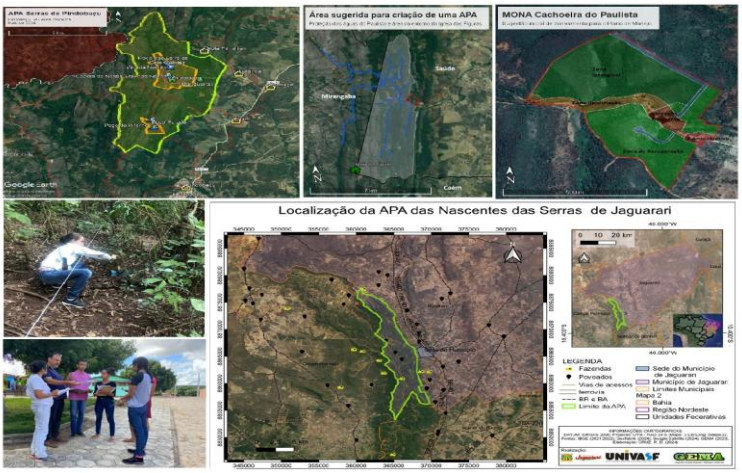
Junto ao Município de Pindobaçu, no TIPNI, o GEMA, em Projeto Conjunto do Colegiado de Geografia e de Ecologia, elaborou os estudos e deu apoio para a criação de três unidades de conservação, os MONAs Águas das Neves e do Poço Pelado e a APA das Serras de Pindobaçu, todos criados em 2024.

Atualmente, iniciamos os procedimentos para auxiliar o município para a elaboração do Plano de Manejo destas unidades.

O GEMA também participou, junto com a Universidade do Estado da Bahia e do Movimento Salve as Serras na criação da APA Nascentes de Jaguarari, e na criação de cinco unidades de conservação em Senhor do Bonfim. As unidades de Senhor do Bonfim, no entanto, enfrentam processos administrativos e legais, e nunca foram formalmente apresentadas e consolidadas pelo município. Apesar da cobrança da população local e do Ministério Público, continuam paradas.

Em todos os projetos com o envolvimento direto do GEMA, discentes dos cursos de Geografia e Ecologia foram envolvidos na elaboração dos estudos, coletas de dados e execução de outros projetos ligados às prefeituras. Foram, no total, mais de 15 discentes envolvidos, a maioria deles com bolsas pagas pelas próprias prefeituras. O produto para a sociedade local são as unidades de conservação, para os discentes e docentes, o aprendizado prático e o envolvimento com as secretarias municipais de turismo e meio ambiente.

Figura 03 – Auxílio aos municípios em criar e gerir unidades de conservação.



Fonte: Imagens de acervo pessoal, cartografia da APA R.D.Cruz.

Acima, da esquerda para a direita, as três unidades criadas em Pindobaçu, a APA Serras de Pindobaçu, com os MONAs Águas das Neves e Poço Pelado. Ao centro a APA do Paulista em Saúde, e à direita a proposição de zoneamento do MONA da Cachoeira do Paulista também em Saúde. Ao centro e abaixo, à esquerda, imagens dos discentes de ensino superior e médio envolvidos no processo de coleta de dados. À direita, no canto inferior, a APA das Nascentes de Jaguarari, no município do mesmo nome, em exemplo de cartografia produzida por discentes envolvidos no projeto.

O trabalho com os municípios da região não se limitou a criação e gestão de unidades de conservação (Quadro 02).

Quadro 02 – Municípios da região com trabalhos sendo desenvolvidos em parceria com o GEMA nos últimos anos, em quais Protocolos de Intenção ou Termos de Cooperação foram assinados e formalizados.

Município	**Trabalho / Contribuição**
Jaguarari	Educação ambiental e formação de professores, cursos de reciclagem e resíduos sólidos. Mapeamento de nascentes. Capacitação de conselho municipal de meio ambiente. Formação de condutores ambientais. Criação da APA das Nascentes de Jaguarari (junto com UNEB e SAS).
Pindobaçu	Estudos para a criação de três unidades de conservação. Levantamento de fauna e flora e caracterização socieconômica de comunidades rurais. Formação de condutores ambientais. Elaboração de Plano de Manejo (em andamento).
Saúde	Estudos para a criação de duas unidades de conservação. Levantamento de fauna e flora, caracterização socieconômica de comunidades rurais e de fluxo turístico. Formação de condutores ambientais. Elaboração de Plano de Manejo. Apoio à Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente.
Senhor do Bonfim	Estudos para a criação de duas unidades de conservação. Formação de condutores ambientais.

Fonte: autoria própria.

Outras experiências e contribuições

Formação de condutores ambientais

Um dos trabalhos do GEMA de maior sucesso na região é, com certeza, o de formação de Condutores Ambientais, preparando pessoas das comunidades no entorno de áreas de conservação para exercerem a atividade de condução ambiental e assim, participarem na economia da conservação. Os primeiros cursos aconteceram ainda em 2018, junto ao Parque Estatual das Sete Passagens (PESP), em Miguel Calmon. Posteriormente, na vila de Itaitu, em Jacobina, o curso se consolidou em duas associações de condutores ambientais, a Associação de Condutores e Guias de Itaitu (ACAJI) e a Associação Payaya de Guias e Condutores Ambientais de Jacobina.

A ACAJI, hoje, administra diferentes áreas turísticas na região, inclusive áreas dentro do PESP, em conjunto com a administração do Parque. Posteriormente foram mais sete turmas formadas em Jacobina, Jaguarari, Saúde, Senhor do Bonfim e Pindobaçu. Já são mais de 100 comunitários formados e dezenas atuantes nas áreas das Serras, dentro e no entorno das áreas de conservação criadas. Em cada um dos cursos ofertados, há sempre a participação ativa dos discentes de Geografia e Ecologia na elaboração e condução dos cursos, inclusive ministrando (sob supervisão) algumas aulas.

Gambá – resiliências climáticas

Em 2022, o Grupo Ambientalista da Bahia convidou o GEMA UNIVASF para participar de um projeto financiado pela União Europeia para auxiliar comunidades a pensar e planejar seus processos de adaptação às mudanças climáticas, o Projeto

Resiliências Climáticas. Ao GEMA e a UNIVASF Senhor do Bonfim coube trabalhar na área entorno de Morro do Chapéu, já na Chapada Diamantina.

Um curso de formação em uso de técnicas de geoprocessamento e mapeamento comunitário foi desenvolvido junto com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Morro do Chapéu, e um trabalho de levantamento socioeconômico (diagnóstico rápido participativo), atrelado a um trabalho de cartografia social, foi realizado na Comunidade de Ouricuri II (Figura 04). Mais uma vez, uma discente foi envolvida no processo, aplicando na prática os conceitos discutidos em classe. O projeto Resiliências Climáticas recebeu do Estado da Bahia um prêmio de destaque estadual, em 2024.

Figura 04 – Trabalho desenvolvido junto ao Projeto Resiliências Climáticas (GAMBÁ/COSPE União Europeia). Um curso básico de geotecnologias foi desenvolvido junto às comunidades rurais de Morro do Chapéu (alto à esquerda), identificando e caracterizando as comunidades por seus próprios membros, gerando um mapa colaborativo (centro), que depois por eles mesmos trazido para as ferramentas digitais disponíveis (Google Earth – parte superior esquerda), e servindo de base para um diagnóstico rápido participativo (DRP), transformado em cartilha/cartografia social da e para a comunidade (parte inferior).

O trabalho junto ao GAMBÁ e junto ao projeto Resiliências Climáticas, além de publicações técnicas junto ao Estado da Bahia, acabou gerando um convite para o docente Gustavo H. Negreiros assumir sua vaga na representação da sociedade civil junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia (CEPRAM), o que vem exercendo desde 2023.

Figura 04 – Mapeamento de nascentes (águas da serra)



Fonte: Acervo dos autores

Um trabalho aparentemente simples e despretensioso de mapeamento e caracterização de nascentes, iniciado junto à Prefeitura de Jaguarari, em 2020, cresceu e se desenvolveu. O desenvolver da metodologia e procedimentos, e os resultados obtidos com as 66 nascentes mapeadas e caracterizadas nas Serras de Jaguarari, mostraram a grande importância e complexidade que o tema pode ganhar. O trabalho sendo realizado (Figura 05), já indicou que existe uma lacuna muito grande sobre um assunto essencial na conservação de recursos hídricos, definição de Áreas de Proteção Permanente (APP), definição de áreas em licenciamento ambiental e até mesmo

necessidades de revisões conceituais e legais sobre nascentes e suas áreas protegidas.

O trabalho de Jaguarari foi transformado em um Programa de Extensão, estendido para a porção sul das Serras da Jacobina, e ganhou, em 2023, patrocínio da Jacobina Mineração e Comércio (JMC). O programa Águas da Serra, hoje, contabiliza praticamente 200 nascentes mapeadas e caracterizadas e engloba os objetivos de entender a variabilidade de chuvas no entorno das Serras e monitorar a qualidade da água que dela flui através de uma rede comunitária de monitoramento.

O trabalho de mapeamento e caracterização de nascentes está sendo discutido pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), foi incorporado como parte da Red Biocultura (rede internacional de pesquisa em ecologia humana em corredores bioculturais) e está sendo também aplicado no Paraguai.

Figura 05 – Imagens do Programa Águas da Serra.



Fonte: Acervo dos autores

É um intenso trabalho de campo para localizar, mapear, e caracterizar nascentes (superior esquerda e direita) em uma área de mais de 5.000 hectares na porção sul das Serras da Jacobina (inferior esquerdo). Para as nascentes caracterizadas uma ficha é criada (inferior direito) permitindo que elas sejam monitoradas. Junto com o mapeamento de nascentes há o monitoramento das chuvas e da qualidade das águas que é feito junto com a comunidade (imagens na parte central).

Maravilha verde, ASPAFF e o turismo integrado e produtivo

A experiência do trabalho com bioeconomia e economia circular, obtido com o desenvolvimento do Programa Maravilha Verde, junto com o Município de Senhor do Bonfim, e o envolvimento dos professores do GEMA com a Associação de Ação Social e Preservação das Águas Fauna e Flora da Chapada Norte (ASPAFF), nos últimos 10 anos, gerou a ideia de um projeto que foi recentemente aprovado no Banco do Nordeste.

O envolvimento dos professores do GEMA com a Associação de Ação Social e Preservação das Águas Fauna e Flora da Chapada Norte (ASPAFF) gerou, ao longo destes 10 anos, muitas ações em conjunto.

PROADES UNIVASF

Recentemente, no fim de 2024, a UNIVASF Senhor do Bonfim, foi convidada para coordenar o PROADES, que é financiado pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para a revisão dos Planos Estaduais de Ação Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAEs) de 10 estados do Brasil.

Este trabalho, além da projeção da UNIVASF Senhor do Bonfim e seus cursos, tem possibilitado o envolvimento de docentes e discentes com as estruturas de gestão ambientais (secretarias estaduais, regionais e ministeriais) na discussão e planejamento de ações contra a desertificação, construindo experiências de envolvimento político com instâncias governamentais e não governamentais, metodologias de

apresentação e discussão de políticas públicas e na construção de documentos técnicos, não científicos; projetando a região e o território e trazendo uma consciência maior frente a outras realidades regionais e nacionais.

Reflexões sobre o envolvimento e cidadania institucional

Como dizia Paulo Freire, "*Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo.*" Assim, a universidade, como formadora de profissionais formadores, com o papel estabelecido pelo REUNI de promover o desenvolvimento regional e transformar o território onde se instala, deve expor, discutir e refletir a realidade deste território, como ferramenta de conscientização. Isso já que, "*a pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo" (Paulo Freire)*.

Para um curso de Geografia, tanto quanto para um curso de Ecologia, a visão da transformação a partir de uma formação crítica contextualizada na realidade e nos problemas do território onde estes cursos se inserem, se torna ainda mais importante. Os futuros atores da transformação que estão sendo formados (professores ou bacharéis) precisam, além de ter ciência (e consciência) do mundo, do continente, da região e da situação de seu território frente ao mundo, precisam compreender as relações diretas de poder existentes dentro deste território, saber como se estruturam e se moldam, e como se relacionam com o que é externo a ele. Só assim conseguirão utilizar o ferramental, técnico, político e social discutido na teoria, para produzir reflexões e transformações em seu território.

No entanto, para que o poder transformador da formação seja potencializado, esta precisa acontecer quando e onde os assuntos que são necessário ciência (consciência) estão sendo discutidos, acontecendo, na realidade e no cotidiano da sociedade, na prática cotidiana.

O processo de formação precisa ser envolvente e baseado em exemplos e experiências práticas. Uma frase que é atribuída a Confúcio (497 AC), ideia central de um ditado popular chinês, diz que: "O que eu ouço, eu esqueço; o que eu vejo, eu lembro; o que eu faço eu entendo". Assim, para formar formadores da transformação, precisamos os envolver na práxis cotidiana da sociedade que esperamos que transformem. Mas, para envolver, precisamos, como professores e instituição, estar também envolvidos.

Para que nós, professores universitários, possamos formar (ou "ensinar") estes futuros professores precisamos também ter o domínio sobre este território e suas territorialidades. Caso não tenhamos, corremos o risco de sermos excessivamente teóricos e trabalhar exemplos fora de contexto, de espaço ou tempo, que não produzam a visão, a reflexão e o envolvimento necessário para que a consciência transformadora seja desenvolvida. Ou seja, precisamos também dominar o território e suas territorialidades para cumprir a função que o processo de interiorização da universidade exige.

Para que essa compreensão e consciência de território seja atingida, apenas leituras não são suficientes. Grande parte da realidade e dos problemas cotidianos que compõe a sociedade e o território não estão ainda sendo discutidos e refletidos em artigos acadêmicos e científicos, estão acontecendo. Se esperarmos que sejam publicados, para então discuti-los, incorreremos possivelmente no risco de perder o contexto temporal e assim, o poder transformador, com o

desenvolvimento de uma consciência tardia que compreende a situação, mas não tenha mais o poder de transformá-la. Ou seja, ler, discutir e compreender sobre os impactos indesejáveis da energia eólica não ajudam aqueles que estão sofrendo os impactos a evitá-los, se estes não são também discutidos onde é decidido a implantação das torres.

Como podemos pensar em formar profissionais formadores da transformação, se não estamos envolvidos? Para envolver, precisamos também, como professores, como instituição, estar envolvidos. A ferramenta deste envolvimento institucional, dentro da universidade, é a extensão. Não uma extensão de corte e costura, de servir ou atender demandas pontuais e superficiais descontextualizadas, mas uma extensão que envolva a universidade na sociedade, produza a consciência em seus discentes e docentes, se envolvendo nas instâncias de discussão do poder, participe ativamente, faça uso de sua teoria, e, pelo exemplo e envolvimento, forme profissionais que saibam atuar fora dos muros da universidade. Este envolvimento irá, com certeza, expor lacunas de conhecimento que devem orientar assuntos de pesquisa, oportunizando que elas sejam também aplicadas as demandas da sociedade.

Dentro dessa perspectiva, de uma educação baseada na experiência e na reflexão, como necessidade de desenvolvimento da consciência transformadora, listamos abaixo algumas experiências destes 10 anos de atuação e suas consequentes "pegadas", transformações que a UNIVASF e os cursos de Geografia e Ecologia ajudaram a construir no processo de formação de seus discentes e professores. GEMA

Para formar, precisamos interagir, interagindo, formamos, formando e interagindo, transformamos. Ler, pensar e escrever artigos é essencial para a reflexão e o aprendizado da comunicação, mas não podem ser vistos como a única forma de

produção e reprodução acadêmica. A universidade, principalmente a pública, precisa ser cidadã, se envolver na sociedade, e junto com ela, formar e transformar o meio e o mundo onde se instala, auxiliar na construção de uma territorialidade que não só analise criticamente a realidade, mas trabalhe em sua construção.

De forma simplificada, a produção, ou a "pegada" do GEMA nestes 10 anos[31]:

- 4 estudos de levantamento biológicos e socioeconômicos realizados e publicados, em diários oficiais;
- 1 levantamento de nascentes (socioambiental) com 66 nascentes mapeadas, publicadas em diário oficial de Jaguarari;
- 1 site com informações sobre condição e localização de 200 nascentes ativas nas Serras da Jacobina;
- 1 aplicativo de mapeamento de nascentes sendo desenvolvido;
- 4 associações de condutores e guias criadas e operando;
- 11 unidades de conservação criadas;
- 2 planos de manejo realizados, mais 3 em desenvolvimento;
- 30 + bolsas de extensão e pesquisa, somente 10% delas via PIBEX ou PIBIC
- 6 bolsas de ensino médio
- 6 + projetos de extensão
- 2 programas de extensão
- 4 projetos de pesquisa

[31] Nome e atuação da UNIVASF projetado e respeitado na região. Universidade participativa, ativa, cidadã. Relacionados ao GEMA e suas atividades.

- 6 TCCs
- 2 capítulos de livro
- 4 artigos em revistas
- 10 + resumos, banners e apresentações em congressos e conferências

Referências

NEGREIROS, G. H. de. **Serras da Jacobina e a Proposta da APA Nascentes do Itapicuru**. In. Ecocídio das Serras do Sertão, Vol.1. Marques, J. e Wagner, A. (organizadores). Paulo Afonso, BA. SABEH 2021.

BONFIM, A.; Thomaz, A. Oliveira, C., e; Souza, E. **Caminhos do Sertão**. Impactos Socioambientais no Território de Pescadores e Pescadoras Artesanais em Andorinha, BA. Paulo Afonso, BA. SABEH 2024.

IBGE. **Estimativas da População Brasileira**. https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/ em Outubro 2025

CAPÍTULO 6

A territorialidade quilombola e o ensino de Geografia em Senhor do Bonfim/BA: a comunidade de Tijuaçu como ponto de partida.

Lorena Ferreira de Souza Almeida[32]
Raiane Santana dos Santos[33]
Nívia Jandira Rodrigues da Silva[34]

Introdução

A questão quilombola perpassa por todo o contexto de formação territorial brasileira, visto que os quilombos surgiram a partir dos movimentos de resistência negra em detrimento da opressão sofrida durante a história de formação do povo brasileiro. Desde então, as populações remanescentes vêm se organizando e reivindicando por direitos os quais foram negados de geração após geração. Nesse sentido, políticas que visam à promoção de justiça social são fundamentais, a fim de

[32] Docente do curso de Licenciatura em Geografia e do Mestrado de Ensino da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Coordenadora do Projeto de Iniciação Científica: Territorialidade Quilombola e o Ensino de Geografia em Senhor do Bonfim-BA: saberes e práticas espaciais.

[33] Discente do curso de Licenciatura em Geografia e bolsista Pibic/Univasf/CNPQ do Projeto de Pesquisa: Territorialidade Quilombola e o Ensino de Geografia em Senhor do Bonfim-BA: saberes e práticas espaciais.

[34] Discente do curso de Licenciatura em Geografia, voluntária do Projeto de Pesquisa: Territorialidade Quilombola e o Ensino de Geografia em Senhor do Bonfim-BA: saberes e práticas espaciais. Remanescente quilombola da comunidade de Tijuaçu.

reparar toda a opressão e violência sofrida desde o período de colonização exploratória até os dias atuais.

Dentro dessa perspectiva, a ciência geográfica, a partir da relação sociedade e natureza, à luz das categorias analíticas de lugar, paisagem, região, espaço e território, pode trazer contribuições significativas no sentido de formulação das reflexões que envolvem a questão da territorialidade quilombola, atrelada ao currículo escolar, no sentido de garantir uma educação que evidencie as práticas e saberes espaciais dessa população.

Destarte, as questões que se antecipam a pesquisa, tendo como referência este objeto de estudo são: existe um currículo específico que enfatize os saberes e práticas espaciais das comunidades quilombolas em Senhor do Bonfim/BA? O que tem sido feito de forma efetiva para garantir uma Educação Quilombola para essas comunidades? Como a Geografia pode contribuir para o fortalecimento da identidade quilombola?

A fim de responder a essas questões, propomos a elaboração do Projeto de Pesquisa, na modalidade Iniciação Científica, intitulado: A territorialidade Quilombola e o Ensino de Geografia em Senhor do Bonfim (BA): saberes e práticas espaciais. Esta discussão possui grande relevância social e acadêmica, visto que o município de Senhor do Bonfim/BA, de acordo com dados do Instituto Palmares, tem 20 comunidades tituladas como remanescentes de quilombos, além de trazer a tona o debate da territorialidade relacionada ao ensino de Geografia, no sentido de destacar como a educação pode favorecer o processo de fortalecimento da identidade dessas comunidades, a valorização dos saberes e práticas espaciais e a promoção de uma reflexão crítica acerca do currículo escolar.

Este artigo apresentará um recorte dessa pesquisa que tem como ponto de partida a Comunidade Quilombola de Tijuaçu,

localizada no município de Senhor do Bonfim-BA, por ser a maior, mais antiga e por apresentar elementos fundamentais para a análise, principalmente no que tange a educação.

O trilhar da pesquisa

A pesquisa é de cunho qualitativo, visto que possibilita uma análise direcionada aos sujeitos envolvidos, priorizando as relações existentes e suas vivências. Para Chizzotti (2010), a pesquisa em ciências humanas e sociais possuem duas orientações básicas que estarão relacionadas aos pressupostos teóricos, as formas de abordar a realidade e os meios de colher essas informações. A partir dos aspectos quantitativos e qualitativos da pesquisa, Chizzotti (2010) destaca a concepção do pesquisador frente à pesquisa qualitativa:

> Se, de outro lado, o pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais, será necessário encontrar fundamentos para uma análise e para a interpretação do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele. Tais pesquisas serão designadas como qualitativas, termo genérico para designar pesquisas que, usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem (Chizzoti, 2010, p. 28).

A pesquisa qualitativa nos proporciona uma construção do conhecimento, tendo em vista o contexto e os fenômenos existentes em dada realidade, com a possibilidade de compreensão, levando em consideração as diferentes escalas e relações. Nesse sentido, Rodrigues (2007) define a pesquisa qualitativa: [...] que predominantemente pondera, sopesa,

analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões (Rodrigues, 2007, p. 38).

A análise e interpretação são características preponderantes da pesquisa qualitativa, no sentido de auxiliar a compreensão da natureza dos fenômenos. Apesar de se admitir o uso, também, de quantificações, esses aspectos não constituem a principal preocupação do pesquisador.

A partir da concepção supracitada, da importância da pesquisa qualitativa na busca do conhecimento e a clareza que os objetivos da pesquisa só poderão ser alcançados a partir da definição dos procedimentos metodológicos, a investigação que realizaremos seguiu as seguintes etapas: a) Pesquisa no site da Fundação Cultural Palmares sobre o processo de luta pela certificação das comunidades quilombolas de Senhor do Bonfim/BA; b) buscas no site do IBGE para a obtenção de dados gerais da população quilombola (residentes em espaço rural e urbano, distribuição da população por sexo e faixas etárias); c) elaboração de um croqui das comunidades quilombolas de Senhor do Bonfim/BA.

Foram identificadas 20 comunidades remanescentes de quilombos que foram oficialmente reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. São essas comunidades: Lage, Mamoeiro, Tijuaçu, Cariacá, Água Branca, Alto Bonito, Capim, Queimada Grande, Olaria, Quebra Facão, Laginha, Umburana, Anacleto, Passagem Velha, Cruzeiro, Cazumba, Alto da Maravilha, Tanquinho, Terreirinho e Cachoeirinha.

O ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa foi a comunidade quilombola de Tijuaçu, que está localizada no município de Senhor do Bonfim, ao Norte da Bahia, a uma distância de 23 km da sede municipal.

A questão quilombola - antecedentes históricos e legais

A Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhece a propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas e estabeleceu que o Estado devesse emitir os títulos pertinentes. Essa deliberação pode ser considerada como um marco legal importante, todavia, de acordo com Arruti (2006), a aprovação do artigo 68 ocorreu no "apagar das luzes", encabeçada pelo movimento negro e pela então Deputada Federal Benedita da Silva. Na mesma direção, Silva (2011) destaca que:

> A construção do artigo pela Comissão de Índios, Negros e Minorias teria acontecido sem o devido aprofundamento das discussões, contudo, não teria sido aprovado em outras circunstâncias. O momento político de redemocratização do país e o centenário da abolição da escravatura propiciaram o contexto para sua aprovação. (Silva, 2011, p. 81).

Vale salientar que o termo "apagar das luzes", utilizado por Arruti (2006), pode ser analisado por um viés duplo: 1) no sentido dos tensionamentos feitos pelo movimento negro e por parlamentares e 2) por ser inserido apenas na parte designada por Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ou seja, no final do texto.

Dentro dessa perspectiva, Leite (2000, p. 346) ratifica que as "diversas tentativas de regulamentação da Lei, feitas em 1995, 1997, 1998 e 1999 indicam a premência que tem a aplicação do artigo 68 do ADCT, mas até o momento, todas elas esbarraram [...] no sujeito do direito e nos procedimentos de titulação, responsabilidades e competências".

Para Leite (2000), a garantia dos direitos constitucionais possibilitou uma abertura de organização interna que envolvia as populações rurais negras, bem como militantes e pesquisadores inseridos nas discussões, o que proporcionou uma abertura maior para reflexões acerca do conceito de quilombo e a perspectiva de inclusão de variadas populações rurais negras. Nesse sentido, Silva (2011, p. 82) infere que "a ressemantização do conceito de quilombo possibilitou a criação de uma nova identidade afirmativa, a do quilombola, esta portadora de direitos". Ao encontro dessa perspectiva, Leite (2000) contribui dizendo que:

> Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em Associações Quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade (Leite, 2000, p.334).

De acordo com as contribuições de Arruti (2006, p. 82), "o termo 'remanescente', em se tratando dos quilombos, pode servir como expressão formal da ideia de contemporaneidade dos quilombos", ou seja, tornou-se necessário nomeá-los para se mostrarem visíveis, e ressemantizar essa nominação para que ela fizesse sentido, tanto de forma estrita, em termos de localização e caracterização, quanto no sentido mais qualitativo, desvinculando-o dos estereótipos.

A implicação do debate por parte da população quilombola, do movimento negro e dos estudiosos do tema, impulsionou o Poder Público na ampliação dos critérios para a compreensão da organização social dos antigos quilombos, como também nos procedimentos para se identificar as comunidades

"remanescentes". Além disso, toda essa ampliação semântica influenciou um grande contingente do campesinato negro a reivindicar o reconhecimento de seus territórios como quilombolas (Silva, 2011). Como fruto desse movimento reivindicatório, foi instituído o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o Artigo 68, em termos legais:

> § 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.
> § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. (Brasil, Decreto 4.887, de 20/11/2003)

O movimento de reconhecimento, assegurado em Lei para as comunidades remanescentes de quilombos, é fruto da luta e resistência à opressão histórica sofrida pelos negros no Brasil, desde o período da escravização até o contexto atual. Vale destacar que andamos a passos lentos, no sentido de reparar toda a opressão e violência sofrida que reverbera até hoje para a sua descendência.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, disposto no Art. 5º, estabelece competência ao Ministério da Cultura e destaca a importância do reconhecimento dessas comunidades:

> Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto (Brasil, Decreto 4.887, de 20/11/2003).

Este artigo fundamenta o processo de reconhecimento e certificação das comunidades identificadas como remanescentes de quilombos, assegurando-lhes o direito a regularização fundiária, ou seja, a posse da terra/território, bem como a garantia à preservação da sua identidade cultural. Este é um marco temporal importante, visto que, é a partir deste ano que se amplia significativamente a quantidade de titulações para essas comunidades.

Segundo Santos (2013), é importante salientar que a palavra remanescente é usada neste estudo não como sinônimo de resquício, e sim como referência a localidades que têm sua origem histórica atrelada comprovadamente à ocupação dos antigos quilombos que se expandiram em grande escala pelo país, desde a época do Brasil Colônia e isto, inclusive, no sertão baiano. Consequentemente, a importância de um reconhecimento da história das populações afrodescendentes brasileiras, que, ao longo dos anos, preservam as suas tradições, conhecimentos e identidade cultural, mesmo em frente aos desafios causados pela discriminação e marginalização social.

O reconhecimento não tem como objetivo apenas valorizar o legado histórico dessas comunidades, mas também fortalecer a batalha pelos ~~os~~ seus direitos, a preservação de seus territórios e o respeito à diversidade étnico-racial no Brasil. Para Rocha (2009, p. 242), o termo remanescente, aderido à noção de quilombo, deixa em aberto uma discussão sobre quais são os critérios para se caracterizar o grupo que teria constituído um quilombo ou, em outras palavras quais são as especificidades a serem consideradas ao se estabelecer quem é remanescente ou não.

O uso do termo "remanescente de quilombo" é vinculado ao quilombo, e é associado a grandes discussões importantes sobre os critérios adotados para poder definir quais grupos

podem ser reconhecidos quilombolas. Mediante essa denominação, abre-se espaço para debates sobre as especificidades históricas, culturais e sociais que devem ser consideradas na identificação desses sujeitos, evidenciando que não existe um parâmetro único e rígido para determinar quem são os remanescentes. Nesse sentido, é essencial uma reflexão sobre os múltiplos elementos que compõem a identidade de uma comunidade quilombola, que valorizam as diversas trajetórias de sua resistência, sua ancestralidade e preservação cultural que moldaram e continuam a moldar a história desses grupos.

De acordo com Marques e Gomes (2013, p. 142), os remanescentes de quilombos são grupos sociais que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais etc., em torno do autorreconhecimento, como um grupo específico e, consequentemente, busca a manutenção ou a reconquista da posse definitiva de sua territorialidade.

Segundo Almeida (2002), esses grupos se caracterizam por três elementos fundamentais: 1) a indissociabilidade entre identidade e território, ou seja, a forte ligação simbólica e material com o espaço que ocupam; 2) os processos sociais e políticos específicos que garantiram certo grau de autonomia ao longo do tempo; e 3) uma territorialidade própria, marcada por um vetor étnico, no qual essas comunidades buscam o reconhecimento de sua identidade diferenciada. Esses elementos mostram que os remanescentes de quilombo não se definem apenas por sua origem histórica, mas também pelas relações com seu território, cultura e modos de vida. De acordo com o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos''.

Essa perspectiva foi reforçada pela Administração Pública ao aplicar o termo "quilombo" em conformidade com os princípios linguísticos e hermenêuticos, estabelecidos pelo texto constitucional. A constitucionalidade do § 1° do art. 2° do Decreto 4.887/2003 foi mantida, reconhecendo que a participação das comunidades quilombolas no processo de medição e demarcação de suas terras não representa um privilégio arbitrário, mas sim a efetivação do devido processo legal. Trata-se do reconhecimento do direito dessas comunidades de serem ouvidas e de participarem ativamente na definição de seus territórios, garantindo que sua identidade, história e vínculos culturais sejam respeitados e mantidos.

A questão quilombola em Senhor do Bonfim-BA: território e territorialidade

De acordo com os dados do Censo (2022), no Brasil, 1.327.802 pessoas se reconhecem como quilombolas, o que representa 0,65% da população, presentes em 1.696 municípios. Em termos regionais, é na região Nordeste sua maior concentração, quase 70%, destacando-se os estados da Bahia e do Maranhão, que, juntos, têm 50% da população quilombola do País. Em escala estadual, a Bahia tem, atualmente, segundo dados do Censo (2022) uma população estimada de 397.059 quilombolas, o que representa 2,8% da população total do Estado.

O município de Senhor do Bonfim-BA, com população total de 74.490 pessoas, tem 15.999 que se autodeclaram remanescentes, está entre os cinco municípios baianos que aparece entre os dez do Brasil com maior população quilombola. Todavia, no contexto estadual, ocupa a primeira colocação com vinte comunidades, destacando-se o distrito de Tijuaçu. O Território Quilombola de Tijuaçu, com área total de 8,4 mil hectares, tem cerca de 900 famílias

e é considerado o maior em número de remanescentes de quilombolas na Bahia, conforme os dados abaixo: (Tabela 1).

Tabela 1 - Dados das comunidades quilombolas de Senhor do Bonfim/BA

Idade	**Quantidade**	**Pessoas ou %**
Idade mediana	34	Pessoas
Índice de envelhecimento (Pessoas de 60 anos ou mais para cada pessoa de 14 anos ou menos)	63,86	
Pessoas quilombolas de 60 anos ou mais de idade	2.161	Pessoas
Pessoas quilombolas de 0 a 14 anos de idade	3.384	Pessoas

Local do domicílio	**Quantidade**	**Pessoas ou %**
Em territórios quilombolas	2.347	Pessoas
Percentual da população quilombola em relação à população residente em territórios quilombolas	95,06	%
Fora de territórios quilombolas	13.652	Pessoas
Percentual da população quilombola em	187,95	%

relação à população residente fora de territórios quilombolas		

Sexo	**Quantidade**	**Pessoas ou %**
Masculino	7.678	Pessoas
Feminino	8.321	Pessoas
Razão de sexo	92,27	%

Fonte: IBGE (2022).

De acordo com as contribuições de Haesbaert (2004~~, p. 79~~) a partir de uma concepção integradora ~~do~~ de território, ou seja, como um híbrido entre sociedade e natureza, é possível analisar as dimensões: política, econômica e cultural, e a relação entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço.

Para Silva (2011, p.83), a partir das contribuições de Haesbaert (2004), o "territorializar-se consiste muitas vezes, na luta para continuar a existir, para exercer plenamente seu modo de vida", desta forma,-podemos compreender o territorializar-se como "um processo que impõe a construção de identidades políticas e culturais que entrarão em conflito com as territorialidades impostas e identidades estabelecidas e, em geral, dominantes no tempo e no espaço". (Silva, 2011, p.74).

Portanto, exercer plenamente o modo de vida tendo como base uma concepção integradora de território poderá estar relacionado a todas as dimensões da vida ou a inter-relação entre elas, ou seja, podemos pensar na dimensão da educação, destacando o direito à educação das comunidades quilombolas e indígenas que deveriam ter um currículo que priorizasse suas práticas e saberes espaciais.

O conceito de território e territorialidade vai muito além da posse de terras, para as comunidades quilombolas, é representado como um espaço de lutas, resistência e ancestralidade. Já a territorialidade, por sua vez, vem em consonante às práticas e saberes espaciais dessas comunidades, como o cultivo da terra e seus modos de vida.

Portanto, o reconhecimento do território quilombola não é apenas garantir a demarcação de um pedaço de terra, mas sim assegurar a continuidade de uma história que é marcada pelas lutas contra a escravidão, a exclusão social e o racismo que esses povos sofrem até os dias atuais. Sendo assim, o direito ao território quilombola é, sobretudo uma forma de reparação histórica.

Com a resistência ativa das comunidades quilombolas, fortalece-se a reinterpretação do conceito de quilombo, que deixa de ser visto apenas como um vestígio do passado para ser estabelecido como uma identidade política, social e de resistência. Esta reformulação não só consolida a legitimidade das demandas territoriais e culturais dessas comunidades, mas também destaca sua constante batalha por direitos, dignidade e reconhecimento.

Assim, os quilombos atuais simbolizam não só a lembrança da resistência afro-brasileira, mas também a força e a organização coletiva na construção de um futuro mais igualitário e justo para esses povos. Para Rocha (2009, p. 239), em meio à fragmentação dos territórios, característica da sociedade contemporânea, contrapõe-se a territorialidade horizontalizada de grupos étnicos minoritários, que resistem aos valores impostos mantendo a identidade étnica como referência central à apropriação do espaço e à reprodução social.

Esses grupos étnicos preservam sua identidade como eixo fundamental na apropriação do território, com a manutenção de

suas tradições. A relação que estabelecem com o espaço vai além da dimensão física, sendo fundamentalmente marcada pela dimensão histórica e simbólica, fortalecendo a sua existência coletiva e reafirmando um modo de vida próprio, enraizado a partir da ancestralidade. Conforme Haesbaert (2004, p. 20), não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, "territorial".

A comunidade quilombola de Tijuaçu como ponto de partida

A comunidade quilombola de Tijuaçu está situada no semiárido baiano e têm seu território na interseção entre os municípios de Senhor do Bonfim, Filadélfia e Antônio Gonçalves, todos no Norte do Estado da Bahia (Mapa 1). Sua localização é privilegiada por estar próxima à Rodovia Lomanto Júnior (BR-407), o que facilita o acesso e a integração com os municípios vizinhos e reforça sua importância geográfica e histórica para o território.

A história de reconhecimento da comunidade de Tijuaçu serviu como base para a compreensão mais ampla das outras comunidades quilombolas do território. A pesquisa teórica permitiu a análise de informações sobre o seu processo de formação, desde sua origem até a manutenção de suas tradições com visibilidade para a cultura afro-brasileira e local, a exemplo do Samba de lata, um dos elementos culturais mais emblemáticos e importantes dessa região. Para Miranda (2011), Tijuaçu é um quilombo contemporâneo, uma comunidade negra rural, habitada por descendentes de escravos que mantêm laços

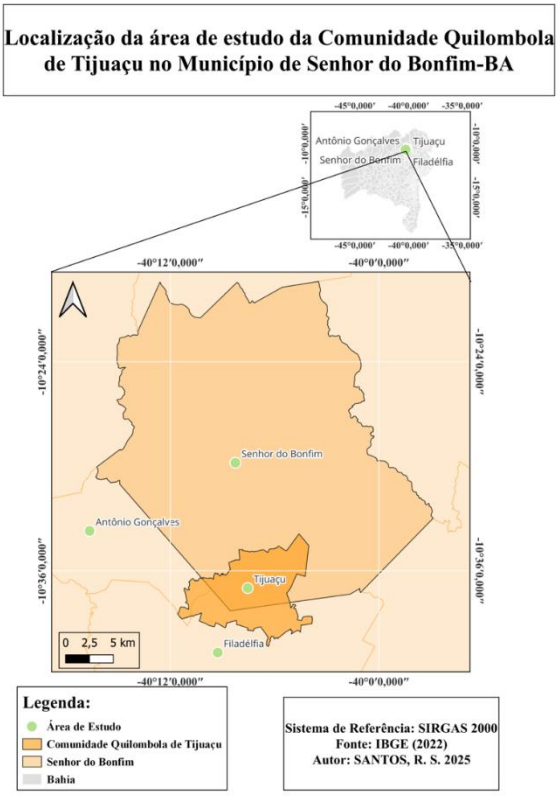
de parentesco e que vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terras, por eles, secularmente ocupadas''.

Por meio do estudo, foi possível identificar os fatores históricos que levaram à criação de Tijuaçu, incluindo a fuga de negros escravizados em busca de liberdade. Com a chegada dos negros fugidos do sistema escravista da época, mais especificamente de senzalas no Recôncavo Baiano, iniciou-se então a formação de Tijuaçu. Uma das principais negras escravizadas foi Mariinha Rodrigues, que se instalou na localidade, numa área atualmente chamada de Alto do Bonito, onde passou a viver, constituiu família e agregou mais negros que adentravam a região para fugir da escravização, sendo considerada a "mãe'' e fundadora do quilombo, formando um espaço de resistência e preservação cultural.

Sobre esse surgimento, Machado, Salgado, Kropidlowski e Santos (2004), no livro intitulado "Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano", destacam que:

> Há cerca de 200 anos atrás, três mulheres negras, escravas, fugidas de uma senzala no litoral baiano, depois de uma longa e desgastante caminhada, chegaram à beira de um pequeno lago, onde pararam para descansar. Não sabemos qual o motivo principal – o cansaço, o sentimento de sentirem-se já seguras, algum encontro com alguém..., mas algo aconteceu, dessa vez decidiram não seguir mais o caminho. Já se sentiram livres, já chegaram à sua "terra prometida". (...), entretanto, as duas das três mulheres sumiram no esquecimento e só uma, Maria Rodrigues, popularmente chamada de Mariinha Rodrigues, tornou-se uma parte da memória do povo de Tijuaçu, a grande mãe de muitos deles (Machado; Salgado; Kropidlowski; Santos, 2004, p. 23).

Mapa 1 - Localização da comunidade de Tijuaçu-BA



Fonte: Santos, R. S. 2025

A pesquisa revelou que as práticas culturais, como o Samba de lata, foram transmitidas ao longo das gerações, fortalecendo a identidade quilombola e promovendo um sentimento de pertencimento entre os moradores. O estudo também possibilitou uma compreensão mais profunda das transformações pelas quais a comunidade passou ao longo do tempo, incluindo desafios com os donos de fazendas da região que geraram vários conflitos territoriais, além de questões socioeconômicas, a convivência com a escassez de água e a luta

pelo reconhecimento oficial. Ademais, o estudo evidenciou os impactos das políticas públicas voltadas para os quilombolas. Dessa forma, Tijuaçu se tornou um exemplo representativo da resiliência e da riqueza cultural das comunidades quilombolas do Brasil e da Bahia.

Neste sentido, sobre a história de escassez e a relevância de Tijuaçu, um morador da comunidade, ex-presidente da Associação Quilombola e neto de Anísia Rodrigues, uma importante personalidade da comunidade e descendente mais próxima da fundadora do quilombo, afirmou:

> "A história de Tijuaçu foi marcada pela escassez hídrica que por muito tempo assolou a comunidade e outras terras circunvizinhas, porém, com a chegada da tão sonhada água encanada, que se deu a partir do ano de 2004, essa realidade foi mudada. Desde o reconhecimento da comunidade, que se deu nos anos 1998 a 2000, vários desafios foram surgindo, tais como a busca incessante por políticas públicas voltadas a comunidade, políticas essas que promoveram a permanência da população no quilombo, com mais dignidade e oportunidade de trabalho e mais acesso à educação, sobretudo, uma educação voltada aos saberes culturais locais.''

O processo de reconhecimento da comunidade de Tijuaçu teve início em 1998, seguindo as diretrizes estabelecidas por um laudo antropológico que tinha como objetivo a comprovação da ancestralidade e da identidade cultural. Como comunidade negra rural, Tijuaçu tem enfrentado uma luta contínua por seus direitos, com destaque para a demarcação e titulação de suas terras.

Sobre o processo de titulação da comunidade, vale salientar que ele vem se arrastando desde 2010, visto que os

moradores, por meio de reivindicações e de lutas constantes das lideranças locais, têm buscado a oficialização dessa titulação por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Segundo Miranda (2011) Tijuaçu, como tantas outras comunidades negras rurais do Brasil, vem lutando pelos seus direitos enquanto comunidade quilombola.

O reconhecimento trouxe benefícios significativos para a comunidade, incluindo o fornecimento regular de cestas básicas a cada três meses que têm sido essenciais para atender às necessidades básicas de várias famílias da comunidade que enfrentam vulnerabilidade econômica/social, especialmente em um contexto de escassez de oportunidades de emprego. Além de fortalecer a identidade quilombola da comunidade e os direitos associados a essa condição, o reconhecimento também permitiu o acesso às políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida dos seus moradores.

Nesse sentido, foram feitas perguntas a uma das lideranças locais sobre o processo de demarcação e titulação de Tijuaçu. Pois, conforme Miranda (2011) destacou, esse tem sido um dos maiores desafios enfrentados pela comunidade e suas lideranças. O entrevistado, afirmou que:

> "Quanto a titulação, nós conseguimos até então apenas o decreto, mas também é necessário a avaliação dos imóveis para depois haver a desapropriação dos mesmos, e só então a titulação da comunidade. Dada as nossas mobilizações, o que se espera é que essa avaliação seja feita ainda esse ano e em 2026, por meio do Governo Federal, consigamos a titulação. Esse segue sendo o maior desafio na nossa comunidade, mesmo agora, pois sabemos que a questão da terra é ainda o maior gargalo que há. E bem sabemos que terra é poder."

Tijuaçu possui uma relevância significativa para o país, seja por sua história e cultura, como também por sua dimensão populacional, visto que, de acordo com o último Censo do IBGE, de 2022, o município de Senhor do Bonfim-BA possui o maior número de quilombolas do país, e desses, grande parte são do distrito de Tijuaçu. Acerca dessas questões, que explicitam a importância da autodeclaração, do sentimento de pertencimento, bem como do legado e notoriedade da comunidade, o entrevistado salientou:

> "Gostaria de frisar a luta da comunidade, o autorreconhecimento. Pois Tijuaçu, por meio disso, vem crescendo, se conhecendo, entendendo sobre sua identidade. Veja que, quando começamos todo esse processo, muitos tinham dificuldade até mesmo para declarar a cor da pele nos registros de seus filhos. E é importante ter esse reconhecimento da sua origem, essa autodeclaração. Além disso, o que fica é o legado de luta contra o racismo, pois Tijuaçu nunca baixou a cabeça diante de situações de racismo e discriminação."

A partir da nova concepção jurídica de quilombo, a comunidade pôde reivindicar o seu reconhecimento formal como remanescente de quilombo, com base na sua ancestralidade e na sua história de resistência. Os moradores de Tijuaçu, descendentes de escravizados que ali se refugiaram, estabeleceram moradia, mantiveram seus modos de vida tradicionais e passaram a se organizar politicamente em busca da titulação de suas terras e da garantia de seus direitos.

Segundo o Art. 216 da Constituição Federal de 1988, são reconhecidos "como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial que expressam a identidade, memória e ação dos diferentes grupos formadores da sociedade,

incluindo formas de expressão, modos de vida, criações artísticas, científicas e os sítios históricos". A legislação prevê a proteção desse patrimônio pelo Poder Público, com a participação da comunidade, por meio de ações como inventários, tombamentos e registros.

De forma especialmente relevante para as comunidades quilombolas, o parágrafo 5º do Artigo supracitado, determina o tombamento de todos os documentos e sítios que guardem reminiscências históricas dos antigos quilombos, assegurando a preservação da memória e dos territórios tradicionais. Isso reforça juridicamente a importância~~,~~ do reconhecimento, proteção e valorização ~~seus~~ dos modos de vida, história e da identidade como partes fundamentais do patrimônio cultural brasileiro.

A comunidade de Tijuaçu é reconhecida como uma comunidade quilombola no sertão da Bahia. Historicamente, os residentes das comunidades negras rurais enfrentaram discriminação em função da cor de sua pele e de suas formas de organização e modo de vida, resultando na marginalização política, social e cultural, sem suporte ou proteção do Estado. Contudo, essa realidade de exclusão social evoluiu para um processo de luta e ativismo, onde esses indivíduos começaram a exigir seu reconhecimento étnico, cultural e territorial.

Dessa forma, tornaram-se portadores de direitos e protagonistas sociais politicamente ativos, capazes de transformar características que antes eram usadas para rebaixá-los. Sua identidade afrodescendente e suas raízes rurais e sertanejas, que antes eram sinais de exclusão, agora são reafirmadas como componentes fundamentais da identidade quilombola, reforçando sua cidadania e sua resistência.

De acordo com Santos (2013, p. 17), conforme citado por Arruti (2003), este "novo" sujeito social é criado em um contexto

de lutas que mantém a lei como o mecanismo condutor de suas mobilizações, tendo em vista que há ainda uma conversão simbólica quanto ao conceito de quilombo que passa a ser reapropriado, metamorfoseado, adquirindo, portanto, conotações de base política que mantêm a terra como sua principal bandeira de luta.

Nas comunidades quilombolas, como a de Tijuaçu, o território é um elemento central para a construção da identidade, pois é na comunidade que se desenvolvem os modos de vida, as práticas culturais e as estratégias de resistência que garantem a continuidade histórica desses povos. Portanto, o reconhecimento da relação entre território e identidade é fundamental para entender as dinâmicas sociais e políticas que envolvem essas populações negras.

A identidade quilombola da comunidade de Tijuaçu foi construída ao longo do tempo, fundamentada na história de ex-escravizados fugitivos que ali se estabeleceram. A partir do século XIX, com a chegada de Mariinha Rodrigues, elementos da cultura afrodescendente, como tradições religiosas, costumes e modos de vida, passaram a se enraizar profundamente na comunidade.

Atualmente, Tijuaçu é reconhecida por preservar com orgulho suas expressões culturais, destacando-se pelo tradicional Samba de lata e por sua rica culinária, que mantêm viva a memória e a resistência de seus antepassados. Para Rocha (2009, p. 243), a experiência de uma localidade é específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa.

Dentro deste contexto, faz-se necessário um estudo mais aprofundado sobre o perfil educacional dessa comunidade, a fim de oferecer dados e informações gerais e específicas para a elaboração de intervenções pedagógicas à luz da pedagogia

histórico-crítica que nos fornecerá base teórica e metodológica para pensar o ensino de Geografia, no sentido de levar em consideração as práticas e saberes espaciais dessa população, e contribuir para formação crítica, a elaboração e fortalecimento da territorialidade a partir de um currículo que garanta o direito à Educação Quilombola.

Por uma educação escolar quilombola

É possível identificar alguns avanços no âmbito legislativo que têm buscado assegurar uma educação contextualizada. Um desses marcos é a Lei 10.639, de 2003, que torna obrigatório, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, ampliada pela Lei 11.645, de 2008, que inclui a obrigatoriedade de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Foram avanços importantes, porém tardios, além disso, a legislação não garante por si só o cumprimento desta obrigatoriedade.

Em termos de currículo, relacionado à Educação Quilombola, podemos destacar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012), que, no artigo 1º, Inciso III, indica qual seu objetivo: "destinada ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica" (Brasil, 2012, p.3). Além disso, no Inciso IV, complementa enfatizando que a Educação Escolar Quilombola:

> Deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de

> ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas (Brasil, 2012, p. 3).

É possível inferir que, tanto o movimento de titulações quanto o de elaboração de um currículo específico para garantir o direito a uma educação contextualizada, são recentes aqui no Brasil, isso retrata o quanto as questões que envolvem o povo preto não são colocadas como prioridade na sociedade brasileira. Esse contexto de luta e reivindicações é enfatizado por Vestena e Ribeiro (2015):

> Com relação à educação, cabe destacar alguns momentos de luta do movimento negro que desencadearam a demanda pelo trato específico da Educação Escolar Quilombola. Destacamos a comemoração dos 300 anos de Zumbi, em 1995, e a realização da "Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida", a partir da qual surgiu a primeira manifestação pública de articulação nacional dos quilombolas: o I Encontro Nacional, que ocorreu em Brasília no mesmo ano, reunindo uma série de reivindicações concretas das populações quilombolas para o Estado brasileiro, entre elas a educação. É importante também considerar a atuação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), órgão de representação nacional das comunidades (Vestena; Ribeiro, 2015, p. 16).

A produção de estudos acerca das comunidades quilombolas tem se intensificado nos últimos anos, refletindo avanços no reconhecimento e valorização de suas histórias, culturas e lutas sociais. No entanto, poucos desses trabalhos têm como objetivo abordar de uma forma aprofundada a relação entre territorialidade e o ensino de Geografia. Como já mencionado, a territorialidade quilombola vai além da posse de suas terras, ela tem o envolvimento de vínculos afetivos,

históricos, simbólicos e culturais que estruturam a vida coletiva e o sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, o ensino de Geografia, ao incorporar os saberes locais e os modos próprios de organização do espaço, pode desempenhar um papel fundamental no fortalecimento da identidade quilombola e na valorização do conhecimento tradicional da comunidade. É justamente essa lacuna que este trabalho busca preencher: refletir sobre como a Geografia pode dialogar com a realidade dos quilombos, contribuindo para uma educação mais contextualizada e crítica.

A implementação do direito quilombola representa um avanço fundamental na valorização das experiências históricas das comunidades negras no Brasil, que, durante muito tempo, foram suprimidas ou silenciadas. Por meio de uma releitura da história dos quilombos, esse processo permite que memórias sociais e culturais sejam resgatadas, reconhecidas e vivenciadas novamente pelas comunidades. Ao mesmo tempo, o reconhecimento legal desses territórios fortalece a identidade coletiva dos quilombolas e legitima suas trajetórias de resistência, dando visibilidade as narrativas que antes eram marginalizadas na construção da história oficial do país.

A valorização das origens constitui um elemento fundamental para que a educação se estabeleça como instrumento de transformação social, assegurando às instituições escolares o papel de espaços inclusivos que legitimam e reconhecem as contribuições das comunidades quilombolas. Ademais, fortalecer esses aspectos no processo de ensino é uma forma de atender as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 às Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas para as Relações Étnico-Raciais, que incentivam a integração da História e cultura Afro-brasileira e Indígena no contexto educacional.

Nesse sentido, entrevistamos o presidente da Associação Quilombola de Tijuaçu e Coordenador da Educação Quilombola do Município, cargo vinculado à Secretaria de Educação do município. Ao questioná-lo sobre o que está sendo feito e pensado no que cerne as práticas pedagógicas e as diretrizes curriculares das escolas de Tijuaçu e a importância do ensino contextualizado e dos saberes da comunidade, afirmou:

> "A educação contextualizada nos traz os valores que sempre buscamos durante anos e anos, décadas e décadas. Nós esperamos justamente por momento com a comunidade (Palestra com moradores da comunidade, focada na exposição de novas políticas públicas e educacionais desenvolvidas pela gestão municipal e pelo Governo Federal, ocorrida no centro de convivência da comunidade) para que pudéssemos colocar em pauta, aquilo que está no papel e que sempre ouvimos dos mais velhos, que é preciso repassar os nossos valores e saberes tradicionais, para que a comunidade cresça conhecendo a sua história. E temos observados que os jovens estudantes têm seguido esse caminho. Então pretendemos trabalhar a contextualização histórica da comunidade, também valorizar o currículo escolar quilombola, faremos uma ornamentação dentro da própria escola, isto é, cada sala será renomeada como nome de lideranças e demais pessoas que tiveram trabalho histórico na comunidade. Então faremos toda uma transformação dentro da escola."

No encerramento de sua fala, o entrevistado evidenciou a centralidade da educação antirracista como aspecto fundamental:

> "A educação antirracista é importante porque ela define todo o futuro de uma comunidade. Por exemplo, com a educação antirracista temos observado

> que a nossa comunidade tem procurado trabalhar de uma forma mais consciente, o município também tem entendido o nosso recado e tem procurado atender as nossas demandas, porque tendo conhecimento sobre nossos direitos e deveres, e sendo ouvidos, a mudança acontece e somos respeitados."

Destaca-se que, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, tramita um projeto, estruturado a partir do novo eixo voltado à Educação Quilombola, que visa promover alterações nas diretrizes curriculares das escolas da comunidade, com a finalidade de adequá-las à modalidade Quilombola. Apesar de possuírem um Projeto Político-Pedagógico (PPP) e diversas ações direcionadas à valorização da história e da cultura local, tais escolas ainda apresentam um currículo centrado na realidade urbana e, portanto, descontextualizado. Com a implementação dessas iniciativas, espera-se que, até 2026, esse cenário seja transformado.

Segundo Santos (2013, p.152), a partir das contribuições de Munanga (2005), "a educação escolar ainda se desenvolve em caráter valorativo da ótica ocidental e carrega no seu interior os resquícios do mito da democracia racial, através do qual as diferenças étnicas e culturais são ofuscadas e suprimidas, almejando evitar a hostilização social ou o confronto declarado, abdicando da atitude saudável de evidenciar a presença da heterogeneidade discente, estimulando o diálogo crítico e transformador capaz de anular do seu interior de forma simbólica e posteriormente de maneira real, a existência do "ser mais" e do "ser menos".

Para não concluir

O presente artigo constitui-se como um recorte de uma pesquisa maior, intitulada: A territorialidade quilombola e o Ensino de Geografia em Senhor do Bonfim-BA: práticas e saberes espaciais que está em fase de iniciação, e que tem como principal objetivo destacar a importância da Educação e da Geografia para o fortalecimento da territorialidade quilombola. Todavia, a fim de operacionalização e devido a sua relevância acadêmica e social, no contexto das comunidades quilombolas do Estado da Bahia, optamos por iniciar nossos estudos a partir da comunidade quilombola de Tijuaçu localizada no município de Senhor do Bonfim-BA.

Partimos primeiro da obtenção de dados referentes à dinâmica populacional, em seguida para os aspectos históricos que envolveram desde a questão quilombola no âmbito nacional até aspectos mais locais relacionados à formação da comunidade, processo de reconhecimento, fortalecimento da identidade e o perfil educacional.

Através da pesquisa, foi possível concluir que, desde a Constituição Federal de 1988, foi reconhecido os direitos da população remanescentes de quilombos, todavia, não garantiu de forma automática a titulação e o direito às políticas de reparação. Isso fica evidente se analisarmos o período que se estendeu entre alguns marcos legais e o reconhecimento e titulação dessas comunidades, bem como os relatos dos entrevistados.

O município de Senhor do Bonfim-BA destaca-se no contexto nacional e estadual devido ao número de comunidades quilombolas, vinte, segundo a Fundação Palmares, e a comunidade de Tijuaçu constitui-se como a mais antiga e a

maior, o que a torna uma referência para as demais e para a implementação de políticas públicas territoriais.

Através das leituras e entrevistas aplicadas, foi possível concluir que todo o processo que envolveu o reconhecimento da comunidade e a superação de problemas estruturais se deu a partir de muita luta e resistência, que está presente nas práticas e saberes espaciais mantidos por sua população durante toda a sua história.

Em termos da implementação de uma Educação Quilombola, em atendimento a Lei 10.639/03 e posteriormente reforçada através da Lei 11.645/08, ainda há muito a ser feito, mas, segundo um dos nossos entrevistados e relatos da equipe da Secretária de Educação do município de Senhor do Bonfim-BA, foram iniciadas ações efetivas para a reformulação curricular a fim de implantar uma educação contextualizada coerente e condizente com os saberes e práticas espaciais da comunidade quilombola de Tijuaçu.

Não foram realizados estudos mais aprofundados acerca do currículo atual, materiais didáticos, a Pedagogia Histórico-Crítica, o Ensino de Geografia e sua importância para o fortalecimento da territorialidade quilombola, porém, esse é um dos nossos objetivos, assim como a ampliação para outras comunidades quilombolas do município de Senhor do Bonfim/BA.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B de. 2002), "**Os quilombos e as novas etnias"**. In: Eliana C. O'Dwyer (org.), Quilombos: identidade étnica e territorialidade, Rio de Janeiro, FGV, pp. 83-108.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo. **Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006. 370p.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em Espaço Branco**. São Paulo,Brasiliense, 1988.

BRASIL, **Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em https://cpisp.org.br/direitosquilombolas-leis-legislacao-federal-d48872003/#:~:text=Decreto%20n.%C2%BA%204.887%20de%2020%20de> Acesso em 09. Jun. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012**. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 29. Mai. 2024.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** . Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. In: Etnofráfica, Vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

MACHADO, Paulo. Braz.; SALGADO, Juliana. Silva.; KROPIDLOWSKI, Mirosla.; SANTOS, Valmir. **Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano**. Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim, Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Senhor do Bonfim/BA, dezembro de 2004.

MARQUES, Carlos. Eduardo.; GOMES, Lílian. **A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: limits and potentialities**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 28, n. 81, p. 137–153, fev. 2013.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Comunidade quilombola de Tijuaçu: memória, identidade e visibilidade.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

ROCHA. Gabriela de F. F. **A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar** In: e-cadernos CES [Online], 07 | 2010, posto online no dia 01 março 2010, consultado o 08 abr. 2025. URL: http://journals.openedition.org/eces/417; DOI: https://doi.org/10.4000/eces.417.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Paula Odilon dos. **Ser Quilombola no Sertão: Tijuaçu, lutas e resistências no processo de construção identitária** / Paula Odilon dos Santos. – Salvador, 2013. 208 f.: il.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Revista NERA. Presidente Prudente, Ano 14, nº 19, pp. 73-89, Julho/Dezembro de 2011 – ISSN: 1806-6755.

VESTINA, Célia Leite Benedicto; RIBEIRO, Débora. **O movimento negro, a lei 10.639/03 e a educação escolar quilombola.** EDUCERE, XII Congresso Nacional da educação. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17638_7498.pdf Acesso em: 22. Mai. 2024.

CAPÍTULO 7

Dinâmicas socioespaciais da agricultura familiar no contexto das feiras livres do município de Senhor do Bonfim, Bahia

Marco Aurélio Rodrigues[35]

Introdução

A Geografia possui os mais diversos conceitos que são de grande importância para entendermos a sociedade e as suas demais características. Um desses conceitos é o de dinâmica socioespacial, que inclui diversos elementos em torno deles. Para Corrêa (1997), a dinâmica socioespacial corresponde as dinâmicas, ou seja, as atividades que se desenvolvem pelo espaço terrestre e que é realizado basicamente pelas populações, assim, se trata dos movimentos que elas realizam e das suas atividades.

Partindo desse conceito, podemos dizer que as feiras são fenômenos econômicos, sociais e culturais muito antigos, e, no Brasil, estão presentes desde o Período Colonial. No interior do Nordeste, elas ainda não desapareceram, mesmo sofrendo com as consequências das modernizações do atual período técnico-científico e informacional. Em muitos municípios do Nordeste,

[35] Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

ainda funcionam como principal fonte de abastecimento das cidades, além de serem considerados espaços de territorialidades e sociabilidades, onde fluem as diversas manifestações locais.

A feira livre representa uma das formas mais antigas de comercialização de produtos agrícolas, desenvolvendo até hoje um importante papel econômico, social e cultural. Além disso, quando entendida como um negócio, este canal de comercialização se torna um forte instrumento de políticas públicas e um grande gerador de emprego e renda para o município.

O fato de as feiras livres serem compostas por uma grande quantidade de pequenos agricultores, que não possuem condições de fazer uma promoção da feira para atrair consumidores, e nem condições de se organizarem sem a ação dos órgãos públicos, faz com que iniciativas em prol do desenvolvimento e valorização destes trabalhadores sejam muito pertinentes. Este trabalho é fruto de um projeto de iniciação científica realizado na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF com uma bolsista voluntária, tendo sido realizado no ano de 2022 e parte de 2023.

A feira livre de Senhor do Bonfim sempre representou uma parte importante da atividade comercial da cidade. Sua origem está ligada ao ciclo do gado. Há algum tempo, a feira está localizada nas Praças Dr. José Gonçalves, Augusto Sena Gomes e Castelo Branco, que são divididas pelos Correios, expandindo-se até o mercado municipal e ruas transversais. Possuiu o título de segunda maior feira livre do Nordeste e a primeira na Bahia em tamanho - com extensão de 1,2Km - e em diversidade de produtos. Acontece durante todos os dias da semana, intensificando o seu movimento às sextas-feiras, porém o seu apogeu acontece aos sábados.

A feira tem polarizado todo o território, incluindo cerca de nove municípios do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru - TIPNI, movimentando a cidade e seu comércio. Nas *feiras* são comercializados produtos diversos, como artesanato, comidas típicas, carnes, laticínios, hortifrutigranjeiros, produtos agropecuários, couros, cerâmica, utensílios domésticos, confecções, calçados etc.

De acordo com Barbosa (2013, p. 59), "o dia de feira é sempre de intenso movimento e agitação de transeuntes, sendo a feira de Senhor do Bonfim uma atração à parte na cidade". Barbosa (2013) discorre também que a organização das barracas é feita em duas e três fileiras, o fluxo das pessoas se dá em um corredor estreito. O comércio não ocorre somente nas barracas, mas também em lonas no chão, em suportes improvisados, além de alguns que vendem suas mercadorias transitando pelo local.

A palavra latina *feria* que deu origem à portuguesa *feira*, significa dia santo, feriado. Nessa época, o comércio de alimentos era comum, bem como todos os artigos de troca, animais, vestuário, utensílios e os festivais de manifestações artísticas: música, poesia, artes dramáticas, malabarismos etc.

Ao longo dos anos, a feira de Bonfim vem sofrendo transformações relacionadas com as alterações na sua dinâmica, resultado do processo de reestruturação. Mudanças geográficas que redefiniram sua localização, como a construção dos mercados de carnes, cereais e verduras e a demarcação do espaço físico das barracas.

Essa última foi uma tentativa de padronização delas, buscando padronizar e higienizar o local, tornando-o mais próximo dos padrões de assepsia e organização reclamados pelo imaginário moderno. Embora tenha ocorrido alguma resistência aos novos padrões, percebe-se com isso o surgimento de relações binárias (tradição x modernidade). Essa resistência se deu na

tentativa de preservar os valores tradicionais das comunidades. Albuquerque Júnior (2007, p.26) afirma que "[...] as tradições são sempre invenções feitas por grupos humanos numa determinada época".

Algumas feiras no Nordeste vêm sofrendo significativas mudanças, entre elas a perda de importância para a sociedade local, ocasionando a queda na circulação de pessoas e no volume de vendas, transferência no dia de sua realização, concorrência com os estabelecimentos mais moderno da região, entre outros problemas. Enquanto umas perdem sua importância, outras readaptam as normas do novo modelo econômico da contemporaneidade.

A junção dessas conjunturas faz com que as feiras se adaptem ou resista às novas realidades imposta pela globalização, mesmo que no futuro próximo desfrute ou sofra as consequências dessas adaptações.

No caso específico das feiras livres de senhor do Bonfim, as mesmas estão em franca expansão, sendo importantes para a economia local, absorvendo os produtos produzidos pela agricultura familiar, gerando, com isso, emprego e renda para uma parcela significativa dos municípios do Território de Identidade Norte do Itapicuru.

Além disso, é importante ressaltar que em Senhor do Bonfim funcionam sistematicamente as feiras de produtos orgânicos e a feira chamada de produtos convencionais. Sendo assim, a importância das feiras livres na geração de emprego e renda no município de Senhor do Bonfim, a existência de poucas pesquisas relacionadas à temática, a necessidade de sistematização e publicação de informações atualizadas sobre as feiras livres do município, procurando, dessa forma, entender a contribuição da agricultura familiar para a existência e

funcionamento das feiras livres no município, se tornam de grande relevância.

O objetivo deste estudo foi avaliar a contribuição da agricultura familiar para o abastecimento das feiras livres do município de Senhor do Bonfim – Bahia, tendo como objetivos específicos: descrever as comunidades produtoras, bem como os produtos produzidos e comercializados nas feiras livres de Senhor do Bonfim, Bahia; mapear quais são as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no acesso e na permanência nas feiras livres do município de Senhor do Bonfim, Bahia.

O tema abordado se justifica, primeiramente, pelo fato das feiras livres se apresentarem como um fenômeno histórico muito antigo e que ainda hoje está presente nas ruas da cidade em meio às modernidades. O segundo motivo foi buscar compreender por que em um pequeno espaço urbano, em curto período, se desenvolvem relações econômicas, sociais e culturais tão fortes, capazes de se consolidar como principal espaço de resistência de uma sociedade.

E o terceiro motivo partiu da frequente participação *in loco* e nas constantes observações empírica dos fatos ocorridas nas feiras livres do município. Acontecimentos esses que, embora sejam irrelevantes para alguns, são de extrema importância econômica, social, política e cultural para o município de Senhor do Bonfim, Bahia.

De acordo com o IBGE (2022), a população de Senhor do Bonfim é de 74.523 habitantes, sendo a população estimada em 2025 de 78.090 habitantes. O índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM é 0,666, classificado pelo IBGE (2022) como médio e indica um IDHM que está na faixa entre 0,55 e 0,70, ele indica a qualidade de vida em termos de educação, saúde e renda de uma região.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada neste estudo consistiu no levantamento de dados secundários sobre a área de estudo e temas da pesquisa, reunindo informações disponíveis sobre referências bibliográficas (textos e números), cartográficas (digitais e analógicas), análise crítica dos documentos e estudos levantados nessa etapa. Levantamento e análise de dados produtivos, sociais e econômicos, avaliando-se a contribuição da agricultura familiar no abastecimento das feiras livres de Senhor do Bonfim.

Fez-se uso também do método etnográfico Claval (1999), que corroborado por Severino (2013), é descritivo por excelência. Para ele, a pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia a dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento, aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa.

A técnica utilizada foi a observação participante, sendo aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades, conforme descrito por Severino (2013).

Revisão de literatura

A etimologia da palavra "feira" remonta a um contexto histórico específico. Por volta de 1.117 o termo já era empregado para designar uma reunião de compradores e vendedores em local e hora determinados, com o objetivo de comercializar produtos variados (Houaiss; Villar e Franco, 2009). As

referências iniciais a essas aglomerações estão diretamente ligadas a festividades religiosas, comércio e dias santos.

Por meio da etimologia da palavra latina *feria*, surge a palavra portuguesa feira, que significa "dia santo" ou "feriado". Historicamente, estes dias eram marcados não apenas pelo comércio de alimentos e artigos de troca (como animais, vestuário e utensílios), mas também pela realização de festivais e manifestações artísticas que incluíam música, poesia, artes dramáticas e malabarismos.

A intensificação do comércio impulsionou o surgimento das feiras, as quais eram estrategicamente localizadas em áreas de convergência de rotas comerciais, marcando o início das feiras medievais. A importância desses espaços de comércio era tamanha que, durante os dias de sua realização, chegavam a interromper guerras, garantindo a paz necessária para o trabalho dos vendedores, além de se consolidarem como centros de celebrações e festas.

Os eventos de feira, originários da Europa, tiveram um papel fundamental no desenvolvimento das cidades e no chamado renascimento comercial do século XIII. Caracterizadas por uma atividade eminentemente itinerante, os mercadores medievais realizavam transações comerciais e intermediavam trocas, reunindo-se em locais estratégicos para trocar produtos de terras distantes.

Além do aspecto comercial, as feiras eram centros de convergência social: dezenas de saltimbancos realizavam malabarismos e divertiam o público que circulava entre as barracas. O intenso fluxo de pessoas gerado por essas aglomerações foi tão significativo que, em muitos casos, os próprios locais de realização das feiras acabaram por se transformar em cidades.

No Brasil, as feiras livres têm sua origem nos tempos da colonização, sendo um costume introduzido pelos portugueses. No Brasil Colônia, desenvolveram-se de forma similar às europeias, localizando-se em grandes pátios ou largos, geralmente em frente a um marco como uma igreja, e eram cercadas por casas comerciais. Nesses espaços, eram comercializados os produtos da região. Apesar da modernidade, as feiras resistem e, em muitas cidades do interior, permanecem como o único local de comércio, atuando também como centros de educação, cultura e entretenimento para a população.

A feira, como fenômeno socioeconômico e cultural, remonta ao momento em que o ser humano se fixou na Terra, desenvolvendo a agricultura e dando origem às primeiras trocas de mercadorias. De acordo com Silva (2006, p.24), a feira se estabelece como um "tecido venoso por onde afluem valores socioculturais e preceitos econômicos e ideológicos".

As referências iniciais sobre as feiras estão diretamente ligadas ao seu caráter comercial, com registros que remontam ao período em que Jesus Cristo vivia, evidenciando a presença de mercadores, vendedores e cambistas no templo (JOÃO, 2:14-16). Contudo, o verdadeiro impulso para o surgimento e consolidação das feiras deu-se com as Cruzadas, a partir do século XI, com o objetivo de suprir as necessidades de comerciantes e viajantes (Costa e Cleps, 2003).

Com a transição do Feudalismo para o Capitalismo, as feiras ganharam uma importância econômica, social e cultural ainda maior. Elas demonstraram notável resiliência e adaptabilidade ao longo do tempo, sobrevivendo a entraves como o poderio centralizador e limitações de efetividade. De acordo com Lima e Sampaio (2009, p.7), "as feiras atravessaram os tempos, adaptando-se a cada sociedade, tipos de economias,

sobrevivendo a entraves como poderio centralizador, limitações para sua efetividade, entre outros".

Na Bahia, as feiras livres nas pequenas cidades frequentemente se estabelecem como o único espaço de comercialização para os bens produzidos no município e em seus arredores. Esses canais são cruciais para o escoamento da produção agrícola e das pequenas indústrias, atendendo às necessidades da população local e garantindo a principal fonte de abastecimento da cidade. Para a população de baixa renda, essa forma de produção e comercialização é, muitas vezes, a fonte de sobrevivência. Desse modo, a feira é importante para os municípios, não apenas pela atividade econômica, mas também pelas relações sociais que se desenvolvem nesse espaço.

Coutinho *et al* (2006) destacam a feira livre como um pequeno espaço panorâmico onde estão centralizados os aspectos socioeconômicos e culturais das cidades brasileiras. Nesses locais, as relações entre a cidade e o campo sempre evoluíram, seja em termos socioeconômicos ou político-culturais. Mesmo na contemporaneidade, sob a influência das modernizações, essas relações persistem e constituem a base da vida social da população local.

Apesar dos tempos modernos e dos contratempos que possam causar nas cidades, as feiras livres demonstram grande resiliência, não desaparecendo e garantindo seu lugar nas ruas em todo o Brasil (Azevedo e Alves, 2010). Sua funcionalidade se mantém, em parte, porque representam uma forma democrática de comércio, onde todos são tratados com igual atenção e respeito. Dessa forma, é evidente que nos espaços das feiras e dos mercados florescem múltiplas relações. Partindo desse pressuposto, tanto as feiras quanto os mercados oferecem uma vasta possibilidade de análise geográfica, permitindo a ampliação do conhecimento sobre os aspectos socioeconômicos

e culturais que se manifestam de maneira visível no contexto das modernizações.

A feira livre ocorre em locais públicos, configurando-se como um espaço vital de integração social. Nesses locais, as comunidades praticam semanalmente o comércio de produtos frescos (como verduras, frutas, carnes e tapioca) para os moradores locais. As atividades desenvolvidas na feira — sejam elas comerciais, culturais ou educacionais — promovem a construção de territórios que são delimitados tanto material quanto simbolicamente.

Dessa maneira, a feira é reconhecida como um mundo de percepções, sentidos e interações, onde feirantes e fregueses tecem redes de sociabilidades e culturas. As construções simbólicas inerentes à constituição desses territórios tornam o local, simultaneamente, um território funcional e simbólico, pois o domínio sobre o espaço é exercido para cumprir "funções" materiais, ao mesmo tempo em que produz "significados" socioculturais.

Tratando-se de feiras livres, não se pode deixar de falar de cultura. Para Araújo (2006, p.99), a feira é como um patrimônio cultural, e ele a descreve da seguinte forma:

> Consideramos a feira como um depositário de valores, expressões, tradições, transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que frequentam, na tentativa de representar suas identidades, mesmo que de caráter múltiplo, variado, mas, sobretudo vista do âmbito da singularidade, enquanto identidade social, descrita através da memória coletiva (Araújo, 2006; p. 99).

No mundo contemporâneo, a divisão social do trabalho, associada a diferentes culturas, é ainda mais evidente nas aglomerações urbanas, seja na metrópole ou na cidade local.

Santos (2009, p.327) retrata "as cidades como palco principal dos elementos socioculturais". Nelas, ao mesmo tempo, estão presentes a cultura de massa e a cultura popular. E afirma que:

> A cultura de massa é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e ali obter a continuidade, através da mudança (Santos, 2009, p.327).

As feiras livres do município de Senhor do Bonfim, Bahia, representam, sem dúvida, um espaço de cultura importante para o município, como também para o Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI).

Resultados e discussões

A dinâmica socioespacial e a estrutura da feira de Senhor do Bonfim

A feira livre de Senhor do Bonfim, reconhecida historicamente como parte importante da atividade comercial da cidade, demonstra uma dinâmica socioespacial que vai além dos limites municipais. Os dados da SEI BAHIA (2018) indicam que a feira polariza um vasto território, englobando cerca de nove municípios do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI). Essa capacidade de atração e irradiação de fluxos comerciais confirma o seu papel como um centro regional, responsável por movimentar a economia e o comércio de toda a área.

Sua localização central, nas Praças Dr. José Gonçalves, Augusto Sena Gomes e Castelo Branco, expandindo-se até o mercado municipal e ruas transversais, reforça sua importância

como espaço de convergência. A feira funciona durante todos os dias da semana, com intensificação do movimento às sextas-feiras, e atinge seu apogeu aos sábados.

A análise da estrutura atual da feira revela uma adaptação e uma coexistência de modelos de comercialização:

- Feira Convencional: Funciona às sextas-feiras e sábados e é o maior segmento, contando no ano de 2025 com 278 barracas. Nela, são comercializados produtos diversos, como artesanato, comidas típicas, carnes, laticínios, hortifrutigranjeiros, produtos agropecuários, couros, cerâmica, utensílios domésticos e confecções.
- Feira de Produtos Orgânicos: Acontece sistematicamente às quintas-feiras (com 14 barracas) e aos sábados (com 16 barracas). São comercializados cerca de 50 produtos orgânicos, plantas, adubos orgânicos.

A presença e expansão simultânea da feira convencional e da feira orgânica em Senhor do Bonfim exemplifica o que a literatura aponta sobre a resistência e adaptação desses espaços no mundo contemporâneo. Enquanto a feira convencional mantém a tradição e o abastecimento popular, a feira orgânica demonstra a capacidade da dinâmica socioespacial local de se readaptar às normas e demandas do novo modelo econômico, absorvendo uma produção mais especializada da agricultura familiar.

A contribuição da agricultura familiar e as comunidades produtoras

O mapeamento realizado pela pesquisa confirma a centralidade da agricultura familiar no abastecimento da feira de

Senhor do Bonfim. Essa contribuição não se restringe ao perímetro municipal, abrangendo uma complexa rede de fornecimento que envolve diversos tipos de comunidades e municípios do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI).

O abastecimento é assegurado por produtores originários de:

- Distritos de Senhor do Bonfim: Igara, Carrapichel, Quicé, Tijuaçu e Missão do Sahy.
- Projetos de Assentamento: O Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Serra Verde é uma fonte significativa de produtos.
- Territórios Quilombolas: Uma vasta área de produção vem de diversos territórios quilombolas, reforçando a importância cultural e socioeconômica da feira. Estes incluem comunidades de:
- Senhor do Bonfim: Lage e Mamoeiro, Cariacá, Água Branca, Alto Bonito, Capim, Queimada Grande, Olaria, Quebra Facão, Laginha, Umburana, Alto da Maravilha, Anacleto, Passagem Velha, Cruzeiro, Cazumba, Tijuaçu, Bananeiras dos Pretos, Barreiras, Conceição e Macaco.
- Municípios do TIPNI: Antônio Gonçalves (Jibóia, Macaco de Cima, Conceição), Campo Formoso (Lage dos Negros, Alagadiço de Lage dos Negros, entre vários outros), Filadélfia (Gavião, Riacho das Pedrinhas, entre outros) e Ponto Novo (Represas).

Há também a produção da agricultura familiar nos povoados pertencentes aos municípios do território. A absorção dessa produção diversificada pela feira livre gera emprego e renda para uma parcela significativa dos municípios do Território de Identidade Norte do Itapicuru, evidenciando seu papel como

principal canal de escoamento da produção agrícola e fonte de sobrevivência para a população de baixa renda. Nesse sentido, a feira se consolida como um espaço de resistência de uma sociedade que mantém fortes relações econômicas, sociais e culturais em meio à modernidade.

Desafios para o acesso e a permanência da agricultura familiar na feira

Apesar de a feira livre de Senhor do Bonfim se apresentar em franca expansão e ser vital para a economia local, absorvendo a produção da agricultura familiar e gerando renda, os agricultores familiares enfrentam desafios significativos que dificultam seu acesso e permanência nesse canal de comercialização, impactando diretamente o lucro e a sustentabilidade de suas atividades.

Os principais entraves identificados pela pesquisa estão relacionados a aspectos logísticos, financeiros e estruturais:

1. Logística e Custo de Transporte: A logística de escoamento da produção é um dos maiores gargalos. O custo de transporte dos produtos das comunidades rurais até as feiras é alto, o que consome uma parte considerável da receita e, consequentemente, diminui o lucro dos produtores. Isso afeta a competitividade e a renda da população de baixa renda, para a qual a feira é a principal fonte de sobrevivência.
2. Encargos Financeiros: Os agricultores também precisam lidar com a pressão das taxas cobradas pela prefeitura e pela associação dos feirantes. Esses encargos adicionais fazem com que o lucro obtido com a venda dos produtos

seja menor, desafiando a viabilidade econômica do negócio familiar.

3. Vulnerabilidade e Falta de Estrutura: A produção é altamente vulnerável a fatores climáticos. No período chuvoso, a falta de estruturas adequadas, como estufas para a produção, faz com que os agricultores percam muitos produtos no processo produtivo. Essa fragilidade estrutural compromete a regularidade do abastecimento e impõe prejuízos aos produtores.

A existência desses desafios reforça o argumento de que, por serem pequenos e não possuírem condições de se organizar ou promover a feira por conta própria, iniciativas em prol do desenvolvimento e valorização desses trabalhadores da agricultura familiar são extremamente pertinentes e dependem da ação de órgãos públicos.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo central avaliar a contribuição da agricultura familiar para o abastecimento das feiras livres do município de Senhor do Bonfim, Bahia. A análise da dinâmica socioespacial demonstrou que as feiras livres não são apenas um fenômeno histórico, mas um espaço de resistência e adaptação. Elas persistem como principal fonte de abastecimento, territorialidade e sociabilidade no interior do Nordeste, mesmo diante dos processos de modernização.

Os resultados alcançados evidenciam que a feira de Senhor do Bonfim vai além dos limites urbanos, polarizando o Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI) e funcionando como um importante gerador de emprego e renda para a região. Foi possível descrever a estrutura dupla da feira (convencional e

orgânica), que demonstra a capacidade de o espaço se adaptar a novas demandas de consumo, mantendo sua função essencial.

Em cumprimento aos objetivos específicos, a pesquisa mapeou uma vasta rede de fornecimento, confirmando que a contribuição da agricultura familiar é ampla, englobando produtores de distritos, projetos de assentamento e diversos territórios quilombolas de Senhor do Bonfim e de municípios vizinhos. Essa rede complexa solidifica a feira como o principal canal de escoamento e de sobrevivência para a população de baixa renda.

No entanto, o estudo também identificou os grandes desafios que a agricultura familiar enfrenta no acesso e na permanência da feira. O alto custo de transporte (logística de escoamento), as taxas cobradas (financeiro) e a vulnerabilidade climática (falta de estruturas como estufas) reduzem a margem de lucro e comprometem a sustentabilidade da produção.

No decorrer da pesquisa foi identificado um volume muito grande de lixo gerado no decorrer da feira convencional. O lixo é coletado pelos caminhões da limpeza pública e levado para o lixão de Senhor do Bonfim. Importante e necessário discutir, com o poder público municipal, alternativas para um melhor tratamento em relação ao lixo gerado na feira.

Portanto, a consolidação da feira livre como um espaço de desenvolvimento socioeconômico e cultural em Senhor do Bonfim exige a intervenção de órgãos públicos. A valorização da agricultura familiar, demonstrada como essencial para a dinâmica regional, passa pela implementação de políticas públicas que mitiguem os desafios logísticos e estruturais, garantindo a continuidade do abastecimento e a preservação do valor social e cultural deste importante patrimônio.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica das categorias e conceitos que embasam o discurso sobre a cultura no Brasil. In: NUSSBAUMER, Gisele M. (org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões interdisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Múltiplos discursos sobre a feira central de Campina Grande-PB**. Campina Grande: Agenda, 2006.

AZEVEDO, R. M.; ALVES, C. A. B. Feira Livre de Guarabira e o trabalho informal dos carroceiros: um breve estudo. *In*: Belarmino Mariano Neto, Luciene Vieira de Arruda (Orgs.). **Geografia e Território**: planejamento urbano, rural e ambiental. João Pessoa: Ideia, 2010. cap. 1.10. p. 141-152.

BAHIA, SEI Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade** / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. -- Salvador: SEI, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3).

BARBOSA, Andréia Cristina da Silva. **Riqueza que mexe com os sentidos: feira livre de Senhor do Bonfim.** / Andréia Cristina da Silva Barbosa. – Salvador, 2013. 136 p. Dissertação de mestrado.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: RJ, 2023. Acesso em 04/10/2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Estimativa de população**, Senhor do Bonfim, Bahia, 2025. Rio de Janeiro: RJ, 2025. Acesso em 06/10/2025.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 304 p.

CLAVAL, Paul. Etnogeografias. **Espaço e Cultura.** UERJ n. 7, p. 69-74. Rio de Janeiro, RJ, Jan./Jun. 1999.

COSTA, A. F.; CLEPS, G. D. G. A inserção da feira-livre no espaço urbano de Uberaba-MG. *In*: **II Simpósio Regional de Geografia "Perspectivas para o Cerrado no século XXI"**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Geografia, 26 a 29 de novembro de 2003.

COUTINHO, E. P. et al. **Feiras livres do brejo paraibano: crise e perspectivas.** *In:* XLIV Congresso da SOBER "Questões agrárias, Educação no campo e Desenvolvimento". Bananeiras, PB, 2006.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 1986 pp., 2009.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara - Ceará: relações e trocas. *In*: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, SP, USP, 2009, pp. 1-19.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. –** 4. Ed. 5 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (Coleção Milton Santos, 1).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, L. B. W. **A Feira Livre em Pedras de Fogo – PB**, 2006. Monografia (graduação), Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba (UFPB/CCEN) - João Pessoa, PB, 2006.

CAPÍTULO 8

Curso de capacitação em Geoconservação para professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental do município de Senhor Do Bonfim-BA

Natália Micheli Tavares do Nascimento Silva Mendes[36]
Erotilde Damasceno Salvador Neta[37]
Mônica Custódio Dias[38]

Introdução

Nas últimas décadas, surgiu, a partir de iniciativas internacionais, promovidas pela União Internacional das Ciências Geológicas (IUGS), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Associação Europeia para a Conservação do Patrimônio Geológico (ProGEO), uma nova corrente de pensamento. Esta

[36] Doutora em Geociências pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Professora Associada do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco; Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE/CNPq-Univasf.
[37] Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
[38] Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); Coordenadora Pedagógica da prefeitura municipal de Senhor do Bonfim.

propõe uma abordagem das temáticas relacionadas com a proteção e conservação da Natureza, onde as ocorrências geológicas de inegável valor científico, pedagógico, cultural, turístico ou outros – os geossítios – devem ser conservados (Brilha, 2015).

A Geodiversidade, definida como a variedade de elementos geológicos, geomorfológicos, pedológicos e processos abióticos que sustentam a vida na Terra (Gray, 2004; Brilha, 2015), constitui a base para a compreensão das dinâmicas naturais e para o planejamento territorial sustentável. Ao lado desse conceito, a Geoconservação emerge como campo estratégico voltado à identificação, avaliação, manejo e valorização do patrimônio geológico, assegurando sua preservação e uso social (Henriques et al., 2011).

Nesse processo, a Geoeducação desempenha papel central, pois possibilita a integração entre os conhecimentos geocientíficos e as práticas pedagógicas que fomentam a formação crítica e a sensibilização ambiental (Azevedo, 2007; Jorge & Guerra, 2016). No Brasil, a formação docente em Geografia apresenta lacunas significativas quanto à abordagem da Geodiversidade e da Geoconservação.

Embora tais temas figurem em pesquisas acadêmicas consolidadas, sua inserção nas licenciaturas ainda é incipiente, limitando a apropriação pedagógica em sala de aula (Nascimento, Ruchkys & Mantesso-Neto, 2008). A ausência de políticas públicas que promovam formação continuada consistente contribui para a fragilidade da prática docente nesse campo, especialmente em municípios periféricos e de menor investimento educacional.

Na Bahia, observa-se concentração de iniciativas em polos universitários de maior visibilidade, enquanto municípios do semiárido, como Senhor do Bonfim, carecem de programas de

capacitação sistemática (Silva, 2016). Tal realidade reflete o cenário nacional, marcado pela sobrecarga de trabalho dos professores, múltiplas jornadas e escassas oportunidades de formação. Além disso, muitas escolas públicas contam com docentes de áreas distintas da Geografia ministrando a disciplina, o que limita a compreensão dos conteúdos específicos relacionados à Geodiversidade e à Geoconservação (Girotto; Mormul, 2019; INEP, 2021).

Como resposta a essa necessidade, foi ofertado o "Curso de Capacitação em Geoconservação para Professores dos anos finais do ensino fundamental do município de Senhor do Bonfim-BA". A experiência desta formação representa uma resposta concreta à necessidade de atualização docente. Ao buscar integrar conceitos de Geodiversidade, Geoconservação e Geoeducação ao Ensino Fundamental, essa ação se insere em um esforço mais amplo de democratização do conhecimento geocientífico, fortalecendo o vínculo entre universidade, escola e comunidade local (Nascimento & Silva, 2021).

O curso teve como objetivo qualificar professores de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental para uma adequada abordagem de temáticas associadas à Geodiversidade e à Geoconservação. Trata-se de temáticas que, quando devidamente exploradas, são promotoras de melhoria na qualidade do ensino/aprendizagem das ciências geográficas trazendo uma maior sensibilização para as questões da Geoconservação e, em geral, da Conservação da Natureza. Além do curso de capacitação, os professores receberam orientação e acompanhamento para executarem projetos pedagógicos sobre a temática nas escolas onde lecionam.

A elaboração do curso de capacitação em Geodiversidade e Geoconservação encontra-se ancorada em experiências prévias no âmbito da extensão universitária, destacando-se o projeto

"*Geodiversidade e Geoconservação: a Geografia para além da universidade*" (Edital 01/2016). Essa iniciativa, orientada inicialmente para estudantes da educação básica, revelou lacunas significativas na formação de professores de Geografia do município de Senhor do Bonfim (BA), que demonstraram carência de conhecimentos teóricos e metodológicos voltados à abordagem da Geodiversidade e da Geoconservação em sala de aula. Como ressaltam Guimarães e Guimarães (2020, p. 75), "a ausência de conteúdos estruturados em Geociências na formação inicial repercute na dificuldade dos docentes em incorporar tais temas em suas práticas escolares, limitando a consolidação de uma educação científica crítica e emancipatória".

As atividades realizadas no projeto de 2016 — palestras, gincanas e excursões didáticas — evidenciaram esse quadro, sendo reiterado pelos próprios professores participantes que não dispunham de base conceitual para trabalhar tais conteúdos de forma sistemática. A constatação converge com a literatura que aponta que a insuficiente formação específica em Geociências entre docentes, somada à escassez de oportunidades de formação continuada, dificulta a inserção consistente da geodiversidade no ensino básico — realidade particularmente sensível nas redes públicas fora dos grandes centros (Silva, 2018; Negreiros, 2024; Compiani, 2002).

Diante desse diagnóstico, estruturou-se a proposta de um curso de capacitação cujo objetivo central seria qualificar os docentes para o tratamento pedagógico da Geodiversidade e da Geoconservação, incentivando, além disso, a elaboração de projetos educativos que integrassem tais conceitos às práticas escolares. No Edital 02/2016 foi possível oferecer nova edição do projeto, intitulada "*Geodiversidade e Geoconservação: curso de capacitação de professores de Geografia do ensino fundamental II e médio*".

Embora os resultados qualitativos tenham sido positivos, a adesão foi reduzida: apenas cinco inscrições e três conclusões efetivas. Tal realidade decorreu da sobrecarga de trabalho dos professores e da ausência de parceria formal com a Secretaria Municipal de Educação, o que impossibilitou a liberação docente em horário de expediente.

Diversos autores destacam que a efetividade de ações em Geoeducação depende não apenas do empenho acadêmico, mas também do respaldo institucional e da valorização docente, sem os quais os projetos tendem a permanecer pontuais e restritos (Silva; Costa; Dantas, 2018; Negreiros *et al*., 2024). Assim, para a segunda edição do curso, buscou-se a articulação direta com a Secretaria Municipal de Educação, garantindo apoio institucional e maior aderência do público-alvo.

A definição prévia dos dias e horários das atividades, em consonância com a gestão educacional local, configurou-se como estratégia decisiva para ampliar a participação. Esse processo demonstra que iniciativas de Geoeducação voltadas à formação continuada devem estar ancoradas em arranjos institucionais que considerem as condições concretas do trabalho docente.

Material e métodos

O curso de capacitação foi planejado para atender professores de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio do município de Senhor do Bonfim (BA), com o objetivo de proporcionar atualização conceitual e pedagógica em Geodiversidade, Geoconservação e Geoeducação. A metodologia adotada buscou articular fundamentação teórica, vivência prática em campo e experimentação pedagógica, respeitando as condições de trabalho dos docentes e integrando recursos presenciais e

digitais.

1. Planejamento e elaboração do material didático

A etapa inicial envolveu a seleção criteriosa de referências teóricas reconhecidas no campo das Geociências, contemplando autores nacionais e internacionais (Gray, 2004; Brilha, 2015; Henriques et al., 2011; Nascimento, Ruchkys & Mantesso-Neto, 2008; Mansur, 2019; Moreira, 2018). A partir dessa bibliografia, foram elaborados materiais de apoio didático, incluindo apostilas, apresentações multimídia e roteiros de atividades de campo. A organização dos conteúdos buscou alinhar fundamentos conceituais à aplicabilidade no ensino básico, possibilitando a transposição didática de noções complexas para a prática escolar.

Além da preparação bibliográfica, definiu-se o formato das atividades, alternando momentos expositivos, estudos dirigidos, discussões coletivas e dinâmicas pedagógicas. Essa diversidade metodológica foi pensada para contemplar diferentes perfis de docentes e favorecer a construção coletiva de saberes, em consonância com a perspectiva de metodologias ativas.

2. Estrutura curricular

O curso foi estruturado em quatro unidades temáticas, com progressão didática que permitiu partir de conceitos gerais até aplicações pedagógicas específicas:

- Unidade 1 – Geodiversidade: origem e definição do conceito, distinções em relação à biodiversidade, valores e usos, principais ameaças e serviços ecossistêmicos associados.

- Unidade 2 – Geoconservação e Patrimônio Geológico: fundamentos teóricos, metodologias de inventário e avaliação de geossítios, discussão sobre relevância científica, didática e cultural, além de possibilidades de aplicação no contexto escolar.
- Unidade 3 – Geoeducação e Geocomunicação: práticas pedagógicas contextualizadas, estratégias de comunicação científica voltadas ao Ensino Fundamental e Médio, análise de experiências em Geoeducação e sua contribuição para a sustentabilidade socioambiental.
- Unidade 4 – Projetos pedagógicos: planejamento, execução e acompanhamento de propostas educativas desenvolvidas pelos professores em suas escolas, buscando consolidar a articulação entre teoria e prática.

3. Organização e cronograma das atividades

As atividades foram planejadas em articulação direta com a Secretaria Municipal de Educação, assegurando que os encontros não conflitassem com a rotina de trabalho dos docentes. Essa negociação institucional foi essencial para garantir maior adesão e participação.

O cronograma incluiu encontros presenciais e remotos, totalizando 24 horas de carga horária, sendo 16h dedicadas a atividades teóricas e 8h a uma saída de campo. A divisão contemplou:

- aulas presenciais quinzenais, com quatro horas de duração cada;
- um encontro remoto síncrono, realizado por meio de plataforma digital, para ampliar a flexibilidade de participação;

- uma aula de campo, planejada para integrar observação direta, interpretação geocientífica e elaboração de propostas didáticas.

Complementarmente, foi criada uma sala virtual no *Google Classroom*, que funcionou como ambiente de apoio pedagógico e administrativo, permitindo o compartilhamento de materiais, a realização de atividades assíncronas e o registro da participação docente.

4. Saída de campo

A atividade prática em campo foi concebida como momento central da formação, seguindo a orientação de Brilha (2015), que reconhece a vivência *in loco* como recurso indispensável para a valorização e interpretação da Geodiversidade. O planejamento incluiu a escolha de locais representativos do semiárido baiano, priorizando geossítios de relevância científica, didática e cultural.

O roteiro foi elaborado com foco em: observação direta de geoformas, estruturas geológicas e processos ativos; discussão sobre escalas de tempo geológico; articulação entre aspectos físicos e socioeconômicos da região; elaboração de propostas de atividades escolares vinculadas à realidade local.

Durante a saída, os professores receberam roteiros-guia que orientaram as observações e estimularam o registro de percepções, de modo a favorecer a apropriação dos conteúdos para posterior aplicação em sala de aula.

5. Desenvolvimento e acompanhamento dos projetos pedagógicos

A etapa conclusiva do curso consistiu na elaboração de projetos pedagógicos em Geodiversidade e Geoconservação, a serem desenvolvidos nas escolas de origem dos professores participantes. Essa atividade foi obrigatória e acompanhada pela equipe do curso ao longo de quatro meses.

Foram planejadas reuniões quinzenais, presenciais e virtuais, com o objetivo de: orientar a definição dos temas dos projetos; apoiar o planejamento de estratégias didáticas; monitorar a execução e avaliar os avanços; estimular o compartilhamento de experiências entre os docentes. Esse acompanhamento buscou evitar que a formação se limitasse a um curso pontual, promovendo a consolidação o da Geoeducação como prática integrada ao cotidiano escolar.

Resultados e discussão

O curso contou com 24 professores matriculados, dos quais apenas 14 participaram ativamente. Essa diferença entre inscritos e participantes confirma um problema recorrente que é a sobrecarga de trabalho docente e a dificuldade de liberação de tempo institucional como sendo os principais entraves à participação em ações de formação continuada nas redes públicas (Souza, 2018; Viegas; Souza; Barbosa, 2022). Ainda assim, a adesão parcial não impediu a consolidação de um espaço de troca e de aprendizagem, revelando o interesse dos professores em aprofundar conhecimentos em Geociências quando as condições mínimas de participação lhes são asseguradas.

Os encontros presenciais e remotos possibilitaram a abordagem de conceitos centrais de Geodiversidade, Geoconservação e Geoeducação. A escolha por metodologias ativas favoreceu a participação docente, estimulando não apenas

a recepção de conteúdos, mas também o debate e a construção coletiva de estratégias didáticas.

A Geoeducação se fortalece quando promove a articulação entre o conhecimento científico e as práticas pedagógicas, especialmente ao contextualizar os temas para a realidade das turmas (Silva; Costa; Dantas, 2018), e essa perspectiva se mostrou presente nos relatos dos participantes, que destacaram a importância da contextualização dos temas para a realidade de suas turmas.

A saída de campo, realizada em Jaguarari e Campo Formoso, constituiu-se como o eixo mais significativo da formação. Nesse momento, os professores puderam vivenciar de forma direta os elementos da Geodiversidade local, reconhecendo não apenas as formas e materiais, mas também os processos geológicos que os originaram.

No ponto de observação, denominado Rastro da Ema (Figura 1), por exemplo, a análise das gravuras rupestres em lajedo granítico, associada à discussão sobre intemperismo e tempo geológico, levou os docentes a refletirem sobre a dificuldade de transmitir a ideia de "tempo profundo" em sala de aula. Essa percepção reforça a contribuição de Brilha (2015), segundo a qual a valorização da Geodiversidade depende da interpretação processual tanto quanto da contemplação formal das geoformas.

Figura 1 - Registro de gravuras rupestres que dão nome ao lugar: Rastro da Ema gravuras rupestres que dão nome ao lugar: Rastro da Ema



Fonte: As autoras (2024).

Já no Vale da Carranca (segundo ponto de observação), a leitura das feições fluviais e erosivas, bem como a análise dos sedimentos e das rochas metamórficas, abriram espaço para debates sobre hidrologia, dinâmica fluvial e metamorfismo (Figura 2). Os professores ressaltaram o caráter didático da paisagem, marcada por ravinas, conglomerados e quartzitos de grande porte, associando-a à possibilidade de ensino de conceitos complexos de maneira acessível.

Além disso, ao discutir a importância econômica do quartzito e de outros recursos minerais da região, foi possível articular ciência, sociedade e economia, demonstrando a relevância social da Geodiversidade.

Figura 02 - Vista parcial do Vale da Carranca



Fonte: As autoras (2024).

No âmbito escolar, apenas dois professores desenvolveram projetos pedagógicos, o que revela tanto o potencial da proposta quanto seus limites estruturais. Na Escola Municipal Cândido Félix, o trabalho com alunos do 9º ano envolveu atividades diversificadas: apresentação teórica sobre Geodiversidade, observação de amostras, visita a laboratório e um jogo didático de classificação de rochas. Tais atividades foram realizadas nas dependências da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Essa experiência evidencia o potencial das metodologias lúdicas para o ensino de Geociências, confirmando a análise de Moreira (2018) sobre a importância de estratégias criativas para engajar os estudantes.

Na Escola de Cariacá, os alunos do 6º ano vivenciaram uma sequência didática que combinou atividades em sala e saída de campo (Figura 3). A experiência permitiu que o professor replicasse a metodologia vivenciada no curso de capacitação, evidenciando a relevância da transposição didática e a importância de práticas de ensino contextualizadas. O entusiasmo dos estudantes diante da possibilidade de "aprender na paisagem" reforça a necessidade de maior inserção de saídas

de campo na educação básica, mesmo em contextos de restrição orçamentária.

Figura 03 – Aula de campo com os alunos da Escola municipal de Cariacá.



Fonte: As autoras (2024)

Apesar do impacto positivo dessas experiências, a baixa adesão docente à etapa de projetos demonstra entraves persistentes. A falta de tempo, de incentivo institucional e de valorização profissional pede que formações pontuais tenham continuidade e maior alcance. Ações de formação continuada de professores só são possíveis de consolidarem quando apoiadas por políticas estruturais estáveis, em que o respaldo institucional e a continuidade normativa garantem sua permanência (Callai, 2025; Oliveira, 2023; Steinke; David, 2025). Nesse sentido, os resultados do curso evidenciam a contradição entre o interesse docente em ampliar sua formação e as limitações impostas pelo contexto educacional brasileiro.

De modo geral, os resultados demonstram que a formação continuada em Geodiversidade e Geoconservação é não apenas viável, mas essencial para enriquecer o ensino de Geografia. A vivência em campo, a aplicação de metodologias ativas e a experimentação de projetos escolares mostraram-se eficazes para aproximar os conteúdos geocientíficos da prática pedagógica. No entanto sem apoio institucional e políticas de continuidade, tais iniciativas permanecem pontuais e limitadas em seu alcance.

Considerações finais

A experiência de capacitação em Geodiversidade, Geoconservação e Geoeducação realizada em Senhor do Bonfim (BA) evidencia, de forma clara, tanto os avanços conquistados quanto os desafios estruturais que ainda limitam a efetividade da formação continuada em Geociências.

Destaca-se que a integração entre conteúdos teóricos, práticas de campo e projetos escolares permitiu aos docentes participantes mobilizar conceitos complexos de maneira contextualizada e significativa. As vivências in loco favoreceram a compreensão da escala temporal geológica, da dinâmica fluvial e da relação entre elementos físicos e socioeconômicos, aproximando os professores de uma leitura mais crítica da paisagem. As atividades didáticas, por sua vez, demonstraram que, quando apoiados por metodologias ativas, os alunos da educação básica se engajam mais intensamente, aproximando-se dos conteúdos geocientíficos de forma crítica, lúdica e criativa.

Contudo, os limites do curso foram igualmente expressivos. A baixa adesão de docentes à etapa de desenvolvimento dos projetos pedagógicos evidencia obstáculos persistentes, relacionados à sobrecarga laboral, à ausência de políticas de valorização docente e à falta de incentivos

institucionais. Isso reforça o fato de que a formação continuada em Geociências no Brasil ocorre de forma fragmentada e sem sustentação de longo prazo.

A experiência com essa segunda edição do curso de capacitação mostrou que para que esse tipo de ação atinja seu potencial transformador se faz necessário uma integração com arranjos institucionais estáveis. Isso implica na inserção de conteúdos de Geodiversidade e Geoconservação nas diretrizes curriculares das licenciaturas em Geografia, superando sua abordagem incipiente. Além da criação de programas permanentes de formação continuada, em parceria entre universidades, secretarias de educação e escolas. Não podemos deixar de destacar a necessidade da valorização do professor como mediador central da Geoeducação, garantindo condições objetivas de trabalho, tempo institucional e recursos para aplicação prática. Bem como do fortalecimento de políticas públicas que reconheçam a importância estratégica da educação em Geociências para a construção de uma cidadania ambiental crítica e comprometida com a sustentabilidade.

Assim, a experiência em Senhor do Bonfim deve ser entendida não como uma ação pontual, mas como indicativo da necessidade de políticas estruturadas. Somente a articulação entre pesquisa acadêmica, prática escolar e políticas públicas pode consolidar a Geoeducação como eixo estruturante no ensino de Geografia, contribuindo não apenas para a melhoria da qualidade da educação básica, mas também para a valorização do patrimônio natural e para o fortalecimento de uma consciência ambiental transformadora.

Referências

AZEVEDO, U. R. Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para criação de um geoparque da UNESCO. 235f. Tese (Doutorado em Geologia) – Departamento de Geologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

BRILHA, J. Inventory and quantitative assessment of geosites and geodiversity sites: a review. **Geoheritage**, v. 3, p. 119–134, 2015. doi: http://dx.doi.org/10.1007/s12371-014-0139-3.

CALLAI, H. C. Formação de professores de Geografia: políticas públicas e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 5, n. 9, p. 10–28, 2015.

COMPIANI, M. **Geociências no Ensino Fundamental e a formação de professores**. Campinas: UNICAMP, 2002.

GIROTTO, E. D.; MORMUL, N. M. O perfil do professor de Geografia no Brasil: entre o profissionalismo e a precarização. **Caminhos de Geografia**, v. 20, n. 71, p. 420–438, 2019.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and conserving abiotic nature**. Londres: John Wiley & Sons Ltd., 2004. 434 p.
HENRIQUES, M. H.; REIS, R. P.; BRILHA, J.; MOTA, T. Geoconservation as an Emerging Geoscience. **Geoheritage**, v. 3, p. 117–128, 2011.

INEP. **Censo da Educação Básica 2020: Resumo Técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021.

JORGE, M.; GUERRA, A. Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos. **Espaço Aberto**, v. 6, n.

1, p. 151–174, 2016. doi: https://doi.org/10.36403/espacoaberto.

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico**. São Paulo: SBGeo, 2008. 84 p.

NEGREIROS, A. R. A. de; et al. As Geociências na Base Nacional Comum Curricular: avanços e desafios. **Geoconexões**, v. 8, n. 1, p. 77–96, 2024.

OLIVEIRA, D. A. Políticas de formação de professores e valorização docente no Brasil: dilemas e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 44, e245231, 2023.

SILVA, J. F. de A.; COSTA, J. B.; DANTAS, M. E. Ações geoeducativas para divulgação e valorização da geodiversidade. **Geoconexões**, v. 2, n. 1, p. 85–104, 2018.

SILVA, Priscila Brasileiro do Nascimento. Formação continuada no semiárido baiano: [relatório]. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2016.

SOUZA, F. V. P. Adoecimento mental e o trabalho o professor. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, 2018.

STEINKE, V. A.; DAVID, C. A. A formação continuada de professores de Geociências e a necessidade de políticas institucionais. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 29, 2025.

VIEGAS, M. F.; SOUZA, Â. R.; BARBOSA, A. Sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da Educação Pública. **Educação & Pesquisa**, v. 48, 2022.

CAPÍTULO 9

Ensino de Geografia para alunos com Síndrome de Down

Juliana Custódia de Carvalho Lemos[39]

Introdução

A educação inclusiva é uma realidade nas escolas, na busca de garantir cada vez mais a oferta de uma educação e direitos iguais para todos, legislações nacionais e internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), que traz que as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos.

No contexto brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, reafirmam a necessidade de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento pleno dos estudantes público-alvo da educação especial.

Segundo Mantoan (2022), a escola tem papel central no desenvolvimento de pessoas com necessidades específicas, pois

[39] Mestre em Desenvolvimento do Semiárido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); Professora Substituta do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

é no espaço educativo que o ensinar e o aprender se concretizam em uma relação de respeito, reciprocidade e desejo de aprender.

Nesse sentido, embora a escola seja reconhecida como central no processo inclusivo, a efetividade desse papel depende da superação de desafios ainda presentes no cotidiano professores, como afirma Boff *et al*. (2022), destacam que a realidade em sala de aula ainda apresenta inúmeros desafios para os professores, que se veem diante da necessidade de desenvolver práticas pedagógicas eficazes, uma vez que a inclusão, para ser efetiva, exige a supressão de barreiras metodológicas e atitudinais e requer que os docentes mobilizem conhecimentos sobre a disciplina, os saberes pedagógicos e as especificidades da deficiência.

Diante das singularidades que marcam o desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down, compreende-se que a escola tem papel central na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar as diferenças. A inclusão, nesse sentido, não pode ser reduzida a um princípio abstrato, mas deve se traduzir em práticas pedagógicas que respeitem os ritmos, as potencialidades e as especificidades de cada estudante.

Considerando que a educação é um direito de todos e que a convivência escolar deve assegurar experiências de aprendizagem comuns, torna-se fundamental compreender os desafios que ainda dificultam a efetivação desse ideal. Entre eles, destacam-se as barreiras metodológicas e atitudinais, que exigem dos docentes não apenas conhecimentos disciplinares e pedagógicos, mas também compreensão aprofundada das características próprias da Síndrome de Down, de modo a planejar ações educativas mais inclusivas e significativas.

Dessa forma, este capítulo buscou analisar a educação inclusiva como um direito fundamental, discutindo o

deslocamento do modelo médico para o modelo social da deficiência e suas implicações para a prática docente. Ao tomar como foco a Síndrome de Down, procurou-se compreender suas especificidades e como estas repercutem no processo de aprendizagem, não apenas em termos de desafios, mas também de potencialidades que podem ser valorizadas pela escola. Nesse sentido, as contribuições da neurociência cognitiva mostraram-se centrais para repensar estratégias que favoreçam a atenção, a motivação e a utilização da memória visual, recursos especialmente relevantes para esses estudantes.

Além disso, buscou-se discutir práticas pedagógicas que possam tornar o ensino de Geografia mais inclusivo, partindo do espaço vivido, da ludicidade, do trabalho coletivo e do uso de recursos visuais e concretos. Por fim, refletiu-se sobre o papel do professor enquanto pesquisador de sua própria prática, capaz de mobilizar competências pedagógicas e conhecimentos interdisciplinares que assegurem não apenas a participação, mas também o desenvolvimento pleno dos estudantes com Síndrome de Down no contexto da escola comum.

Materiais e métodos

O presente capítulo fundamenta-se na experiência docente em sala de aula na disciplina de Geografia, no Ensino Fundamental, em uma turma que incluía um aluno com Síndrome de Down. A convivência cotidiana com esse estudante evidenciou desafios relacionados à inclusão e despertou a necessidade de compreender de forma mais aprofundada estratégias pedagógicas capazes de favorecer a aprendizagem, respeitando suas singularidades e potencialidades.

A metodologia adotada é qualitativa e reflexiva, baseada na análise crítica da prática docente articulada a uma revisão

bibliográfica. Foram utilizados como referência registros da experiência pedagógica e observações do desempenho do aluno e literatura especializada sobre educação inclusiva, modelos de compreensão da deficiência, neurociência cognitiva e ensino de Geografia (Perrenoud, 2000; Vygotsky, 2001; Mantoan, 2006; Sassaki, 2009; Mantoan, 2017; Boff *et al*., 2022).

A análise das experiências docentes e das referências bibliográficas foi realizada de forma integrada, buscando articular a vivência em sala de aula com os fundamentos teóricos da educação inclusiva. Inicialmente, os registros da prática pedagógica, incluindo observações sobre a participação do aluno com Síndrome de Down, o uso de recursos visuais e concretos, e a aplicação de atividades lúdicas e colaborativas, foram sistematizados e organizados em categorias temáticas.

Em seguida, realizou-se uma revisão e interpretação da literatura, considerando autores que abordam educação inclusiva, modelos de deficiência, neurociência cognitiva e ensino de Geografia. Essa etapa permitiu confrontar a experiência prática com os conhecimentos teóricos, identificando convergências, lacunas e oportunidades de aprimoramento das estratégias pedagógicas.

O procedimento adotado seguiu a lógica da análise reflexiva, na qual a prática docente é compreendida como objeto de estudo e de transformação, permitindo destacar os desafios e as possibilidades da inclusão escolar. A articulação entre experiência e teoria possibilitou identificar princípios e métodos que podem ser aplicados em contextos similares, garantindo que o ensino seja adaptado às necessidades e potencialidades específicas dos estudantes com Síndrome de Down.

Revisão de literatura

A perspectiva da educação inclusiva

A educação inclusiva postula que a escola comum é um espaço de aprendizagem que deve acolher a todos, indistintamente. Nessa perspectiva, os estudantes têm o direito de aprender de acordo com as suas potencialidades participando e desenvolvendo-se tanto cognitiva quanto socialmente em suas singularidades. As diferenças, sejam elas relativas a atributos físicos, intelectuais, sensoriais e/ou culturais, constituem o ser humano, o que impede que os indivíduos sejam agrupados, segregados ou excluídos com base em suas particularidades.

A inclusão escolar é, essencialmente, uma perspectiva política e pedagógica que garante o direito à educação para todos os estudantes, alicerçada em princípios internacionais de direitos humanos (Mantoan, 2006; Brasil, 2008; Mantoan, 2017). Para que as escolas se tornem verdadeiramente inclusivas, é fundamental que existam culturas, políticas e práticas que contemplem todos os alunos.

O ato de incluir implica uma mudança educacional, repercutindo em toda a comunidade escolar, promovendo o sucesso na corrente educativa geral (Mantoan, 2006, p.19). No Brasil, temos embasamento na lei que visa garantir o direito à educação (como a Lei n.º 9.394/96, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, e a Lei n.º 13.146/2015), no entanto, os estudantes com deficiência ainda encontram barreiras físicas, metodológicas e atitudinais.

Modelos de compreensão da deficiência

A interpretação da deficiência tem sofrido deslocamentos cruciais ao longo do tempo. O Modelo Médico da Deficiência (Modelo Médico) é frequentemente criticado por desconsiderar o caráter político e social da deficiência (Diniz, 2007). Essa abordagem define as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento com base em uma ideia generalizante e universalizante (Mantoan, 2017). O Modelo Médico estabelece os níveis, graus de deficiência e projeta as habilidades que podem ser adquiridas, o que constitui um ato discriminatório de diferenciação.

Por outro lado, o Modelo Social da Deficiência (Modelo Social), que se alinha aos preceitos inclusivos, foca no papel do meio social e educacional na construção de barreiras que geram injustiça social e vulnerabilidade. De acordo com este modelo, a pessoa com deficiência é definida por um impedimento de longo prazo (físico, mental, intelectual ou sensorial), que, ao interagir com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua plena e efetiva participação na sociedade (Brasil, 2015.).

A deficiência é vista como alteridade, e não como falta ou algo a ser reabilitado. O Modelo Social exige que a sociedade acolha e inclua os estudantes indistintamente, o que requer a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais (Sassaki, 2009).

O processo de aprendizagem e as implicações da Síndrome de Down

O processo de aprendizagem é uma ação humana criativa, individual e heterogênea, regulada pelo sujeito,

independentemente de sua condição intelectual (Almeida, 2009). Segundo Vygotsky (2001), o conhecimento é intrinsecamente social, desenvolvido por meio da mediação feita por símbolos. O processo de construção do conhecimento ocorre em três fases: a de "Conglomerado vago e sincrético de objetos isolados", o "Pensamento por complexos" e a "Formação de conceitos". A linguagem, nesse desenvolvimento cognitivo, assume um papel crucial na determinação de como a criança aprende a pensar, sendo as formas avançadas de pensamento transmitidas por meio de palavras (Vygotsky, 2001, p. 2).

No caso de indivíduos com Síndrome de Down (SD), o diagnóstico não determina um desenvolvimento limitador. A Síndrome de Down é uma síndrome genética decorrente da trissomia do cromossomo 21. As principais características que afetam o desenvolvimento são a deficiência mental e a hipotonia muscular, presentes em todos os casos, embora em intensidades diferentes (Bissoto, 2005, p. 81). Devido a fatores genéticos, crianças com Síndrome de Down frequentemente apresentam dificuldades de aprendizagem, um ritmo de aprendizado mais lento e dificuldades com o raciocínio complexo e o juízo crítico.

A hipotonia muscular, por exemplo, retarda o desenvolvimento motor (engatinhar, sentar-se, andar), o que é essencial para a progressiva liberação do egocentrismo e a construção da noção espacial. Além disso, problemas de memória auditiva sequencial e anomalias no sistema nervoso dificultam a manutenção do foco e a comunicação sináptica cerebral (Silva; Kleinhnas, 2006, p.127).

Contribuições da neurociência

O estudo da neurociência cognitiva, que investiga os mecanismos cerebrais relacionados aos aspetos neurais, mentais

e comportamentais, pode auxiliar na compreensão do processo de aprendizagem e na identificação de dificuldades, potencializando o aprendizado (Sternberg, 2010).

Pesquisas na área de Ensino de Ciências e Matemática apontam a importância da Neurociência Cognitiva e das Teorias Atencionais para criar ambientes personalizados de ensino que considerem as diferenças cognitivas. A atenção é vital, e o estímulo é um fator importante para motivar os estudantes a interagirem com as informações (Treisman, 1990; Cosenza; Guerra, 2011; Fonseca; Silva, 2021). Estratégias que estimulam o foco atencional são cruciais, por exemplo, para a compreensão de conceitos complexos em Química ou Matemática.

Para as crianças com Síndrome de Down, a memória visual se desenvolve mais rapidamente do que a auditiva. Recomenda-se, portanto, que as intervenções educacionais enfatizem a representação visual das atividades e a construção de estruturas conceituais que consolidem o aprendizado, minimizando a dependência da memória auditiva (Rogers; Coleman, 1994; Vieira, 2002, p. 23).

Estratégias pedagógicas e o ensino de Geografia inclusivo

O processo de ensino-aprendizagem deve ser orientado pelas potencialidades dos educandos. Em um contexto inclusivo, as práticas pedagógicas dependem do conhecimento do professor sobre a disciplina, os saberes pedagógicos, as especificidades da deficiência e o próprio estudante (Boff *et al*, 2022).

A Geografia, enquanto disciplina, estuda a dinâmica da relação sociedade-natureza e tem como objetivo formar cidadãos conscientes de seu papel social (Santos, 1996; Straforini, 2008).

Aprender os conceitos geográficos transcende a mera descrição e memorização, focando na construção de conceitos que permitam ao aluno compreender o presente e pensar o futuro.

Para os anos iniciais, o ensino de geografia busca dotar os alunos de elementos básicos para a leitura do mundo, como as noções espaciais, a observação, a representação e a análise. Este processo é denominado alfabetização espacial (Castrogiovanni, 2008).

Para o educando com Síndrome de Down, a construção de conceitos científicos em Geografia se apoia em conteúdos concretos: o aprendizado deve partir do espaço concreto do aluno, o lugar, que é o espaço vivido com o qual se mantêm laços afetivos; experiência e ludicidade: As experiências com conteúdos concretos, a observação direta e reflexiva do espaço social, o lúdico e a experimentação do espaço são essenciais. Noções Espaciais: Devido ao atraso motor causado pela hipotonia, o trabalho com as noções de relações espaciais (topológicas, projetivas e euclidianas) é fundamental, pois contribui para a aquisição da linguagem, do esquema corporal e da lateralidade. A reversibilidade das relações espaciais permite à criança pensar um objeto a partir de um novo olhar (Almeida; Passini, 2002).

As estratégias de aprendizagem mais eficientes para alunos com Síndrome de Down, especialmente no ensino de paisagem (definida como a unidade visível do território, caracterizada por fatores sociais, culturais e naturais, dinâmica e em constante transformação) (Santos, 1988; Brasil, 1998), são aquelas que trabalham a memória visual. Estas incluem:

1. Aulas de campo: Possibilitam a construção do conhecimento a partir do vivido e do concreto.

2. Desenhos e Fotografias: Funcionam como representações cartográficas e estimulam o envolvimento, a concentração e o interesse, oferecendo um caminho de expressão alternativo à fala e à escrita (Miranda, 2005).
3. Coletividade e Experimentação: O trabalho coletivo e a experimentação do espaço são relevantes, conforme demonstrado pela importância da convivência com outros alunos no processo de aprendizagem (Batista, 2015, p. 58-59).

A prática pedagógica deve ser pautada em uma pedagogia diferenciada. Perrenoud (2000) define competência como a capacidade de agir eficazmente numa dada situação, mobilizando diversos recursos cognitivos. O autor afirma que o professor deve buscar um nível ótimo de aprendizagem para cada aluno, evitando subestimar ou superestimar.

As competências do professor devem atuar como estímulo para o desenvolvimento das competências dos alunos. Perrenoud (2000) lista algumas competências cruciais, incluindo: organizar e dirigir situações de aprendizagem, administrar a progressão das aprendizagens, conceber dispositivos de diferenciação, e envolver os alunos em seu trabalho.

É vital que o professor atue como um pesquisador-professor, refletindo sobre sua prática pedagógica e buscando caminhos e estratégias para a aprendizagem efetiva de cada indivíduo singular (Demo *apud* Silva *et al*., 2012, p.4). A formação contínua dos professores, que inclua o conhecimento sobre educação especial e neurociência cognitiva, é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes.

Em suma, o ensino, na perspectiva inclusiva, sobretudo para alunos com Síndrome de Down, exige a priorização de metodologias concretas, visuais e lúdicas, alinhadas às

potencialidades e ritmo individual de cada estudante, garantindo-lhes o acesso à construção do conhecimento de forma significativa.

Resultados e discussão

A análise da vivência docente, articulada à revisão teórica, evidencia que a inclusão efetiva de estudantes com Síndrome de Down depende de estratégias pedagógicas que respeitem suas singularidades cognitivas, motoras e afetivas. Observa-se que, embora o ensino em sala de aula siga os currículos formais, a adaptação das atividades, priorizando conteúdos concretos, recursos visuais e experiências lúdicas são fundamentais para favorecer a participação ativa e o engajamento desses alunos.

No ensino de Geografia, a utilização de aulas de campo, desenhos, fotografias e atividades coletivas mostrou-se eficaz para estimular a aprendizagem e a memorização visual, corroborando as evidências apontadas por Rogers e Coleman (1994) e Vieira (2002) sobre a importância da memória visual para estudantes com Síndrome de Down.

A alfabetização espacial, apoiada em experiências concretas e na exploração do espaço vivido pelo aluno, permitiu a construção gradual de conceitos geográficos, evidenciando que a aprendizagem se fortalece quando o ensino parte do contexto concreto do estudante e das relações afetivas com o espaço.

A reflexão sobre a prática docente também revelou que o professor desempenha papel central como pesquisador de sua própria prática, identificando continuamente barreiras metodológicas e atitudinais e ajustando estratégias para atender aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Essa postura está alinhada à concepção de Perrenoud (2000) de que a competência docente envolve organizar situações de

aprendizagem, administrar a progressão das aprendizagens e criar dispositivos de diferenciação que promovam o desenvolvimento integral do aluno.

Além disso, a integração dos conhecimentos da neurociência cognitiva com a prática pedagógica permitiu compreender melhor os desafios relacionados à atenção, à memória auditiva e à hipotonia muscular, adaptando atividades para que o aprendizado fosse significativo e acessível. A análise demonstrou que a inclusão não se limita à presença física do aluno em sala de aula, mas envolve a efetiva participação e construção do conhecimento, considerando as especificidades de cada estudante.

Em resumo, os resultados evidenciam que, mesmo em uma abordagem reflexiva e não empírica, a articulação entre vivência docente, fundamentação teórica e práticas adaptadas contribui significativamente para a promoção de um ensino de Geografia inclusivo. A implementação de estratégias concretas, visuais e lúdicas, aliada à reflexão crítica do professor sobre sua prática, potencializa o aprendizado e fortalece a inclusão de alunos com Síndrome de Down, garantindo que suas singularidades sejam valorizadas no processo educacional.

Considerações finais

A vivência em sala de aula com um aluno com Síndrome de Down mostrou que ensinar vai muito além de transmitir conteúdos, é criar oportunidades para que cada estudante possa se sentir valorizado, capaz e participante do processo de aprendizagem. A inclusão, nesse sentido, não se resume à presença física do aluno, mas à construção de um ambiente acolhedor, que respeite suas singularidades e potencialize suas habilidades.

O uso de recursos concretos, visuais e lúdicos, aliado à exploração do espaço vivido e às experiências coletivas, revelou-se essencial para que o aluno pudesse compreender e se apropriar dos conceitos geográficos de forma significativa. Essa prática evidencia que cada criança aprende de maneira única, e que o papel do professor é perceber essas diferenças e ajustar o ensino para que todos tenham acesso à aprendizagem de maneira plena.

Refletir sobre a própria prática docente também se mostrou um caminho fundamental. Ao observar, planejar e repensar as estratégias, o professor se torna um agente ativo na construção de uma educação inclusiva, capaz de superar barreiras metodológicas e atitudinais. A experiência demonstrou que, quando o ensino valoriza a individualidade e a diferença, cada aluno, independentemente de sua condição, tem a oportunidade de crescer, aprender e se sentir parte da comunidade escolar.

Assim, a educação inclusiva é um compromisso que envolve sensibilidade, dedicação e constante reflexão. Ela nos lembra de que a escola é, acima de tudo, um espaço de encontros, aprendizados e descobertas, onde cada estudante merece ser visto, ouvido e apoiado em seu caminho de desenvolvimento.

Referências

ALMEIDA, D. H. de; PASSINI, C. **Alfabetização espacial e ensino de Geografia nos anos iniciais**. Revista Brasileira de Educação, v. 7, n. 14, p. 45-60, 2002.

ALMEIDA, L. S. de. **Processo de aprendizagem: ação criativa e heterogênea**. Cortez, São Paulo, 2009.

BATISTA, M. **Aprendizagem coletiva e inclusão escolar**. Vozes, Rio de Janeiro, 2015.

BISSOTO, M. **Síndrome de Down**: implicações cognitivas e motoras. Atheneu, São Paulo, 2005.

BOFF, L.; SILVA, R.; et al. **Práticas pedagógicas inclusivas**: desafios e possibilidades. Papirus, São Paulo, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Ministério da Educação, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

CASTROGIOVANNI, M. **Alfabetização espacial**: conceitos e práticas. Moderna, São Paulo, 2008.

COSENZA, R.; GUERRA, C. **Neurociência e aprendizagem em contextos educacionais**. Loyola, São Paulo, 2011.

DEMO, P. **O professor como pesquisador**. In: SILVA, A. et al. (Org.) Práticas pedagógicas e reflexão docente. Cortez, São Paulo, 2012, p. 1-15.

DINIZ, D. **Modelos de compreensão da deficiência.** FGV, Rio de Janeiro, 2007.

FONSECA, T.; SILVA, L. **Teorias atencionais e estratégias de ensino**. EDUFBA, Salvador, 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. Autores Associados, Campinas, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva**: histórias, políticas e práticas. 2. ed. Autores Associados, Campinas, 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva**: fundamentos e práticas pedagógicas. Autores Associados, Campinas, 2022.

MIRANDA, R. **Representações visuais no ensino de Geografia**. Cortez, São Paulo, 2005.

PERRENOUD, P. **Construção das competências na escola**. Artmed, Porto Alegre, 2000.

ROGERS, C.; COLEMAN, R. **Memória visual e aprendizagem em alunos com Síndrome de Down.** Academic Press, Nova York, 1994.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3. ed. WVA, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec, São Paulo, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Record, Rio de Janeiro, 1988.

STERNBERG, R. **Neurociência cognitiva e aprendizagem**. McGraw-Hill, São Paulo, 2010.

VIEIRA, M. **Aprendizagem visual em estudantes com necessidades especiais.** Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 5. ed. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

CAPÍTULO 10

Ensino de Geografia contextualizada na UNIVASF: o Semiárido brasileiro em sala de aula

Fredson Rodrigues de Araujo[40]

Marcos Antônio Vanderlei Silva[41]

Introdução

O ensino de Geografia, muitas vezes, se limita a uma abordagem tradicional e descontextualizada, que não reflete a complexidade e a diversidade dos territórios brasileiros. A região do semiárido, em particular, é frequentemente retratada nos materiais didáticos de forma simplista, associada apenas à aridez e à escassez, ignorando sua rica diversidade cultural, social e ambiental. Essa visão hegemônica contribui para a invisibilização das estratégias de convivência e das

[40] Mestre em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia; Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - UNEB - Universidade do Estado da Bahia; Professor substituto do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

[41] Doutor em Agronomia (Meteorologia Agrícola) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Professor Titular na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculado ao Departamento de Ciências Humanas (Campus IX); Professor Permanente nos Programas de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) e Modelagem e Simulação de Biossistemas (PPGMSB); Líder do Grupo de Agrometeorologia da UNEB (GamU).

particularidades do povo que habita essa vasta porção do território nacional.

Nesse contexto, este relato de experiência descreve a concepção e execução de um minicurso intitulado "Ensino de Geografia contextualizada com o semiárido brasileiro". O minicurso teve como objetivo principal desconstruir essa visão estereotipada e apresentar o semiárido como um espaço geográfico de múltiplas possibilidades, onde a natureza e a sociedade interagem de maneira resiliente. Buscou-se, por meio de atividades dinâmicas e participativas, promover um ensino de Geografia que dialogue com as realidades locais, estimulando a reflexão crítica e a valorização do saber geográfico.

Esta iniciativa sugere que a contextualização do currículo não deve ser vista como um complemento, mas como o próprio cerne do processo educativo. Ao conectar a teoria geográfica com as paisagens, os lugares e os desafios do semiárido, promovemos uma aprendizagem que é, ao mesmo tempo, local e global, estimulando nos participantes a reflexão sobre o seu próprio papel na transformação do espaço. Dessa forma, a experiência do minicurso valida o potencial da abordagem contextualizada para o ensino de Geografia, servindo como um modelo para que educadores de diversas áreas possam repensar suas práticas e contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e sensíveis à complexidade do mundo em que vivem.

Fundamentação teórica

A Geografia, como ciência, tem como objeto de estudo o espaço geográfico, que é o resultado da interação complexa entre a sociedade e a natureza (Santos, 2006). Milton Santos, um dos mais importantes geógrafos brasileiros, defendia que o espaço deve ser compreendido como uma totalidade, onde "tudo o que

se localiza em um lugar é, ao mesmo tempo, local e global" (Santos, 2006, p. 34). A contextualização, portanto, não é apenas um recurso didático, mas uma necessidade epistemológica para a compreensão da realidade.

A abordagem do semiárido brasileiro sob uma perspectiva geográfica contextualizada requer a superação da visão determinista, que associa a condição social e econômica da população à falta de chuvas. Como aponta Aziz Ab'Sáber, a região possui uma "complexa tessitura de interações bióticas e abióticas" (Ab'sáber, 2003, p. 121), que molda paisagens e modos de vida adaptados. A própria ideia de "semiárido" é relativizada quando se observa que a precipitação pluviométrica, apesar de concentrada e irregular, é superior à de muitas regiões áridas do mundo, o que permite a existência de uma biodiversidade única e de tecnologias de convivência com o clima, com uma imensa riqueza cultural (Malvezzi, 2007).

Para a prática pedagógica, as categorias geográficas – Paisagem, Lugar, Território, Região, Natureza, Sociedade, Rede e Espaço Geográfico – servem como ferramentas analíticas essenciais. Elas permitem que o professor e os alunos investiguem, por exemplo, como a paisagem do semiárido se transforma com as estações do ano, como o território é disputado e organizado, e como as redes de solidariedade se estabelecem para enfrentar os desafios ambientais. A utilização dessas categorias, aliada a recursos como mapas, imagens e a construção de artefatos, torna o ensino de Geografia mais significativo e alinhado à proposta de uma educação crítica e transformadora (Brasil, 1998).

Com base nos pressupostos teóricos de autores como Milton Santos e Aziz Ab'Sáber, e no relato de experiência apresentado, conclui-se que o ensino de Geografia contextualizada é fundamental para desmistificar visões reducionistas e

estereotipadas sobre o semiárido brasileiro. A abordagem pedagógica que integra conceitos como Paisagem, Lugar e Território à realidade local permite que o aluno consiga ir para além da mera memorização de dados e compreenda a complexa relação entre a sociedade e a natureza.

Dessa forma, ao utilizar a construção de artefatos e a análise de imagens, o professor transforma o espaço geográfico em um objeto de estudo vivo e significativo, alinhado à proposta de uma educação crítica e transformadora que valoriza a resiliência e a riqueza de uma das mais singulares porções do território brasileiro.

Metodologia

A metodologia deste relato de experiência pautou-se na descrição detalhada e reflexiva da realização de um minicurso, visando documentar e analisar o processo de ensino e aprendizagem sobre o semiárido brasileiro. A abordagem seguiu a lógica de um relato de experiência, que, segundo Gil (2008, p. 57), "consiste na narração de um evento ou de um conjunto de fatos ocorridos em determinado período, que se destacam por sua relevância". Para tanto, foram empregadas diferentes técnicas pedagógicas, como dinâmicas de acolhida e de encerramento, a explanação teórica de conceitos geográficos e a análise de imagens.

Destacou-se a utilização de uma abordagem prática e contextualizada, materializada na construção de um pluviômetro caseiro, que permitiu aos participantes conectar a teoria à realidade, desmistificando a visão estereotipada da região (Freire, 1996, p. 45). A metodologia adotada buscou, assim, promover o engajamento e a troca de saberes,

corroborando a eficácia de uma educação que se constrói na interação entre o conhecimento formal e a experiência vivida.

O minicurso foi estruturado para ser uma experiência imersiva e participativa, com duração de 4 horas, utilizando uma sequência de atividades didáticas interligadas.

Figura 1: Card do Minicurso



Fonte: o autor

A metodologia combinou momentos de exposição teórica com atividades práticas e dinâmicas de grupo, conforme apresentado a seguir:

1. **Acolhida e Dinâmica de Apresentação:** O evento iniciou com uma acolhida informal, seguida de uma dinâmica na qual cada participante se apresentou, compartilhando seu nome, um time de coração, seu perfil no Instagram e o que mais aprecia na Geografia. Esta etapa inicial visava quebrar o gelo e criar um ambiente colaborativo.
2. **Exposição Teórica:** A segunda etapa consistiu em uma breve

exposição sobre o conceito de Geografia e suas categorias de estudo, utilizando um mapa-múndi como recurso visual para contextualizar o tema. Em seguida, foi abordada a definição de "semiárido brasileiro", com destaque para o contraste entre a visão popular e os dados pluviométricos reais, reforçando que a região é o semiárido mais chuvoso do mundo.

3. **Análise de Imagens e Construção de Mapa Mental/Conceitual:** O ponto central da oficina foi a análise de um conjunto de imagens do semiárido, abrangendo temas como hidrografia, solos, vegetação, urbanização, cultura e tecnologias sustentáveis. Em pequenos grupos, os participantes foram desafiados a construir um mapa mental ou conceitual, interligando as imagens e os conceitos geográficos discutidos.

4. **Atividade Prática: Construção de um Pluviômetro:** Para concretizar o aprendizado sobre o clima e as chuvas, cada grupo recebeu materiais (garrafas PET, tesouras, réguas, cimento etc.) para construir um pluviômetro caseiro. Essa atividade prática permitiu que os participantes compreendessem de forma lúdica a medição da precipitação, conectando o conhecimento teórico à prática.

5. **Dinâmica de Encerramento e Avaliação:** O minicurso foi encerrado com a leitura de uma poesia de cordel e a publicação da atividade nas redes sociais dos participantes. A avaliação foi feita de forma simples e visual, com os participantes expressando sua opinião sobre o evento usando emojis impressos: "curtir", "não curtir" ou "pode melhorar".

Figura2: Comissão de Apoio do Minicurso



Fonte: O autor

Dessa forma, essas etapas trabalhadas no minicurso possibilitaram uma ampliação da compreensão espacial da diversidade do semiárido e suas diferentes e diversas interações na perspectiva emancipatória e formativa, possibilitando uma visão sistêmica das potencialidades e riquezas dessa região.

A metodologia de relato de experiência adotada neste trabalho mostrou-se eficaz para documentar e analisar a aplicação de uma abordagem pedagógica inovadora, que buscou desmistificar a visão estereotipada do semiárido brasileiro. Ao combinar dinâmicas de acolhida, exposição teórica e, principalmente, atividades práticas e contextualizadas, como a análise de imagens e a construção do pluviômetro, o minicurso conseguiu conectar o conhecimento formal à experiência vivida.

Essa abordagem, não apenas permitiu o engajamento e a troca de saberes entre os participantes, mas também demonstrou que o aprendizado significativo e transformador se constrói na interação direta com a realidade, corroborando a relevância da

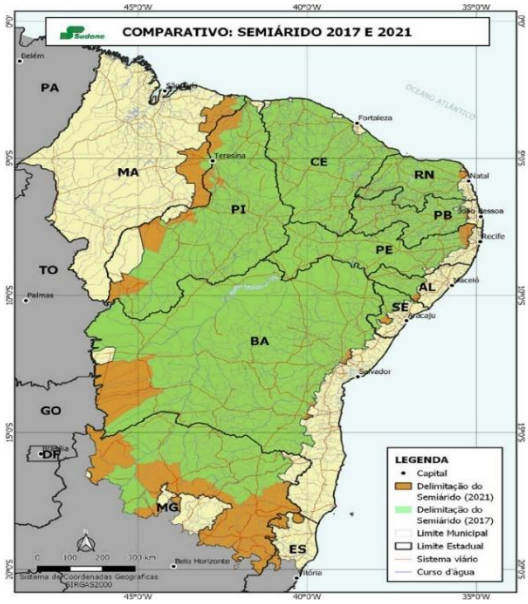
metodologia de relato de experiência como ferramenta de pesquisa em educação.

Discussão

A experiência demonstrou o potencial do ensino de Geografia contextualizado para transformar a percepção dos participantes sobre o semiárido brasileiro. A dinâmica de apresentação, que incluía um elemento pessoal ("time do coração"), contribuiu para a criação de um ambiente de confiança e troca. A exploração do conceito de Geografia a partir de um mapa-múndi e das categorias de estudo se mostrou um ponto de partida sólido para as discussões subsequentes.

A etapa de análise de imagens a exemplo do mapa da Figura 1, a seguir, foi particularmente eficaz. Ao confrontar a visão pré-concebida dos participantes com a riqueza visual da região – que incluía não apenas a Caatinga seca, mas também rios perenes, cidades e a resiliência das comunidades, foi possível desconstruir os estereótipos. A construção do mapa mental/conceitual incentivou a colaboração e a organização do pensamento geográfico.

Figura 3 - Mapa comparativo dos municípios do semiárido brasileiro utilizado no minicurso.



Fonte: SUDENE, 2021.

A atividade de construção do pluviômetro foi o grande diferencial. Ela solidificou o aprendizado sobre o clima do semiárido, mostrando que o conhecimento científico pode ser acessível e construído coletivamente. A oportunidade de "colocar a mão na massa" tornou a teoria da pluviometria mais palpável e memorável. A avaliação final com emojis, embora informal, se mostrou um método rápido e eficaz para coletar o feedback dos participantes e identificar pontos de aprimoramento. A postagem nas redes sociais também serviu como uma forma de disseminar o conhecimento e valorizar o trabalho realizado.

Em suma, a experiência do minicurso valida o potencial da abordagem didática participativa e contextualizada para o ensino de Geografia, indo além da mera transmissão de

conteúdo. As dinâmicas de grupo, a análise de imagens e, em especial, a atividade prática de construção do pluviômetro, demonstraram ser ferramentas eficazes na desconstrução de estereótipos sobre o semiárido brasileiro.

Ao permitir que os participantes confrontassem suas visões pré-concebidas com a riqueza visual e cultural da região, e que compreendessem conceitos científicos de forma lúdica e colaborativa, a metodologia utilizada não apenas solidificou o aprendizado, mas também estimulou uma nova percepção sobre o território. A avaliação positiva e o engajamento evidenciados no minicurso reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que conectem a teoria com a realidade e valorizem a construção coletiva do saber.

Considerações finais

O minicurso "Ensino de Geografia contextualizada com o semiárido brasileiro" foi uma experiência exitosa na promoção de um aprendizado significativo e desestereotipado sobre a região. A combinação de teoria e prática, aliada a uma metodologia participativa, permitiu que os participantes compreendessem o semiárido não como um problema, mas como um espaço de vida, adaptação e saberes ancestrais.

A iniciativa reforça a importância de a escola e outras instituições de ensino adotarem abordagens que valorizem os saberes locais e desconstruam visões hegemônicas e preconceituosas. O semiárido brasileiro é um laboratório vivo de Geografia, e sua análise crítica e contextualizada pode contribuir significativamente para uma educação mais relevante e cidadã.

Em síntese, a experiência do minicurso na UNIVASF, demonstrou o potencial transformador de uma abordagem

pedagógica que une teoria e prática para valorizar a riqueza e a resiliência do semiárido brasileiro. Ao permitir que os participantes compreendessem a região como um espaço de vida e adaptação, e não apenas de escassez, a iniciativa reforça a importância de a educação desconstruir visões hegemônicas e preconceituosas.

O semiárido se revela, assim, como um verdadeiro laboratório de Geografia, onde a análise crítica e contextualizada contribui para a formação de uma educação mais relevante e cidadã, que reconhece e celebra os saberes locais.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de natureza no Brasil. **Paisagem e Ambiente**, n. 17, p. 121-136, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MALVEZZI, Roberto. Semi-árido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. 140 p. (Série Pensar Brasil).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

D E P O I M E N T O S

A burguesia não pode existir sem constantemente revolucionar os instrumentos de produção e, assim, as relações de produção, e com elas todas as relações da sociedade…Revolução constante da produção, perturbação ininterrupta de todas as condições sociais, incerteza e agitação sem fim distinguem a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações fixas e ultracongeladas, com o seu leque de antigos e veneráveis preconceitos e opiniões, são varridas; todas as novas formadas tornam-se antiquadas antes de poderem ossificar. Tudo o que é sólido se desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e o homem é finalmente obrigado a encarar com sentidos sóbrios suas reais condições de vida e suas relações com sua espécie.

Karl Marx

Uma década de desafios e avanços no Semiárido brasileiro

Raquel Silva Leal
Assistente em Administração – Colegiado de Geografia da Univasf

Cheguei à Secretaria do Colegiado de Geografia da Univasf em junho de 2022, em um momento de recente retomada das atividades presenciais. Após o período de isolamento provocado pela pandemia, a comunidade acadêmica vivia um tempo de adaptação.

Nesse cenário, o curso de Geografia passou por transformações importantes, como a chegada de novos docentes e a realização de eventos importantes, como as duas edições da Semana de Geografia, que se consolidaram como espaços de diálogo e fortalecimento da identidade do curso. Fui logo orientada e integrada à equipe, e essa agilidade na adaptação me permitiu, desde o primeiro dia, focar no meu trabalho e contribuir com o colegiado.

Desde então, atuo diretamente no apoio administrativo, acompanhando de perto os processos acadêmicos e as demandas de estudantes e do setor. Auxilio nas reuniões e no setor com atividades administrativas e gerencio solicitações estudantis como quebra de pré-requisito, justificativas de faltas e Atividades Curriculares Complementares (ACC) entre outras demandas que chegam ao setor.

Minha função é garantir que tudo flua com organização e transparência, acompanhando os documentos e processos, e notificando os envolvidos. Essa comunicação é essencial, pois envolve o diálogo constante entre estudantes, docentes, a Coordenação e os demais colegiados, especialmente em

situações que exigem interação entre cursos, garantindo que as demandas sejam atendidas de forma ágil e eficiente.

Minhas funções, embora administrativas, são essenciais para o dia a dia do curso, que busca formar profissionais preparados para as complexidades do semiárido brasileiro. Ao organizar e dar fluidez aos processos, contribuo para que professores e estudantes possam se concentrar em suas atividades de ensino, pesquisa e formação. Tenho orgulho de contribuir para cada etapa desse crescimento para que o legado do curso de Geografia da Univasf continue a se expandir.

Para os próximos anos, desejo que o curso continue a crescer. Juntos, poderemos enfrentar os desafios e seguir formando profissionais de excelência e promovendo uma educação de qualidade na nossa região.

Minha jornada na Geografia: entre o aprendizado, a luta e o afeto

Erica Saane Miranda Alves
Egressa do curso de Geografia da Univasf

Ao nos questionarmos sobre o que queremos ser enquanto profissionais durante a infância, normalmente ouvimos profissões como médico, astronauta, policial, professor, entre outras. Às vezes alcançamos esses sonhos iniciais e, outras vezes, a vida nos direciona a cumprir uma missão de destino diferente.

A Geografia não era exatamente o meu sonho de carreira. Eu me imaginava como uma astrônoma, dedicada e ambiciosa em relação ao universo. Entretanto, a vida me levou por outro caminho, oposto às ciências exatas. Quando surgiu a oportunidade de ingressar em uma universidade federal, por meio do processo seletivo do SISU, não pensei duas vezes em tentar. Passei, realizei a matrícula e iniciei uma nova jornada.

O mundo universitário, assim que saímos do Ensino Médio, é extremamente novo e impactante no primeiro semestre. Os questionamentos propostos, tanto academicamente quanto pessoalmente, as dúvidas, a falta de maturidade intelectual por nunca ter visto tantos assuntos acadêmicos nos fazem sentir perdidos. Foi assim que me senti. Até mesmo as áreas específicas do início do curso, que eu jurava que seriam minhas no final, não foram.

Diferente de quem ingressa em um curso já consolidado no mundo acadêmico, ser da primeira turma tem um peso. Somos aprendizes de todos os lados: discentes, docentes e instituição. Precisamos reconhecer as dificuldades e as possibilidades de como fazer dar certo, aprimorando para os futuros ingressantes.

Nesse processo, me sinto eternamente agradecida por ter feito parte dessa construção, pois pude acompanhar cada etapa.

As aulas de campo foram essenciais para compreender os conteúdos teóricos. A prática e a visualização do que era demonstrado além da sala de aula contribuíram de forma magnífica para aprender a Geografia que não se percebe facilmente ou que não pode ser mensurada. Exemplos disso foram a compreensão dos processos geomorfológicos da Chapada Diamantina, o desenvolvimento das cidades, fatores econômicos e sociais, processos pedológicos do solo e suas camadas. Além disso, as aulas de campo fortaleceram os laços com os colegas do curso.

Houve um momento da minha caminhada na Geografia em que percebi que precisava me dedicar mais. Acredito que já entrei na universidade com espírito de estudante cansada. Então busquei um grupo de extensão com o qual me identificasse mais. Não queria ser bolsista, queria vivenciar experiências e aprender a fazer ciência, a pesquisa científica que eu tanto ouvia falar. Foi nesse momento que entrei para o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE, cujo foco é compreender o Envelhecimento Humano, a Geografia do Envelhecimento e a Produção Social do Espaço.

Minha percepção sobre a estrutura geográfica humana mudou completamente com o grupo de pesquisa. Realizamos entrevistas com autoridades locais da época e com os idosos da cidade de Senhor do Bonfim – BA, reconhecendo sua importância tanto na pesquisa quanto socialmente. Consequentemente, aprendemos como a cidade se comporta diante do processo de envelhecimento, suas dificuldades e dimensões sociais dos direitos humanos na velhice. Apresentamos resultados em Santo Antônio de Jesus – BA, no

Encontro Estadual de Geografia da UNEB, e no Scientex em Juazeiro – BA, na UNIVASF.

No quinto período, percebi que era hora de pensar no tão temido Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Foi na disciplina de Geografia das Indústrias e dos Serviços que surgiu meu possível tema. No entanto, não quis me afligir e decidi focar nos estágios. Optei por realizar os três estágios no Ensino Médio. Eu já não me imaginava em sala de aula e acreditava que lidar com crianças poderia apagar o brilho que ainda existia no ambiente escolar. Posso garantir que foi a melhor decisão que tomei. Apesar da minha timidez e juventude entre adolescentes, saí com uma ótima experiência.

No sexto período, decidi que o Prof. Dr. Pedro Nóbrega seria meu orientador. Explicar o que se passava na minha cabeça para a pesquisa não foi fácil. Achei-me ambiciosa demais, até um pouco ousada, mas ele acreditou em minha capacidade, e isso foi o suficiente para me dar coragem. Eu sabia que seria difícil, que talvez não conseguisse terminar em quatro anos, mas permaneci firme no tema, aproveitando também as oportunidades que a universidade oferecia.

Foram muitas reuniões, desenvolvimento da escrita da monografia, pesquisas bibliográficas e incontáveis leituras. Passava dois turnos inteiros na instituição, até que a pandemia da COVID-19 interrompeu a rotina. Foi um grande impacto, que atrapalhou meu processo de escrita e aumentou meu tempo de permanência na instituição. Ainda assim, conseguimos realizar as reuniões on-line que ajudaram a concluir o trabalho. No dia 09/09/2022, apresentei minha monografia "*Revisão teórica preliminar sobre a relação sociedade-natureza à luz do capitalismo*". Assim, encerrei minha caminhada na graduação, apresentando minha pesquisa.

A Geografia me ensinou a ver que o espaço é a forma e a essência do concreto geográfico. O espaço organiza e materializa os processos históricos do trabalho, sendo também espaço de luta de classes, além das divisões existentes na sociedade capitalista. E, principalmente, a Geografia me formou como educadora, uma educadora que no início não se imaginava atuando na área, mas que hoje exerce com plena capacidade.

Obrigada, Geografia! Obrigada, Pedrinho por sempre acreditar em mim!

Obrigada, Univasf!

Feliz 10 anos, e que venham muitos mais!

Com carinho,

Érica Saane Miranda Alves

O despertar da educadora: quando a Geografia se torna vida

Mônica Custódio Dias
Egressa do curso de Geografia da Univasf

O Curso de Geografia foi um divisor de águas em minha vida. Representou o resgate de quem sou e daquilo que posso me tornar. Ingressar em uma universidade pública federal abriu horizontes antes inimagináveis e me fez refletir sobre as possibilidades de crescimento pessoal e profissional que essa experiência proporciona. A Univasf trouxe encontros e reencontros que tornaram minha caminhada mais leve e reforçaram em mim a crença de que é possível construir um mundo melhor por meio do conhecimento.

Ao longo dessa trajetória, desconstruí visões simplistas que carregava desde a escola, quando acreditava que a Geografia servia apenas para decorar capitais e confeccionar mapas. Aprendi a enxergar de outra forma: não apenas pedras, mas rochas; não apenas o "mato", mas a vegetação e sua biodiversidade.

Descobri que as paisagens revelam histórias de milhões de anos e que compreendê-las exige sensibilidade e ciência. Foi nesse mergulho que me envolvi nos projetos de extensão, reconhecendo neles um espaço fundamental para minha formação docente. Nessas experiências, pude mostrar a riqueza do lugar onde vivo e confirmar a relevância de conceitos como geoconservação, geoeducação e geodiversidade para o ensino de Geografia.

Hoje, uma década após o início dessa jornada, reconheço que ainda estou apenas começando a desvendar a história do nosso planeta. Cada descoberta me lembra que o aprendizado é infinito e que a Geografia, além de ciência, é também um convite à transformação. Sigo acreditando que, por meio do conhecimento, podemos construir uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com o futuro.

A importância do Campus da UNIVASF em Senhor do Bonfim, bem como a importância do curso de Geografia na respectiva cidade

Letícia Castro dos Santos
Estudante do curso de Geografia da Univasf

O campus da UNIVASF, em Senhor do Bonfim, vai além de um espaço físico dedicado ao ensino e formação de profissionais. Ele representa um espaço de conquista e transformação. Dessa forma, desde a sua criação, o campus tem aberto portas, acolhido histórias e motivado a trajetória de muitos estudantes.

Entre os cursos ofertados, o Curso de Licenciatura em Geografia ocupa um lugar de destaque nessa história. Ainda mais este ano, onde o curso completa 10 anos de existência, assim celebrando uma década de aprendizados, desafios e conquistas.

Acredito que cada estudante que passou, ou está passando por esse curso, carrega consigo não apenas o conhecimento, mas também o amor pela terra, a vontade de conhecer mais sobre a sociedade e as relações construídas pela mesma.

Portanto, celebrar os 10 anos do curso de Geografia é celebrar também o poder da educação pública. É reconhecer o esforço de professores, alunos e demais trabalhadores que constroem diariamente uma universidade que transforma vidas.

O ensino como espaço de construção humana

Jamille Timoteo de Oliveira Serqueira
Estudante do curso de Geografia da Univasf

Da criança ao velho, o que se tem como significado de construção da vida é o amor, os obstáculos e a educação. Estudar sob a instrução do professor Pedro Nóbrega foi aprender a olhar para tudo! E para tudo ao nosso redor. Não apenas com o olhar geográfico, que já é por natureza abrangente, mas com o olhar humano, sensível e atento às relações que nos constituem.

Trazendo a filosofia da Geografia Humana e os ensinamentos da Geografia do Envelhecimento, o professor Pedro revoluciona como um verdadeiro mediador entre o pensamento, o mundo e o cidadão.

Ele nos conduz a compreender as relações entre homem e natureza de forma crítica, reflexiva e profundamente poética, uma realidade poética, que nos revela a força das palavras e o poder da reflexão.

Por mais revelador e real que seja seu modo de ensinar, ele desperta em nós um olhar novo: o olhar do ser geógrafo e do ser humano, capazes de compreender o espaço, o tempo e as pessoas como partes vivas de uma mesma história.

Agradeço ao professor Pedro pelos conhecimentos investidos em mim, que resultaram positivamente na minha percepção de mundo e de pessoas, um aprendizado que levo comigo, como parte do caminho que venho construindo com amor e consciência.

Entre a pesquisa e a sala de aula: aprendizados da UNIVASF e do NEPST

Felipe de Souza Reis
Egresso do curso de Geografia da Univasf

Durante minha trajetória acadêmica na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), vivi experiências que marcaram profundamente minha formação pessoal e profissional. Ingressar na UNIVASF foi, sem dúvidas, uma conquista que abriu portas para um mundo de possibilidades e aprendizado.

Foi ali que pude conhecer diferentes perspectivas, fortalecer meus valores e desenvolver competências que levo comigo até hoje, e sei que isso apenas ocorreu devido às políticas públicas de acesso e permanência na universidade pública.

Um dos momentos mais significativos dessa jornada foi minha participação no Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais (NEPST). Integrar esse coletivo me possibilitou vivenciar a pesquisa de forma aplicada, discutir temas relevantes para a sociedade, como o semiárido, as políticas de convivência com o semiárido e a geomorfologia, bem como e aprender com colegas e professores comprometidos.

Ressalto a importância do professor Sirius Souza, meu orientador dos projetos de iniciação científica, que sempre acreditou no poder que a educação tem de transformar vidas, e fez isso com maestria durante meus quatro anos de PIBIC (2018-2021). Essa vivência ampliou minha visão crítica e reforçou em mim o desejo de contribuir para a educação pública.

Enquanto bolsista de iniciação científica (PIBIC), tive a oportunidade de mergulhar na produção de conhecimento e compreender o papel transformador da pesquisa na vida das pessoas. Esse processo não apenas consolidou minha formação acadêmica, mas também despertou em mim a responsabilidade de retribuir, através do meu trabalho, tudo aquilo que recebi.

Hoje, atuando como servidor público e professor na rede estadual da Bahia, reconheço o quanto cada etapa foi fundamental para chegar até aqui. O percurso na UNIVASF, o aprendizado no NEPST e a experiência com a iniciação científica foram pilares que me formaram enquanto educador. Carrego gratidão e orgulho por ter vivido essa história, que continua a inspirar minha prática docente diária.

Entre mapas e memórias: uma trajetória com o NEPST e o Professor Sirius

Márcio Venicius da Silva
Egresso do curso de Geografia da Univasf

Entrei no curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) em 2019 e, ainda nesse mesmo ano, recebi o convite para integrar o Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais (NEPST), que estava em fase inicial. Desde então, participei ativamente do grupo, acumulando aprendizados que marcaram minha trajetória acadêmica.

As disciplinas do curso tiveram grande importância nesse processo. Em destaque para as aulas ministrada pelo professor Sirius, que eram sempre dinâmicas, didáticas e enriquecedoras, além de transmitirem sua humildade e proximidade com os alunos. Com ele, aprendi não apenas conteúdos científicos, mas também valores humanos e profissionais que levarei comigo durante minha trajetória.

Durante minha passagem pelo NEPST, desenvolvi projetos de iniciação científica na temática do Mapeamento Geomorfológico, experiência que despertou em mim uma verdadeira conexão com a Cartografia. Também atuei como Residente Pedagógico por mais de um ano, sob a coordenação do professor Sirius, o que ampliou e aproximou minha vivência no campo do ensino. Além disso, tive a honra de tê-lo como orientador do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual recebi todo o apoio necessário para meu crescimento acadêmico.

Hoje, já especialista em Metodologia do Ensino em Geografia, atuando na Educação Básica, em escolas municipais públicas e em instituições privadas. Olho para trás e reconheço a importância fundamental que o curso de Geografia, o NEPST e o professor Sirius tiveram na construção da minha trajetória, tanto acadêmica quanto profissional.

O grupo de pesquisa não apenas ampliou meu olhar científico e crítico, como também me proporcionou momentos de amizade, aprendizado e crescimento pessoal. Além de participar das reuniões, estive presente em todas as confraternizações, sempre com as tradicionais trocas de presentes, como o amigo secreto ou amigo X. Um momento significativo, foi no ano de 2020, quando, em meio à pandemia, realizamos a confraternização de forma online, demonstrando a capacidade do grupo de se manter unido mesmo diante das adversidades.

Sou profundamente grato aos professores, aos colegas e a todos que fizeram parte dessa caminhada. Aos que permanecem no NEPST, desejo que sigam firmes, aproveitando cada oportunidade, pois essa vivência tem o poder de transformar e marcar para sempre a formação acadêmica, pessoal e profissional de cada um. Finalizo com a seguinte frase: “Quando a “sorte” te encontrar, esteja preparado”.

Do olhar ecológico ao olhar Geográfico: caminhos de uma mesma formação

Madian Maria de Carvalho
Estudante do curso de Geografia da Univasf

Em 2017, ingressei na UNIVASF, no curso de bacharelado em Ecologia. Foi um período de desafios, crescimento e muito aprendizado. Tive a oportunidade de conhecer excelentes professores que foram essenciais no meu desenvolvimento e a quem serei eternamente grata. Durante essa trajetória, conheci o professor Sirius Souza, que foi e continua sendo uma pessoa fundamental no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. A partir disso, recebi o convite para participar de seu grupo de pesquisa, o NEPST, o que me possibilitou um ciclo de muitos aprendizados e oportunidades, uma visão crítica, um espaço de troca de experiências que foram imprescindíveis para a minha formação e que ficarão eternizadas em minha vida.

A participação no grupo de pesquisa me oportunizou ampliar conhecimentos, publicar trabalhos, participar e contribuir com a organização de eventos, além de possibilitar também a escrita do meu trabalho de conclusão de curso, que foi relacionado a Ecologia de Paisagem, sob a orientação do professor Sirius, que sempre muito solícito e paciente, trouxe excelentes contribuições que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Hoje, em 2025, retorno à UNIVASF, desta vez no curso de Geografia, e claro, retorno também ao NEPST, com grandes expectativas para a minha futura trajetória. Sou imensamente grata à UNIVASF e a todo o corpo docente que contribuiu com a minha formação, de uma forma especial ao professor Sirius, obrigada por todo o apoio e incentivo proporcionados até hoje.

Entre o Semiárido e a Ciência: aprendizados no Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais

Antonio Felipe Rodrigues Santos
Egresso do curso de Geografia da Univasf

Durante minha trajetória acadêmica na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), tive a oportunidade de integrar o Núcleo de Estudos das Paisagens Semiáridas Tropicais (NEPST). Minha participação começou ainda no período da pandemia, quando fui convidado a ser bolsista de iniciação científica, onde ampliei minha compreensão sobre o semiárido e encontrei um espaço de aprendizado e pesquisa acadêmica.

No NEPST, vivenciei experiências que contribuíram de maneira significativa para minha formação. As leituras, debates e discussões nas reuniões de sexta-feira e também as conversas em sala de aula com o professor Sirius Souza foram fundamentais para o desenvolvimento do meu pensamento científico acadêmico. O contato com diferentes abordagens teóricas ampliou meu olhar sobre geoprocessamento, semiárido, cartografia, Geografia Física e desertificação.

A experiência com a pesquisa também foi marcante. Tive a oportunidade de participar de projetos que me aproximaram de temas relevantes, como a relação entre sociedade e natureza no semiárido. Nesse processo, enfrentei desafios metodológicos, mas também conquistei aprendizados que consolidaram minha autonomia acadêmica. Além disso, as atividades de extensão

dentro da universidade me permitiram levar o conhecimento para além dos muros.

Essa vivência, ao mesmo tempo intensa e enriquecedora, fortaleceu meu compromisso com a educação, pesquisa e escrita acadêmica. Estar no NEPST significou integrar um espaço coletivo de construção do saber, marcado pelo respeito, pela troca de experiências e pela inspiração. Sou grato ao professor Sirius Souza e aos colegas de grupo, que foram parte essencial da minha caminhada acadêmica. Deixo como mensagem o incentivo para que todos continuem acreditando na força da educação e da pesquisa como instrumentos de transformação.

Vivência no minicurso: Ensino de Geografia contextualizada com o Semiárido brasileiro

Juliana Alves da Silva
Estudante do curso de Geografia da Univasf

Participar do minicurso "Ensino de Geografia Contextualizada com o Semiárido Brasileiro", realizado no ano de 2024 na 2ª Semana de Geografia- UNIVASF, foi uma experiência enriquecedora que transcende a mera aquisição de conteúdo. Este evento contribuiu não apenas conhecimentos teóricos atualizados, mas também um espaço valioso para a troca de experiências e o aprofundamento em temas importantes para a Geografia e para a educação.

O minicurso teve como objetivo geral promover o Ensino de Geografia com abordagem contextualizada no semiárido brasileiro e suas múltiplas possibilidades de ensino e aprendizagem, em diálogo com a Ciência Geográfica. Para tanto, foram explorados objetivos específicos, como o conhecimento das categorias geográficas relacionadas ao semiárido brasileiro, a análise de suas diversas características e, fundamentalmente, o diálogo entre os participantes sobre suas próprias experiências nesse contexto.

A forma como o conteúdo foi apresentado, aliado às experiências do Professor permitiu uma compreensão clara e aprofundada desses temas. Um dos pontos altos foram as dinâmicas realizadas pelo professor para nossa contextualização, como a criação de um pluviômetro utilizando garrafa pet, a criação de uma arte com tintas e pincéis sobre "O semiárido do nosso agrado" e o sorteio de livros e brindes maravilhosos. Essa abordagem prática juntamente com a dialogada foi fundamental

para consolidar o aprendizado, transformando conceitos abstratos em ferramentas aplicáveis para o ensino didático de Geografia.

No que se refere ao acréscimo de conhecimentos, o minicurso foi extremamente proveitoso. Ele nos proporcionou uma compreensão aprofundada das categorias geográficas que definem e caracterizam o semiárido brasileiro, como clima, relevo, vegetação e hidrografia. Geralmente algumas pessoas têm uma visão mais genérica ou menos aprofundada nas particularidades regionais, mas, após o minicurso, essa visão foi ampliada, nos permitindo desenvolver atividades didáticas que nos fizeram compreender melhor a resiliência e as potencialidades da população que vive no semiárido.

A atualização e disseminação de conhecimentos relevantes sobre o semiárido brasileiro foi enfatizada em algumas das apresentações da 2ª semana de Geografia da UNIVASF- Senhor do Bonfim/BA, que teve como tema: Mudanças globais e os desafios locais: o papel da Geografia na composição de resiliências em perspectiva multiescalar, e, além das experiências adquiridas nas apresentações do evento, tivemos conhecimentos importantes apresentados neste minicurso, que são essenciais para manter o dinamismo da pesquisa e do ensino em Geografia.

Ao compartilharmos as vivências por meio de discussões em sala de aula, grupos de estudo, ou até mesmo em futuras publicações, contribuímos para a elevação do nível de debate e para a formação de novos educadores.

Ademais, a oportunidade e a troca de experiências com os outros participantes, muitos dos quais possuíam vivências diretas ou indiretas com o semiárido, foi inestimável. Essa interação permitiu nossa troca de ideias, o surgimento de grandes colaborações e o fortalecimento de laços dentro da

comunidade acadêmica interessada em regionalização e ensino de Geografia.

Acredito que eventos como este são incentivadores para a inovação pedagógica e para a valorização do conhecimento geográfico contextualizado, especialmente em regiões tão marcantes e complexas como o semiárido brasileiro. Ele não apenas expandiu nossos conhecimentos geográficos e pedagógicos, mas também fortaleceu a capacidade de reflexão crítica e a conexão com a comunidade acadêmica interessada em regionalização e ensino.

Sou grata pela oportunidade de ter participado e ansiosa para aplicar os aprendizados em minhas futuras atividades profissionais, promovendo um ensino de Geografia mais rico, lúdico e significativo.

NOVA TERRA
Editora
(74) 99202714

ISBN: 978-65-83892-14-0
CBL
9 786583 892140